

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

ÉRIK ÁLVARO FERNANDES

REPENSAR A RELAÇÃO SOCIEDADE-AMBIENTE:
um olhar para o ofuscado e o infinito na sustentabilidade

Porto Alegre

08/08/2023

ÉRIK ÁLVARO FERNANDES

REPENSAR A RELAÇÃO SOCIEDADE-AMBIENTE:

um olhar para o ofuscado e o infinito na sustentabilidade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Dr. Eugenio Avila Pedrozo

Porto Alegre

08/08/2023

ÉRIK ÁLVARO FERNANDES

REPENSAR A RELAÇÃO SOCIEDADE-AMBIENTE:

um olhar para o ofuscado e o infinito na sustentabilidade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eugenio A. Pedrozo
Univ. Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Claudia Simone Antonello
Univ. Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Mônica Cavalcanti S. Abreu
Univ. Federal do Ceará

Gesinaldo Cândido Ataíde
Univ. Federal da Paraíba

Porto Alegre

08/08/2023

Dedico esta tese em memória de minha querida mãe, Marta Basseto, que não mediu esforços e sempre lutou para que eu alcançasse meus objetivos, inclusive o doutorado e, também, para minha esposa, Marissa Godoy, que esteve ao meu lado no pior momento da minha vida, cuidando de mim, dando seu amor incondicional e me apoiando para superar os problemas e as dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Agradecendo a Deus que esteve sempre comigo nessa jornada e me ajudou nos momentos mais difíceis na minha vida. Em especial, quando fui internado devido a COVID-19 e, logo após me recuperar, no falecimento de minha querida mãe.

Nesses dois momentos cruciais, também tive todo cuidado e amor da minha esposa Marissa Godoy, uma mulher única que aprendi a amar e admirar cada dia mais. Estamos juntos ao longo de sete anos e sua presença na minha vida é tão importante que não tenho palavras para descrever. Para além dela, também tive o apoio dos meus irmãos Jaqueline e Edgar Fernandes, sendo ela importante para que iniciasse os estudos de forma mais tranquila e meu irmão sempre esteve comigo nos momentos bons e ruins, sendo um pilar de apoio e sustentação durante toda a minha vida e isso me permitiu realizar importantes conquistas.

Agradeço ao meu orientador o Prof. Dr. Eugenio Pedrozo que me conduziu brilhantemente ao longo desse trabalho e me permitiu discutir minhas angústias acadêmicas. Seus conhecimentos e orientação foram fundamentais para que eu conseguisse expressar e apresentar uma tese complexa. Aproveito e estendo os agradecimentos também a sua esposa Profa. Dra. Tania Nunes, juntos me acolheram e me deram suporte no momento mais complicado da minha vida, inclusive intercedendo junto ao Programa de Pós-Graduação quando já havia passado o prazo regulamentar.

Gostaria também de agradecer as profa. Dra. Claudia Antonello que incentivou, através de suas disciplinas, esse desejo de fazer pesquisa em mundo complexo e desafiador. Cada discussão e cada temática apresentada me permitiram trazer esse outro olhar para minha pesquisa.

Além de todos, agradeço também meu cachorrinho Ben que dedicou seu tempo a ficar do meu lado enquanto escrevia a tese, um “grande” parceiro.

Por fim, deixo uma homenagem a minha mãe que não pode acompanhar até ao final minha jornada para se tornar um doutor, mas com certeza chegar até aqui só foi possível graças a força e coragem que ela me ensinou. Meu amor e a saudade são impossíveis de quantificar ou de expressar em palavras, pois extravasam desse ser que no momento sou. Ela não deixou nenhum bem material significativo, mas deixou um bem ainda maior, seu exemplo de vida.

Saudades...

“A invisibilidade não indica uma ausência de relações; implica em relações com o que não é dado e do qual não temos ideia.”

Emanuel Levinas
Totalidade e Infinito (1981)

FERNANDES, Érik Álvaro. **Repensar a Relação Sociedade-Ambiente**: um olhar para o ofuscado e o infinito na sustentabilidade. 2023. 170 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

RESUMO

Um dos principais desafios para as sociedades contemporâneas é realizar as mudanças necessárias, ou mesmo, se transformar para adquirir a condição de ser sustentável, mas isso é uma tarefa complexa. Para se ter uma ideia dessa complexidade, o debate sobre a sustentabilidade tem reverberado em vários âmbitos da sociedade, como por exemplo, nas diversas agendas políticas ocidentais e orientais, entre as bandeiras levantadas nas mobilizações e lutas dos movimentos sociais, bem como nos relatórios socioambientais das empresas e nas premissas e objetivos de órgãos internacionais. Para lidar com a complexidade, utilizam-se reducionismos para qualificar elementos e relações que serão utilizados para constituir e manter uma determinada compreensão da realidade (o princípio de seleção também é o princípio de exclusão). Logo, outras possibilidades e alternativas de compreensão de um determinado fenômeno são desqualificadas e ofuscadas, bem como, ignora-se a existência de um infinito de possibilidades para qualquer fenômeno complexo. Este entendimento sugere que existem fragilidades em toda tentativa de solucionar as demandas da sustentabilidade devido à necessidade de aplicar a redução para lidar com a complexidade do tema. Assim, é notório observar que as sociedades experimentam contingências conforme adotam uma forma de interpretar o todo e, portanto, não é possível compreender a complexidade da sustentabilidade sem questionar como são interpretados e atribuídos os significados a relação sociedade-ambiente. Por isso, o objetivo da tese é analisar os efeitos dos mecanismos de redução da complexidade sobre a compreensão da relação sociedade-ambiente e, como isso, afeta a capacidade de uma sociedade ser sustentável. Essa análise só tem sentido quando se parte do princípio de que não há uma única forma de compreender essa relação e que as formas alternativas sinalizam possibilidades e outras formas de lidar com a complexidade da sustentabilidade. Nesse sentido, recentemente assistiu-se a ascensão da cosmovisão indígena amazônica na América Latina através dos princípios do Sumak Kawsay que acabou ingressando na Constituição Federal do Equador. Em um primeiro momento, esses princípios foram colocados como uma alternativa ao desenvolvimento capitalista (reducionismo), mas ele é muito mais amplo, uma cosmovisão que apresenta uma outra forma de ver os sujeitos, a relação entre eles, a relação com a natureza e como tudo isso está interligado no fluxo da vida. Como resultado, o Sumak Kawsay sofreu reducionismos ao longo da sua jornada até adentrar a carta magna equatoriana e, tal fato, esvaziou todo o sentido e significado da cosmovisão dos povos originários, mas em sua concepção original ele guarda potencialidade para produzir a guinada ontológica necessária para que se alcance uma sustentabilidade em sentido complexo.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Complexidade. Sociedade. Ambiente. Sumak Kawsay.

FERNANDES, Érik Álvaro. **Rethinking the Society-Environment Relationship: a look at the obfuscated and the infinite in sustainability.** 2023. 170 p. Thesis (PhD in Administration) – Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil, 2023.

ABSTRACT

One of the main challenges for contemporary societies is to carry out the necessary changes, or even to transform in order to acquire the condition of being sustainable, but this is a complex task. To get an idea of this complexity, the debate on sustainability has reverberated in various areas of society, such as in the various western and eastern political agendas, among the themes raised in the mobilizations and struggles of social movements, as well as in socio-environmental reports of companies and in the objectives of the international organizations. To deal with complexity, reductionisms are used to qualify elements and relationships that will be used to constitute and maintain a certain world view (the principle of selection is also the principle of exclusion). Therefore, other possibilities and alternatives for understanding a given phenomenon are disqualified and overshadowed, as well as they are ignoring the existence of an infinite number of possibilities for any complex phenomenon. This understanding suggests that there are weaknesses in every attempt to solve the demands of sustainability due to the need to apply reduction to deal with the complexity of this phenomenon. Thus, it is notorious to observe that societies experience contingencies as they adopt a way of interpreting the whole and, therefore, it is not possible to understand the complexity of sustainability without questioning how meanings are interpreted and attributed to the society-environment relationship. Therefore, the aim of this thesis is to analyze the effects of complexity reduction mechanisms on the understanding of the society-environment relationship and, how this affects the capacity of a society to be sustainable. This analysis only makes sense when it is assumed that there is no single way of understanding this relationship and alternative ways indicate other possibilities of dealing with the complexity of sustainability. In this sense, we have recently witnessed the rise of the indigenous Amazonian cosmovision in Latin America through the principles of Sumak Kawsay, which ended up being incorporated into the Federal Constitution of Ecuador. At first, these principles were presented as an alternative to capitalist development (reductionism), but it is much broader, a cosmovision that presents another way of seeing subjects, the relationship between them, the relationship with nature and how all of these are intertwined in the flow of life. As a result, Sumak Kawsay suffered reductionisms throughout its journey until it entered in the Ecuadorian Constitution and, as a result, emptied all sense and significance of the cosmovision of the native peoples, but in its original conception it retains the potential to produce the necessary ontological shift to achieve sustainability in a complex sense.

Keywords: Sustainability. Complexity. Society. Environment. Sumak Kawsay.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O DILEMA CONTEMPORÂNEO DA SUSTENTABILIDADE	19
3 SUJEITOS E SOCIEDADE: AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA	35
3.1 ONTOLOGIA RELACIONAL: A ALTERIDADE COMO INFINITO	37
3.2 ONTOLOGIA RELACIONAL: O MUNDO COMO INFINITO	44
3.3 PENSAMENTO COMPLEXO E A EMERGÊNCIA DO INVISÍVEL	49
4 O OUTRO LADO DA RELAÇÃO: AS FORÇAS QUE OPERAM NO AMBIENTE ..	58
5 A IMPORTÂNCIA DO OLHAR PARA O OFUSCADO E O INFINITO	68
6 <i>PATHWAYS</i> : A AMBIGUIDADE QUE REAVIVA A REFLEXÃO	72
6.1 <i>PATHWAYS</i> SUSTENTABILIDADE: OFUSCADO PELA RESSIGNIFICAÇÃO ..	73
6.2 <i>PATHWAYS</i> GEOLOGIA: OFUSCADO PELA IGNORÂNCIA	78
6.3 <i>PATHWAYS</i> ORGANIZAÇÕES: OFUSCADO PELO ENCOBRIMENTO	85
6.4 PROCESSO DE OFUSCAMENTO E A GUINADA ONTOLÓGICA	91
7 PERCURSO METODOLÓGICO	95
8 SUSTENTABILIDADE DA AMÉRICA LATINA: O SUMAK KAWSAY	103
8.1 CAMADA CONCEITURAL-PARADIGMÁTICA DA CONTROVÉRSIA	110
8.2 CAMADA POLÍTICO-HISTÓRICA DA CONTROVÉRSIA	127
8.3 CAMADA ECONÔMICA-DESENVOLVIMENTISTA DA CONTROVÉRSIA	141
CONCLUSÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	163

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios para as sociedades contemporâneas é realizar as mudanças necessárias, ou mesmo, se transformar para adquirir a condição de ser sustentável frente a um mundo finito e sobrecarregado pelas sistemáticas, contundentes e prolongadas ações humanas. Frente a tudo que está implicado nesse desafio, é impossível falar de sustentabilidade em uma sociedade, no mínimo, encarar o caráter multifacetado do fenômeno, seus vários elementos, contextos e dimensões interrelacionados, bem como ter consciência que as várias perspectivas e abordagens oferecerem visões parciais e incompletas sobre a temática.

Para se ter uma ideia dessa complexidade, o debate sobre a sustentabilidade está reverberando em vários âmbitos da sociedade, como por exemplo, nas diversas agendas políticas ocidentais e orientais, entre as bandeiras levantadas nas mobilizações e lutas dos movimentos sociais, bem como nos relatórios socioambientais das empresas e nas premissas e objetivos de órgãos internacionais. Toda essa reverberação é resultado de uma acumulação de conhecimento e conscientização sobre tudo que está implicado e articulado na sustentabilidade e, além disso, como essa complexidade atravessa e impacta nas dimensões econômica, política, social, ambiental e ética de uma sociedade.

São articulações que desdobram sobre si gerando o que Deleuze e Guattari (1995) chamaram metaforicamente de rizoma, ou seja, um lugar de encontro das imprevisibilidades, um labirinto sem começo e nem fim, destituído de um centro ou de uma periferia, com infindáveis passagens indefinidas de atalhos e desvios que criam a falsa impressão de que não se trata de algo complexo, mas que na verdade é. Portanto, a sustentabilidade independente da origem ou do histórico de significado que carrega, deve ser tratada é um fenômeno complexo em essência.

Dizer que algo é complexo, significa que para lidar com ele é obrigatoriamente necessário selecionar aquilo que é preponderante naquele momento e relegar algumas partes, consideradas menos significativas naquele contexto, a um segundo plano. A seleção atua como um qualificador de elementos e relações utilizados para constituir e manter uma determinada compreensão sobre o complexo, ou seja, é preciso assumir que o princípio da seleção, utilizado para lidar com a complexidade, também é um princípio da exclusão.

Ele é o princípio da exclusão de outras possibilidades e alternativas de compreensão de um determinado fenômeno e, por consequência, sua prática leva a constituição de um abordagem reducionista para qualquer tipo de fenômeno complexo (MORIN, 2003a). Esse íterim reducionista é constituído basicamente pelo ato de ofuscar certos elementos para realçar outros, bem como, pelo do ato de ignorar que sempre há um infinito de possibilidades para todo e qualquer fenômeno complexo.

A partir dessa compreensão de como atua o reducionismo, é importante observar que a seleção sistemática de alguns elementos pode reforçar uma compreensão particularizada de algo complexo e, caso essa compreensão particularizada seja difundida e aceita como verdade por uma sociedade, tem-se o que pode ser chamado de *pathway*. Nesta condição, os demais *pathways* concorrentes passam a ser desqualificados, demonizados, excluídos, refutados, rechaçados, ignorados, encobertos, ou seja, são atos, ações, documentos, eventos e significados conhecidos e reconhecidos que se tornam velados através de mecanismos naturais como o esquecimento ou mecanismos deliberados como um estratagema de desqualificação, ressignificação ou ignorância.

Um bom exemplo disso são as organizações e a sua dinâmica de evolução e adaptação para a sustentabilidade. Ao longo do processo há organizações que verdadeiramente adotaram práticas mais sustentáveis, enquanto outras fingem ser através do *greenwashing*, onde a ausência de ações reais em prol da sustentabilidade é encoberta por um uso intensivo da comunicação que leva a legitimação da organização perante os stakeholders e, conseqüentemente, perante a sociedade. Essa situação demonstra claramente como o *status quo* da organização é mantido (*pathway* real) e encoberto por um outro *pathway* fictício, onde a empresa se posiciona comunicacionalmente como sustentável perante todos.

Este entendimento sugere que existem fragilidades em toda e qualquer tentativa de solucionar as demandas da sustentabilidade até o momento, devido à necessidade de redução para lidar com a complexidade do tema. Para autores como Escobar (1999), Bawden (2007) e Colburn et al. (1990 apud EGRI; PINFIELD, 2002); até o momento a sociedade não conseguiu encontrar soluções satisfatórias para as demandas da sustentabilidade, e ainda, ela vive um difícil dilema onde as práticas de espoliação ambiental e exploração social se entrelaçam com as práticas que visam reverter essas condições.

Uma coexistência contraditória que só é possível quando se adota uma perspectiva complexa, onde não existe uma ou duas realidades, mas múltiplas realidades entrelaçadas (MOL, 2002). Além disso, é importante notar que as questões relativas à sustentabilidade emergem de uma sociedade contemporaneamente caracterizada como autônoma, egoísta e independente, ou seja, incapaz de perceber que as demandas, geralmente, endereçam vários outros elementos para além dos humanos, como o ambiente e suas interrelações ou mesmo a vida em sua plenitude.

Para Luhmann (1995), as sociedades experimentam as contingências conforme adotam uma forma de interpretar o todo e isso é o que dá sentido ao ambiente, por exemplo, se ela o interpretar o ambiente como recurso então experimentará as contingências como dependência, mas se o interpretar como informação, então as contingências surgirão como incertezas. Além disso, não há como existir uma sociedade sem ambiente, ou seja, um sempre vai pressupor o outro e vice-versa, mas devido aos mecanismos de redução da complexidade, necessários para organizar uma sociedade em meio ao caos, o ambiente sempre é mais complexo independente da interpretação que a sociedade venha a ter dele.

Portanto, não é possível compreender a complexidade da sustentabilidade, sem questionar como são interpretados e atribuídos os significados a relação sociedade-ambiente. Como exemplo de como a interpretação afeta todo o entendimento, basta notar que animais podem ser vistos como vestimentas de luxo e frutos raros como produtos alimentícios exóticos, ou mesmo, um ser humano pode ser escravizado e tratado como objeto de troca.

Assim, configura-se a condição contemporânea de uma sociedade complexa que apresenta um ambiente ainda mais complexo e sistematicamente o submete a vários reducionismos. Por sua vez, estes reducionismos podem ser difundidos e alçados a condição de verdade absoluta, tornando a sociedade míope, totalitária e violenta contra os demais elementos, *pathways*, perspectivas e abordagens que não estão de acordo com a “verdade absoluta” (interpretação particular da sociedade). A miopia e o totalitarismo são fundamentos para a transformação de um ser complexo e infinito em objeto representado, interpretado e conhecido e, dentro disso, são construídas as justificativas de ações como as formas de exclusão e violência aplicadas ao longo da história humana.

Diante do exposto, fica claro que para problematizar a sustentabilidade na sociedade moderna é necessário problematizar a relação sociedade-ambiente,

considerando que esta é acessada e compreendida através de reduções da complexidade. Portanto, questiona-se: como os mecanismos de redução da complexidade afetam a compreensão da relação sociedade-ambiente e sua sustentabilidade?

Essa questão pressupõe que se a sustentabilidade for abordada a partir da sua complexidade, então a forma como a relação sociedade-ambiente é interpretada e compreendida também deve ser repensada. Para ilustrar esse círculo vicioso de reducionismos, interpretações, soluções e aumento das demandas e problemas, ao longo dos capítulos são apresentadas discussões que evidenciam a crescente dificuldade da sociedade em lidar com as questões relativas à sustentabilidade, mesmo obtendo avanços significativos em vários âmbitos desde os anos 60, quando surgiram as primeiras preocupações com essas questões.

Diante disso, o objetivo é analisar os efeitos dos mecanismos de redução da complexidade sobre a compreensão da relação sociedade-ambiente e, como isso afeta a capacidade de uma sociedade ser sustentável. Este objetivo só tem sentido quando se parte do princípio de que não há uma única forma de compreender a relação sociedade-ambiente e que, as formas alternativas e divergentes em relação a matriz moderna capitalista sinalizam possibilidades de como a sociedade pode lidar com a complexidade da sustentabilidade.

Nesse sentido, recentemente assistiu-se a ascensão da cosmovisão indígena amazônica na América Latina através dos princípios do Sumak Kawsay ou Buen Vivir que acabaram ingressando nas Constituições Federais do Equador, e posteriormente, como Suma-Qamaña na Bolívia. Esses princípios são colocados como uma forma alternativa ao desenvolvimento capitalista, contra a colonização dos saberes e buscam restaurar uma relação harmoniosa entre os humanos e entre estes e a natureza. Inclusive, a natureza é reinterpretada como um ser que também tem vida e, por isso, adquire direitos até então inexistentes ou negados em qualquer outra parte do mundo (ACOSTA, 2006; ACOSTA, 2019; HIDALGO-CAPITÁN; ARIAS; ÁVILA, 2014; HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014, 2019, 2021; RAMÍREZ, 2010, 2012; VITERI, 1997, 2002).

Nota-se que aquilo que era ofuscado, ignorado, taxado de selvagem ou sem cultura agora adentra principalmente nos âmbitos acadêmicos e políticos de países latinos para forjar uma visão de mundo alternativa àquela imposta pelas ideologias europeias e americanas, uma sustentabilidade latino-americana que se contrapõe ao

desenvolvimento e, em especial, ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é importante analisar como surgiu o Sumak Kawsay e como foi o processo de entrada nos ambientes acadêmico e político do Equador, chegando ao ponto de ser incluído na carta magna do país e, além disso, como ele confronta o ambiente econômico, uma vez que os subsistemas da sociedade têm linguagens funcionais para lidar com a complexidade, o que inevitavelmente implica na aplicação de mecanismos reducionistas (LUHMANN, 1989). Para Paz García (2011) os estudos envolvendo a América Latina são importantes para confrontar a ideia comumente difundida de um espaço geopolítico definido a partir de uma totalidade europeia baseada em perspectivas sociopolíticas e epistemológicas modernas, ou seja, para o autor é necessário superar a definição dada por outrem para ser quem realmente é.

Dessa forma, os objetivos específicos que vão orientar essa investigação são: a) desconstrução da relação sociedade-ambiente a partir da totalidade reducionista, restabelecendo as relações com elementos ofuscados e com a ideia de infinito; b) desenvolver uma abordagem complexa como uma nova possibilidade de compreensão da relação sociedade-ambiente; c) aplicar essa abordagem complexa nas dinâmicas sociais que constem a realidade e podem ser estudadas a partir das controvérsias inerentes ao surgimento e repercussão do Sumak Kawsay nos subsistemas da sociedade e; d) analisar a atuação e os impactos dos reducionismos a partir dessas controvérsias e como eles afetam a capacidade da sociedade equatoriana ser sustentável. Logo, esse estudo se caracteriza como uma tese de natureza teórica que busca analisar como as sínteses e interpretações dispostas nos estudos organizacionais de perspectiva sociológica impactam na compreensão da sustentabilidade e da relação sociedade-ambiente, ou seja, ela está assentada em uma revisão complexa crítica das teorias, conceitos, modelos e argumentos que perpassam esses objetivos de estudos.

Com os objetivos traçados, Lange (2004) e Fenwick (2007), oferecem indícios do caminho a ser percorrido pela investigação, pois lidar com a complexidade requer mudanças mais profundas, que devem ir além do plano epistemológico, e provocarem um deslocamento ontológico capaz de modificar as visões de mundo reducionistas (relação sujeito e objeto, ambiente inteligível de um sistema, objetivos sustentáveis, entre outras). Sem esse nível de mudança, ainda serão leituras, compreensões, soluções, ações que se pautam dentro de uma perspectiva reducionista e, portanto, limitada frente a complexidade da sustentabilidade.

Os estudos sobre a necessidade de mudança ontológica levaram aos trabalhos de Levinas (1980), Luhmann (1977, 1995) e Morin (2003a, 2003b, 2005a, 2005b, 2005c, 2012, 2017). Todos esses autores se pautam pela premissa de que a realidade é complexa, porém na proposta levinassiana a complexidade emerge como resultado de um rompimento com o reducionismo científico a partir da compreensão de um “Outro” infinito, rompendo com a totalidade da representação do “Eu”. Assim, a relação entre eles se complexifica e, como na proposta luhmanniana os agentes humanos estão no ambiente do sistema social, essa complexidade emergente é o “adversário” que o sistema precisa lidar. Para isso, ele se complexifica e especializa internamente, afastando da condição caótica que leva ao colapso, entretanto, essa condição se mantém presente através de um horizonte infinito de possibilidades que desafia a todo momento a capacidade do sistema.

A complexificação e especialização interna do sistema somente é possível graças a capacidade de selecionar dentre inúmeros elementos, aqueles que combinados em subsistemas estabelecem diferenciações que permitirão ao sistema se autoconstituir e se manter frente a complexidade do ambiente. Estes subsistemas são especializados para lidar com a contingência, logo as informações são filtradas e codificadas para que sejam úteis as suas funções. Por sua vez, aquelas que não são úteis ou inteligíveis são descartadas ou desconsideradas e, justamente esse fato, afeta diretamente a forma como as questões acerca da sustentabilidade são compreendidas e endereçadas.

Essa capacidade de religar os elementos em diferentes níveis analíticos e envolvendo várias temáticas só é possível com o pensamento complexo proposto por Morin (2003a). Nota-se que a complexidade envolve todos os aspectos discutidos e, por isso, os reducionismos são necessários para lidar com ela. Apesar dessa necessidade, o problema ocorre quando a abordagem reducionista é admitida como verdade única e absoluta e o emaranhado rizomático sem início e fim que excede o recorte realizado é ignorado, resignificado ou encoberto para fundar uma compreensão míope e totalitária sobre temas complexos como a sustentabilidade que emerge da relação sociedade-ambiente.

No mesmo sentido, Murdoch (2001) reforça que o questionamento ontológico é o grande desafio a ser vencido, pois é necessário situar os humanos dentro do conjunto complexo de relações heterogêneas para que os elementos voltem a fazer sentido. Nesse sentido, as entidades sociais e naturais desordenadamente misturadas

formam ecologias complexas de serem estudadas e, por isso, recorre-se ao método da cartografia das controvérsias onde os debates públicos definem situações em que os discordantes atores constroem a vida social (VENTURINI, 2010a).

Nas discordâncias os atores precisam se envolver com mais intensidade e, por isso, estabelecem e rompem relações dinamicamente, relevando o tecido da existência coletiva. Nesse movimento dos atores, surgem a partir das controvérsias uma multiplicidade de pontos de vista e o método é adequado para lidar com essa complexidade de atores, ideologias, contextos, entre outros. Porém, é importante ter em mente que ao longo do processo metodológico, as complexidades tornam-se difíceis de serem gerenciadas e, por isso, o ato de desvendar a complexidade das controvérsias sempre deve estar acompanhado do ato de ordenar essa complexidade. Nesse sentido, exploração e representação se unem na cartografia e a utilidade dos mapas reside na capacidade de tornar as disputas coletivas menos confusas e complicadas, ou seja, é um método que não deve espelhar a complexidade das controvérsias, mas torná-las legíveis (VENTURINI, 2010a). Por isso, o método de análise escolhido para esta tese de natureza teórica busca desvendar o mapa de controvérsias do fenômeno apresentado, ressaltando os pontos onde os debates foram estabelecidos e os envolvidos buscam lidar com eles, provocando dinâmicas sociais que organizam a compreensão complexa do fenômeno e acabam repercutindo em interpretações futuras.

Dessa forma, a articulação teórica empreendida provoca novos olhares para o ambiente (excluído em grande parte nas teorias sociais sistêmicas), para a dimensão ético-política (práticas conscientes sendo performadas e as implicações de seus efeitos sociais), para os reducionismos sobrepostos (simplificam e igualam coisas heterogêneas), para as formas de totalização a partir de interpretações exclusivas (desqualificação, resignificação ou ignorância das demais interpretações) e, por outro lado, oferece novos insights para o estudo da relação sociedade-ambiente, em especial da ascensão e difusão do Sumak Kawsay, como por exemplo: o ofuscamento – ato que leva elementos e relações conhecidos a serem desconsiderados e deixados em segundo plano e; o infinito – aspecto desconhecido e ainda não manifesto que aglutina todas as possibilidades para qualquer entidade no mundo. O primeiro inclusive, pode ser atravessado por questões ético-políticas, levando a formas deliberadas de ofuscamentos.

Os povos originários e suas cosmovisões contribuem com discussões que atingem um fundamento ideológico iluminista que perdura até os dias atuais, a natureza está a parte dos humanos, serve como fonte de abastecimento para a sociedade e, por isso, o homem age sobre ela e a modifica em benefício próprio. O Sumak Kaway surge para oxigenar as bases filosóficas e lutar contra essa ideologia, convidando os humanos a refletirem sobre os efeitos da racionalidade instrumental reducionista da modernidade.

Para Guattari (2000) é necessário romper com essa crença de que a perspectiva puramente tecnocrática irá resolver todos os problemas e adotar uma articulação ético-política entre os três níveis ecológicos: ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana para verdadeiramente lidar com a complexidade da sustentabilidade. Nesse sentido, a articulação teórica empreendida nesse trabalho somada ao estudo analítico do Sumak Kawsay, enquanto cosmovisão dos povos originários (distinta da matriz ocidental), vai ao encontro com essa proposição do autor, contribuindo decisivamente para as discussões e reflexões acerca da sustentabilidade contemporânea dentro de uma perspectiva ético-política.

As contribuições teóricas procuram preencher o gap deixado entre as teorias dos autores apresentados como basilares para essa construção. Em Levinas (1980), a discussão se restringe a relação Eu – Outro e a interposição de um Terceiro para formar a dimensão ético-política. Desse fundamento teórico para discutir a relação sociedade-ambiente há um gap que foi preenchido com as teorias sistêmicas luhmannianas, religando e articulando elementos que antes estavam separados a partir de um pensamento complexo (MORIN, 2003a). Essa articulação entre as teorias levinassianas e luhmannianas nutridas pelo pensamento complexo moriniano permitiu repensar a sociedade em geral, seus subsistemas e suas interrelações, bem como avançar em discussões sobre o ambiente, protocolarmente discutidas em Luhmann (1977, 1989, 1995), mas que agora adquirem a dimensão ético-política trazida em Levinas (1980). É primordial notar que o ambiente está fortemente presente nas discussões envolvendo a sustentabilidade, mas muitas vezes há confusões conceituais entre ele e a ideia de natureza ou meio-ambiente que precisam ser superadas para se compreender conceitos que demonstram a complexidade em uma perspectiva inimaginável como a ideia de mundo, infinito e invisível.

Mais especificamente, os estudos organizacionais apresentam práticas interativas que são dependentes dos subsistemas da sociedade (econômico, político,

cultural, entre outros) e, por outro lado, as teorias que enfatizam a dependência do ambiente organizacional, são reducionistas e em sua grande maioria não incorporam a dimensão natural do ambiente em suas discussões. Logo, esse estudo corrobora com o que Egri e Pinfield (2002) afirmam ser fundamental no campo dos estudos organizacionais, a busca por uma diversidade de teorias capazes de estudar as organizações e seus eco-ambientes, sendo que o olhar complexo abre-se como uma oportunidade ímpar para tal feito.

Para lidar com essa complexidade real, são utilizados tanto pelos sujeitos, quanto pela sociedade os mecanismos de reducionismos, onde o que é relevante permanece dentro do recorte estabelecido e o restante é ofuscado, assim são eliminados os antagonismos e as contradições. Portanto, para endereçar questões complexas como essas que se expressam, é necessário reativar esses antagonismos e contradições, permitindo a exploração da inerente complexidade do fenômeno dentro de um olhar holístico e integral que pode levar a discussões ontoepistemológicas.

Para realizar essa empreitada acadêmica, as discussões iniciais tratam do dilema contemporâneo da sustentabilidade, que evidencia um aumento nas discussões e soluções encontradas para lidar com demandas da sociedade e, ao mesmo tempo, fica cada vez mais evidente a percepção de que o sistema ideológico-organizativo do mundo é insustentável. Na sequência, aborda-se a dicotomia entre sujeitos e sociedade, mas propondo vê-los como duas faces da mesma moeda e, o terceiro capítulo dedica um olhar para o ambiente, completando assim a dimensão ético-política conforme propõe Guattari (GUATTARI, 2000). Todo esforço teórico desses capítulos anteriores é necessário para apresentar conceitos de ofuscado e infinito e demonstrar como eles são fundamentais compreensão da relação sociedade-ambiente a partir de um pensamento complexo, rompendo com a compreensão totalitária e míope do paradigma atual.

Uma vez formada as bases conceituais, no sexto capítulo é realizado um estudo pré-exploratório, discutindo como a difusão de reducionismos aliada a ampla aceitação produz pathways que se estabelecem como verdades absolutas e inquestionáveis. Esse estudo pré-explorado fornece insights importantes para a construção do percurso metodológico e, também, complementa a análise apoiada na utilização do mapa de controvérsias proposto por Venturini e Venturini e Munck (2010a, 2010b; 2022).

No capítulo 8 são apresentados e analisados os princípios do Sumak Kawsay e como sua difusão provocou um debate público onde encontram-se discordâncias em três dimensões: a conceitual-paradigmática, a político-histórica e a econômico-desenvolvimentista. As discordâncias caracterizam uma controvérsia e, como tal, são o motor de construção da vida social. Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre os pontos articulados no trabalho e essa proposição de sustentabilidade advinda dos povos originários que se irradia pela América Latina e pelo mundo.

2 O DILEMA CONTEMPORÂNEO DA SUSTENTABILIDADE

Contemporaneamente, o termo sustentabilidade reverbera em vários âmbitos da sociedade. Ele está presente tanto nas agendas políticas, quanto nos relatórios ambientais das organizações. No primeiro caso, a sustentabilidade atua como um mecanismo orientador do desenvolvimento das ações pertinentes àquela esfera, enquanto no segundo, ela pode se manifestar nas diretrizes de planejamento ou através da mensuração de indicadores.

Além disso, o termo também pode ser encontrado em outros âmbitos da sociedade: no meio acadêmico onde é exortado nas pesquisas e disciplinas de várias formas, ou mesmo, nos diversos contextos de práticas coletivas de onde emergem movimentos que buscam mudanças amplas e profundas. Em suma, é crível pensar que, em maior ou menor grau, a temática da sustentabilidade encontra-se imersa e pulsante na sociedade, alimentando a percepção de que um caminho de mudanças necessárias para um futuro melhor está sendo percorrido.

A concretude dessa percepção de que algo está mudando, só é possível graças aos trabalhos que chamaram a atenção para as questões ambientais na década de 60. Nas décadas seguintes, esses primeiros trabalhos vão abrir espaço para temáticas que envolvem o crescimento populacional desordenado que culmina na extrapolação da capacidade de carga do planeta; a adoção de um estilo de vida materialista que é insustentável e que reforça a desigualdade e os problemas sociais; a industrialização da natureza que leva ao desperdício e poluição de recursos naturais, principalmente os não-renováveis; a perda de biodiversidade com extinção de uma parte da vida planetária e, também, as mudanças irreversíveis em biorregiões que deterioram as possibilidades do habitar e do viver humano (EGRI; PINFIELD, 2002).

Essa amplitude de pontos temáticos permitiu a incorporação de diversas ontologias, abordagens teóricas e casos de estudos que levaram a um “boom” na audiência e na disseminação da temática da sustentabilidade em vários âmbitos da sociedade, por isso, ela alcança as agendas políticas, relatórios ambientais e os mais variados contextos de práticas. Em suma, a sustentabilidade é aceita e incorporada pelos principais subsistemas da sociedade: o subsistema científico que atua como o agente problematizador e catalizador; o subsistema político que atua como o agente regulador e promotor de mudanças e o subsistema econômico que, em certa medida, é considerado a principal fonte de geradora de problemas e, ao mesmo tempo, o

principal agente com potencial para desenvolver e consolidar as soluções necessárias (BARKEMEYER et al., 2014; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; MEBRATU, 1998).

Para Connelly (2007), a imprecisão conceitual é um dos fatores que contribuem para essa escalada da temática na sociedade, pois abre espaços para distintas interpretações peculiares, bem como, para inevitáveis contestações. Nesse sentido, o autor destaca as três formas utilizadas para lidar com a imprecisão do termo (CONNELLY, 2007):

- a) ignorar a complexidade inerente ao conceito e apresentá-lo como não problemático;
- b) não ignorar a complexidade inerente, porém avançar admitindo uma interpretação exclusiva como correta em detrimento das demais. Nesse caso, a principal justificativa é que a definição escolhida se alinha melhor com os princípios da ideia original;
- c) a última procura uma posição analítica mais aberta e agregadora para lidar com a ambiguidade do conceito e, por isso, concebe a análise a partir de um eixo central que procura mensurar a intensidade do comprometimento de cada uma das várias interpretações possíveis com a temática.

Trabalhos como o de Elkington (1997) ilustram a primeira forma de lidar com a impressão conceitual, onde é desenvolvida toda uma teoria sem questionar os pressupostos fundantes da base conceitual. A segunda situação pode ser exemplificada pelo trabalho de Brundtland (1991) que propõe uma interpretação particular frente a tudo que havia até o momento e, por fim, os trabalhos de Egri e Pinfield (2002) e Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) são bons exemplos da terceira forma de lidar com a imprecisão conceitual.

Para Haughton e Counsell (2004) é mais produtivo reconhecer a multiplicidade de sustentabilidades e analisar as maneiras pelas quais elas são moldadas e mobilizadas nos discursos, do que perpetuar a busca infundável por um conceito definitivo. Ao agir assim, o conceito gradativamente deixa de ser amplamente aceito como “neutro”, “não-problemático” e que se preocupa com o “bem-estar” de todos, para ser compreendido como “uma questão profundamente problemática, altamente politizada e contenciosa em torno da qual grandes lutas de poder e legitimidade tem emergido” (HAUGHTON; COUNSELL, 2004, p. 73).

Os apontamentos de Connelly (2007) e Haughton e Counsell (2004) alertam que a disseminação e propagação da sustentabilidade na sociedade deve ser recebida com certa precaução, pois os resultados que são manifestados e reconhecidos podem ser oriundos de uma perspectiva que se pauta no reducionismo da complexidade para ser dominante.

Vale destacar que a esfera científica permite averiguar essa capacidade de resposta da sociedade as demandas da sustentabilidade através dos estudos produzidos. O processo científico é cíclico, pois uma parte dos resultados obtidos nos estudos acabam perpassando e sendo incorporados à dinâmica da sociedade, implicando em transformações que se tornam fontes de novos estudos. Essa recursividade é o que permite a essa esfera fornecer respostas sistêmicas as dinâmicas da sociedade contemporânea.

Obviamente, que a apresentação processual da relação entre as ciências e as sociedades aqui empreendida é por deveras simplificado, entretanto, ela é útil no sentido de apresentar como o avanço científico estrutura uma forma de resposta sistêmica para as transformações que ocorrem nos meios natural e social. Para Kuhn (1998) o avanço científico está pautado tanto no acúmulo gradativo de conhecimento sobre determinado fenômeno, quanto nas revoluções científicas que dão origem a novas formas de pensar sobre os fenômenos.

A acumulação de avanços científicos leva a constituição de um paradigma, onde as crenças anteriormente empregadas em uma determinada disciplina ou fenômeno são amplamente aceitas pela comunidade científica como as mais próximas a realidade e, por isso, devem continuar a pautar os estudos futuros, o que inevitavelmente leva a marginalização de abordagens concorrentes. Para Kuhn (1998) essas características demarcam o que ele chama de “ciência normal”, que:

[...] significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior (KUHN, 1998, p. 29).

Os cientistas que empregam seus esforços na ciência normal tendem a buscar soluções para vários tipos de “complexos quebra-cabeças instrumentais, conceituais e matemáticos” (KUHN, 1998, p. 59), e a motivação para isso está baseada na convicção de que ele resolverá aquele “quebra-cabeça” que ninguém conseguiu resolver ou, caso já tenha sido resolvido, encontrará uma solução através de uma

maneira inteiramente nova, capaz de desbancar a anterior. Além disso, o autor ainda salienta que “para ser classificado como quebra-cabeça, não basta ao problema possuir uma solução assegurada. Ele também deve obedecer as regras que limitam tanto a natureza das soluções aceitáveis, como os passos necessários para obtê-las” (KUHN, 1998, p. 61).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a ciência normal que estuda a sustentabilidade está assentada principalmente nas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial, a que deu origem ao Relatório de Brundtland em 1987 (MEBRATU, 1998; REDCLIFT, 2005) e que, posteriormente, foi complementada por outras contribuições teóricas, especialmente, o Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*). Essa complementariedade reforçou a ideia que as estratégias e ações em prol de um futuro melhor deveriam buscar o equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental para que as sociedades se tornassem sustentáveis ao longo do tempo, conforme proposição de Elkington (1994, 1997).

Nota-se que a estratégia adotada para lidar com a imprecisão do termo corresponde ao primeiro método descrito por Connelly (2007), onde ignora-se a complexidade inerente do termo e o trata como não problemático. A base para o desenvolvimento do Tripé da Sustentabilidade foi o conceito apresentado no Relatório de Brundtland que é apresentado como não problemático e é utilizado na construção da teoria em questão. Por sua vez, o conceito apresentado em Brundtland utiliza a segunda estratégia para lidar com a imprecisão do termo, conforme classificação de Connelly (2007). Logo, fica claro que podem ocorrer combinações e encadeamentos dessas estratégias, o que leva a um problema grave quando se reflete sobre os resultados propostos a partir da leitura reducionista dessas teorias frente as demandas complexas da sustentabilidade. Essa forma particular de lidar com a sustentabilidade permanece até que novas soluções sejam propostas no sentido de desafiar o paradigma vigente, conforme observou Kuhn (1998).

Essas novas soluções emergem quando a “ciência normal” não consegue oferecer respostas adequadas às demandas, ou quando, acabam surgindo anomalias a partir das respostas oferecidas. Para Kuhn (1998), nessas condições instaura-se crises no paradigma que podem levar a revolução científica.

As crises podem terminar de três maneiras: algumas vezes a ciência normal acaba revelando-se capaz de tratar do problema que provoca crise [...]. Em outras ocasiões o problema resiste até mesmo as novas abordagens, ainda que radicais. Nesse caso, os cientistas podem

concluir que nenhuma solução para o problema poderá surgir no estado atual da área de estudo. [...]. Ou, finalmente, uma crise pode terminar com a emergência de um novo candidato a paradigma e com uma subsequente batalha por sua aceitação (KUHN, 1998. p. 115-16).

Essa insuficiência do paradigma da sustentabilidade foi direta e indiretamente atestada por vários autores em diferentes épocas, quando questionaram os paradigmas vigentes que determinavam como o mundo devia ser interpretado.

O primeiro exemplo é o trabalho de Alfred Whitehead em 1861, ao mostrar que o termo “complexo” na expressão “a natureza é um complexo de entidades interrelacionadas”, é um termo do pensamento que expressa tanto a ideia abstrata de demonstrar as entidades naturais e suas interações em sua totalidade, quanto explicita a incapacidade dos seres pensantes em apreender sensivelmente toda a estrutura do complexo da natureza. Desse modo, ainda que o termo expresse uma ideia completa, ele é incapaz de expressar claramente em termos de realidade factual o que é o “complexo da natureza” (WHITEHEAD, 1994).

A estrutura do complexo natural jamais pode ser completada em pensamento, da mesma forma como os fatores de um fato jamais podem ser exauridos na apreensão do sensível. A inexauribilidade é um caráter essencial de nosso conhecimento da natureza (WHITEHEAD, 1994, p. 19).

Em momento posterior, Prigogine e Stengers (1984), sinalizaram criticamente o grau de “miopia” que as ciências positivas apresentavam em relação aos estudos envolvendo a sociedade e natureza. O caráter complexo da relação entre esses termos extrapola a capacidade analítica do paradigma, bem como coloca em xeque a capacidade dessa ciência em controlar as consequências através da técnica instrumental da previsão baseada em modelos científicos.

Para a maioria dos cientistas, a filosofia da natureza se tornou sinônimo de uma especulação arrogante e absurda, que frequentemente atropela os fatos e, conseqüentemente, se mostra equivocada quando esses fatos são considerados. Por outro lado, para a maioria dos filósofos, lidar com a natureza e competir com a ciência tornou-se um sinal de perigo constante. A divisão entre ciência, filosofia e estudos humanísticos foi, portanto, agravada pelo medo e desdém mútuos (PRIGOGINE; STENGERS, 1984, p. 89).

Em 1992, Milton Santos tece sua crítica sobre a constante aceitação de uma interpretação particular da natureza. No artigo o autor reforça como a natureza artificializada através da tecnociência tornou-se uma marca importante na história do pensamento sobre a natureza. “Fomos rodeados, nestes últimos 40 anos, por mais objetos do que nos precedentes 40 mil. Mas sabe-se muito pouco sobre o que nos

cerca. A Natureza tecnicizada acaba por ser uma natureza abstrata” (SANTOS, 1992, p. 99), pois as técnicas insistem em imitá-la e conseguem com algum sucesso.

Com a presença do home sobre a Terra, a Natureza está sempre sendo redescoberta, desde o fim de sua história natural e a criação da natureza social, ao desencantamento do mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, logo, domesticada é apresentada a nós como sobrenatural (SANTOS, 1992, p. 96).

Em suma, há indícios que as críticas aos paradigmas dominantes datam de mais de 100 anos, principalmente, quando se observa esse recorte histórico enfocando a relação entre a sociedade e a natureza. No bojo das críticas é frequente encontrar menções diretas ou indiretas ao processo de redução da complexidade que, de certo modo, extirpa, oculta, dissimula, ignora parte da realidade e/ou do fenômeno, levando a uma capacidade limitada na compreensão do mundo. Recentemente, essa percepção é compartilhada por outros autores como Latour (2012), Morin (2003b, 2005a, 2005b, 2005c, 2012, 2017), Capra (2008), entre outros.

Logo, é um equívoco acreditar que existe um paradigma estabelecido e consistente acerca da sustentabilidade, pois sempre houve críticas diretas ou indiretas as bases adotadas em sua concepção. Essas críticas se desdobram no entendimento restrito e socialmente convencionado da natureza, na forma instrumentalizada de lidar com ela ou na incapacidade da epistemologia positivista de lidar com a complexidade já sinalizada por vários autores. Diante disso, um bom indicativo do que está ocorrendo na produção científica contemporânea é olhar o comportamento dessa temática ao longo dos anos, ver sua evolução não somente com o viés da acumulação científica, mas observando também a falta de consenso em torno de um entendimento central e amplamente aceito pela comunidade científica.

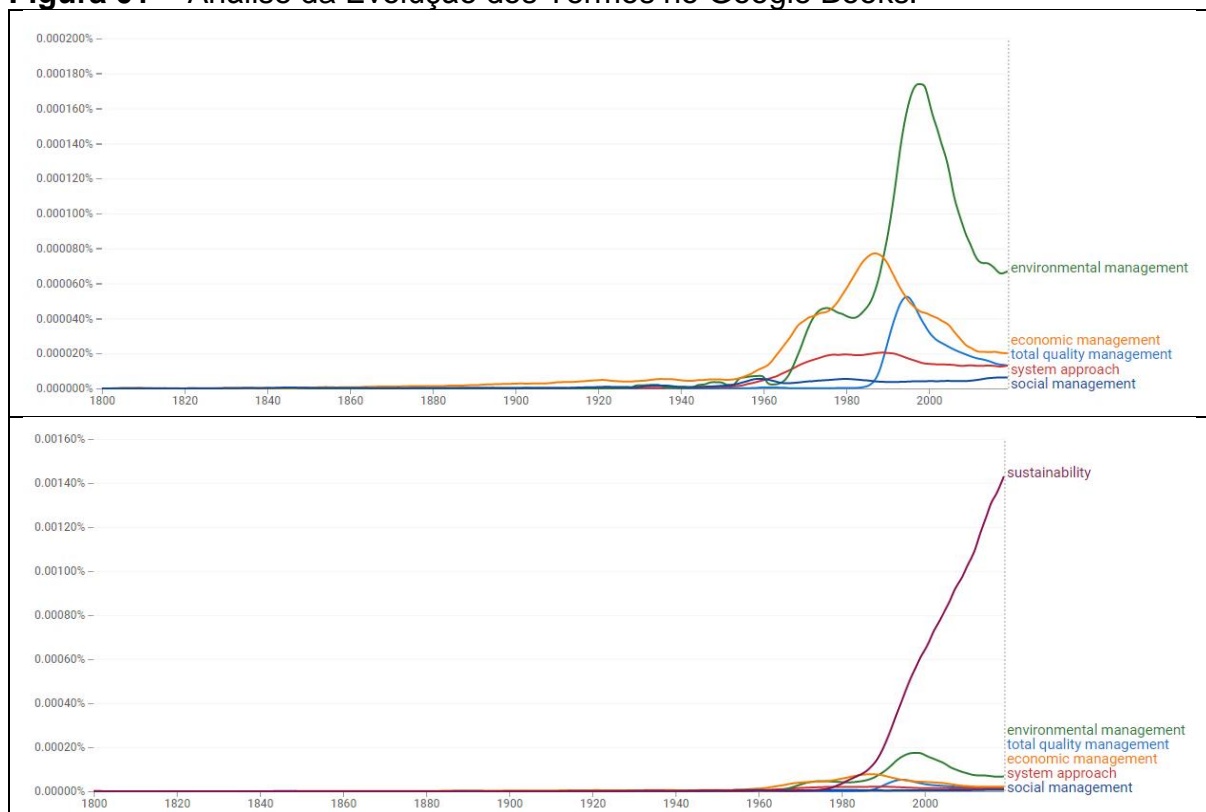
Para Kuhn (1998), o desenvolvimento não-cumulativo de trabalhos incompatíveis com aqueles dispostos no paradigma é um indicativo da incapacidade da ciência normal em responder a todos os problemas e, além disso, se os problemas permanecem mesmo com esse aumento de trabalhos não-cumulativos, instaura-se uma condição onde é possível concluir que não há possibilidades de apresentar respostas adequadas no atual nível de desenvolvimento científico.

Com o intuito de observar o comportamento da temática sustentabilidade no campo científico foram feitas duas pesquisas e utilizadas duas bases de dados diferentes. A primeira pesquisa foi realizada em uma base de dados de livros em inglês

e visa observar o comportamento da temática principal (sustentabilidade) em relação a outras temáticas no campo da administração (gestão ambiental, econômica e social, gestão da qualidade total e abordagem sistêmica). Para a segunda pesquisa utilizou-se a mesma base de dados anterior e mais uma que agrega a publicação de artigos científicos de periódicos com o intuito de averiguar o comportamento da temática principal (sustentabilidade) em relação ao comportamento das suas componentes mais utilizadas na literatura (ambiental, social e econômica).

A primeira base de dados compreende os livros indexados pela empresa *Google* e que foram publicados em inglês desde 1800. A empresa também disponibiliza a ferramenta de pesquisa, chamada *Google Books Ngram Viewer* (MICHEL et al., 2011). Para realizar a primeira pesquisa de comportamento da temática utilizou os seguintes termos em inglês: gestão ambiental (*environmental management*), gestão econômica (*economic management*), gestão social (*social management*), abordagem sistêmica (*system approach*) e gestão da qualidade total (*total quality management*). Para uma melhor visualização o termo sustentabilidade (*sustainability*) foi acrescentado posteriormente conforme demonstra a figura 01.

Figura 01 – Análise da Evolução dos Termos no Google Books.



Fonte: Próprio autor com auxílio da ferramenta *Google Books Ngram Viewer* (2020).

A figura 01 apresenta as duas imagens (com e sem a temática da sustentabilidade) para melhorar a visualização do comportamento. Na primeira imagem da figura 01 é apresentado o comportamento das temáticas que tem vinculação com a administração. Todas apresentam um comportamento que pode descrito em 03 fases distintas: o crescimento do número de publicações indicando o aumento do interesse nas temáticas; o ápice da curva indica o amadurecimento das discussões e o encontro de respostas satisfatórias para os problemas demandados e, por fim, a diminuição do interesse nas discussões gerais é acompanhado do aumento dos estudos focados no aprofundamento das respostas oferecidas pelo paradigma dominante (KUHN, 1998). Esse tipo de comportamento indica que na disputa paradigmática, um deles foi capaz de fornecer respostas adequadas aos problemas propostos e, por isso, ele encontra-se consolidado como dominante, determinando as agendas de pesquisas futuras.

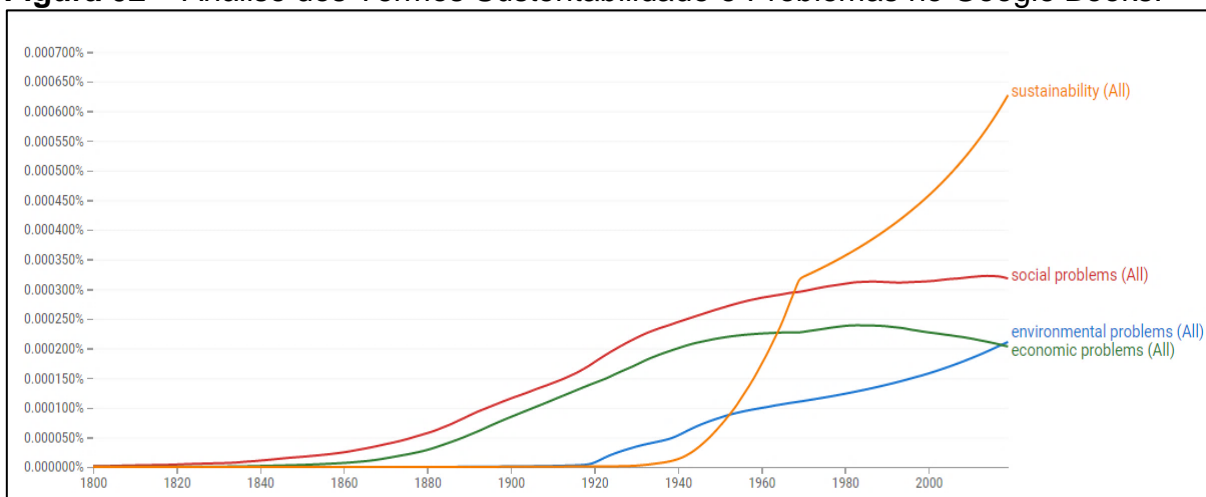
Com a inclusão do termo sustentabilidade (*sustainability*) na segunda imagem da figura 01, é possível notar o comportamento indica um aumento do número de publicações sem, no entanto, apresentar um ápice ou decréscimo do interesse. Esse comportamento é um indicativo de que as respostas oferecidas ainda não são adequadas para o enfrentamento dos problemas propostos e que, não há um consenso em torno de um paradigma dominante. Mesmo que haja um candidato à paradigma mais propício ou com aceitação em outros âmbitos da sociedade, é impossível creditar esse comportamento crescente somente à necessidade de ratificação desse candidato a dominante. Pelo contrário, também são encontradas publicações que visam questionar a inadequação das respostas dadas, bem como os limites impostos pela proposta mais aceita. Em suma, não há um paradigma dominante consolidado e as respostas dadas até o momento ainda estão longe de atender efetivamente as demandas.

Essa condição de não consolidação de um paradigma dominante instiga um olhar mais detalhado, por isso a realização de uma segunda pesquisa. Partindo da premissa de que os relatórios e/ou soluções envolvendo a sustentabilidade, geralmente, se pautam na proposta do tripé da sustentabilidade, a segunda pesquisa envolve os termos problemas ambientais, sociais e econômicos.

A primeira pesquisa foi feita no *Google Books Ngram Viewer* (MICHEL et al., 2011) e a segunda foi realizada na base de dados da *Web of Science* da *Clarivate*

Analytics, utilizando os seguintes termos em inglês: sustentabilidade (*sustainability*), problemas econômicos (*economic problems*), problemas ambientais (*environmental problems*) e problemas sociais (*social problems*).

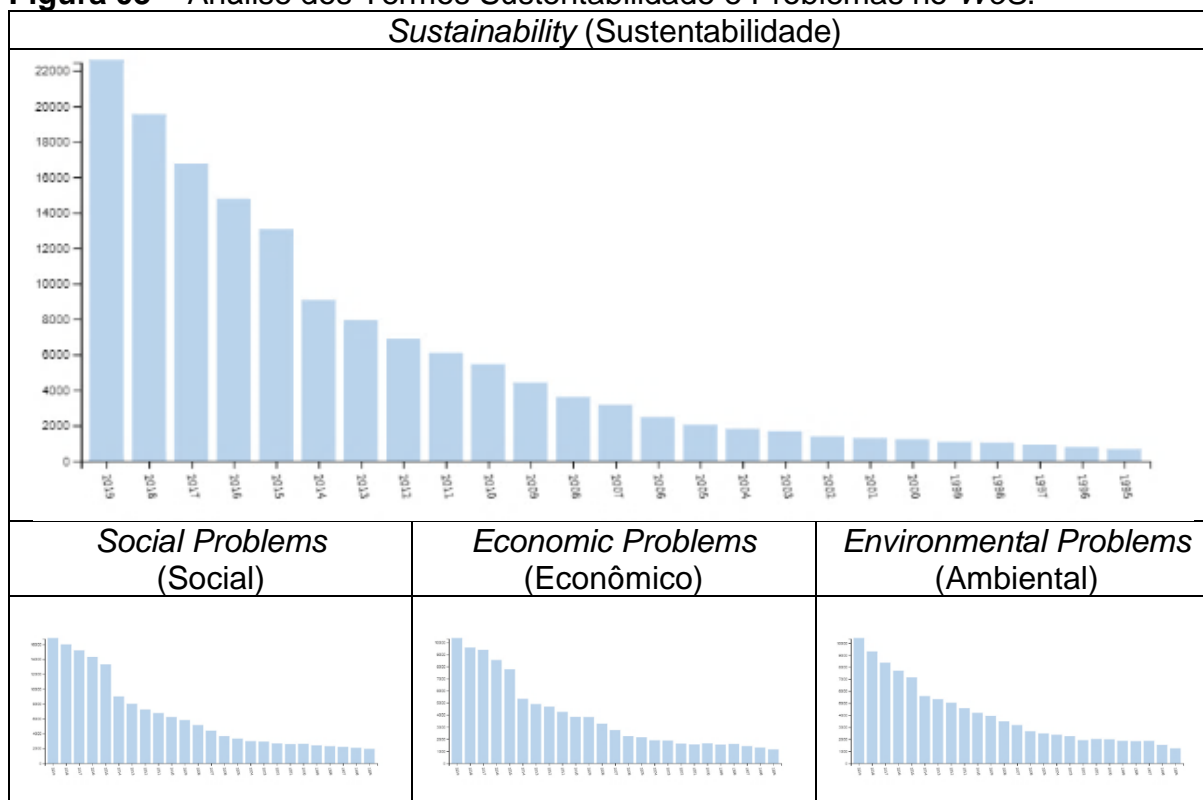
Figura 02 – Análise dos Termos Sustentabilidade e Problemas no Google Books.



Fonte: Próprio autor com auxílio da ferramenta *Google Books Ngram Viewer* (2020).

A figura 02 expressa alguns pontos importantes: i) as questões sociais e econômicas são retratadas na literatura desde o ano de 1820 e 1850 respectivamente; ii) praticamente 100 anos após o início das discussões sociais e econômicas surgiu o interesse nas questões ambientais; iii) aproximadamente 20 anos após o início das discussões ambientais, a ideia de “ser mais sustentável” surge como solução para os graves problemas contemporâneos e é atribuído ao termo sustentabilidade a responsabilidade de lidar com cerca de 100 anos de discussões sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos; iv) entre os anos de 40 e 70 a produção científica acerca da sustentabilidade é mais intensa devido ao seu frescor inicial; v) mesmo 50 anos após esse rearranjo acadêmico, todas as vertentes isoladas continuam a apresentar tendência de crescimento, mesmo com um aumento significativo das publicações sob o rótulo de sustentabilidade, com exceção das questões econômicas.

Por sua vez, a pesquisa realizada na *Web of Science* com os mesmos termos, demonstra um comportamento semelhante aos resultados encontrados na base de dados do *Google*. Nas imagens dispostas na figura 03 apresenta-se os resultados da pesquisa no campo da administração envolvendo os termos em inglês.

Figura 03 – Análise dos Termos Sustentabilidade e Problemas no WoS.

Fonte: Próprio autor com auxílio das ferramentas do *Web of Science* (2020).

É notório que o comportamento segue a tendência de crescimento para todos os termos pesquisados e, conforme, análise empregada anteriormente, é um indicativo de que não há a consolidação de um paradigma dominante, nem mesmo dentro de uma abordagem que é considerada estável para os vários âmbitos da sociedade (tripé da sustentabilidade).

A partir do apresentado, três pontos parecem centrais para a compreensão da sustentabilidade contemporaneamente: i) a tentativa de englobar mais de 100 anos de discussões é um indicativo do quão complexo é lidar com a sustentabilidade ou lidar com o que ela tenta representar; ii) a exigência de que as respostas atendam a todas as demandas conjuntamente e sem distinção cria uma dificuldade para o correto endereçamento dessas questões dentro de um paradigma e; iii) que o termo sustentabilidade não engloba totalmente e adequadamente as questões relacionadas aos problemas ambientais, sociais e econômicos.

A reflexão empreendida até o momento nos leva a questionar outros aspectos da sustentabilidade como as soluções já consolidadas e implementadas em vários âmbitos da sociedade. Esse questionamento não deve se restringir somente ao plano da adequação da solução em relação à demanda, mas precisa ir além e incorporar outros aspectos como os vieses ideológicos que fundamentam a opção por uma

solução em detrimento de outras e, também, compreender os efeitos colaterais que decorrem da aplicação de uma solução inadequada na sociedade (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

A solução é inadequada na medida que o desenvolvimento de uma solução complexa e integral é impossível dentro do paradigma de ciência contemporâneo, pois esse se baseia na redução da complexidade, em outras palavras, as soluções tendem a priorizar um ou outro aspecto da sustentabilidade conforme aquele que está fazendo a proposição e, tal fato, não reduz somente a amplitude e o alcance dos seus efeitos solucionadores, mas também tende a restringir as discussões em torno dela.

Analogamente, ela é tida como inadequada na medida que para se consolidar como uma solução amplamente aceita na sociedade, precisa ignorar as discussões conceituais que permeiam o campo e estabelecer uma vinculação com uma abordagem pré-escolhida e defendida como aquela que é mais fiel aos anseios originais, conforme já indicado por Connelly (2007).

Outro ponto que reforça a inadequação das soluções contemporâneas pode ser ancorado no próprio sistema de recepção, avaliação e aceitação científica de um trabalho acadêmico. É importante notar que independente das questões ontológicas e epistemológicas, o processo em si é reducionista, uma vez que assegura como válidos somente trabalhos que estejam adequados a uma forma pré-estabelecida e classificando os demais como não-científicos. Assim, o ingresso no campo científico se dá através de um processo sistemático de redução e que, posteriormente, esse conjunto reduzido de trabalhos válidos será utilizado no desenvolvimento e aplicação das soluções para problemas que não reconhecem esse “filtro” aplicado.

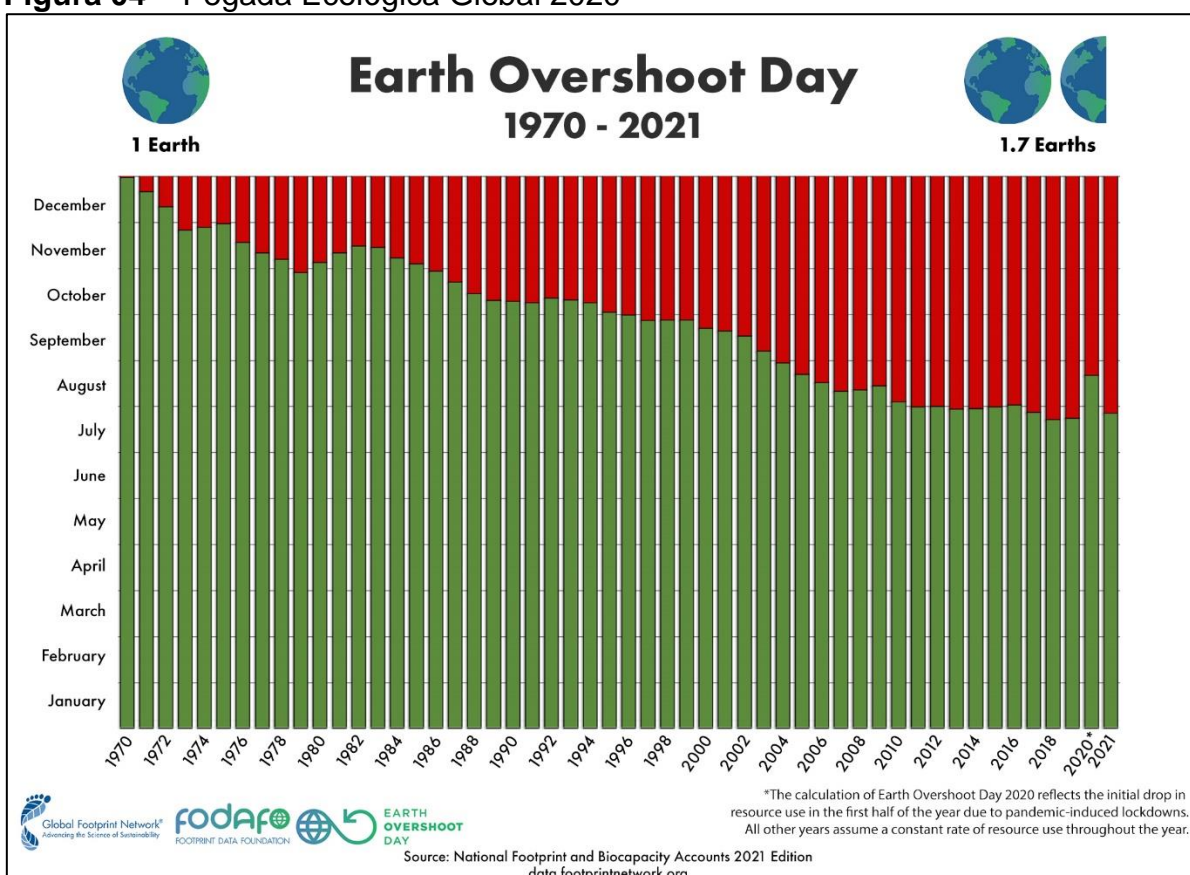
Assim, fica claro que existe um conjunto de conhecimentos que são performados longe do campo acadêmico, inclusive alguns desses nem são submetidos ao seu escrutínio. Nesse caso, esses conhecimentos são a experiência no mundo, a práxis do viver arraigado na natureza, os quais são constituídos por atividades práticas, situadas, imbuídas de história e em constante mudança (ESCOBAR, 2005).

Essas práticas se materializam a partir da disputa conceitual e inadequação das soluções propostas e conforme aponta Kuhn (1998) elas são “soluções” temporárias para contextos específicos e são otimizadas para os “quebra-cabeças” ali existentes. A urgência dos problemas imprime a impossibilidade de aguardar o desenvolvimento de uma solução adequada e faz com que essas práticas sejam

desenvolvidas e aplicadas na sociedade para o enfrentamento dos problemas, sendo eles urgentes ou não.

Se as práticas se fazem presentes desde o início das preocupações ambientais, então as práticas empregadas deveriam ensejar algum tipo de impacto perceptível nos problemas, mesmo que suave. A evolução das práticas pode ser observada através de duas temáticas: a Pegada Ecológica Global e os Estudos do Antropoceno.

Figura 04 – Pegada Ecológica Global 2020



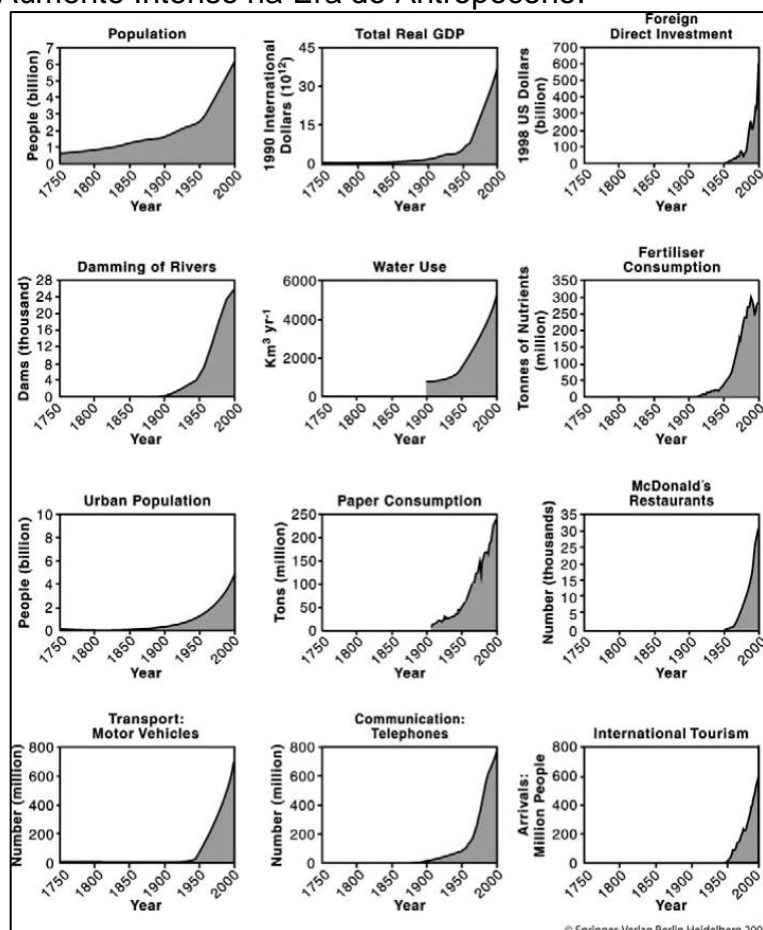
Fonte: Press Release Jun-20 da Global Footprint Network (2020).

A figura 04 ilustra o dia ao longo do ano em que a humanidade consumiu todos os recursos biológicos renováveis e, a partir dessa data, passa a consumir os recursos não-renováveis. Através de pesquisas concluiu-se que o primeiro déficit ecológico ocorreu em 1970, mas que no geral a humanidade ainda consumia quase em sua totalidade apenas recursos renováveis. Por sua vez, em 2021 observa-se uma mudança significativa nesse comportamento, onde os recursos renováveis findam-se ao final de julho e inicia-se o consumo de recursos não renováveis. Em suma, hoje precisa-se de mais de um planeta Terra inteiro para atender a humanidade, mais precisamente 1,6 planetas.

Vale chamar a atenção que 2020 houve um recuo significativo no consumo de recursos não-renováveis devido aos lockdowns que foram adotados em vários países, mas que em 2021 o comportamento nocivo à natureza voltou a “normalidade”, mesmo com todos os efeitos colaterais globais da pandemia, como por exemplo: o alto número de mortes e o desabastecimento econômico que ocorreu em vários setores.

O mesmo comportamento pode ser observado na publicação de Will Steffen, Paul Crutzen e John MacNeill (2007) baseado na publicação de Paul Crutzen (2002) na prestigiada revista *Nature*. O trabalho em questão apresenta os impactos do que os autores denominam a Era do Antropoceno que é descrito como o período geológico onde os humanos se tornaram a principal força geológica que impacta o planeta, em especial o clima e a natureza, conforme mostra a figura 05.

Figura 05 – O Aumento Intenso na Era do Antropoceno.



Fonte: Steffen, Crutzen e McNeill (2007).

A figura 05 apresenta vários itens afetados em proporções gigantescas a partir da evolução populacional, como por exemplo o aumento no represamento de rios, no desperdício de água, no consumo de fertilizantes e de combustíveis fósseis, entre outros. Segundo os autores, cada um desses itens apresenta um limite operacional

que não deve ser ultrapassado, pois geraria uma degradação irreversível (CRUTZEN, 2002). Logo, os autores concluem que a explicação para os índices dos itens estarem além dos limites operacionais é porque a evolução populacional se tornou uma força geofísica que é capaz de levar a Terra a destruição (STEFFEN; CRUTZEN; MCNEILL, 2007).

Apesar do artigo ser de 2007, o termo antropoceno continua ativo e, contemporaneamente, é motivo de debates teóricos que vão para além da visão estritamente focada na humanidade enquanto espécie, conforme demonstram os trabalhos de Hornborg (2015) e Moore (2016) no próximo capítulo. Por hora o foco da discussão está na avaliação longitudinal empreendida no trabalho e que demonstra que as práticas sustentáveis adotadas a partir dos anos 70 parecem não produzir os resultados desejados, ou seja, as mudanças que viram da adoção dessas práticas não se concretizaram ou os efeitos da sua concretude são ínfimos em relação a complexidade dos problemas a serem enfrentados.

Ao final do Século 20, a questão da natureza permanece sem solução em qualquer ordem social ou epistemológica. Isso quer dizer que, tanto a sociedade moderna não é capaz de encontrar os meios para lidar com os problemas da natureza sem destruí-la, quanto as respostas dadas pelo conhecimento moderno tem se provado insuficientes para a tarefa demandada, mesmo apresentando avanços ao longo das décadas (ESCOBAR, 1999, p. 1).

Bawden (2007) reforça esse entendimento ao olhar para as práticas contemporâneas e alegar que a condição em que a sociedade encontra-se atualmente é resultado de um dilema que envolve a imensa dificuldade em conciliar a contínua espoliação ambiental com as práticas que visam reverter essa condição.

Em muitos aspectos, esse tem sido um período frustrante, pois as novas descobertas parecem emaranhar ainda mais as relações implícitas na sustentabilidade e, com isso, necessita-se de soluções cada vez mais complexas que envolvem ações mais difíceis, demoradas e talvez, em última análise, até impossíveis de serem implementadas (COLBURN et al. 1990 apud EGRI; PINFIELD, 2002, p. 466).

Diante das evidências expostas, é inevitável questionar se a estrutura moderna, incluindo a sociedade, a cultura, a política, as ciências, a economia, entre outros; nos impôs limites que reduzem e delimitam a capacidade de autorreflexão sobre as relações que se estabelece conosco e com a natureza? Seria esse o fator que

restringe a possibilidade de propor respostas complexas ao contexto desafiador contemporâneo?

A natureza ontológica inerente à questão leva Bawden (2007) a sugerir que para lidarmos com essa complexidade é necessário envolver mudanças nos três níveis do “sistema de conhecimento ou aprendizagem”: o subsistema cognitivo, o metacognitivo e o cognitivo-epistêmico, sendo que neste último é o lócus da capacidade autorreflexiva crítica para questionar e lidar com os limites ontológicos e epistemológicos adotados pelo sistema. Dessa forma, o autor sinaliza que é possível oferecer resposta nos dois primeiros níveis, mas não no último, pois isso significa questionar diretamente a visão de mundo que pauta a complexidade organizacional do sistema.

Esse nível de questionamento é reforçado por Egri e Pinfield (2002) ao afirmarem que para lidar com a temática que envolve a biosfera e as organizações sociais é necessária uma abordagem holística multifacetada (diferentes níveis organizacionais), interdisciplinar (afeta todas as ciências) e capaz de lidar com a controvérsia (conflito político devido aos distintos cursos de ação). Tal condição só pode ser concretizada em um nível transdisciplinar capaz de fornecer questionamentos cognitivos-epistêmicos.

Assim, posicionar a discussão nesse nível é desafiar uma visão de mundo dominante, o que para Kuhn (1998) significa enfrentar fortes resistências:

A ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto – com custos consideráveis, se necessário. Por exemplo, a ciência normal frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos (KUHN, 1998, p. 24).

Partindo da premissa que esse é o caminho que deve ser trilhado, os próximos capítulos visam aprofundar as discussões envolvendo a sustentabilidade, o reducionismo sistêmico, a necessidade de um pensamento complexo, entre outros; com o objetivo de tornar mais claro e averiguar se o *turning point* necessário para a realização de transformações nessa temática, realmente reside no âmbito do questionamento ontológico e epistemológico da relação entre a sociedade e ela mesma, bem como dela para com seu ambiente.

Portanto, o esforço segue no sentido de buscar essa guinada ontológica que capacita a ampliar a compreensão da relação sociedade e ambiente. Para isso, buscou-se uma aproximação entre os temas ética e relações sociais, o que levou aos trabalhos de Emmanuel Levinas (1980), os quais rompem com a ontologia egocêntrica da ciência e sugerem que a ética deve ser o elemento estruturante da relação entre o Eu e o Outro. Por sua vez, essa proposta abre uma via de compreensão mais complexa, orgânica, relacional e inclusiva, capaz de reorientar os entendimentos acerca dos fenômenos destacados neste trabalho de forma recorrente.

3 SUJEITOS E SOCIEDADE: AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Este capítulo trata das construções teóricas de Levinas (1980), as quais envolvem uma mudança ontológica nas ciências ocidentais. Essa mudança se apoia em um deslocamento ontológico que desloca de uma posição egocêntrica para outra mais relacional. Deste movimento emerge o olhar para o Outro, o qual interpela e busca ser acolhido sem ser objetivado.

A relação com o ser, que atua como ontologia, consiste em neutralizar o ente para o compreender ou captar. Não é, portanto, uma relação com o outro como tal, mas a redução do Outro ao Mesmo. Tal é a definição de liberdade: manter-se contra o outro, apesar de toda a relação com o outro, assegurar a autarquia de um eu. A tematização e a conceptualização, aliás inseparáveis, não são paz com o Outro, mas supressão ou posse do Outro. De fato, a posse afirma o Outro, mas no seio de uma negação da sua independência (LEVINAS, 1980, p. 33).

Os apontamentos do autor demarcam a proposta de guinada ontológica, onde a realidade deixa de ser vislumbrada somente por um Eu soberano e central no mundo para ser articulada em uma relação “Eu – Outro”. Um movimento que para o autor, é fundamental para suplantar o egocentrismo arraigado na sociedade contemporânea.

Para se ter uma ideia do nível de deslocamento ontológico que tal mudança provoca, o autor nos convida a refletir através de seus textos sobre como a história sistematicamente ignora a transcendência que existe entre o Eu e o Outro, ou seja, cada um destes entes possuem uma posição absoluta e diferenciada no cosmos que permite a cada um deles narrar o mesmo fluxo temporal de forma distinta e, de tal modo que, é impossível fundi-las em uma única perspectiva totalizante. Morin (2003b, 2005a, 2005b, 2005c, 2012, 2017) através do seu trabalho “O Método” coloca sob análise essas questões envolvendo a posição egocêntrica, o Eu e o Cosmos sinalizando como as reduções e dicotomias enfraquecem a capacidade de entendimento desses elementos.

Em suma, essa é uma nova forma de experienciar a realidade de forma que o Eu ocupe não uma posição central e reinante sobre as demais, mas o seu lugar no cosmos junto com os demais entes. Dessa forma é possível estabelecer uma outra forma de se relacionar, de conhecer, de compreender as pessoas, a sociedade e o mundo. Diante disso, é possível afirmar que esse deslocamento provoca também uma guinada ontológica, tão necessária para lidar com a complexidade corrente.

Por outro lado, é importante ressaltar que ainda que essa proposta ontológica de Levinas (1980) seja uma nova forma de experienciar a realidade, ela ainda continua pautada em uma perspectiva puramente antropológica e dentro de certos limites antropocêntrica. Para ilustrar isso, contrasta-se esta afirmativa com as evidências oriundas da sustentabilidade, onde se busca um olhar para além da dimensão humana, compondo com elementos que constituem o ambiente e o mundo. Ainda que se possa inferir desdobramentos a partir dos textos de Levinas (1980), a discussão fica restrita a relação Eu – Outro ou no máximo a um Terceiro que se interpõe à essa relação antropológica, e, por isso, é nesse gap que busca-se contribuir com essa discussão teórica.

O nível de abstração do “Outro” na obra levinassiana deixa aberto um espaço que pode ser explorado como uma possível aproximação entre o conceito definido pelo autor e os elementos caracterizados como não-humanos. Esse entendimento pode ser visto na coletânea de textos de Edelglass, Hatley e Diehm (2012), os quais se pautam no posicionamento do autor de não admitir, e nem negar, que é possível pensar nos animais ou na natureza através do conceito de “Outro”.

Uma passagem emblemática sobre isso pode ser vislumbrada em uma entrevista do autor onde ele menciona a expressividade que a face de um cachorro expressa e como ao encarar essa face me encontro na relação “Eu – Outro”, porém o mesmo não poderia ser afirmado sobre uma cobra, pois não sei se uma cobra tem face com expressividade (EDELGLASS; HATLEY; DIEHM, 2012). Devido a essa incerteza não explorada em profundidade pelo autor, alguns pesquisadores se engajam em discussões sobre um Outro para além do antropológico.

Essa questão aberta e incerta se apresenta simultaneamente como um espaço potencial e um limitante para se trabalhar com a sustentabilidade. Tem potencial porque o Outro rompe com a totalização realizada pelo Eu e estabelece uma nova forma de reflexão sobre a realidade, mas limita pois o enraizamento no aspecto antropo favorece a manutenção da hierarquia homem-natureza, a qual imediatamente afasta um olhar mais ecocêntrico ou sustentocêntrico (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Diante disso, busca-se acomodar as sobressalências que emergem ao se trabalhar com um viés complexo da sustentabilidade em alternativas teóricas capazes de dialogar com a proposta levinassiana. Dessa forma, a busca leva aos trabalhos de Luhmann (1977, 2005, 2012) e Morin (2003a, 2003b), onde o primeiro apresenta uma

teoria social pautada no processo de diferenciação entre sistema e ambiente, permitindo assim um olhar para além de Levinas (1980) e, por sua vez, o segundo afirma que o pensamento complexo permite religar e articular os elementos que acabaram sendo separados pelas várias formas de fragmentações que são produzidas ao longo tempo e, que essa forma de pensar permite compreender melhor a realidade.

3.1 ONTOLOGIA RELACIONAL: A ALTERIDADE COMO INFINITO

O principal objetivo de Levinas (EDELGLASS; HATLEY; DIEHM, 2012; LEVINAS, 1980) é questionar a ontologia ocidental tradicional, pois esta encontra-se assentada em uma perspectiva egocêntrica onde o sujeito (Eu) se desenvolve de forma egoísta e soberana em relação aos demais entes. Neste posicionamento superior, o Eu domina toda constituição da realidade através de um processo incessante de objetificação, o qual o autor chama de totalização. Nessa condição, a representação que o Eu forma do mundo passa a ser considerada como verdade, mesmo ela sendo deveras reduzida em relação à realidade. Nessa expressão de totalidade, o outro não é um Outro absoluto como define o autor (inclusive usa essa distinção gráfica entre os termos), mas sim um objeto que foi integrado a visão de mundo do Eu. Para Edelglass, Hatley e Diehm (2012) esse processo sistemático de anulação do outro é recorrente na história ocidental.

Ao compreendermos isso, é possível vislumbrar em vários âmbitos da sociedade moderna como esse outro é anulado: quando os trabalhadores são entendidos como uma massa homogênea de qualidade e aptidões no mercado de trabalho; quando os eleitores são convertidos em voto no processo eleitoral; quando os alunos são homogeneizados em grupos conforme seu desempenho nas escolas; quando o conceito “mendigo” expressa toda e qualquer pessoa desamparada independente dos processos que os levaram a essa condição, enfim, existem muitas formas de expressar o outro objetificado.

Pelos exemplos percebe-se como o “Outro” que resiste a objetificação e totalização se converte em “outro”, ou seja, um objeto do mundo do Eu, o qual pode acessar, capturar, manipular, dominar e inclusive defini-lo. Para Levinas (1980), esse posicionamento perpassa não só o mundo ocidental, mas a própria ontologia, onde o homem está sempre voltado para si, pensando tudo a partir dele como centro e, esse

processo consolida o que pode ser chamado de primazia do Eu, a qual sistematicamente anula o Outro.

Para romper com essa totalidade do paradigma egocêntrico, Levinas (1980) propõe uma abertura no âmbito filosófico, iluminando e elevando não apenas a presença do Outro, mas também o encontro desencadeado a partir dessa presença. Obviamente, esse encontro não está pautado em uma racionalidade instrumental e objetivante, pelo contrário, o autor evidencia a necessidade de se abrir esse encontro para riqueza, a heterogeneidade e a complexidade da vida.

Dessa forma, surge o Outro como um sujeito absolutamente distinto, resistindo a qualquer apropriação ou conceituação do Eu, ou seja, irreduzível a qualquer tentativa de totalização. Na relação com o Eu, esse Outro interpela e exige respeito, pois sem ele o Eu fica impossibilitado de existir, inclusive, Levinas (1980) critica esse mundo totalmente administrado onde não há espaço e nem tolerância para as diferenças.

O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A coletividade em que eu digo 'tu' ou 'nós' não é um plural de 'eu'. [...]. Ausência de pátria comum que faz do Outro – o Estrangeiro que perturba o 'em sua casa'. Mas o Estrangeiro quer dizer também livre. Sobre ele não posso poder, porquanto escapa ao meu domínio num aspecto essencial, mesmo que eu disponha dele; é que ele não está inteiramente no meu lugar (LEVINAS, 1980, p. 26).

Assim, a “Filosofia do Outro” proposta por Levinas (1980), parte da ideia de um Outro que rompe com a totalidade, evidenciando uma alteridade compreendida como infinita (metafísica) e, justamente por isso, não apreensível, não captável, não conceituável e não integrável ao Eu.

Neste momento, Levinas (1980) reorienta a compreensão acerca da alteridade, abrindo mão do entendimento de alteridade enquanto *Alter ego* (outro eu ou uma outra personalidade de uma mesma pessoa), para reconstruir o que chamou de uma alteridade genuína, a qual se manifesta no absolutamente Outro e só pode ser compreendida através da ideia de infinito.

Duas implicações podem ser derivadas do entendimento do Outro como tal: i) o Eu soberano fica impedido de definir o Outro, devido a sua incapacidade de conhecê-lo completamente e; ii) a existência de uma alteridade infinita afasta a possibilidade do Eu absorver e transformar o Outro em um objeto de sua representação. Essas implicações se contrapõem à ideia de dependência ontológica onde o Outro emerge a partir do processo de negação ou de contraposição ao Eu, pelo contrário, o Outro é absoluto e independente do Eu.

O Outro metafísico é outro de uma alteridade que não é formal, de uma alteridade que não é um simples inverso da identidade, nem de uma alteridade feita de resistência ao Mesmo, mas de uma alteridade anterior a toda iniciativa, a todo o imperialismo do Mesmo; outro de uma alteridade que constitui o próprio conteúdo do Outro; outro de uma alteridade que não limita o Mesmo, porque nesse caso o Outro não seria rigorosamente Outro: pela comunidade da fronteira, seria, dentro do sistema, ainda o Mesmo (LEVINAS, 1980, p. 26).

Assim, o Outro absoluto tem por essência uma alteridade que nunca poderá ser reduzida ou objetificada, pois ela é infinita e, portanto, há aspectos ainda imanentes que se encontram na invisibilidade, ou seja, há uma parte acessível do Outro que pode ser conhecida através da interpelação e diálogo, mas há também uma outra parte incognoscível que garante a infinitude e, ao mesmo tempo, impossibilita a total assimilação do ente pelo Eu.

Por sua vez, essa impossibilidade de assimilação coloca em xeque a concepção de sociedade enquanto a união e coesão de sujeitos em comum acordo de convivência mútua. Para que essa unidade se constitua da forma como é posta é necessário que as alteridades subjacentes sejam destruídas e que a pluralidade e a diferença seja objetificada de forma a tornar-se homogênea. Em suma, o próprio conceito de coletividade guarda em sua essência a necessidade de negligenciar o infinito das alteridades.

Para evitar a corrosão do conceito de sociedade devido a potência do Outro na relação ontológica, Levinas (1980) destaca dois elementos fundantes das relações sociais: o primeiro é a ética que emerge da relação entre o Eu e Outro, bem como quando essa relação dual é interpelada por um Terceiro que também requisita responsabilidade e cuidados de ambos. Já quando ocorre este segundo caso (a interpelação do Terceiro) é necessário lidar com relações não mais biunívocas, surgindo assim o segundo elemento fundante – a política.

Postas essas definições e condicionantes na leitura levinassiana, é possível retomar a discussão sobre a representação. Partindo do princípio de que a relação entre o Eu e o Outro se estabelece na proximidade e na responsabilidade recíproca de ambos, fica claro que é impossível a ambos abrir mão do uso de uma representação para lidar com a complexidade advinda do Outro. A diferença é que agora a representação está mais condizente com a realidade, pois é entendida como provisória e precária e, por isso, jamais deverá ser tomada como correspondente da

realidade, ou seja, ela é apenas um mecanismo simplificador e ordenador que permite ao ente lidar com a complexidade.

Por isso, os entes e a própria sociedade como um todo devem se colocar em vigília ética incessante, pois a homogeneidade social é apenas uma abstração de difícil correspondência com a realidade. Em suma, Levinas (1980) procura lutar contra a superficialidade da sociedade contemporânea, expondo sua preocupação sobre como as pessoas encontram-se juntas espacialmente, mas sem que se estabeleçam vínculos, incapazes de se sentirem responsáveis pelo Outro.

Outro aspecto igualmente relevante é que a absoluta separação entre a identidade do Eu e a alteridade do Outro rompe com a totalidade e a impossibilita de se estabelecer, pois, o Eu e o Outro encontram-se em um mesmo plano onde toda forma de hierarquização cessa. Nestas condições, há um movimento de partilha da fragilidade e precariedade de viverem em um mundo que aflige ambos. Essa condição de desamparo diante do mundo justifica a predileção de Levinas (1980) pela ética e pela responsabilidade como elementos primordiais da relação ontológica proximal entre o Eu e o Outro.

É importante ressaltar que toda filosofia do autor é construída a partir da sua experiência como um prisioneiro em um campo de concentração na II Guerra Mundial. Naquelas circunstâncias, a totalidade produziu atrocidades pelo simples fato de as pessoas serem consideradas objetos e serem destituídas sistematicamente das suas alteridades. Por isso, o autor destaca o movimento de dominação da ontologia egocêntrica nas sociedades e os seus impactos na forma de lidar com a realidade, fato que acabou alimentando as críticas sobre o egocentrismo nos trabalhos de Husserl e Heidegger.

Como forma de sintetizar o pensamento de Levinas (1980) apresenta-se a figura 06 contendo os principais conceitos, porém enfatiza-se que essa forma de simplificação se presta somente a fins didáticos.

Figura 06 – A Relação Levinassiana entre o Eu e o Outro.



Fonte: Próprio autor.

A figura 06 sintetiza o encontro entre o Eu e o Outro absoluto, tanto que nela percebe-se a presença de uma identidade e de uma alteridade infinitas. Como não podem lidar com a complexidade um do outro diretamente, ambos utilizam a representação como recurso redutor e estabelecem uma área de mediação da realidade menos complexa. Em uma situação de totalidade, a alteridade é ignorada e o Outro converte-se em um objeto (outro) que corresponde fielmente a representação elaborada pelo Eu. Assim, a totalidade cria condições para que o Eu não apenas defina o outro, mas também o domine.

Por outro lado, se o Outro se mantém absoluto quando interpela o Eu, a relação ontológica resiste ao colapso da totalidade, se mantendo em uma separação intransponível, a qual ainda apresenta a mediação pela representação como artifício que reduz a complexidade e permite a inteligibilidade do mundo em que vivem. Entretanto, essa clareza representacional é sempre limitada, pois é resultado de uma redução da complexidade que caracteriza a realidade.

A incapacidade de lidar com uma realidade complexa tem levado a sociedade a pautar sua compreensão do mundo pela representação, o que leva a distorções significativas na política, na economia, nas ciências, entre outras. Por isso, questiona-se esse modo estrito de compreensão que afeta sobremaneira a forma de lidar com a complexidade. Para superar isso, o autor apresenta novo olhar através da reconexão ética e responsável dos entes no mundo. Esse tipo de reconexão é experienciada no

encontro face-a-face onde o Outro interpela o Eu e resiste a tematização ou conceituação.

O que é diferente entre a minha experiência do copo na minha mesa e a face do Outro é que, no primeiro caso, a experiência do objeto é reduzida à minha ideia (a ideia do copo), enquanto que, no segundo, a face do outro resiste à minha ideia (LARGE, 2015, p. 20).

Levinas (1980) elege o conceito de face como aquele que exprime a forma como a alteridade de Outrem se manifesta concretamente. A proximidade do face-a-face inegavelmente perturba o Eu, tirando-o do seu pensamento egoísta e centrado em si, para enlaçar sua relação com o Outro.

O modo como o Outro se apresenta, ultrapassando a ideia do Outro em mim, chamamo-lo, de fato, rosto. Esta maneira não consiste em figurar como tema sob o meu olhar, em expor-se como um conjunto de qualidades que formam uma imagem. O rosto de Outrem destrói em cada instante e ultrapassa a imagem plástica que ele me deixa, a ideia à minha medida e à medida do seu *ideatum* – a ideia adequada (LEVINAS, 1980, p. 37-38).

Assim, o rosto é um conceito fundamental na obra de Levinas (1980), é a própria concretização da alteridade que destrói a cada instante a possibilidade de uma apreensão cognitiva do Eu. O rosto extravasa ao infinito e exige do Eu um movimento de aprendizagem que repousa no reconhecimento da fragilidade de ambos frente a um mundo complexo. Logo, essa condição frágil torna-se uma demanda, uma obrigação que o Eu não pode negar e nem ignorar.

Portanto, a proposta ontológica relacional de Levinas (1980) leva a uma reflexão não só da relação em si, mas também das transformações na forma de compreender o mundo. Especificamente na relação, pode-se citar como mudanças significativas: a separação absoluta entre o Eu e o Outro, a precária mediação por representação, a alteridade infinita e invisível e a fragilidade dos entes devido as vulnerabilidades. Para além disso, visualiza-se que a sociedade enquanto resultado do encontro face-a-face dos indivíduos não se pauta em um comportamento totalitário, homogeneizando a todos, pelo contrário, ela está aberta a interpelação ética e responsável das diversas alteridades existentes. Dessa forma, a sociedade não pode ser vislumbrada como coesa e estável, uma vez que é perpassada por essas distintas alteridades que no mínimo indicam uma condição provisória e precária.

Essas mudanças significativas encontram ressonância com o pensamento de Edelglass, Hatley e Diehm (2012) que afirmam que a mudança ontológica está assentada sobre uma questão fundamental: tudo o que Levinas (1980) propôs

extrapola o próprio modo de ser contemporâneo, ou seja, é premente a necessidade de mudar do modo 'ter' tão enraizado na sociedade moderna, para o modo 'ser' e, além disso, para Levinas (1980) o 'ser' é ainda mais peculiar, sendo um ser para o Outro.

Uma vez articulada e apresentada a proposta levinassiana, percebe-se que ela é uma resposta parcial as mudanças sugeridas por Lange (2004) e Fenwick (2007), já que ela ainda se orienta por uma perspectiva antropológica, pois os conceitos de Eu e Outro pressupõem uma relação entre humanos. Como já mencionado anteriormente, essa concepção apresenta limitações quando se busca estabelecer uma discussão acerca da sustentabilidade, pois em sua essência estão presentes elementos não-humanos, ou mesmo o ambiente em geral.

Nesse sentido, a coletânea de textos produzida por Edelglass, Hatley e Diehm (2012) busca explorar as possibilidades de articulação entre o conceito de Outro absoluto e os animais e a natureza. Os textos em questão demonstram que há um debate sobre a correta interpretação do conceito de Outro, onde alguns autores defendem que há a possibilidade de inclusão desses elementos, enquanto outros se posicionam contrários a esse alargamento do conceito. Dentre aqueles que defendem a inclusão, existe um grupo que acredita que os não-humanos podem ser incluídos diretamente no conceito de Outro, enquanto o outro grupo defende que essa inclusão só é possível a partir do conceito de "Terceiro".

Nesse sentido, é importante lembrar que a partir da interpelação do Terceiro no encontro entre o Eu e o Outro, a relação necessariamente é deslocada do campo ético para o político, devido a prevalência de uma dúvida: como tratar igualmente os diferentes? Apesar disso, o campo político não pode ser tratado como autônomo, pelo contrário, ele é nutrido pelos princípios éticos que devem garantir a responsabilidade nas múltiplas relações.

Toda essa discussão pavimenta um caminho filosófico que pode levar a mudança ontológica, porém são apresentadas limitações que carecem de um tratamento mais adequado. Por isso, incluímos as teorias de Luhmann (1977, 2005, 2012) e Morin (2003a, 2003b) para poder articular esse poder de mudança com a inclusão dos elementos não-humanos e o ambiente em geral. As inclusões se justificam na medida que o primeiro autor selecionado contribui com uma teoria social sistêmica pautada na diferenciação e apresenta conceitos que se aproximam da

proposta levinassiana, enquanto o último oferece outra forma de pensar sobre a complexidade, principal meio de articulação entre as teorias.

3.2 ONTOLOGIA RELACIONAL: O MUNDO COMO INFINITO

Em certos aspectos, a teoria dos sistemas sociais de Luhmann (2012, 2013b) resulta de um movimento análogo ao empreendido por Levinas (1980), porém, antes de apontar essas aproximações apresentam-se os principais pontos do conteúdo da teoria luhmanniana.

A primeira grande contribuição de Luhmann (2005) para a Teoria dos Sistemas foi provocar duas mudanças significativas em sua interpretação: a primeira lida diretamente a crítica dirigida à teoria sistêmica parsoniana que se pautava pela primazia da estrutura em detrimento a função. Nesse caso, a teoria assumia a existência de estruturas dentro dos sistemas sem explicar sua origem. Já a segunda mudança emerge a partir da primeira e busca superar o excesso de foco analítico no sistema, ou seja, essa ênfase exagerada no sistema leva a um comportamento analítico que negligencia outros aspectos como o ambiente.

Para o primeiro problema, Luhmann (2005) sugeriu uma inversão da premissa estrutura-função, afirmando que a segunda (função) tem primazia sobre a primeira (estrutura). Segundo o autor, esta mudança permite indagar sobre a função de uma estrutura sem ter que pressupô-la como referência, habilitando assim a evolução da teoria sistêmica.

A partir da primeira mudança, Luhmann (2005, p. 75) afirma que um sistema social deve ser compreendido como “uma conexão de sentido das ações sociais, que se referem umas às outras e que podem se distinguir de um ambiente de ações não pertinentes”. Nessa definição é ressaltado o conceito de diferenciação que demarca outra forma de abordar e distinguir as ações sociais, rompendo com a clássica ideia de *inputs* e *outputs* usadas até o momento. Em especial, o conceito de diferenciação perpassa praticamente toda a obra do autor, produzindo impactos significativos na sua abordagem como, por exemplo, o sistema estruturado deixar de ser a unidade de referência.

Para constituir essa nova unidade de referência em sua obra, Luhmann (2005) observa que existe um ápice da complexidade que envolve os sistemas, atribuindo a ponto o conceito de “mundo” e elegendo ela como a nova unidade de referência. O

mundo não é um sistema e nem seu ambiente, pois ambos se pressupõem mutuamente, ou seja, igualar o mundo a qualquer um deles implica na obrigatoriedade de apresentar a constituição do outro, sendo que é impossível falar em um sistema ou um ambiente do mundo, pois ele abarca todos. Assim, o mundo sempre será maior que qualquer sistema e seu ambiente, pois ele engloba a todos em uma textura extremamente complexa.

Aqui já se pode fazer uma primeira aproximação com a teoria levinassiana, o mundo é infinito, inimaginável, que guarda em si a totalidade de eventos e circunstâncias possíveis. Diante disso, se compreende a descomunal distância entre o mundo e o sistema e como este último articula reduções para lidar com a complexidade extrema do primeiro (LUHMANN, 2005).

A complexidade do mundo depende dos sistemas no mundo; também se pode dizer: o que pode acontecer depende das existências. Ao mesmo tempo os acontecimentos ameaçam as existências. Esta interdependência, a partir de um certo limiar da evolução, pode ser vantajosa ao propor ao sistema algumas possibilidades de vivência e/ou eliminar outras através de processos seletivos de autorregulação (LUHMANN, 2005, p. 78).

Para lidar com o mundo, o sistema passa a selecionar no horizonte de possibilidades, aquelas necessárias à sua autorregulação / autorreprodução e descartar aquelas que não lhe servem naquele momento (redução da complexidade). Esse sequenciamento dinâmico de seleção e reprodução leva a constituição de um sistema diferenciado.

Um sistema diferenciado já não é simplesmente composto por um certo número de partes e as relações entre elas; é antes composto por um número relativamente grande de diferenças sistema/ambiente operacionalmente utilizáveis, que cada um, ao longo de diferentes linhas de corte, reconstrói todo o sistema e subsistemas (LUHMANN, 1995, p. 07).

Em suma, a “diferenciação de um sistema nada mais é do que a repetição dentro dos sistemas da diferença entre sistema e ambiente” (LUHMANN, 1995, p. 07).

O sistema social ‘aprende’ a distinguir-se do seu meio ambiente e, assim, a discriminar também a sua complexidade peculiar em relação à complexidade do mundo. Os sistemas são complexos, quando podem acolher mais de um estado, portanto, quando têm uma pluralidade de possibilidades que se podem coadunar com a sua estrutura (LUHMANN, 2005, p. 81).

Por isso, a diferenciação do sistema social é um processo de complexificação crescente que afeta diretamente o que pode ser observado enquanto unidade de todo o sistema. Essa condição é que permite ao sistema selecionar e, com isso, reter aquilo

que foi selecionado. Como consequência, o sistema não é uma simples acumulação de complexidade, pelo contrário, cada novo momento é um novo começo na constituição da sua complexidade (LUHMANN, 1995).

Complexidade, neste sentido, significa ser forçado a selecionar; ser forçado a selecionar significa contingência; e contingência significa risco. Cada situação complexa baseia-se numa seleção de relações entre os seus elementos, que utiliza para se constituir e manter. A seleção posiciona e qualifica os elementos, embora outras relações tivessem sido possíveis (LUHMANN, 1995, p. 25).

Esse processo de seleção e diferenciação utilizado pelo sistema para reduzir a complexidade, não implica em uma redução do mundo, pelo contrário, ele persiste como o domínio das possibilidades desconsideradas pelo sistema no momento da seleção e o sistema por sua vez pode lidar de formas distintas com uma certa complexidade, o que deixa o aspecto estrutural do sistema ao acaso.

Por outro lado, o sistema sempre tem que se manter contra a esmagadora complexidade do seu ambiente e sempre que consegue realizar tal êxito, ele gera um ambiente mais complexo para os outros, pois ainda que seja possível para um sistema identificar outros sistemas, estes ainda habitam o ambiente do sistema referente.

Cada sistema deve contar com outros sistemas no seu ambiente. Dependendo da profundidade com que o ambiente pode ser percebido, mais sistemas e mais tipos diferentes de sistemas aparecem no mesmo. Se o sistema do qual começamos tiver a capacidade de compreender, pode distinguir os sistemas no seu ambiente do seu ambiente. Dissolve assim as unidades básicas dadas do seu ambiente em relações. Então o ambiente aparece ao sistema como diferenciado em várias perspectivas de sistema/ambiente, que se sobrepõem reciprocamente e representam, no seu conjunto, a unidade do ambiente (LUHMANN, 1995, p. 187).

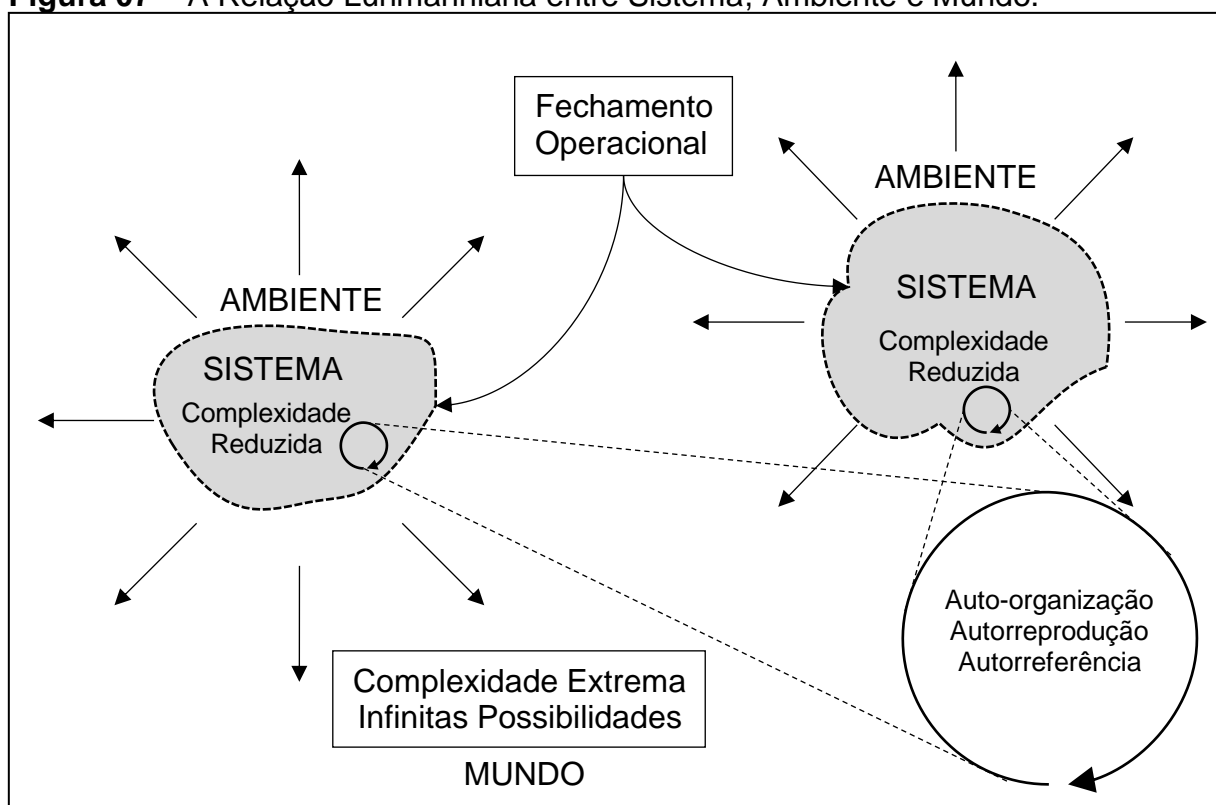
Vale ressaltar que mesmo que os sistemas sejam capazes de se distinguir do seu ambiente, as operações sempre vão ocorrer internamente. Assim, Luhmann (2012) chama essa condição de fechamento operacional, a qual tem por finalidade garantir que o sistema esteja totalmente separado do ambiente. Dessa forma, o sistema adquire autonomia e a capacidade de estabelecer sua organização, de se autorreferenciar e autorreproduzir (autopoiese).

Por 'fechamento', não quero dizer fechamento termodinâmico, mas apenas fechamento operacional, o que significa a ativação recursiva das próprias operações de um sistema por meio dos resultados de suas próprias operações. [...]. No entanto, essas relações recursivas, nas quais a conclusão de uma operação é condição para a realização de outra, levam à diferenciação entre sistemas onde o fechamento é frequentemente realizado de uma maneira estrutural e altamente complexa (LUHMANN, 2012, p. 51).

Nesses sistemas, a organização é necessária para reduzir a desordem interna e para estabelecer as interrelações e processos necessários ao sistema. A autorreprodução garante uma maneira recursiva e evolutiva do sistema manter sua autonomia ao reduzir as indeterminações dentro do sistema através da formação de estruturas. Por fim, a autorreferência faz com que as formas estruturais sejam refletidas a cada instante no próprio sistema, nutrindo as questões temporais e históricas (LUHMANN, 2012).

Como forma de sintetizar o pensamento de Luhmann (2005, 2012) apresenta-se a figura 07 contendo os principais conceitos através de uma simplificação que somente visa atender fins didáticos.

Figura 07 – A Relação Luhmanniana entre Sistema, Ambiente e Mundo.



Fonte: Próprio autor.

Pela figura 07 é possível compreender as relações entre os elementos da teoria luhmanniana. Com o fechamento operacional, o sistema se diferencia do ambiente, reduz a complexidade, torna-se autônomo e se estrutura para realizar sua auto-organização, se autorreferenciar e autorreproduzir. Dessa forma, a coexistência garante o “afastamento” do ambiente na medida em que o sistema evolui e se complexifica internamente. Além disso, é importante destacar que ambos se encontram imersos no mundo, o qual é caracterizado como extremamente complexo e lhes oferece infinitas possibilidades.

Conforme o sistema evolui sua complexidade interna aumenta e o ambiente vai tornando-se inteligível, sem, no entanto, ser conhecido totalmente, ou seja, por que o sistema consiga conhecer o ambiente, este jamais será totalmente apreendido devido a sua relação com o mundo de infinitas possibilidades. Por isso, o autor fala em “afastamento” do ambiente como um processo que garante a impossibilidade de sua totalização por parte do sistema.

Por sua vez, o aumento da complexidade interna representa um risco para a capacidade operacional do sistema, o qual recorre a constituição de subsistemas especializados para poder lidar com isso. Para exemplificar, o direito primeiramente se diferenciou em público e privado e, posteriormente, se subdividiu em outros ramos como: o constitucional, o administrativo, o penal, o civil, entre outros. Assim, percebe-se que a evolução do sistema leva a uma fragmentação em subsistemas que se especializam para dar conta dessa complexidade.

Em sistemas diferenciados, encontramos dois tipos de ambientes: o ambiente externo comum a todos e um ambiente interno especial para cada um dos subsistemas. Essa concepção implica que cada subsistema se reconstrói e, de certo modo, torna-se um sistema que se diferencia do seu ambiente. Pela diferenciação o sistema se reproduz ao multiplicar versões especializadas de sua própria identidade, após se dividir internamente em outros sistemas e ambientes. Isto não é uma simples decomposição em pedaços menores, mas, um processo de crescimento por disjunção interna (LUHMANN, 1977, p. 31).

Para Luhmann (1977, p. 30), a diferenciação é “a técnica estrutural que permite ao sistema lidar com o ambiente complexo” que pode ocorrer interna e externamente. Por sua vez a disjunção interna amplia o entendimento acerca dos subsistemas, permitindo-lhes estabelecer, modificar ou evitar relações com seus ambientes, os quais são compreendidos como o conjunto dos demais subsistemas. Portanto, percebe-se que as relações entre sistema e subsistemas são dinâmicas e complexas, as quais encontram-se expostas aos “ruídos” dos seus respectivos ambientes.

No sistema haverá, decerto, perturbações, mas também contributos eficazes com efeito potenciador que serão repercutidos. Tais sistemas pressupõem um ambiente muito complexo, mas domesticado, o qual é influenciável em aspectos especificamente relevantes para o sistema, podendo encarregar-se de tarefas e garantir apoio (Luhmann, 2005, p. 103).

Pelo excerto, entende-se que a essência do ambiente é em certos aspectos contraditória, pois ele é apresentado como um horizonte infinito de possibilidades e, ao mesmo tempo, como complexo e domesticado pelo sistema. Entretanto o autor

define ambiente como uma situação sistêmico-relativa, onde o sistema remove a si próprio do ambiente e, por consequência, o ambiente de cada sistema sempre será diferente (LUHMANN, 1995).

Esse processo de domesticação do ambiente caracteriza pela capacidade do sistema atribuir-lhe significados e, assim, definindo-o dentro de um limite que nunca corresponderá ao ambiente como um todo. Portanto, os aspectos que são definidos e indefinidos do ambiente dependem diretamente do quanto o sistema está apto para lidar com ele. Essa relação é tão importante que Luhmann (1977) critica como a evolução da sociedade se pauta apenas nos aspectos definidos do ambiente, negligenciando os desconhecidos que pertencem ao mundo.

Nas sociedades altamente diferenciadas, o mundo pode ser significativo somente como um horizonte indeterminado de novas explorações e não como um conjunto finito de coisas e eventos [...]. Mas a evolução da sociedade não começa assumindo um mundo indeterminado. Reage primeiro a fatos ambientais concretos e generaliza suas concepções mundiais como correlatos de diferenciação social (LUHMANN, 1977, p. 32).

Dessa forma, as sociedades acabam restringindo seu horizonte de possibilidades e, por vezes, se pautando em premissas equivocadas, o que em última instância impacta diretamente no seu processo de evolução e na capacidade de lidar com a complexidade.

Assim, o sistema social da sociedade moderna é simultaneamente o sistema da função política e o seu ambiente dentro da sociedade, o sistema da função econômica e o seu ambiente dentro da sociedade, o sistema da função científica e o seu ambiente dentro da sociedade, o sistema da função religiosa e o seu ambiente dentro da sociedade, e assim por diante (LUHMANN, 1995, p. 191).

Para finalizar, percebe-se que a teoria luhmanniana se pauta em premissas semelhantes às da teoria levinassiana. Essa constatação motivou a busca por uma articulação entre essas teorias visando obter novos *insights* para o estudo da sustentabilidade, entretanto, está claro que elas se dedicam a distintos níveis de análise. Assim, devido à complexidade da tarefa, recorre-se as bases do pensamento complexo moriniano para realizar a aproximação entre as teorias.

3.3 PENSAMENTO COMPLEXO E A EMERGÊNCIA DO INVISÍVEL

Ao longo da construção dos dois tópicos anteriores, percebeu-se que os dois autores tinham como ponto de partida a realidade complexa para o desenvolvimento

de suas teorias. Para Luhmann (2012), só é possível falar em complexidade porque existe, pelo menos, um observador engajado na sua explicação. Essa leitura implica que não há indícios para sustentar a existência de um único e absoluto ponto de vista, pelo contrário, cada observador produz sua explicação da complexidade e esses múltiplos pontos de vista constituem o que o autor chama de multidimensionalidade da complexidade (LUHMANN, 2013a).

Vivemos em uma realidade multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica, mas estudamos estas dimensões separadamente, e não umas em relação com as outras. O princípio de separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, mas nos torna cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e o seu contexto. Além disso, o método experimental, que permite tirar um “corpo” do seu meio natural e colocá-lo num meio artificial, é útil, mas tem os seus limites, pois não podemos estar separados do nosso meio ambiente; o conhecimento de nós próprios não é possível, se nos isolarmos do meio em que vivemos. Não seríamos seres humanos, indivíduos humanos, se não tivéssemos crescido num ambiente cultural onde aprendemos a falar, e não seríamos seres humanos vivos se não nos alimentássemos de elementos e alimentos provenientes do meio natural (MORIN, 2003a, p. 14-15).

Para Morin é necessário buscar uma forma de ligar o que está separado, pois apenas dessa forma é possível exercer um pensamento complexo sobre os fenômenos contemporâneos. Nesse sentido, é importante observar que a própria palavra *Complexus* indica a ação de tecer junto (MORIN, 2003a) e esse é o objetivo buscado com a proposição de uma aproximação entre as teorias levinassiana e luhmanniana. Além disso, para o autor chama a atenção para a importância de se ter um princípio de pensamento que permite ligar as coisas que parecem separadas, estabelecendo e restabelecendo suas relações (MORIN, 2003a).

A base que fundamenta o processo de aproximação entre as teorias está na rearticulação do conceito de homem a partir do pensamento complexo proposto por Morin (2003a, 2003b).

Em primeiro lugar, não devemos esquecer que somos seres trinitários, ou seja, triplos em um só. Somos indivíduos, membros de uma espécie biológica chamada *Homo Sapiens*, e somos, ao mesmo tempo, seres sociais. Temos essas três naturezas em uma só. Penso que é importante sabê-lo porque, de uma maneira geral, o nosso modo de pensamento mais habitual dificulta conceber um elo entre estas três naturezas, ou seja, saber se existe unidade na humanidade ou diversidade, heterogeneidade e, conseqüentemente, ausência de unidade (MORIN, 2003a, p. 17).

Com a rearticulação fica evidente que as dimensões que compõem o conceito de homem não podem ser hierarquizadas, impondo subordinação a um termo ou outro. Dessa forma, o conceito de homem moriniano garante a possibilidade de aproximação entre as teorias, justamente porque, a dimensão individual levinassiana e a social luhmanniana já se encontram fundidas na essência do conceito.

Nem a sociedade, nem o indivíduo possuem uma realidade anterior ou prevalece sobre a outra. A sociedade, como uma rede de interação, cria pessoas (identidades); mas as ações das pessoas criam, por meio da interação, a sociedade. Sociedade e pessoas são dois lados da mesma moeda, nenhuma existe sem a outra (STRYKER, 2001, p. 213).

Assim, nos tópicos anteriores discorreu-se sobre as teorias de Levinas (1980) e Luhmann (1977, 2005, 2012) e ainda que preliminarmente, se percebeu que elas apresentam certa convergência em seus conceitos, principalmente, porque partem de premissas semelhantes para compreender a realidade. Obviamente que também apresentam divergências devido as distintas dimensões que cada uma procura discutir.

O primeiro ponto de convergência entre as teorias é que ambas partem da perspectiva de uma realidade complexa. Apesar de já ter sido mencionado anteriormente, é importante entender as implicações em cada uma das teorias. Em Levinas (1980) a complexidade surge a partir da mudança de compreensão acerca do “Outro”, rompendo com a totalidade da representação do “Eu”. Nesta condição, a complexidade emerge como resultado de um rompimento com o reducionismo científico. Após essa ruptura, a complexidade se mantém presente no infinito da alteridade do “Outro”, sendo impossível sua apreensão pelo “Eu”, de modo que a relação entre eles se complexifica. Assim, percebe-se que a complexidade se manifesta em vários momentos e de várias formas.

Em Luhmann (2005, 2012) a complexidade é o “adversário” que o sistema precisa lidar, tanto que ela é retratada em seu ápice no conceito de “mundo”, o qual é um horizonte infinito de possibilidades. Diante disso, o sistema busca meios para lidar com o mundo e, como consequência, eleva-se a complexidade interna, a qual requisita uma especialização do sistema para evitar uma situação caótica. Em suma, a complexidade perpassa, de maneira recorrente, todos os elementos da teoria luhmanniana.

Logo, nas duas teorias se destaca a ubiquidade da complexidade e como ela cria uma situação que escancara as limitações dos paradigmas clássicos que são

marcados pelo reducionismo, fragmentação e compartimentalização do conhecimento (MORIN, 2003b). Por outro lado, pode-se constatar dois efeitos oriundos da complexidade: o primeiro é a sua processualidade que desencadeia o aprendizado e a evolução e; o segundo é que ela imprime limitações que determinam a impossibilidade de se conhecer tudo.

Nesse sentido, vislumbra-se que o conceito de infinito foi apresentado de duas formas pelos autores: uma relacionada a coisa em si e outra destacando sua processualidade. No primeiro caso, dizer que algo é infinito implica em aceitar a impossibilidade permanente de não ser conhecido e, por consequência, indeterminável e inexprimível. Esta aceção pode determinar uma resistência que impede o infinito de ser considerado, principalmente nas ciências clássicas, onde a busca pela “verdade” não admite algo volátil e, tal fato, explica porque a realidade complexa é simplificada e passa a corresponder a esses modos de reducionismos científicos.

Por outro lado, vislumbrar o infinito como uma processualidade infindável permite aliviar a percepção de impossível, já que constituição e o desenvolvimento podem ser considerados fatores motivantes. Essa perspectiva ficou mais evidente na teoria luhmanniana, onde a distinção entre a complexidade externa e a interna cria uma situação de dependência do sistema e busca incessante pelo infinito. Nestas condições, a complexidade não pode ser ignorada ou descartada sob o risco de um colapso sistêmico, mesmo que este recorra aos modos de reducionismos para poder lidar com ela. Nesse caso, a diferença é que a premissa de infinito impede que haja uma correspondência entre a realidade e o reducionismo necessário.

Por sua vez, ficou claro que a redução é um mecanismo imprescindível para lidar com a realidade complexa, entretanto, ela não deve ser entendida como o ato de extirpar partes da realidade, pelo contrário, ela atua como um mediador e atenuador entre aquele que deseja apreender a complexidade e a realidade pura. No caso da teoria levinassiana, esse mecanismo é chamado de representação, enquanto na luhmanniana esse processo estaria a cargo do ambiente conhecido e incorporado a complexidade do sistema. No primeiro caso, a representação é uma redução da realidade através da seleção ou mesmo da definição particular de elementos que são alheios ao “Eu”, ou seja, ela é a interpretação particular da complexidade e, o encontro de distintas interpretações constitui o que se pode chamar de espaço de produção intersubjetivo.

Vale ressaltar que o fato de haver um espaço intersubjetivo já reforça a impossibilidade de a interpretação particular corresponder a realidade e mesmo que o espaço intersubjetivo tenha uma complexidade mais elaborada que a interpretação particular, ele ainda é um modo de redução e, como tal, não pode ser compreendido como correspondente a realidade.

Na teoria luhmanniana é importante lembrar que ambiente e sistema emergem da diferenciação e se caracterizam como coexistentes. Entretanto, acredita-se que observar a relação sistema-ambiente sem considerar o conceito de mundo compromete a compreensão da sua importância para a relação. Observando a teoria, certas passagens nos levam ao entendimento que mundo e ambiente se equivalem, principalmente quando ambos são entendidos como um horizonte de possibilidades, porém, há passagens que claramente afirmam que mundo engloba os sistemas e seus respectivos ambientes e, portanto, distintos entre si.

Essa controvérsia é esclarecida em uma outra passagem, quando o autor admite que o sistema pode domesticar o ambiente e essa situação só é possível se o sistema, dentro de um certo limite, consegue compreender o ambiente. Nessa condição, a distinção com o mundo se faz necessária uma vez que é impossível compreender aquele que representa o conceito de complexidade. Assim, a melhor maneira de caracterizar o ambiente é como o mediador entre o sistema e mundo, onde dentro de um horizonte de possibilidades, algumas tornam-se inteligíveis, enquanto outras não. Além disso, essa caracterização pode ser extrapolada para situações em que um sistema lida com outro (intersistêmica) e o ambiente surge como o mediador entre duas ou mais complexidades, as quais ainda se diferem da advinda do mundo.

Vale ressaltar que tanto a representação, quanto o ambiente, são inerentes respectivamente ao “Eu” e ao sistema, em um processo de coexistência. Outro ponto é que ambos permitem o surgimento de espaços intersubjetivos e intersistêmicos onde a relação extrapola os egocentrismos na busca de uma melhor maneira de lidar com a complexidade. Por fim, fica claro que cada um dos mecanismos de mediação não pode ser tratado como estático, pois é marcado pelo dinamismo e pela recursividade, onde outros fatores devem ser considerados para compreender por que se adquire ou perde aptidão para lidar com a complexidade.

Por outro lado, toda representação do “Outro” e toda noção de ambiente que envolve outros sistemas e próprio mundo, tendem a evidenciar as limitações que o “Eu” e os sistemas possuem. Luhmann (1989, 2012) chama a atenção para o fato que

todo observador pauta seu ato de observar na busca por distinções, entretanto, há um limite do que ele enxerga, ou seja, se tomarmos o ponto de vista de um segundo observador que analisa o primeiro, percebe-se como este último não enxerga tudo que o segundo pode ver. Em suma, o ato de observação do “Eu” e do sistema é respectivamente a representação e o ambiente e, nesse caso, são manifestações reais das limitações dos seus observadores em relação à realidade.

Essa discussão sobre observação, mediação e redução nos conduz a olhar os elementos que operacionalizam esses atos e estabelecem relações entre si, o “Eu”, o “Outro”, o sistema e o ambiente (mundo). Primeiramente, os conceitos de “Eu” e “sistema” apresentam uma correspondência direta, pois ambos são pontos de referência das teorias ao partirem deles as observações sobre os demais elementos. Se não estivesse empreendendo uma crítica a teoria clássica, cada uma dessas observações seria correspondente a realidade e eles seriam as unidades exclusivas de análise. Porém, é justamente essa posição de soberania que é questionada, pois ela é restritiva e simplificadora da realidade, o que em última instância, leva a compreensões equivocadas da realidade.

A crítica a teoria clássica está assentada sobre o deslocamento ontológico que deixa o egocentrismo para se estabelecer em uma posição relacional, emergindo o absolutamente “Outro” na teoria levinassiana. Em uma rápida tentativa de gerar correspondência entre as teorias, poderia se estabelecer uma relação entre o conceito de “Outro” e o um sistema não referente na teoria luhmanniana, porém é um erro estabelecer uma correspondência precisa entre as duas teorias.

Para Luhmann (1995) as pessoas, conceituadas por ele como sistemas psíquicos, não são parte do sistema social ou do sistema chamado sociedade, pelo contrário, os sistemas psíquicos são ambiente do sistema social.

A distinção entre sistema e ambiente oferece a possibilidade de conceber os seres humanos como partes do ambiente social de uma forma mais complexa e menos restritiva do que se tivessem de ser interpretados como partes da sociedade, porque em comparação com o sistema, o ambiente é o domínio da distinção que mostra maior complexidade e menos ordem existente (LUHMANN, 1995, p. 212).

Em certa medida, essa mudança paradigmática na teoria dos sistemas proposta pelo autor não se contrapõe ao aspecto filosófico da teoria levinassiana, ao invés disso, se complementam formando um todo coerente. Nesse caso, note que a alteridade infinita gera uma condição de contingência complexa que demanda ética e responsabilidade do Eu. Se tanto o Eu, quanto o Outro estão no ambiente do sistema,

então a condição de contingência complexa gera irritações no sistema social (LUHMANN, 1989).

Essas irritações se propagam através da interpenetração, um conceito trabalhado por Luhmann (1995) para designar as relações constitutivas entre dois sistemas que são ambiente um do outro.

A interpenetração não é uma relação geral entre sistema e ambiente, mas uma relação intersistemas, entre sistemas que são ambientes um para o outro. No domínio das relações intersistêmicas, o conceito de interpenetração indica uma situação muito específica, [...], [onde] um sistema torna a sua própria complexidade disponível para a construção de outro sistema (LUHMANN, 1995, p. 213).

Ainda que a relação de interpenetração seja considerada especial para dois sistemas é necessário reafirmar que ambos sistemas continuam ambiente uns para os outros, ou seja, a complexidade que cada sistema disponibiliza é uma complexidade incompreensível, desordenada e livre que se une com outra complexidade regulada para reproduzir o sistema e formar suas estruturas (LUHMANN, 1995).

Logo, desse meandro formativo concluímos que nem todas as irritações dos sistemas psíquicos produzem efeitos nos sistemas sociais, pelo contrário, as irritações podem ser suavizadas ou amplificadas no sistema, produzindo pouca ou muita ressonância (LUHMANN, 1989). De uma forma prática, através da ressonância as pequenas alterações em um sistema podem provocar grandes mudanças em outros.

Vale lembrar que a sociedade enquanto sistema social é composta por outros sistemas funcionais (econômica, política, científica, religiosa, entre outras) e eles para operacionalizem necessitam de um tipo de comunicação que Luhmann (1989) chama de codificação binária. Esse tipo de codificação permite regular o acesso de informações que não produzam tautologias ou contradições no sistema funcional, o que implicaria em perda da sua funcionalidade.

Dessa forma, a irritação amplifica pela ressonância ainda pode encontrar um filtro para acessar os sistemas funcionais. Neles as informações que não são úteis ou inteligíveis para o sistema são descartadas. Nessas condições, tematizações como a sustentabilidade causaram irritações com ressonância na sociedade, porém cada sistema funcional que a compõe vai filtrar as informações dessa irritação conforme lhe convém. Para exemplificar, basta ver que há distintas compreensões acerca da sustentabilidade no sistema econômico, político, científico e religioso, entre outros.

Em suma, enxergam-se mais congruências e complementariedades do que discrepâncias entre as teorias levinassianas e luhmannianas, de modo que se pode pensar em ambas simultaneamente ao invés de uma ou outra isoladamente. Dessa forma, há uma complexificação natural do pensamento, tal qual é defendido por Morin (2003a) sobre o pensamento complexo.

O processo de diferenciação ou distinção contribui diretamente para o surgimento da diversidade a qual tem impacto direto na complexidade, pois implica no desafio de lidar com cada vez mais elementos articulados entre si. Portanto, as entidades estão envoltas em um movimento de expansão e contração cognitiva, onde reduz-se a complexidade do mundo, para em um segundo momento, ampliar a complexidade pela diversidade, levando a uma recursividade. A diferença está na processualidade, pois quando a expansão e contração se repetem o conhecimento já não é o mesmo.

Outro ponto a ser observado é que o mundo é comum a ambas as teorias, não existem dois mundos, pelo contrário, os humanos, os não-humanos, seus sistemas e ambientes existem e estão no mundo. Desse entendimento, decorre que o infinito enquanto um horizonte de possibilidades também perpassa tudo, se diferenciando apenas no que cada elemento se põe a observar e interpretar e produzir enquanto ambiente de outros sistemas.

Inclusive é a complexidade entendida como infinito e não como dificuldade que permite toda a reconsideração em relação as teorias clássicas, sendo essa a premissa inicial e fundamental para o entendimento dos trabalhos dos autores. Portanto, para nós o infinito é considerado um conceito chave para lidar com a complexidade de pensamento que se propõe a rearticular e reinterpretar a relação sociedade-ambiente.

Olhar para um fenômeno enquanto infinito define os limites da percepção, distinguindo o que existe e pode ser visto, daquilo que não é possível, pelo menos, não naquele momento. Nesse sentido, nos propomos a caracterizar essa situação através da ideia de invisibilidade, pois ela permite estabelecer uma diferenciação entre o que é visto, reconhecido, apreendido, conhecido, domesticado, entre outros, e aquilo que não é manifesto e não se deixa conhecer.

Admitir a ideia de invisível, é admitir que parte do infinito está ao alcance do discernimento e que se possui meios para lidar com ela. Por outro lado, é saber que o que agora é inteligível é apenas uma parte de uma realidade que se agiganta descomunalmente, mas que não pode ser visto de antemão, cegando-se para isso.

Em outras palavras, desconsiderar, negligenciar, ignorar a invisibilidade é recair novamente no paradigma reducionista (MORIN, 2003b), na realidade extirpada para caber na representação (LEVINAS, 1980), no olhar clássico que exalta o sistema (LUHMANN, 1977, 2012).

Portanto, o invisível é uma parte inerente ao infinito que transcende o conhecimento humano, que não se deixa conhecer de antemão e que, conjuntamente com o visível, caracteriza a realidade complexa. Nesse sentido, o invisível também se distingue do processo de ofuscamento, uma vez que seus elementos não foram manifestados e são desconhecidos, o que é bem diferente, de conhecer os elementos e através de práticas torná-los ocultos. Em suma, para nós os conceitos de ofuscamento e invisibilidade contribuem significativamente para a abordagem de fenômenos complexos.

4 O OUTRO LADO DA RELAÇÃO: AS FORÇAS QUE OPERAM NO AMBIENTE

A articulação entre as teorias levinassiana e luhmanniana é frutífera no sentido de repensar a sociedade em geral, seus subsistemas e suas interrelações. Entretanto, a discussão empreendida em Levinas (1980) também provocam um novo olhar ao “ambiente” que aparece protocolarmente discutido nos trabalhos de Luhmann (1977, 1989, 1995). O objetivo do autor em produzir uma explicação da sociedade através das teorias sistêmicas (LUHMANN, 2013a), apoiadas no conceito de distinções (LUHMANN, 2002), levou a necessidade de tratar do ambiente em seus trabalhos, porém sempre a reboque do assunto primordial, a sociedade.

O ambiente também está fortemente presente nas discussões da sustentabilidade. Nesse âmbito, o termo as vezes é tratado como equivalente de natureza ou meio-ambiente, o que pode causar certa confusão ou associações equivocadas quanto se aproximam conceitos e teorias no âmbito transdisciplinar. Inclusive, no capítulo “O Dilema Contemporâneo da Sustentabilidade” onde foi apresentado a problemática, se percebe que essa indistinção se propaga por várias teorias e práticas desde os anos 60 e, tal fato, pode ter contribuído com os sucessivos reducionismos que afetam a compreensão.

Para Escobar (1999), essa crise da natureza é, em sua essência, uma crise de identidade, pois o significado da natureza tem se modificado ao longo da história, sendo condicionado por fatores culturais, socioeconômicos e políticos. Para o autor, a concepção de natureza geralmente é apresentada a partir da ideia de um homem imerso na sociedade e, justamente por isso, apresenta variações nos entendimentos conforme as várias culturas e contextos.

Não está em discussão um significado exato de natureza ou uma abordagem semântica, mas como as diferentes sociedades passaram a interpretá-la e, conseqüentemente, passaram a se relacionar com ela, ou seja, como os grupos sociais pensaram e manejaram suas relações com a natureza (RIBEIRO; CAVASSAN, 2013, p. 65).

Para exemplificar, na sociedade capitalista, a natureza geralmente é pensada como um conjunto de recursos que estão disponíveis e devem ser empregados no atendimento das necessidades dos humanos. Ainda dentro dessa concepção, estes “recursos” são subclassificados em renováveis (voltam a ficar disponíveis após um período de recuperação da natureza) ou não renováveis (uma vez esgotados, não

voltam a ficar disponíveis) e, conforme a história foi avançando, a crença de que eles eram infinitos foi dando lugar ao entendimento de sua finitude e escassez.

Essa capacidade de atribuir sentido e significado a natureza complexa, também pode ser notada quando se abordam os problemas ambientais e sociais, conforme chamam a atenção Ergene, Calás e Smircich (2018) que os danos à pessoas e lugares são questões concretas, mas que acabam convertidas em questões abstratas que procuram tratar dos aspectos econômicos e/ou políticos.

Para Dulley (2004), essa forma de pensar a natureza está fortemente vinculada as transformações econômicas e racionais que emergiram historicamente na sociedade e passaram a definir seu *modus cogitandi e operandi*.

Para nós humanos, a natureza é sempre construída pela nossa atribuição e compartilhamento de sentido através do processo discursivo, portanto, o que nós percebemos como natural é também cultural e social, ou seja, a natureza é simultaneamente real (fato), coletiva (poder) e discursiva (discurso), (ESCOBAR, 1999, p. 2).

Para Ribeiro e Cavassan (2013), o problema está exatamente nessa forma como a natureza é pensada por uma sociedade, ou seja, essas diferentes formas de compreender a natureza, as quais podem variar desde sua origem, composição e até sua finalidade. Apesar disso, é importante ressaltar que qualquer uma dessas concepções é um enquadramento parcial, distorcido e limitado que pauta a compreensão da relação homem x natureza, enfatizando os aspectos convenientes e ofuscando os demais.

Outro exemplo de variação na concepção seria o termo ambiente dentro dos Estudos Organizacionais, onde ele é entendido como ambiente organizacional que permite enfatizarmos alguns aspectos como a competição por recursos, a abstração de ser uma entidade social, a superficialidade de ser definido somente dentro dos limites organizacionais e o reducionismo que enquadra e reduz significativamente o ambiente a aspectos econômicos e tecnológicos (SHRIVASTAVA, 1994).

Assim, termos como ambiente, natureza, meio-ambiente variam conforme o enquadramento desejado ou atribuído. Nesse sentido, cada uma dessas concepções é constituída através do reforço ou do ofuscamento de determinados aspectos que, de certa forma, acabam dando maior ou menor ênfase a determinados entendimentos convenientes em certos contextos, conforme afirma Goodman (2001, p. 182) “nossa escolha ontológica tem consequências, determinam pontos analíticos de entrada, arenas de teorias e práticas e o posicionamento normativo”.

Mais uma vez, o aspecto ontológico afeta como os termos são interpretados e compreendidos, reforçando que o caminho para se repensar a relação homem x natureza perpassa pelo questionamento ontológico e, também, pela compreensão clara do que significam cada um dos termos utilizados na confecção do trabalho. Para Murdoch (2001), o questionamento ontológico é o grande desafio a ser vencido.

Se a visão de mundo influencia a relação homem x natureza, então ela também influencia como a forma de mediação será constituída. Para Santos (1992), a mediação da natureza ocorre através da técnica e comanda a vida, nos impondo, modelando e administrando as relações com o entorno, e tal fato não é questionado.

Os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas por finalidades que, raramente, nos dizem respeito (SANTOS, 1992, p. 99).

Essa insistência em alocar o homem e o natural em duas categorias ontológicas distintas e inconciliáveis, rege a forma de pensar e agir da humanidade em relação a natureza e isso produz determinações problemáticas que não são questionadas. Para Castree (2003), muitos atores (cientistas, ambientalistas, políticos e outros) ainda acreditam que a natureza e a sociedade são (ou deveriam ser) duas realidades distintas e, esta ficção constitutiva produz efeitos reais que impactam a todos indiscriminadamente.

Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, frequentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados como as ações que ensinam (SANTOS, 1992, p. 100).

A natureza abstrata (ficção e artificialidades) não deve ser confundida com a natureza em sua concretude, muito menos esta deve ser intercambiada indiscriminadamente com outros termos como ambiente ou meio-ambiente, pelo contrário, saber compreender os conceitos é permitir que o complexo seja vislumbrado através deles, menos quando não haja um ordenamento linear como foi possível perceber em capítulos anteriores.

Partindo dessa premissa, deve-se apresentar os conceitos e entendimentos que se fazem necessários para a discussão. Nesse sentido, inicia-se com Whitehead (1994, p. 08) que sugere uma forma de tratarmos esse aspecto dual da natureza ao entendermos que “o pensamento sobre a natureza é diferente da percepção sensível da natureza”. A percepção sensível é o momento de encontro onde “a natureza é

revelada como um complexo de entidades cujas relações mútuas são passíveis de expressão no pensamento sem que isso seja extrapolado” (WHITEHEAD, 1994, p. 09).

É o acesso imediato através da mediação dos sentidos e, tal momento, se distingue da natureza abstraída e pensada onde lhe é atribuído um sentido e significado. Portanto, para Whitehead (1994), a natureza se releva através de uma dupla condição: i) uma independente do pensamento e que vai se implicar na percepção sensível enquanto um complexo de entidades (coisas) e; ii) a que tem sentido e significado a partir do pensamento e que está aberta a várias interpretações igualmente significativas.

Quando a segunda aceção da natureza pensada se concretiza, é que se consegue propor as ações que podem ou não ser destrutivas, pois elas derivam da interpretação condicionada pela visão de mundo (ontologia). Para Greider e Garkovich (1994, p. 01), “qualquer lugar físico tem o potencial de incorporar múltiplas paisagens, cada uma delas fundamentada nas definições culturais daqueles que ali se encontram”. Para os autores, essa “paisagem” é a natureza pensada, pois um mesmo espaço físico pode ter diferentes paisagens ou, em outras palavras, o espaço físico tem implicações para diferentes para um grupo de agricultores, de políticos e de caçadores (GREIDER; GARKOVICH, 1994).

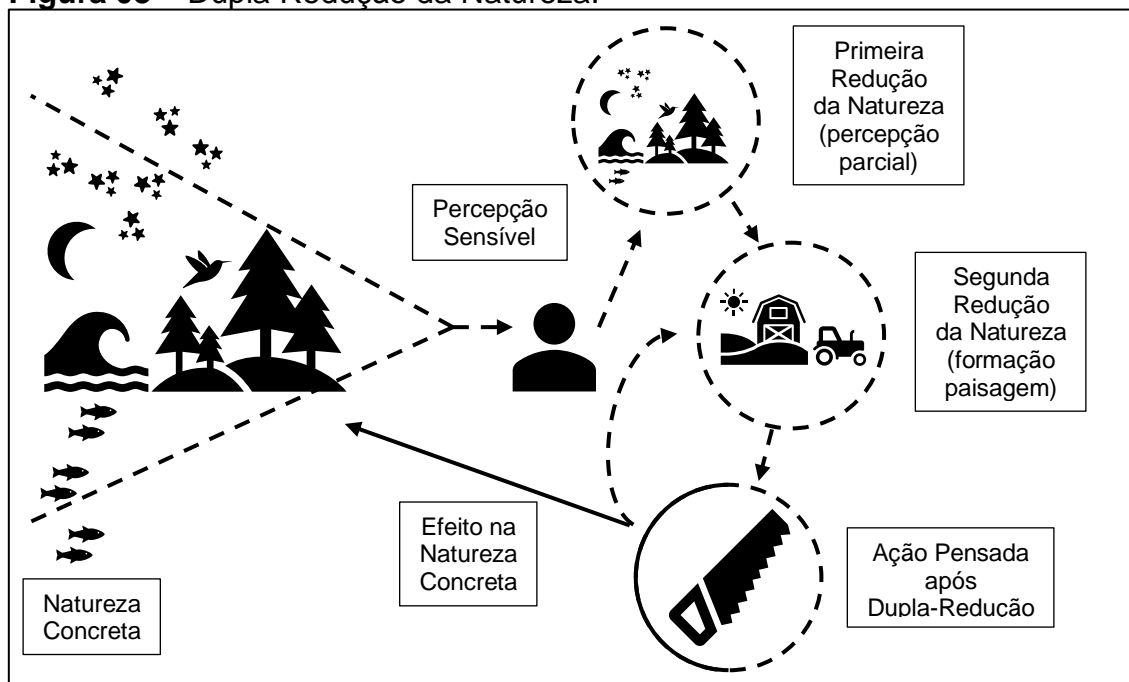
Os significados não são inerentes à natureza das coisas. Pelo contrário, os símbolos e significados que compõem as paisagens refletem o que as pessoas em grupos culturais definem como relacionamentos apropriados e impróprios entre si e entre eles e o espaço físico (GREIDER; GARKOVICH, 1994, p. 2).

Essas duas concepções não se contrapõem, nem indicam que há predominância de uma sobre a outra, pelo contrário, elas se complementam em um círculo contínuo que merece ser analisado com mais detalhes. Durante o processo de percepção sensível da natureza concreta e, posteriormente, da formação da paisagem com sua interpretação particular, ocorre uma dupla redução da complexidade.

A primeira redução ocorre porque a percepção sensível não é capaz de capturar o todo detalhado. Como exemplo, pode-se ilustrar a percepção de uma árvore distante pelos sentidos, mas que dificilmente perceberia os fundos que ali habitam. Assim, a primeira redução se caracteriza pela própria limitação dos sentidos humanos perante a natureza concreta. Já a segunda redução ocorre na formação da paisagem, pois valores ontológicos são utilizados para formar uma interpretação particular e

restrita daquela percepção sensível reduzida. Assim, dentre inúmeras interpretações possíveis, uma em particular é atribuída a paisagem. É a partir dessa dupla redução que emergem as ações que vão interagir com a natureza concreta e gerar efeitos adversos, conforme ilustra a figura 08.

Figura 08 – Dupla Redução da Natureza.



Fonte: próprio autor.

Assim, quanto mais perdurarem determinados símbolos e crenças que sustentam uma paisagem, maior é a chance desse enquadramento interpretativo particular ser considerado familiar e comum a todos. Com isso, a criação de significados, de estruturas de mediações, ações e os ajustes ficam condicionados totalmente à paisagem (GREIDER; GARKOVICH, 1994). Além disso, a retroalimentação de processo reforça e potencializa a dupla redução, pois incute a ideia de que a natureza aos poucos vai se tornando menos hostil devido ao conhecimento acumulado das experiências, o que reforça as ideias fictícias de totalidade e dominação.

Para Ribeiro e Cavassan (2013), também apoiados sobre o trabalho de Whitehead (1994), o termo “ambiente” é correlato do termo “paisagem” sugerido por Greider e Garkovich (1994).

Acreditamos ser necessário utilizar diferentes terminologias para esses dois significados (**natureza real** ou **causal** e **natureza representada** ou **pensada**). Desse modo, iremos considerar que a natureza existe independentemente de se pensar sobre ela (imagine, por exemplo, a Terra sem humanos; a natureza existiria em si mesma, continuaria seu curso normalmente). Quando, no entanto, elaboramos

qualquer raciocínio sobre ela, ou seja, quando esta entidade passa a ser representada por uma mente, passamos a falar de **ambiente**, não mais de natureza. Assim, argumentamos que o conceito na natureza se refere ao objeto mundo natural e a expressão ambiente à interpretação/representação desse objeto (RIBEIRO; CAVASSAN, 2013, p. 66, ênfase dos autores).

Apesar disso, é necessário fazer uma distinção mais apurada do termo “ambiente”, pois a compreensão de Ribeiro e Cavassan (2013) é significativamente diferente da que Luhmann (1989, 1995) emprega em seus trabalhos. Nesse sentido, Dulley (2004) oferece um avanço que será um degrau para a acepção luhmanniana.

Se admitir que a natureza é pensada, e que somente o homem tem a capacidade de pensar culturalmente (acumular e refletir sobre conhecimentos), reforça-se a visão de que ao se referir a ambiente, refere-se ao conjunto dos meios ambientes de todas as espécies, pensados e/ou conhecidos pelo sistema social humano (DULLEY, 2004, p. 20).

Portanto, a natureza concreta é esse emaranhado de fios constituintes que dinamicamente se constitui e nunca chegará a uma versão final, perfeita e totalitária, pelo contrário, sempre será um devir a ser. Por sua vez, o meio-ambiente é a natureza pensada individualmente e cada ente experimenta e interpreta essa porção da natureza concreta de forma particularizada.

A interação entre esses entes pensantes leva ao entendimento coletivo (intersubjetividade) que constitui a paisagem, uma interpretação particular compartilhada, imbuída de valores e crenças e compartilhada. Nesse ponto, é importante notar que a paisagem não corresponde mais ao meio-ambiente, pois na construção intersubjetiva, partes de meios-ambientes podem ser reforçadas, enquanto outras desconsideradas.

A reunião e sobreposição de todas as paisagens constitui então o ambiente conforme a acepção de Dulley (2004), ou seja, tudo o que foi pensado e conhecido é o ambiente. Mesmo que eu não pertença a um grupo de agricultores, posso através da interação intersubjetiva obter conhecimentos que me permitem compreender como este grupo estabelece sua paisagem, pois ela está definida e descrita na cultura da sociedade.

Retira-se os objetos (meio-ambiente e paisagem) do fluxo da vida (natureza concreta) e se devolve ações delineadas desses objetos reduzidos no fluxo da vida, naquilo que agora se converte em um processo de tripla redução, pois as reduções que ocorreram para constituir o meio-ambiente (local) já não correspondem integralmente a redução que constitui o ambiente (global). As reduções são feitas, o

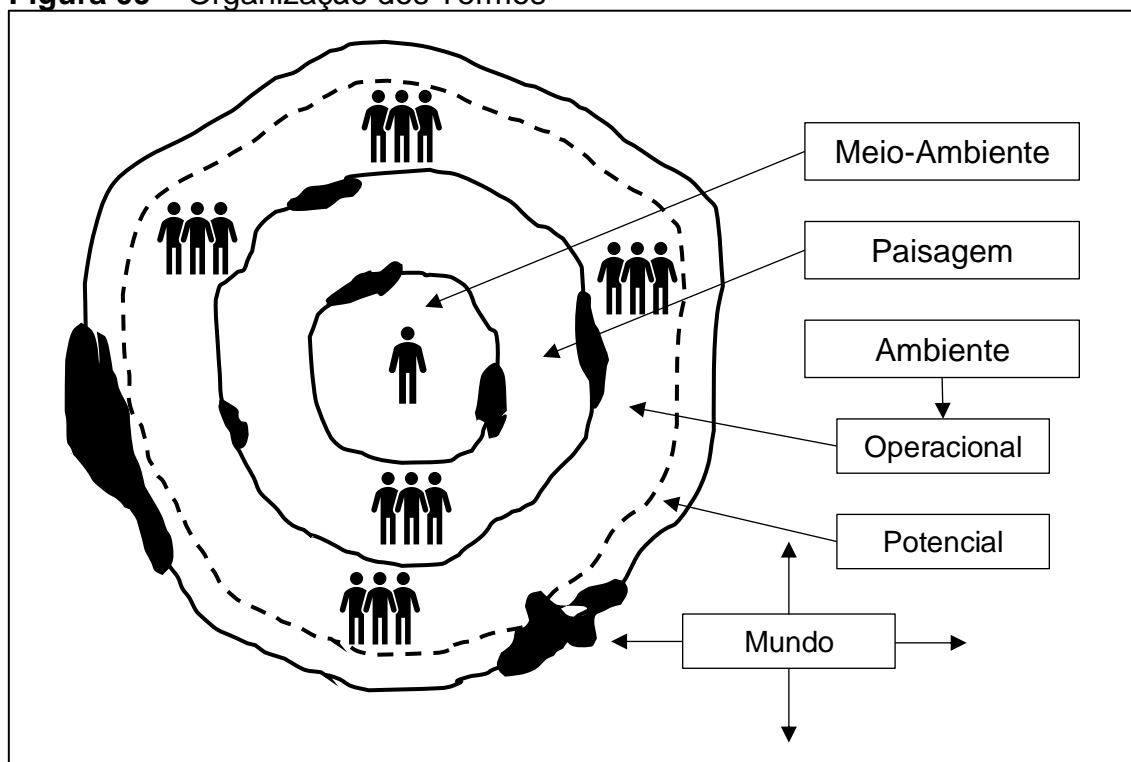
local é ofuscado enquanto o global torna-se irrefutável (visão de mundo amplamente aceita e compartilhada como verdade). Logo, o ambiente está implicado naquilo que ele envolve e que, no caso de Luhmann (1995, 2002, 2012, 2013b), é o sistema social chamado sociedade, ou seja, para o autor há uma implicação clara na constituição do sistema e seu ambiente, a necessidade do sistema se distinguir constantemente (LUHMANN, 2002).

Assim, diante do apresentado o ambiente não é apenas a reunião de paisagens, ele é mais que isso. Nele está compreendido os limites de tudo que foi contido da vida até aquele instante, porém sem nunca estabelecer uma totalidade. Por isso, Luhmann (1995) usa o termo “mundo” para designar essa malha emaranhada rizomática de fios constituintes da vida que resiste a totalidade e, por isso, é definida pelo autor como um horizonte de possibilidades infinitas.

No ambiente estão implicados tanto elementos que estão em interação com o agente, quanto aqueles que não estão, mas que tem potencial para entrarem em interação a qualquer momento (ofuscamento). Ao primeiro conjunto de elementos do ambiente pode-se usar a expressão “ambiente operacional” para designa-los e, o segundo grupo, denomina-se “ambiente potencial” (RIBEIRO; CAVASSAN, 2013). No ambiente potencial é importante ressaltar que o fato dos elementos não se encontrarem em interação, não significa que são desconhecidos a serem descobertos, pelo contrário, apenas não foram mobilizados naquele instante, entretanto estão disponíveis através do conhecimento acumulado.

Para exemplificar, não é porque não há interação com uma receita médica que é possível afirmar que o médico e todos os desdobramentos não existem, pelo contrário, eles existem no meu ambiente potencial porque há pleno conhecimento da sua representação. Em suma, eles apenas não estão mobilizados operacionalmente. Na figura 09 apresenta-se um resumo dos termos apresentados.

Figura 09 – Organização dos Termos



Fonte: Próprio autor.

Para além do que fora apresentado textualmente, é importante notar que os limites entre onde termina um termo e inicia outro não são tão claros e bem definidos, pelo contrário, há sobreposições e ausências, pois sempre se pautam em reduções que fingem gerar uma suposta totalidade. Em suma, pode-se encontrar espaços ermos quando comparados a outros onde múltiplos conhecimentos habitam (conflituosamente ou não).

Além disso, ainda há mais uma distinção a fazer do ambiente aqui definido em relação àquele da teoria luhmanniana. Luhmann (2012), trata o ser humano como um sistema de consciência que é distinto da sociedade que é um sistema social. A separação ocorre porque todo sistema complexo é operacionalmente fechado, ou seja, as consciências existem independente da sociedade, bem como esta última sobrevive para além do tempo de vida das consciências. Portanto, para o autor, os humanos estariam no ambiente do sistema social (sociedade) e a interação entre esses dois sistemas se dá através da linguagem que é definida como o acoplamento estrutural entre eles (LUHMANN, 2012).

Claramente, o acoplamento estrutural regular de sistemas de consciência com sistemas de comunicação é possibilitado pela linguagem. Na sociologia, também é discutido sobre a relação entre sociedade, cultura, linguagem e 'mentalidades' psíquicas (LUHMANN, 2012, p. 60).

Logo, o autor pensa ambiente de uma forma mais ampla e abstrata que, não necessariamente, se relaciona com o âmbito da natureza em si. Apesar dessa distinção, o aspecto fundamental que deve ser ressaltado é que não importa quantas camadas de abstração são criadas, nem quanto pensamento e conhecimentos são aplicados para desenvolver a maior e mais completa abstração de todas, ela nunca será total, nunca abarcará a infinitude do mundo com sua concretude e potencialidade.

Então como admitir que as soluções desenvolvidas até o momento são as mais adequadas, eficientes e eficazes para esse fenômeno complexo, se todas elas emergiram desse substrato de sucessivas reduções?

O que o texto tem sinalizado insistentemente é que elas não são adequadas e no máximo pode-se admiti-las como paliativas para a atual situação em que se vive. Além disso, há um risco inerente toda vez que uma solução assim é implementada, pois ela pode produzir efeitos indetectáveis nos modelos reducionistas. Nesse sentido, se o risco/efeito é indetectável então essa experiência é interpretada como adequada e de sucesso, levando a sua propagação e aplicação em outros contextos, por vezes menos adequados que o original.

Se o ambiente é interpretado como um *recurso*, então o sistema experimenta a contingência como *dependência*. Se for interpretado como *informação*, então o sistema experimenta a contingência como *incerteza*. Essas tematizações não são mutuamente exclusivas, pois a informação também pode ser tratada como um recurso e porque podem surgir problemas de informação em relação aos recursos, mas as formas internas de gestão da contingência do sistema divergem, dependendo da tematização escolhida (LUHMANN, 1995, p. 184, ênfase do autor).

O risco é indetectável porque a ação ocorre sempre dentro de uma tematização e a gestão da contingência do sistema não consegue lidar com todas as tematizações existentes, ainda que algumas delas tenham intersecções conforme apontou Luhmann (1995). Isso cria um ciclo de retroalimentação que se perpetua no tempo (ação – experiência – propagação – ação) e leva a uma aceitação de um conjunto de práticas tidos como corretas e inquestionáveis, mas que não gozam realmente destas condições quando analisadas através das lentes complexas.

Ao eliminarmos os fatores indiretos e os 'corpos estranhos', removemos muito da frustrante complexidade do ambiente e passamos a nos limitar pelos fatores diretos, os quais podem ser confirmados empiricamente (RIBEIRO; CAVASSAN, 2013, p. 74).

Portanto, ainda que as discussões conceituais sobre os termos sejam relevantes para uma compreensão mais clara e objetiva das questões envolvendo a

relação entre a sociedade e o ambiente, o que deve ser questionado é que qualquer tentativa de conceitualização se dá a partir de uma ou mais reduções, sucessiva ou não, e que, ao perder a noção dessa prática para lidar com a complexidade leva a uma crença de que é possível desenvolver soluções perfeitamente adequadas aos problemas enfrentados. Tal pensamento exprime uma grande contradição, como a ação ou solução pode ser perfeitamente adequada, ainda que contextualmente momentânea, se ela é expressa a partir de uma simplificação reducionista da complexidade da relação sociedade x ambiente?

A resposta é não tem como, pois, ela é desenhada e articulada para lidar com uma realidade abstrata e desconexa, onde tudo apresenta mais ou menos um funcionamento estável e seus efeitos são previsíveis. Se tal concepção fosse real, seria possível vislumbrar vários avanços significativos em termos de preservação ambiental, justiça social, diversos tipos de equidades, entre outros; e isto está longe de ser o mundo contemporâneo.

5 A IMPORTÂNCIA DO OLHAR PARA O OFUSCADO E O INFINITO

A discussão teórica deixa claro que não tem como o ser humano e o sistema social atuarem sem alguma forma de redução, dado que é impossível lidar com a complexidade do ambiente em sua totalidade. Também não é objetivo desta tese operar uma ruptura nessa questão, dado que é impossível oferecer uma alternativa a esse mecanismo de lidar com o mundo. Por outro lado, também não é possível aceitar que diante de uma situação complexa, a sociedade seria ingênua a ponto de acreditar que existe uma única história, um único curso de ação, um único conhecimento válido, uma única forma de lidar com essas demandas.

Não podemos ter conhecimento completo de sistemas complexos; só podemos ter conhecimento a partir de certos enquadramentos. Não há como escapar da complexidade (somos seres finitos), portanto, não há um enquadramento global para os enquadramentos individualizados. Deve-se ter cuidado para não interpretar esse estado das coisas como algo inadequado, que precisa ser melhorado. Há uma relação necessária entre a imposição limitante de um enquadramento e o conhecimento gerado. [...]. Não podemos transferir a responsabilidade pelos efeitos de nossas reivindicações para algum processo que chamamos de “científico” (PREISER; CILLIERS; HUMAN, 2013, p. 263).

O principal problema segundo os autores, é que aquilo que acaba ficando de fora dos enquadramentos interage com os sistemas de uma forma não-linear e, por isso, não é possível prever os efeitos da redução da complexidade, pois os sistemas e seus respectivos ambientes são dinâmicos (PREISER; CILLIERS; HUMAN, 2013).

Analogamente, Sterman (2006, p. 505) sinaliza que os efeitos percebidos “não são uma propriedade da realidade, mas que os modelos mentais são bem limitados e o horizonte de percepção é bem curto”. Para o autor, muito indicam que a solução parece óbvia, continuar a se aprofundar nos métodos científicos, o que é um equívoco dada a natureza intrinsecamente reducionista.

O ato de medir introduz distorções, atrasos, vieses, erros e outras imperfeições, algumas conhecidas, outras desconhecidas e incognoscíveis. Acima de tudo, a medição é um ato de seleção. Nossos sentidos e sistemas de informação selecionam apenas uma pequena fração da experiência possível (STERMAN, 2006, p. 509).

Então o princípio da exclusão seletiva que reina na abordagem reducionista da complexidade, tende a atuar de duas formas distintas: i) ofuscar alguns elementos conhecidos para que outros se tornarem relevantes e; ii) ignorar aquilo que está no

horizonte de possibilidades e que a qualquer momento, sem nenhum aviso, pode irromper e afetar todo enquadramento.

Em oposição à redução, a complexidade exige que se tente compreender as relações entre o todo e as partes. O princípio da disjunção, da separação (entre objetos, entre disciplinas, entre noções, entre sujeito e objeto de conhecimento) deve ser substituído por um princípio que mantenha a distinção, mas que tente estabelecer a relação (MORIN, 2007, p. 10-11).

Estabelecer a relação é romper com a ideia de redutos exclusivos que se colocam como bastiões do conhecimento absoluto, esse movimento é necessário se quisermos concretizar um olhar para o complexo.

Requer cruzar fronteiras entre departamentos e funções em uma organização, entre disciplinas na academia, entre o setor privado e público. Requer romper barreiras cultura e classe, raça e religião. Exige ouvir os outros com respeito e empatia – depois de usar esses recursos de pensamentos sistêmico para agir em consonância com nossos objetivos de longo prazo e aspirações mais profundas (STERMAN, 2006, p. 513).

Se o objetivo é reestabelecer as relações como Morin (2007) aponta, o primeiro passo já foi dado ao proceder com a desconstrução da relação entre a sociedade e o ambiente. Na visão de Preiser, Cilliers e Human (2013) a desconstrução não é uma crítica de fora, mas uma crítica de quem sabe onde está e o que quer fazer, dentro de um fluxo de transformação que impede uma compreensão perfeita. Assim, “o benefício de uma noção ‘geral’ de complexidade é justamente nos conscientizar do fato de que o processo de modelagem do mundo, um processo inevitável, nunca apresenta um objetivo neutro” (PREISER; CILLIERS; HUMAN, 2013, p. 264).

Justamente por isso, rompe-se com essa ideia de verdade absoluta que constantemente tenta se equiparar a realidade. Esses limites impostos pela estrutura moderna, exigem um posicionamento capaz de permitir a autorreflexão sobre as relações que são estabelecidas com nós mesmos e, também, aquelas que estabelecidas com o mundo.

Para possibilitar outros mundos, mesmo que seja para imaginar um meio alternativo de existência, é imperativo nos engajarmos com a resistência inquieta que pode ser encontrada no corte e na tecelagem da complexidade e da desconstrução, nas possibilidades que essa condição dialógica revela (PREISER; CILLIERS; HUMAN, 2013, p. 271).

Esta condição dialógica que pautará pelo pensamento complexo e pela busca de uma guinada ontológica capaz de revigorar, em um primeiro momento, o pensamento sobre a relação sociedade-ambiente e, para além dessa relação. A

desconstrução já está em curso e perdurará ao longo do texto, já o segundo passo será reconectar o que foi deliberadamente ofuscado (ressignificado, ignorado e encoberto), quebrando com as fronteiras impostas pela linearidade e o reducionismo e podendo apresentar uma nova compreensão sobre a relação entre sociedade e ambiente. Por fim, é necessário também se conectar com o infinito para posicionar corretamente o pensamento complexo dentro dessa amplitude inimaginável, refletindo a inegável capacidade limitada de compreender o mundo, conforme a figura 10.

Figura 10 – Visível, Ofuscado e Infinito na Complexidade



Fonte: Próprio autor.

A figura 10 demonstra essa intrincada relação entre os conceitos ao longo do texto. Nela apresentam-se duas pessoas que simbolizam a relação Eu-Outro, bem como sinalizam as distintas perspectivas entre eles (não se sinalizou qual seria o Eu, pois ao definir qualquer um deles como tal, já fica evidente quem é o Outro). Em cada uma das perspectivas podemos ver os elementos mobilizados para compor o que se pode chamar de visão de mundo e, nesse sentido, fica evidente que elas são distintas, onde alguns elementos estão mobilizados e são comuns a ambos e outros exclusivos (área branca); outros elementos conhecidos foram mobilizados em outros momentos, mas agora estão periféricos (área acinzentada).

Além disso, os elementos exclusivos da visão de mundo de um são considerados como elementos ofuscados para o outro. Para entender essa afirmação, basta suprimir um deles da figura e, conseqüentemente, a perspectiva também será

suprimida, ou seja, a área branca do cone ficará acinzentada, deixando os elementos como ofuscados.

Por fim, na figura 10 há uma área totalmente preta onde não é possível reconhecer nenhum elemento complexo, não se sabe quantos são, onde estão, como são, enfim, não se sabe nada sobre eles. Estes são completamente diferentes dos elementos ofuscados e visíveis, pois compõem o infinito de possibilidades e podem se materializar na complexidade de uma forma inesperada e nunca vista antes.

Devolver os elementos ofuscados e o infinito a complexidade reposiciona a compreensão humana, movendo-a de uma posição de soberana e conhecedora dos grandes mistérios, para uma mais singela e simplificada, dentro de um escopo de limitações e inabilidades para lidar com a complexidade da vida. Tal reposicionamento, impacta na compreensão de mundo, na pesquisa e resultados científicos e, em especial, na relação sociedade-ambiente.

Assim, para endereçar questões complexas como as que aqui se expressam, é necessário reativar as contradições e antagonismos em qualquer âmbito do conhecimento, permitindo que se explore essa complexidade inerente que muitas é reduzida, suprimida ou obscurecida. Por isso, no próximo capítulo utiliza-se o conceito de *pathways* e ofuscamento para reativar as contradições e antagonismos que permitem olhar para uma temática a partir daquilo que é defendido como supostamente desligado e separado, mas que na verdade é parte integral de um fenômeno complexo.

6 PATHWAYS: A AMBIGUIDADE QUE REAVIVA A REFLEXÃO

Ao adentrar os *pathways* da sustentabilidade, explora-se as processualidades e como a ação de ofuscar determinados fatos e eventos contribui diretamente para que haja uma redução da complexidade e eliminação das ambiguidades inerentes do termo. Antes de evidenciar essas construções, se faz necessário conceituar o termo *pathways* com o intuito de orientar o entendimento e ancorá-lo em um viés de múltiplas possibilidades. Portanto, um *pathway* é compreendido como a orientação ou a direção percebida, a partir de uma sucessão de fatos ou eventos, os quais sustentam um determinado entendimento do fenômeno ou da realidade.

Da acepção segue um ordenamento que deve ser levado em consideração, pois não é uma direção pré-determinada que guia os fatos e eventos, mas estes últimos que compõem a orientação ou o “caminho”. Por exemplo, tomando um fenômeno como ponto de partida, a percepção de determinados fatos e eventos constituem um entendimento que passa a ser compartilhado em uma rede de relações. Por sua vez, dependendo do nível de difusão, essa compreensão pode atingir um grau de aceitação capaz de pressionar, influenciar ou obstruir os demais entendimentos acerca do fenômeno. Portanto, quando um específico *pathway* é difundido e amplamente aceito, ele pode atuar de modo a complementar, reforçar, ignorar, ofuscar ou desqualificar os outros *pathways*.

A força de um *pathway* pode ser determinada pela capacidade de desqualificar ou ofuscar os *pathways* concorrentes, prevalecendo seu entendimento sobre o fenômeno (tentativa de equiparação entre entendimento e verdade). Para Morin (2003a), estas condições estabelecem o chamado paradigma redutor que é uma forma processual de pensar que intencionalmente busca reduzir a complexidade e simplificar a realidade.

A inteligência parcelar, compartimentada, mecânica, disjuntiva, reducionista, quebra o complexo do mundo, produz fragmentos, fraciona os problemas, separa o que é ligado, unidimensionaliza o multidimensional. Trata-se de uma inteligência ao mesmo tempo míope, presbita, daltônica, zarolha. Elimina na casca todas as possibilidades de compreensão e de reflexão, matando assim todas as chances de julgamento corretivo ou de visão a longo termo. Quando mais os problemas se tornam multidimensionais, mais há incapacidade para pensar essa multidimensionalidade; quanto mais a crise avança, mais progride a incapacidade de pensá-la; quanto mais os problemas se tornam planetários, mais se tornam impensados. Incapaz de considerar o contexto e o complexo planetário, a

inteligência cega produz inconsciência e irresponsabilidade (MORIN, 2003a, p. 25).

Conforme aponta o autor, pautar a realidade nessa versão reducionista é eliminar a possibilidade de se fazer uma reflexão e compreender o fenômeno considerando sua complexidade. Por isso, este trabalho se posiciona antagonicamente ao paradigma reducionista, observando que existem outros *pathways* para além daquele tido como dominante, os quais quando considerados conjuntamente reavivam a possibilidade de se refletir de uma forma complexa sobre o fenômeno.

Toda essa apresentação sobre o conceito de *pathway* era necessária, pois pauta, respectivamente, as seguintes construções em três campos temáticos: na sustentabilidade, na geologia e nas organizações. Em cada uma delas, é possível perceber a existência de pelo menos um *pathway* ofuscado que apresenta entendimento diverso do dominante. Vale ressaltar que essa construção não tem o objetivo de esgotar todos os *pathways* de todas as temáticas possíveis, pelo contrário, ela busca chamar a atenção para a forma redutiva e simplificada que constantemente são abordados os fenômenos e como esses *pathways* buscam se igualar a “verdade”, ofuscando intencionalmente as compreensões concorrentes.

6.1 PATHWAYS SUSTENTABILIDADE: OFUSCADO PELA RESSIGNIFICAÇÃO

O termo “sustentabilidade” se proliferou e ganhou notoriedade global. Apesar disso, o princípio por trás desse termo foi utilizado pela primeira vez por Hans Carl von Carlowitz em 1713 no seu trabalho sobre silvicultura, o qual chamava a atenção para a desproporcionalidade entre as taxas de exploração e recuperação da floresta. Após analisar a situação, o autor indicava a condição limitante para a floresta conseguir se sustentar e, com isso, garantir o fornecimento de madeira para as atividades dos lenhadores ao longo do tempo (FISCHLER, 2014).

A constatação de Carlowitz e a sugestão da nova orientação acarreta a emergência de uma consciência individual e coletiva dos lenhadores sobre os limites da floresta e na necessidade de adequação das suas práticas para evitar o colapso, levando a redução do risco sobre a capacidade de sobrevivência do grupo. Além disso, a transformação não ocorre somente no presente, mas tem repercussões futuras, pois o conhecimento adquirido seria transmitido as novas gerações para que

elas também tenham a responsabilidade e respeito pela condição da floresta quando chegar seu tempo de exploração. Em suma, sublinha-se que o processo em questão se pauta em uma mudança mais profunda que transforma os envolvidos e as relações estabelecidas com o ambiente.

Apesar da constatação e do desenvolvimento do princípio de sustentabilidade por Carlowitz, o termo permaneceu relacionado com a silvicultura até ganhar contornos mundiais na Conferência de Estocolmo em 1972, com a publicação “Os Limites do Crescimento” (MEADOWS et al., 1972), o qual evidenciou através de modelos matemáticos simulados que o planeta não teria condições de suportar a taxa de crescimento populacional devido aos limites de recursos disponíveis e restrições na capacidade de renovação. Paralelamente, alguns anos antes outra publicação causou alvoroço, a “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson (1969), um livro que denunciou os impactos ambientais e na saúde das pessoas causados pelo aumento global no uso do inseticida DDT (*Dichlorodiphenyltrichloroethane*).

Ambas as publicações se alinham e reforçam a percepção de Carlowitz sobre a existência de um limite que deve ser respeitado e a necessidade de transformar a relação sociedade-ambiente, pois nas atuais circunstâncias o futuro de ambos estaria comprometido a ponto de pôr em risco a todos. A Conferência de Estocolmo foi o marco inicial do que se tornaria uma série de conferências sobre as questões ambientais e sociais e a busca mundial por soluções capazes de reverter a situação denunciada pelos autores.

Na sequência, em Brundtland no ano de 1987 (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), o termo “sustentabilidade” acabou associado ao termo “desenvolvimento” e, tal fato, provocou a reinterpretação das compreensões anteriores, deslocando o foco dos problemas envolvendo o crescimento (desenvolvimento) e a necessidade de adequação aos limites planetários para o problema intergeracional, que enfoca principalmente para a necessidade de se desenvolver a capacidade de atender as gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras (BARKEMEYER et al., 2014; REDCLIFT, 2005).

Percebe-se que nesta transição o sentido original de reduzir, mitigar, diminuir para se adequar a capacidade existente é substituído pela ideia de harmonizar o que está em desequilíbrio para continuar a se desenvolver. Por isso, argumenta-se que os termos ‘sustentabilidade’ e ‘desenvolvimento sustentável’ aderem à matrizes de significados diferentes, sendo que o primeiro foi constituído a partir da contraposição

entre os termos 'exploração' e 'capacidade de recuperação', requisitando um respeito em relação aos limites; enquanto que o segundo reconhece a possibilidade de harmonização entre as necessidades contemporâneas e a capacidade de atendê-las, se apoiando principalmente no desenvolvimento como fator chave para sua realização (para um aprofundamento sobre as peculiaridades da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, como complemento sugere-se as leituras de Lélé (1991), Baroni (1992) e Mebratu (1998)).

As conferências posteriores herdaram de Brundtland o termo e a definição de desenvolvimento sustentável, promovendo avanços com base nesse entendimento. Assim, o itinerário de conferências percorre o mundo, iniciando no Rio de Janeiro em 1992, Tóquio em 1997, Joanesburgo em 2002 até retornar ao Rio de Janeiro em 2012 (BARKEMEYER et al., 2014; MEBRATU, 1998; REDCLIFT, 2005). Aqui percebe-se a constituição de um outro *pathway* distinto daquele originado em Carlowitz, o qual apresenta fatos e eventos que se pautam na possibilidade de harmonização, além da questão intergeracional.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança em que a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se **harmonizam** (grifo meu) e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 49).

Este novo *pathway* ganhou projeção nos meandros políticos e passou a frequentar as principais agendas políticas internacionais, pautando as discussões acerca das questões ambientais e sociais. Apesar da difusão e ampla aceitação do conceito de Brundtland, alguns estudiosos apontaram que a falta de clareza dificultou a aplicação direta na prática no dia a dia, principalmente no tange as organizações (MEBRATU, 1998; REDCLIFT, 2005). Nesse sentido, parte dos esforços foram empregados na promoção de conferências, mantendo as discussões em níveis político-econômicos globais e, paralelamente, houve uma busca pelo refinamento do conceito, de modo a torná-lo aplicável ao dia a dia.

Nesse contexto, surge o trabalho de Elkington (1997) intitulado "Canibais com Garfo e Faca", onde o autor desenvolve sua teoria chamada de *Triple Bottom Line*. O conceito é refinado a partir do desenvolvimento sustentável proposto por Brundtland, onde a premissa é que a sociedade depende de um ecossistema global que pode ser vislumbrado através dos aspectos sociais, econômicos e ambientais. O desafio é que

cada um desses aspectos não é estável pois recebem pressões, se desenvolvem em ciclos ou apresentam conflitos que dificultam o processo.

Para ilustrar o autor utiliza como metáfora a teoria geológica das placas tectônicas, onde os aspectos do desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) são representados por placas sobrepostas, as quais se movem independentemente umas das outras. Por sua vez, cada placa pode se mover de modo a criar sobreposições com as demais, de onde emerge um espaço “conflituoso” entre elas.

Assim, pela teoria do *Triple Bottom Line*, a sobreposição entre o aspecto econômico e o ambiental cria o espaço que o autor chamou de ecoeficiência; por sua vez, a sobreposição entre o ambiental e o social cria o espaço da justiça ambiental e, por fim, a sobreposição entre o econômico e o social cria o espaço dos negócios éticos. Portanto, o principal mote da teoria é a abordagem integrativa que ela propõe sobre cada um dos aspectos do desenvolvimento sustentável e seus espaços de sobreposição, de modo que, as práticas, principalmente organizacionais, devem se pautar por esse entendimento.

Em Elkington o entendimento de desenvolvimento sustentável adquire uma nova compreensão, perfazendo um novo *pathway*. Nele, o foco no atendimento das necessidades e o aspecto intergeracional dão lugar a busca pela capacidade de lidar de forma integrativa com os aspectos social, econômico e ambiental da sociedade. Apesar da mudança, percebe-se que a ideia de harmonização ainda está presente, porém agora é aplicada de modo a buscar o equilíbrio entre os desenvolvimentos de cada um dos aspectos, ou seja, os avanços significativos devem ocorrerem em todos e não apenas em um deles.

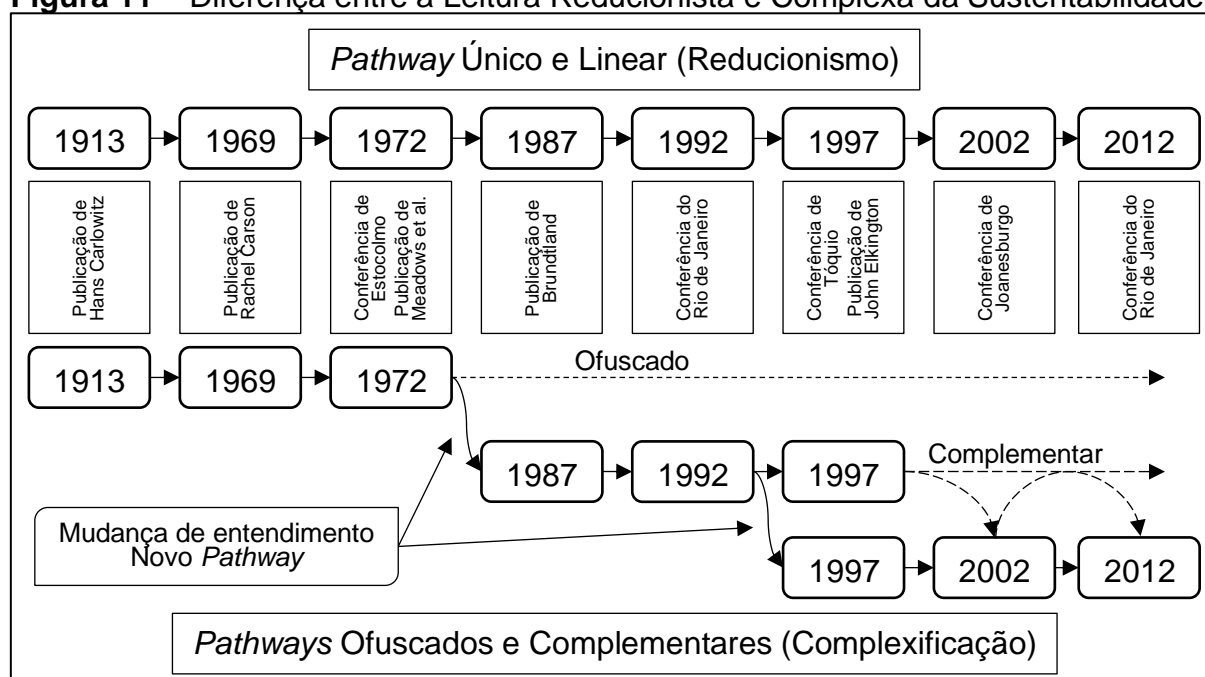
Outro ponto a ser ressaltado é que em nenhum momento esse novo entendimento rompe com a associação entre desenvolvimento e sustentabilidade proposta por Brundtland, pelo contrário, ela reforça e amplia a ideia de desenvolvimento, ao incorporar o desenvolvimento ambiental e o social conjuntamente com o econômico. Dessa forma, tal desenvolvimento só pode ocorrer dentro de uma perspectiva integrativa como defende Elkington (1997).

Essa proposta do autor trouxe a possibilidade de materializar as práticas do desenvolvimento sustentável mais facilmente, pois a proposta integrativa conseguiu servir de base para ancorar as várias ações, desde que elas contribuíssem para o desenvolvimento dos aspectos social, econômico e ambiental. Essa tradução do

desenvolvimento sustentável em prática foi bem aceita no meio organizacional e, mais que isso, fez com que a proposta de Elkington alcançasse também a esfera política, tornando-se uma abordagem aliada da proposta de Brundtland.

Diferentemente da mudança de *pathway* que ocorreu em Brundtland, essa que ocorre com o advento do trabalho de Elkington mantém a orientação central de harmonizar e reforça o compromisso com a proposta de desenvolvimento, deixando em segundo plano a discussão intergeracional. Logo, as propostas de Brundtland e Elkington se complementam ao invés de imporem uma ruptura uma à outra, em outras palavras, com a ascensão do novo *pathway*, o antigo não é ofuscado, pelo contrário, ele é mantido e reforçado justamente por não dispor ambigualmente ao que está em voga. A figura 11 apresenta essa discussão dos *pathways* de forma ilustrada para facilitar a compreensão.

Figura 11 – Diferença entre a Leitura Reducionista e Complexa da Sustentabilidade



Fonte: o autor.

A figura 11 pode ser dividida em três partes: no topo está a versão linear do *pathway* da sustentabilidade, a qual não apresenta ambiguidades e está fortemente amparada na trajetória temporal. No centro estão os fatos ou eventos que marcaram a constituição conceitual da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, servindo de orientação ao leitor. Por fim, na parte de baixo da figura, apresenta-se a versão complexificada dos fatos e eventos, apontando quando ocorrem as mudanças que levam a novos *pathways*, além de pontuar como ficam as relações entre eles a partir da identificação de ambiguidades.

Na parte complexa da figura 11 evidencia-se as duas mudanças ocorridas nos *pathways* e se pontua sobre a diferença nas relações estabelecidas entre elas. Com a ascensão da publicação de Brundtland ocorre a primeira ressignificação da ideia de sustentabilidade, a qual é convertida em desenvolvimento sustentável e passa a expressar a busca pelo atendimento das necessidades entre as gerações. Ao mesmo tempo, rompe com o viés catastrófico das visões anteriores que reforçavam a existência de limites e a necessidade de mudanças mais profundas.

Esse rompimento é necessário uma vez que os *pathways* se posicionam antagonicamente, especialmente, quando um reforça que a situação é perigosa para a humanidade, enquanto o outro afirma a possibilidade de harmonizar essa mesma situação. Logo, a versão de Brundtland alcançou uma ampla difusão, se sobrepôs e ofuscou aquela originada em Carlowitz. Esse movimento caracteriza a intencionalidade na redução da complexidade e na “eliminação” sistemática das ambiguidades.

O mesmo não ocorre na segunda mudança de *pathways* com a publicação de Elkington. Nesse caso o novo entendimento não rompe totalmente com a proposta anterior, mas a complementa. Dessa forma, o refinamento de Elkington busca resolver pontos falhos na proposta de Brundtland, fazendo com que ambas sejam mais amplamente difundidas, ao mesmo tempo, que intencionalmente reforçam o ofuscamento da proposta iniciada em Carlowitz. Como resultado, tanto Brundtland, quanto Elkington passam a fazer parte da agenda política internacional, enquanto as organizações se alinham mais com a última proposta devido a sua praticidade inerente.

Assim, apresenta-se a primeira forma de ofuscamento da realidade, a qual está baseada na ressignificação que destaca certas compreensões da realidade, enquanto torna as demais difusas. Nesse momento é importante salientar que essa não é a única forma de ofuscamento da realidade e que nós próximos tópicos explora-se outras manifestações, as quais serão evidenciadas em temas envolvendo a sustentabilidade, como por exemplo a geologia e o antropoceno.

6.2 PATHWAYS GEOLOGIA: OFUSCADO PELA IGNORÂNCIA

A escolha do campo da geologia se justifica por dois motivos: primeiro, ela é uma disciplina oriunda das ciências naturais que com os estudos recentes acabou

adentrando o campo das humanidades e; segundo, esses mesmos estudos passaram a contribuir e a pressionar as questões relativas à sustentabilidade.

Os estudos em questão são sobre os estudos estratigráficos que procuram nos estratos ou camadas de rochas explicações sobre os processos e eventos de formação do planeta. Em suas subdivisões, a cronoestratigrafia é a área responsável por estudar e determinar as épocas (idade relativa) a partir das camadas geológicas. A figura 12 mostra o resultado desses estudos evidenciando todas as épocas aceitas pela Comissão Internacional de Estratigrafia.

Figura 12 – Tabela Cronoestratigrafia Internacional

TABELA CRONOESTRATIGRÁFICA INTERNACIONAL
 www.stratigraphy.org Comissão Internacional de Estratigrafia v 2017/02

The table is a detailed stratigraphic chart showing geological time scales. It is organized into several columns representing different geological periods and epochs, with their corresponding dates in millions of years before present (Ma). The chart is organized into major eras: Quaternary, Cenozoic, Mesozoic, Paleozoic, and Precambrian. The Precambrian section is further divided into Proterozoic and Archean eons/eras. The chart also includes a vertical scale on the right side showing dates in Ma from -4600 to -635.

Quaternário
 Holoceno: Superior, Médio, Inferior
 Pleistoceno: Calabrian, Gelasiano
 Plioceno: Piacenziano, Zancleano, Messinian, Tortoniano
 Neógeno: Mioceno: Serravaliano, Langhiano, Burdigaliano, Aquitaniano
 Oligoceno: Chetiano, Rupelian, Priaboniano
 Paleógeno: Eoceno: Bartoniano, Lutetiano, Ypresiano
 Paleoceno: Thanetiano, Selandiano, Daniano, Maastrichtiano
 Campaniano

Mesozoico
 Superior: Santoniano, Coniaciano, Turoniano, Cenomaniano
 Inferior: Albiano, Aptiano, Barremiano, Hauteriviense, Valanginiano, Berriasiano

Mesozoico - Jurássico
 Superior: Titoniano
 Médio: Oxfordiano, Calloviano, Bathoniano, Bajociano, Asieniano, Toarciano
 Inferior: Pliensbachiano, Sinemuriano, Hettangiano, Rhaetiano

Triássico
 Superior: Noriano
 Médio: Carniano, Liasiano, Anisiano
 Inferior: Chinêsiano, Wuchiapingiano, Capitaniano, Wordian, Roadiano, Kunguriano

Paleozoico
 Permiano: Artinskiano, Sakmariano, Asseliano, Kasimoviano, Moscoviano
 Cisuraliano
 Carbonífero: Pennsylvânico: Superior, Médio, Inferior
 Mississípico: Superior, Médio, Inferior

Devoniano
 Superior: Famenniano
 Médio: Frasniano, Givetiano, Eifeliano
 Inferior: Emsiano, Pragian, Lochkoviano

Siluriano
 Pridoli, Ludlow, Gorstiano, Wenlock, Homeriano, Sheinwoodiano, Llandovery

Ordoviciano
 Superior: Katiano, Sandbiano
 Médio: Darriwiliano, Dapingiano, Floiano
 Inferior: Tremadociano

Furongiano
 Andar 10, Jiangshanian, Pailian, Guanzhongiano

Cambriano
 Série 3: Drumiano, Andar 5
 Série 2: Andar 4, Andar 3, Andar 2
 Terrestre: Fortuniano

Proterozoico
 Neoproterozoico: Ediacariano, Cryogeniano, Toniano, Steniano
 Mesoproterozoico: Ectasian, Calymeniano, Statheriano, Orozariano
 Paleoproterozoico: Rhyaciano, Sideriano

Arqueano
 Neoproterozoico: Sideriano
 Mesoproterozoico: Sideriano
 Paleoproterozoico: Sideriano
 Eoproterozoico: Sideriano

Hadaeano
 Sideriano

Vertical Scale (Ma):
 -635, -720, 1000, 1200, 1400, 1600, 1800, 2000, 2500, 2800, 3000, 3200, 3600, 4000, 4600

As cores podem não ser adequadas para impressão em preto e branco. (CC-BY-NC-ND) - http://www.stratigraphy.org/
 Tradução para Português (BR) elaborada por S. Coimbra, J.A.C. Almeida e A.M.F. Barreto (2013) em colaboração com Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e PLECELAB - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualizada 2017/02. C. Zacher (Universidade Estadual de Campinas), K.M. Cohen (IUGS-ICS).

Fonte: Comissão Internacional de Estratigrafia – Cronoestratigrafia (2017).

A imagem resume todas as épocas geológicas descobertas pela cronoestratigrafia, enfatizando que se vive a época chamada Holoceno, que pertence ao período Quaternário, da Era Cenozoica e do éon Fanerozoico (vida visível). Essa época iniciou-se por volta de 11,65 mil anos antes do momento presente e pode ser subdivido de várias formas, como por exemplo: através das flutuações climáticas, das mudanças na fauna, entre outros (FAN; HOU, 2019).

Nesse contexto, a questão climática passa a ser o ponto crucial do debate contemporâneo dentro da geologia, pois com os relatórios emitidos pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) sobre as mudanças climáticas (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2013), abre-se a possibilidade de reavaliar se não se configura uma nova época geológica. Em especial

o capítulo 8 do relatório discute como a força antropogênica, a partir da era industrial, passa a ter uma força radioativa significativa que impacta diretamente no processo de mudança do clima.

Baseado na questão da força antropogênica, Crutzen (2002) sugere que essa é sim uma nova época geológica, a qual ele chamou de Antropoceno, onde a força humana ganhou escalabilidade a ponto de conseguir impactar sobremaneira o ambiente. Para reforçar seu argumento, ele e outros autores conduzem estudos quantitativos sobre o aumento significativo em vários componentes do empreendimento humano, tais como: população, BIP, investimentos diretos, uso de água, consumo de fertilizante, consumo de papel, veículos motores, telefonia, turismo, entre outros (ROCKSTRÖM et al., 2009; STEFFEN; CRUTZEN; MCNEILL, 2007).

Esses aumentos substanciais fundamentaram o argumento de Crutzen (2002) sobre uma nova época geológica, onde a força humana se tornou tão difusa e profunda que consegue rivalizar com as forças da natureza na transformação do planeta (STEFFEN; CRUTZEN; MCNEILL, 2007). Esse debate adquiriu tamanha importância no cenário acadêmico internacional que alcançou a Revista *Nature*, uma das mais reconhecidas das ciências naturais; Crutzen recebeu o Prêmio Nobel e o IPCC formou um grupo de trabalho para avaliar se o Antropoceno deve ser oficializado como uma nova época geológica (CRUTZEN, 2002; FAN; HOU, 2019; ROCKSTRÖM et al., 2009).

Independente da oficialização ou não da época do Antropoceno, toda essa sequência de fatos e eventos caracteriza o *pathway* da geologia, o qual se alinha com os trabalhos iniciais sobre a sustentabilidade (antes de Brundtland), evidenciando também a existência dos limites planetários e do risco que se está impondo ao planeta e a nós mesmos por negligenciá-los. Por outro lado, a tese sobre o Antropoceno marca uma investida das ciências naturais nas ciências sociais e humanidades através de “poderosas e convincentes reivindicações”, conforme aponta Hamilton, Bonneuil e Gemenne (2015, p. 3 e 4).

Assim, o Antropoceno não somente reivindica uma nova época na geologia, mas desafia as fronteiras que determinam a natureza e a cultura, o clima e política global e, em especial, as ciências naturais e as sociais e humanas. Ao fazer isso, a temática se abre para uma discussão interdisciplinar onde o objeto em questão pode ser considerado um híbrido socioecológico (HAMILTON; BONNEUIL; GEMENNE, 2015). Por sua vez, Malm e Hornborg (2014) relevam a sensação paradoxal e

perturbadora ao ver o conhecimento sobre o impacto das forças sociais na biosfera ser expresso por uma narrativa completamente dominada pela ciência natural.

[O] principal paradoxo da narrativa, se não do próprio conceito como tal, torna-se visível: em um instante, a mudança climática é desnaturalizada e deslocada da esfera das causas naturais para a das atividades humanas, sendo renaturalizada nesta esfera através de uma característica humana inata (como por exemplo controlar o fogo). O deslocamento causado pelo Antropoceno não está restrito a natureza, mas advém desta e invade a natureza humana (MALM; HORNBORG, 2014, p. 65).

Nesse deslocamento, os cientistas do campo das ciências naturais estendem suas visões de mundo para a sociedade e passam a explicá-la considerando-a como um todo, um único objeto bem definido. Entretanto, como podem certos grupos excluídos do sistema econômico ou apartados do acesso a certos recursos, conseguirem produzir uma força escalável a ponto de impactar o funcionamento do planeta. Em suma, a narrativa do Antropoceno ignora as desigualdades e diferenças sociais, culturais e políticas enquanto culpabiliza a todos indiscriminadamente pelas transformações globais (SIMON, 2017).

Portanto, seria mais preciso falar sobre o Tecnoceno ou o Capitaloceno. Invocando tecnologia e capitalismo como noções mais sensíveis às desigualdades, essas alternativas oferecem correções poderosas ao universalismo do Antropoceno (SIMON, 2017, p. 240).

Assim, o que é ignorado pela proposta do Antropoceno de Crutzen (2002) é justamente o que fundamenta as correções na visão de mundo naturalista (humanidade enquanto espécie) e, tais eventos ou fatos paralelos constituem um outro *pathway*, que não emerge da resignificação como no caso da sustentabilidade, mas desses aspectos que foram ignorados, de modo análogo ao que ciências naturais fazem com as ciências sociais e humanidades.

Portanto, é necessário perceber que as mudanças climáticas que caracterizam o Antropoceno não são apenas antropogênicas, mas que para entender esse processo de transformação da humanidade em uma força brutal sobre o planeta é necessário vislumbrá-la como sociogênica, ou seja, oriunda das relações sociais fluídas que se materializam e se propagam pela natureza e, tal entendimento, é distinto da proposta de evolução biológica que funda o Antropoceno (MALM; HORNBORG, 2014).

O fato de o Antropoceno ignorar aspectos fundamentais da realidade e a sua ingerência no campo interdisciplinar, permitiu que se produzissem propostas questionadoras da visão naturalista, principalmente, sobre o modo como a geologia

entende a sociedade. Dentre essas releituras, Simon (2017) destacou o tecnoceno de Hornborg (2015) e o Capitaloceno de Moore (2016).

Na leitura de Hornborg (2015), o Antropoceno atribui como principal fator que garante a potencialização das forças humanas sobre a natureza, o fato de termos adquirido o controle absoluto dos combustíveis fósseis. Dessa forma, as engenharias enquanto ciências e a adoção desse tipo de combustível parecem ser marcos históricos que demarcam a caminhada até o Antropoceno. Entretanto, o autor questiona que tanto as engenharias, quanto a exploração do combustível só é possível mediante a um processo social que relativiza os preços do trabalho e dos recursos em função do “progresso tecnológico” (HORNBERG, 2015).

Além disso, mesmo esse desenvolvimento tecnológico sendo oriundo da exploração de combustíveis fósseis, a sua distribuição coincide com a desigualdade no poder de adquiri-lo, de modo que, a tecnologia se torna uma espécie de índice que reflete a capacidade de acumulação de capital, a diferença de privilégios no consumo de recursos e na exploração intensiva do trabalho e do ambiente (HORNBERG, 2015). Dessa forma, o discurso do Antropoceno tenta se fechar na propriedade biológica da espécie humana, mas é imanente a presença de uma forma específica de organização social que está baseada na possibilidade de uma parte da humanidade dominar os demais (HORNBERG, 2015).

Em suma, quando se constitui a proposta do Antropoceno, nela estão imersas as visões de mundo, as propriedades emergentes das relações e as estruturas de poder que são fundamentalmente parte do fenômeno social. O problema é que os pesquisadores das ciências naturais não contêm esses tipos de ferramentas analíticas sobre a realidade e, por isso, tendem a ignorar solenemente estes aspectos.

Por isso, Hornborg (2015) afirma que no cerne de tudo está o problema das desigualdades inerentes ao advento da tecnologia e, por isso, essa época deveria ser chamada de Tecnoceno, ou seja, ao observar a tecnologia a partir de suas dimensões sociais, é possível detectar como as relações de poder globais são sustentadas a partir dela.

O Tecnoceno de Hornborg (2015) demonstra claramente o que a proposta geológica de Antropoceno ignora os aspectos sociais fundantes dessa condição. Esse ato se sustenta na visão de mundo do Antropoceno a partir das ciências naturais, as quais negam o status de ciências para aquelas cujo objeto de estudo sejam o social e as humanidades. A proposta de Moore (2016) segue movimento igual à do

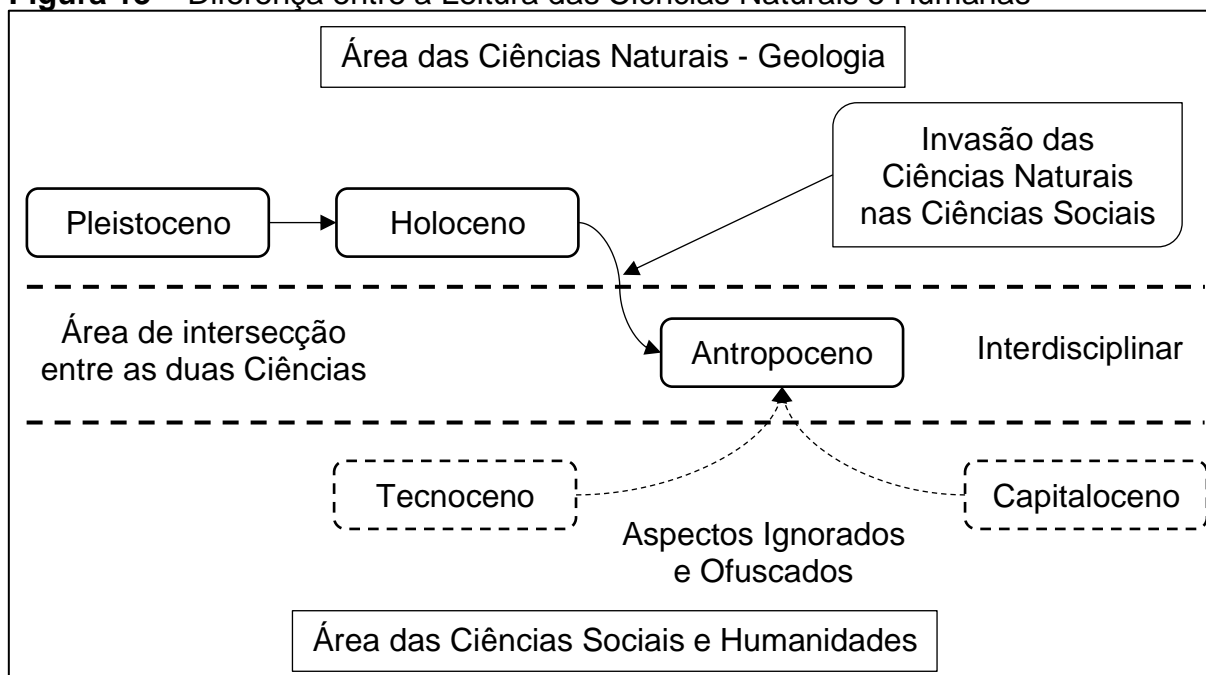
Tecnoceno, porém a análise recai sobre outros aspectos, de modo que, é importante conhecer também essa leitura do Antropoceno.

A proposta do autor se coloca mais abrangente que a do Tecnoceno, pois vai evidenciar que o Antropoceno ignora o sistema político-econômico para responsabilizar exclusivamente as ações humanas. Admitir essa compreensão é lidar com uma perspectiva restritiva da realidade como já colocou Morin (2003a), uma simplificação que impede a reflexão e gera inconsciência e irresponsabilidade.

Para Moore (2016), a ação humana não conseguiria atingir esse nível de impacto no planeta se não tivesse um sistema político-econômico de exploração ilimitada somado a uma forte cultura individualista, que favorece o consumo exacerbado. Por isso, ele sugere chamar o momento atual de Capitaloceno ao invés de Antropoceno, pois o novo termo agrega esses outros aspectos que foram ignorados pela proposta dos geólogos (MOORE, 2016).

Além de ignorar aspectos importantes, a difusão adquirida pelo discurso do Antropoceno reforça a exclusão dos outros *pathways*, ao passo que, mantém a dualidade entre sociedade e natureza. Nesse sentido, é possível incorrer em um processo de simplificação da complexidade da natureza, convertendo-a em uma abstração de números, lidando apenas com eles sem nenhuma vinculação com a realidade. Dessa forma, é possível reforçar determinados argumentos, ao mesmo tempo em que ignoram ou excluem-se outros.

Em suma, os argumentos apresentados reforçam que a força humana não se consolidaria naturalmente como dispõe o Antropoceno, pelo contrário, é justamente a junção entre capital, poder e natureza que consolida uma forma organizativa da sociedade e da própria natureza, que acaba determinando os fluxos destrutivos a partir dos processos de apropriação e exploração (MOORE, 2016). A figura 13 ilustra como se relacionam os *pathways* da geologia.

Figura 13 – Diferença entre a Leitura das Ciências Naturais e Humanas

Fonte: os autores

Na figura 13 observa-se os dois *pathways*, sendo que a relação entre eles é diferente daqueles estabelecidos na sustentabilidade, ou seja, eles não são resultados de uma ressignificação, mas do fato de um ignorar os demais. Esse processo ocorre na interdisciplinaridade das ciências naturais e sociais, porém a relação entre elas é de negação da cientificidade da segunda pela primeira, o que justifica a construção do Antropoceno na geologia acabar ignorando os aspectos fundantes da sociologia.

Dessa forma a geologia assume a sociedade como um coletivo de uma espécie e ignora as várias desigualdades que existem em vários âmbitos. Assim o outro *pathway* que surge visa corrigir a falha dessa perspectiva redutiva da realidade, apresentando exatamente os eventos e fatos que foram ignorados. Dessa forma, apresentam-se dois autores que iniciaram em pontos distintos do *pathway*: Hornborg (2015) enfatizando a tecnologia como ponto de acumulo de capital e distribuição desigual de poder e, Moore (2016) que atribui ao capitalismo o papel de potencializador das forças humanas. Independente dos nomes dados (tecnoceno ou Capitaloceno) o que é inerente a ambos é o fato de evidenciarem que os aspectos sociais também estão presentes no Antropoceno, mesmo que tenham sido ignorados, em favor do aspecto biológico.

Mais uma vez o paradigma reducionista demonstra sua fragilidade para lidar com a realidade complexa, causando disjunção, inconsciência e irresponsabilidade (MORIN, 2003a), uma vez que, a visão geológica do Antropoceno adquiriu tamanha

difusão a ponto de figurar na principal revista de ciências naturais (*nature*). Portanto, o trabalho com os *pathways* de certo modo reativa os aspectos ignorados que acabaram ofuscados.

Assim, apresenta-se mais uma forma de ofuscamento que é distinta da anterior. Nessa, o principal agente é a ignorância, mas ela será articulada melhor no tópico 2.4. Por hora, cabe apontar que essa “ignorância” não deve ser tratada como desconhecimento, mas como uma fragmentação sistemática que aniquila o pensamento complexo (MORIN, 2003a). Na sequência, é apresentado o que acontece nas organizações.

6.3 PATHWAYS ORGANIZAÇÕES: OFUSCADO PELO ENCOBRIMENTO

Ao resgatarmos as duas discussões anteriores, a referente a sustentabilidade e a da geologia, surge um elemento comum a ambas: as organizações. No primeiro grande tema, elas têm papel decisivo nas discussões e práticas da sustentabilidade, inclusive alguns autores reforçam a importância delas para se atingir a sustentabilidade (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; WALSH; SCHWARZIN, 2012). Já no caso da geologia, elas não aparecem diretamente como protagonistas, mas articulando aquilo que havia sido ignorado, elas podem ser entendidas como agentes potencializadores do Capitaloceno, pois são materializações culturais e políticas da coletividade humana, as quais passam a existir a partir de um sistema político-econômico que tem como premissa a distribuição desigual de poder.

Para Perrow (1991) as organizações acabaram absorvendo muitos aspectos da sociedade e, por isso, podem ser consideradas elementos fundamentais para estabelecer uma compreensão a partir delas. Nesse sentido, o autor aponta que as organizações evoluíram de parte do sistema para uma condição em que são capazes de conter, controlar ou mesmo eliminar outras partes da sociedade, de modo que, nenhum processo societal ocorra sem passar por pelo menos uma organização. Logo, essa nova condição de imprescindível foi conquistada graças a uma forma de desenvolvimento linear que se preocupou exclusivamente com o estabelecimento de um modo restritivo de produção (PERROW, 1991).

Segundo o autor, essa condição de preponderância das organizações na sociedade é construída através de três mudanças sistêmicas: primeiro, as pessoas passaram a viver permanentemente de salários, ficando totalmente dependentes das

organizações; segundo, a concentração das atividades econômicas nas organizações, produz determinados custos sociais para a sociedade e, terceiro, é o desenvolvimento e a difusão de uma burocracia de fábrica que permitiu o controle discreto e acúmulo de poder, suplantando outras formas de controle societais como a reciprocidade, a ética ou mesmo a religião (PERROW, 1991).

Para Kapp (1978) os custos sociais são os danos e consequências oriundos das atividades econômicas que acabam sendo sustentados pelas pessoas e pelo ambiente. Nessas condições, as organizações operam com um custo linear reduzido, tornando-as mais prósperas economicamente e, simultaneamente, prejudicando a sociedade. Em especial, Perrow (1991) reforça que alguns desses custos sociais são disfarçados ou negligenciados pelas organizações, entre eles, a poluição, o excesso populacional nas cidades, os acidentes industriais, as crises cíclicas e a exaustão dos recursos naturais disponíveis.

Assim, a preponderância das organizações na sociedade ocorre na medida que as três mudanças sistêmicas vão se consolidando historicamente. Esse processo ainda é atravessado por outras mudanças como o avanço tecnológico, o acúmulo de informações e a expansão econômica global, os quais potencializam os impactos sobre a sociedade. Por sua vez, essa confluência de impactos intensificou o surgimento de organizações e a dependência da sociedade, de tal modo que, tudo que ocorre é causado, dirigido ou mediado por elas (PERROW, 1991).

Nestas condições, as inter-relações entre organizações e sociedade se complexifica, trazendo novos desafios e demandas que precisam ser tratadas conforme apontado por Wals e Schwarzin (2012).

Nós vivemos em tempos turbulentos. Mudanças ocorrem em uma velocidade acelerada. As informações estão em toda parte, mas a sabedoria parece ser insuficiente quando se tenta abordar alguns dos principais desafios de nosso tempo, como mudanças climáticas descontroladas, perda de biodiversidade, esgotamento de recursos naturais, homogeneização da cultura e assim por diante (WALS; SCHWARZIN, 2012, p. 11).

Pode-se atribuir parte do agravamento dessas questões ao processo sistemático de disfarce e negligência dos custos sociais e que, atualmente, acaba se encontrando com novas demandas como as questões ambientais, tornando o contexto complexo e desafiador tanto para as organizações, quanto para a sociedade.

Dentro desse contexto, Shrivastava e Hart (1994) apontam que essas turbulências estão exigindo mudanças das organizações, principalmente no sentido

de se tornarem mais conscientes e proativos em relação a essas questões. Com os consecutivos debates em conferências acerca da sustentabilidade, os principais órgãos políticos globais entenderam que as organizações têm um duplo papel nesse contexto: elas são a principal fonte dos problemas, bem como, o meio fundamental para se propagar e potencializar as soluções (BARKEMEYER et al., 2014; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; REDCLIFT, 2005).

Posteriormente, o engajamento das organizações produziu certos avanços nas questões sociais e ambientais, porém Shrivastava e Hart (1994), Lyon e Maxwell (2011) e Shevchenko, Lévesque e Pagell (2016) apontam que geralmente elas tendem a pautar suas práticas em comportamentos imediatistas e adaptativos, os quais podem até mitigar alguns problemas, mas não constituem soluções capazes de resolvê-los efetivamente. Além desse comportamento, elas também perceberam que os custos marginais para o tratamento dessas questões geralmente são maiores que os benefícios (SHRIVASTAVA; HART, 1994). Nessas condições, as organizações se pautam em alterações que em nenhum momento levam a um novo entendimento acerca da sustentabilidade (WALS; SCHWARZIN, 2012). Em suma, o contexto exige que as organizações se transformem mudando principalmente a sua essência, ao invés de apenas pautarem suas práticas em alterações pontuais, conforme define Odenstedt (2008).

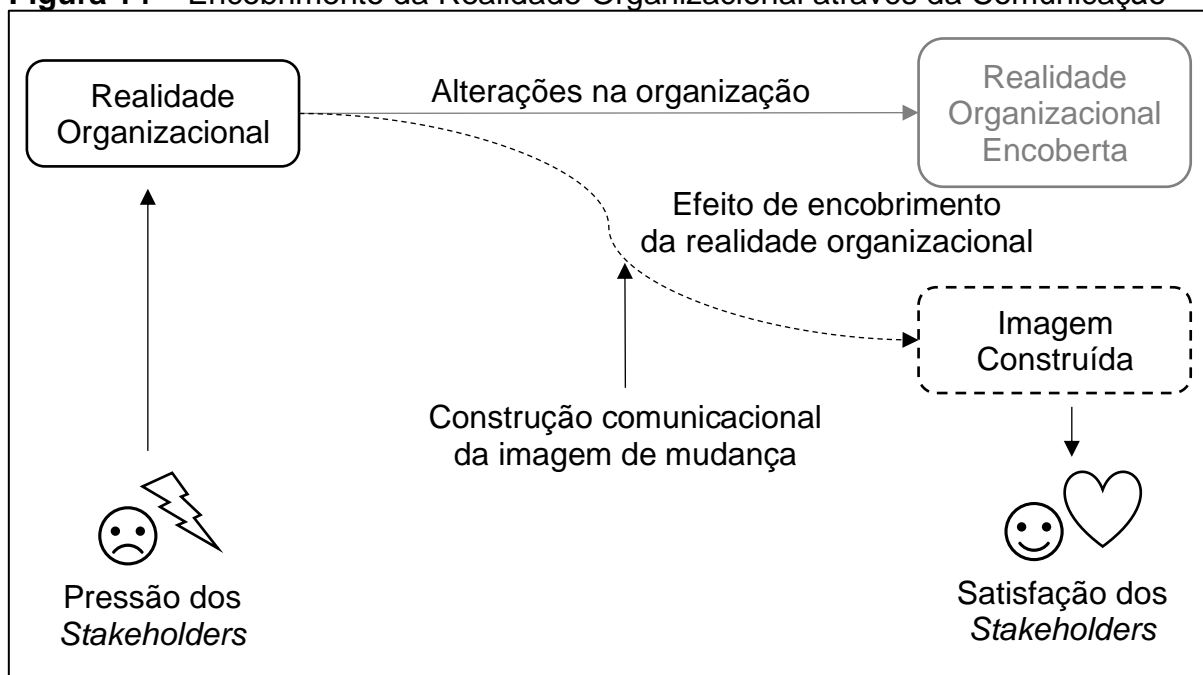
Tradicionalmente, as alterações são entendidas como propriedades subjacentes de uma entidade duradoura. A transformação equivale a uma mudança total, enquanto a alteração deixa a entidade que foi submetida, quase intocada. A alteração toca somente no que a coisa tem, enquanto que a transformação muda o que essa coisa é (ODENSTEDT, 2008, p. 575).

Essa disposição organizacional para as alterações se deve ao fato de que as questões ambientais e sociais apresentam pouca significância em relação aos problemas organizacionais diários e, tal entendimento, é reforçado pelo comportamento dos acionistas e consumidores, os quais sentem-se satisfeitos quando as organizações realizam algum tipo de prática que busca compensar os impactos negativos causados (STEGER; IONESCU-SOMERS; SALZMANN, 2007). Esse tipo de compensação pode até levar a organização a um nível menos insustentável, porém deixa intacto sua forma de criar valor para a sociedade (SHEVCHENKO; LÉVESQUE; PAGELL, 2016), sendo esse o principal ponto onde se necessita a transformação organizacional.

Como exemplo pode-se citar o que tem sido chamado na literatura de branqueamento ecológico ou maquiagem verde (*greenwashing*). Esse termo reflete o uso intensivo da comunicação frente aos *stakeholders* e comunidade em geral, com o objetivo de construir uma imagem de organização sustentável perante a sociedade, sem alterar sua forma de pensar ou agir. Percebe-se que essa prática atua de duas formas: encobre o que realmente devia ser feito pela organização, ao mesmo tempo que, produz “mudanças” capazes de gerar a legitimação perante os *stakeholders*, diminuindo a pressão que eles exercem sobre a organização.

Outro exemplo a ser abordado dentro desse escopo é o caso dos rompimentos das barragens ocorrido por duas vezes no Estado de Minas Gerais no Brasil. A empresa responsável pelos desastres ambientais, indiretamente pelo primeiro em 2015 e diretamente pelo segundo em 2019, emite anualmente os relatórios de sustentabilidade, divulgando inclusive quais são os entendimentos e as práticas adotadas (SAMARCO, 2014; VALE DO RIO DOCE, 2016). Esses relatórios atuam legitimando as organizações diante dos *stakeholders*, vendo-as como sustentáveis, entretanto, os acidentes ambientais que ocorreram demonstram claramente a existência de um *gap* entre o que é planejado e apresentado a sociedade e o que é realmente praticado pelas organizações (ALMEIDA, 2015; AMÂNCIO, 2015; PITOMBO, 2019; VETTORAZZO; PAMPLONA; AMÂNCIO, 2019). Diante disso, percebe-se mais uma vez a prática de encobrimento, onde as práticas comunicativas produzem uma imagem organizacional que não se sustenta após ocorrerem as fatalidades ambientais, ainda que essas organizações tenham realizado alterações concretas visando um comportamento menos insustentável.

Figura 14 – Encobrimento da Realidade Organizacional através da Comunicação



Fonte: os autores

Assim, a sociedade vai se constituindo de processos que tendem a pressionar as organizações por mudanças, especialmente no sentido de elas assumirem a responsabilidade sobre os impactos na sociedade e no ambiente (na figura 14 está representada pela pressão dos *stakeholders*). Por outro lado, as organizações procuram manter o custo linear reduzido, produzindo custos sociais que impactam a sociedade e o ambiente. Para sobrepassar essa contradição e manter sua legitimidade posicional no sistema, as organizações recorrem as práticas que visam construir uma imagem fictícia de organização transformada que está alinhada com as principais preocupações contemporâneas, mas na verdade ela apenas operou algumas alterações, mantendo sua essência intocada.

Observando especificamente os custos sociais distribuídos apontado por Perrow (1991), percebe-se que o processo de encobrimento sempre esteve presente nas práticas organizacionais e continua a orientá-las nas demandas contemporâneas, como pontuado nas discussões sobre o *greenwashing* e o descompasso que há entre os relatórios e as práticas sustentáveis. Em suma, essas discussões sugerem que as organizações, historicamente, desenvolveram um comportamento resistente em relação a incorporação das demandas sociais e ambientais, principalmente se elas afetam a dimensão econômica da organização.

Para Jamali (2006), parte desse comportamento pode ser explicado pela natureza imediatista das organizações, ou seja, os processos organizacionais e

organizativos são marcados pela apropriação, exploração e pelo descarte de recursos, ideias, pessoas, processos, produtos, entre outros. Dessa forma, se legitimam certos discursos, práticas e entendimentos que pontuam uma predileção pelas alterações (pontuais e rápidas), ao invés das transformações (profundas e duradouras).

No mesmo sentido, Wals e Schwarzin (2012) argumentam que a orientação organizacional está no sentido de “fazer certo as mesmas coisas” e, por isso, os novos desafios contemporâneos (como a sustentabilidade), são incorporados nas dinâmicas organizacionais de uma forma restritiva, sem comprometer a essência. Assim, aquilo que não compete à organização nesse sentido restritivo, é distribuído como custo social para a sociedade. Por isso, os autores argumentam que a orientação organizacional deveria ser pautada na vontade de “fazer diferentes as coisas” (WALS; SCHWARZIN, 2012), indicando a necessidade de que as mudanças sejam substanciais nas organizações.

Para Davies (2013), esse movimento de busca por mudanças mais profundas e duradouras é resultado dos impactos sofridos pela sociedade, os quais perpassam todos os elementos internos e externos do sistema, desde o natural até o cultural, modificando a sociedade e o ambiente como um todo. Nesse contexto, Wals e Schwarzin (2012) apontam que as organizações estão enfrentando demandas complexas que são atravessadas por indeterminações, controvérsias e incertezas, exigindo uma postura distinta das adotadas historicamente.

Portanto, é nesse conflito entre o que as organizações fazem e o que delas se espera enquanto *stakeholders*, que se materializam os processos de ofuscamento, visando legitimar a organização, sem provocar transformações no seu âmago. Assim, a construção comunicacional, conforme apontado na figura 14, é feita a partir da seleção sistemática de certos discursos e práticas que buscam criar uma abstração da realidade, a qual pode ser facilmente valorada ou precificada. Dentro desse esquema numérico de otimização são encontradas as “soluções” para os problemas, claramente pautadas no reducionismo e na simplificação da complexidade.

Esse esquema numérico de otimização da realidade é um artifício de abstração fundamental e muito utilizado em discussões político-econômicas, onde permitem criar certas visões de mundos, discursos, entendimentos e práticas que são difundidos e se sobrepõem àquelas que apresentam menor poder de argumentação contra os números. Para exemplificar, apresenta-se o estudo realizado por Moreno, Chassé e

Fuhr (2016) sobre a emissão de CO₂, onde o esquema numérico de otimização desloca a compreensão da realidade, para os entendimentos acerca de uma simples abstração numérica, a qual entre outras coisas, permite estabelecer uma métrica de compensação sobre a emissão ostensiva de gás, legitimando e autorizando a continuidade das práticas insustentáveis de emissão de CO₂.

Assim, esse processo de ofuscamento é distinto dos apresentados em tópicos anteriores, pois se manifesta por meio do processo de encobrimento de um *path*, em favor de um outro, o qual é construído comunicacionalmente pela organização e que se distancia da realidade, ao mesmo tempo que, se legitima perante os *stakeholders*. No próximo tópico aborda-se o processo de ofuscamento e como sua compreensão revela a necessidade de articular uma mudança ontológica para escapar do paradigma reducionista (MORIN, 2003a).

6.4 PROCESSO DE OFUSCAMENTO E A GUINADA ONTOLÓGICA

Ao longo dos tópicos anteriores foi demonstrada a existência de um processo de ofuscamento que reduz e simplifica a realidade, as custas da marginalização e/ou exclusão de outros *pathways*. Dentre as práticas de ofuscamento adotadas, elencou-se pelo menos três: a que ocorre pôr ressignificação, a pôr ignorância e a pôr encobrimento. Obviamente que esse movimento discursivo não exaure todas as práticas de ofuscamento que existem, nem garante que essas práticas se excluem quando atuam em conjunto, pelo contrário, em um fenômeno elas podem se interpor e sobrepor dinamicamente, neutralizando qualquer possibilidade de ordenamento ou hierarquização entre elas. Diante disso, o que deve prevalecer da discussão é o desvelamento de um processo que impacta sobremaneira na compreensão da realidade e que reverberará nas outras temáticas aqui abordadas.

Por ofuscamento entende-se o processo pelo qual certos elementos constitutivos da realidade complexa são, intencionalmente ou não, separados e isolados, resultando em uma perspectiva simplificada da realidade que se vê desvinculada do concreto. Esse processo foi identificado nas discussões envolvendo os aspectos conceituais, científicos e práticos da sustentabilidade, mas vale ressaltar que essas práticas de ofuscamento não se restringem somente a essa temática, pelo contrário, podem ocorrer em outros âmbitos. Ainda baseado na definição, ressalta-se que para separar e isolar os *pathways* e seus elementos constitutivos é necessário

que se empregue um meio para identificar cada um deles e, nesse sentido, é factível concluir que os *pathways* e elementos ofuscados, no mínimo, são conhecidos pelo *mainstream* e, portanto, há uma intencionalidade nesse processo.

As discussões dispuseram três práticas de ofuscamento que se distinguem entre si. A primeira está assentada na prática de ressignificação, a qual toma o conhecimento da realidade e distorce seu sentido, modificando-o de modo a se desvincular das acepções originais. Esse processo de distorção geralmente se caracteriza por um agente que a partir de uma posição de poder, ressignifica o fluxo de sentidos conforme seus interesses.

A segunda se caracteriza pela ignorância devido a fragmentação do conhecimento, onde a realidade acaba correspondendo a um conjunto de saberes que se julgam superiores aos demais, resultando no que se pode chamar de ignorância relativa e distinguindo da ignorância absoluta. A principal diferença entre elas reside no fato de que o agente apresenta um total desconhecimento na ignorância absoluta, enquanto na outra, apenas certos elementos ou *paths* são conhecidos, mas não apresentam sentido dentro daquele fragmento de conhecimento. Nestas condições, o agente pode invocar a hierarquização das ciências para realizar a separação e o isolamento de elementos e *pathways* considerados não-científicos ou subcientíficos.

Por fim, a terceira se pauta no encobrimento, através da comunicação, de certos *pathways* com o objetivo de constituir uma realidade alternativa, de modo que essa ficção se mantenha ajustada aos anseios dos envolvidos naquele fenômeno, o que em última instância, evita as pressões por transformações. Deste modo, implementa-se uma distância entre a realidade fictícia (imagem) e a concreta (práticas), onde ocorre o efeito de ofuscamento da primeira sobre a segunda e, tal condição, permite que as práticas sejam orientadas para a realização de alterações sem modificar a essência como apontou Odenstedt (2008). Vale destacar que o processo comunicacional e a posição de poder do agente produzem um mecanismo de manipulação dos fluxos de sentidos e significados, distorcendo a percepção dos envolvidos a ponto de obterem certa legitimidade perante eles.

Desses apontamentos é possível concluir que o processo de ofuscamento é permeado por práticas que levam a mesma finalidade: a separação e isolamento de certos *pathways* ou elementos com o objetivo de simplificar a realidade concreta. Dessa forma os agentes definem quais os *pathways* válidos e que devem ser considerados como verdadeiros quando se busca compreender um determinado

fenômeno, garantindo certo controle sobre os entendimentos e impondo uma visão de mundo particularizada.

Por outro lado, é importante notar que todo processo de ofuscamento está pautado em um comportamento egocêntrico que estabelece não somente o ofuscamento, mas também a predileção por determinada compreensão da realidade. A partir do momento que a sociedade julgar válida como verdade e difundir essa compreensão, as demais perspectivas concorrentes serão ofuscadas, estabelecendo uma linearidade histórica que se apresenta sem ambiguidades e, por isso, será alimentada como verdade absoluta.

Por isso, ao restabelecer os *pathways* que estavam ofuscados, restaurou-se a diversidade e a ambiguidade que são inerentes a uma realidade complexa. Com isso, houve um movimento de compreensão dos fenômenos em sentido amplo, com o objetivo de evidenciar e articular o que estava separado, isolado, resignificado, ignorado e encoberto, oferecendo uma possibilidade de compreensão complexificada da sustentabilidade na relação sociedade-ambiente.

Para realizar tal movimento, necessitou-se de um processo de transformação, tal qual pontuado por Odenstedt (2008), onde é fundamental mudar a forma de olhar e compreender o que é o fenômeno e não o que ele têm. Nesse sentido, Lange (2004) aponta que esse processo de transformação deve ser pautado na restauração da ética, a qual atua como um estabilizador que permite as pessoas suportarem os transtornos de lidar com a complexidade da vida, ou seja, a transformação ontológica também é uma questão ético-política.

A título de exemplo, pode-se considerar que as preocupações envolvendo as devastações ambientais encontram-se no nível organizacional (meso) e, portanto, em um nível diferente das práticas diárias dos sujeitos (micro). Nessa categorização, a compreensão da sustentabilidade é desarticulada e acaba criando uma desvinculação as responsabilidades dos sujeitos em relação as devastações ambientais, pois encontram-se em escalas diferentes. Dessa forma, os sujeitos agem fútil e cinicamente em relação à demanda, uma vez que entendem que suas práticas diárias são incapazes de resolver problemas considerados globais (LANGE, 2004).

Assim, quando as pessoas restauram a ética e fazem dela a força motriz para as práticas, elas rearticulam o nível pessoal e diário com uma dimensão mais ampla da vida, onde residem as preocupações ambientais e sociais. Nestas condições, a consciência, o comportamento, os valores e as crenças são transformados de modo

a vincular os sujeitos e a sustentabilidade independente dos níveis de atuação. Para Lange (2004) é fundamental entender a profundidade dessa transformação.

A transformação não é apenas um processo epistemológico que envolve uma mudança na visão de mundo, hábitos ou forma de pensar; ela também é um processo ontológico onde os participantes experienciam a mudança em seu ser no mundo, incluindo suas formas de relacionamento (LANGE, 2004, p. 137).

Para Fenwick (2007), esse processo de transformação perpassa temas fundamentais para a vida em sociedade como a responsabilidade ética, as relações sociais, a renovação das práticas diárias, bem como a busca incessante pelo bem-estar. Nessa articulação, a dimensão ética deve perpassar essas relações e práticas, consubstanciando reconexões que descentralizam e ampliam a diversidade de possibilidades de lidar com os desafios e as incertezas contemporâneas (FENWICK, 2007).

Salvaguardando as particularidades de cada um dos trabalhos, ambos reforçam a necessidade de um movimento capaz de articular e reconectar o que estava separado, permitindo um novo olhar para o mundo. Essa orientação encontra ressonância nos trabalhos de Edgar Morin, os quais reforçam insistentemente a necessidade de se desenvolver um pensamento complexo da realidade (MALAINA, 2015; MORIN, 2003a, 2003b).

A adoção do pensamento complexo cria uma possibilidade de compreensão que faz as práticas de ofuscamento perderem o sentido, devido a sua forte vinculação com a ética e a diversidade. Essa forma de pensar habilita a capacidade de lidar com os antagonismos sem ignorá-los ou negá-los, assumindo a realidade com algo complexo, ensejando que a vida, a sociedade, o ambiente e a sustentabilidade devam ser compreendidas a partir desse novo olhar.

Portanto, o esforço segue no sentido metodológico de analisar a partir de uma perspectiva complexa a relação sociedade-ambiente, onde estão presentes todos eles elementos conceituais, se articulando incessantemente para construir a realidade social. Este estudo exploratório da sustentabilidade permitiu elencar elementos significativos que consubstanciaram a busca por um método capaz de lidar com o complexo conforme apresentado no próximo capítulo.

7 PERCURSO METODOLÓGICO

As discussões e o estudo pré-exploratório sinalizaram que existem elementos que consolidam a sistemática aplicação dos reducionismos de complexidade em vários âmbitos da vida. Essas reduções são necessárias para os sistemas sociais e psíquicos darem sentido à vida e o problema ocorre quando as simplificações são elevadas ao status de realidade, produzindo distorções na forma de compreender e lidar com os problemas complexos.

Se por um lado a redução torna possível a ação, por outro ela acaba moldando a forma de pensar e, conseqüentemente, caracterizando uma forma de interação entre a sociedade e o ambiente que afeta diretamente a sustentabilidade. Logo, é impossível adotar outra postura que não o reducionismo da complexidade para lidar com a vida, porém é possível romper com a sistemática de totalização a partir de uma perspectiva fragmentada e parcializada que leva a uma compreensão míope e excludente dos fenômenos complexos. Como forma de realizar esse rompimento, empregou-se os conceitos de ofuscamento, infinito e pathway para demonstrar que há elementos presente na realidade complexa que são “desligados” deliberadamente para que uma posição ou visão de mundo adquira prevalência sobre as demais e que, por isso, é necessário religar os elementos, reativando as relações que alimentam o pensamento complexo (MORIN, 2003a).

Dentre as inúmeras abordagens metodológicas, utilizou-se o método da cartografia das controvérsias (AMÉRICO; CLEGG; TURETA, 2023; VENTURINI, 2010a, 2010b; VENTURINI; MUNK, 2022), pois as tensões e os diferentes pontos de vista envolvidos em uma controvérsia revelam os limites do que é tomado como certo e inquestionável pelos participantes (AMÉRICO; CLEGG; TURETA, 2023).

De acordo com a cartografia das controvérsias, os debates públicos (vagamente definidos como situações em que os atores discordam) constituem os melhores cenários para observar a construção da vida social. Nas polêmicas os atores se empenham incessantemente atar ou desatar relações, discutir sobre categorias e identidades e revelar o tecido da existência coletiva. Aproveitando a multiplicidade de pontos de vista que emergem nas controvérsias, a cartografia das controvérsias não reluta em abordar a complexidade (VENTURINI, 2010a, p. 1-2).

Em suma, o método da cartografia das controvérsias consiste em um exercício onde há a construção de dispositivos capazes de observar e descrever os debates sociais, principalmente aqueles que envolvem e estão apoiados em questões tecno-

científicas (VENTURINI, 2010b). Nesse sentido, os mapas não são meros instrumentos para espelhar a complexidade das controvérsias, pelo contrário, os mapas são capazes de tornar a complexidade legível, tornando as disputas coletivas menos confusas e complicadas (VENTURINI, 2010a).

A adoção de abordagem permite que os pesquisadores explorem uma ampla gama de percepções e eventos dispersos no campo de pesquisa, por isso é um método adequado para lidar com a complexidade. Na sequência, o pesquisador tece narrativas, revista a história e auxilia na (re)construção dos significados e sentidos, onde diferentes pontos de vista são convidados a debater e refletir sobre o assunto, inclusive questionando as posições consolidadas através da construção via *pathways* (AMÉRICO; CLEGG; TURETA, 2023).

Devido a sua natureza complexa e articulada, Venturini (2010b) sinaliza algumas características que são comuns as controvérsias e que devem ser levadas em consideração ao adotar essa metodologia:

- a) as controvérsias são heterogêneas e envolvem todos os tipos de atores, humanos e seus grupos, elementos naturais e biológicos, produtos industriais e artísticos, instituições econômicas, artefatos científicos e técnicos etc., logo, as controvérsias são o lugar onde são formadas as relações heterogêneas;
- b) as controvérsias apresentam o aspecto social no seu formato mais dinâmico, ou seja, são novas alianças surpreendentes surgindo ao mesmo tempo que unidades sociais aparentemente indissociáveis se desfazem. Assim, nenhum formato ou formatação natural ou técnica pode ser tomada como inquestionável;
- c) as controvérsias são resistentes aos reducionismos, pois nas controvérsias, os atores tendem a discordar sobre praticamente qualquer coisa e as soluções simples são reduzidas a pó diante da escalabilidade da complexidade dos problemas;
- d) as controvérsias são debatidas, ou seja, surgem quando o que era dado como certo são questionados e discutidos e, tal debate acaba congregando cada mais atores;
- e) as controvérsias são conflituosas, pois a construção de um universo compartilhado, na maioria das vezes, é acompanhada pelo encontro e o embate de mundos antagônicos e conflitantes.

Quando o pesquisador se debruça nas controvérsias como unidade de análise de um fenômeno, ele deve procurar onde a vida coletiva é mais complexa, onde há diversos atores envolvidos em conflitos crescentes e as alianças e oposições são articuladas dinamicamente, ou seja, onde nada é tão simples quando parece (VENTURINI, 2010b).

O surgimento dos debates e conflitos depende solidamente da presença de minorias discordantes, por isso os atores envolvidos não podem ser tomados como simétricos dentro da disputa. As minorias trazem as controvérsias a vida, pois através da sua oposição e resistência, recusam os acordos com o *mainstream* e, assim, reabrem as caixas-pretas da ciência e da tecnologia (VENTURINI, 2010a).

‘Caixa-preta’ refere-se ao processo pelo qual o trabalho tecno-científico é tornado invisível por seu próprio sucesso. Quando algo funciona – uma máquina, uma tecnologia, uma teoria, um método – ele não é mais questionado, ou melhor, o fato de não ser mais questionado é o que marca seu sucesso. Nesse caso, a construção está concluída, os construtores envolvidos deixaram o testemunho final de sua habilidade que é nos fazer esquecer que eles estiveram lá (VENTURINI; MUNK, 2022, p. 35).

Nesse contexto, a função da caixa-preta é apresentar uma interpretação particular e inquestionável da realidade e há vários elementos sendo mobilizados para atuar na concretização dessa interpretação. Esses elementos são articulados e performam essa “verdade” ao longo do tempo, trazendo estabilidade a ela (constituição do pathway). Assim, a única forma de contrapor ou criar um obstáculo para a estabilização da caixa-preta é questionar sua posição, significado ou presunção de verdade.

Somente nesta condição, elementos anteriormente ofuscados podem voltar a compor diversos pontos de vista capazes de confrontar aquele que foi tomado como certo e confrontar a estabilidade da caixa-preta. Assim, a chave para lidar com a caixa-preta está na necessidade de transpor a redução e assumir a rizomática e controvertida perspectiva complexa.

Logo, a cartografia das controvérsias é complexa porque a própria vida coletiva é complexa e o método deve refletir esse aspecto. Assumindo essa perspectiva, fica evidente que não é a cartografia que complica aquilo que é para ser tomado como simples, pelo contrário, são as outras abordagens que insistem em simplificar o que é complexo por natureza (VENTURINI, 2010b).

Este entendimento caracteriza o posicionamento desta investigação, onde não se refuta ou ratifica nenhuma posição, mas apenas, se propõe a reflexão a partir de elementos que se encontram ofuscados naturalmente ou de forma deliberada a partir de uma posição ético-política. Mapear e discutir o ofuscamento é uma forma de trazer à tona as controvérsias inerentes a relação sociedade-ambiente, olhando para uma rede que nem sempre está visível para todos os atores.

Se uma rede age como um bloco único, então ela desaparece e é substituída pela própria ação e pelo, aparentemente, simples autor desta ação. Ao mesmo tempo, a forma como o efeito é gerado também é aparada: e naquele instante não é visível, nem relevante. Dessa forma é que algo muito mais simples – uma televisão funcionando, um banco bem administrado ou um corpo saudável – acaba mascarando, por um tempo, as redes que o produzem (LAW, 1992, p. 385).

O efeito descrito pelo autor é semelhante ao sinalizado ao longo da discussão apresentada: os reducionismos operando sucessiva e incessantemente sobre a complexidade para simplificá-la. Esse processo de redução leva a muitas consequências, como por exemplo, o encobrimento da possibilidade de concretizar transformações significativas para a sociedade.

Para entender como os fenômenos sociais são construídos não basta observar os atores sozinhos nem observar as redes sociais uma vez que elas estão estabilizadas. O que deve ser observado são os atores-redes — ou seja, as configurações fugazes onde os atores estão renegociando os laços de antigas redes, ao mesmo que, novas redes estão se surgindo e redefinindo a identidade dos atores (VENTURINI, 2010b, p. 264).

Nesse sentido, o método tem uma abordagem construtivista onde a existência de algo para o coletivo é fruto do próprio trabalho desse coletivo e, nesse contexto, as controvérsias são a materialização do trabalho empreendido nessa construção. Nesse sentido, Venturini (2010b) defende que se busque controvérsias “quentes” (debate em curso), públicas (debate aberto a participação), evidentes (debate observável) e restritas (debate com certas fronteiras), mas Américo, Clegg e Tureta (2023) defendem que o pesquisador pode usar os seguintes critérios para escolher boas controvérsias para serem analisadas.

Quadro 01 – Critérios para Escolher Controvérsias.

<p>Controvérsias do Passado e do Presente</p>	<p>Presente Questões salientes e não resolvidas são fáceis de observar e o pesquisador pode acompanhar tal controvérsia à medida que ela se desenvolve. Os elementos (humanos e não humanos) da controvérsia tendem a estar mais prontamente para os pesquisadores. Os debates atuais nas mídias sociais são úteis para mapear as controvérsias atuais.</p> <p>Passado Exponha o que é dado como certo em dados históricos. O status de qualquer controvérsia nunca é definitivo, embora as relações de poder possam encerrar temporariamente as controvérsias. O pesquisador precisa mergulhar no passado para trazer as controvérsias de volta à vida por meio da pesquisa de documentos e arquivos, usando o que é obtido deles como sugestões e molduras para a investigação atual.</p>
<p>Controvérsias Quentes e Frias</p>	<p>Quente Acalorados debates mostram o social em sua forma mais dinâmica, à medida que os conflitos que estão em jogo são evidentemente aflorados. Como resultado, a performatividade dos atores, seus significados e emoções são mais vívidos e podem ser captados durante as observações.</p> <p>Frio Uma polêmica supostamente fria pode revelar que a falta de debate é consequência de atores e questões oprimidas. A performatividade dos atores, seus significados e emoções, podem ser suprimidos e escondidos em situações cotidianas. Os pesquisadores devem seguir de perto os rastros deixados pelos atores para identificar qualquer elemento capaz de ativar polêmicas supostamente frias.</p>
<p>Controvérsias Públicas e Veladas</p>	<p>Pública Os debates públicos sobre uma questão específica criam oportunidades para identificar claramente os atores e seus pontos de vista. Assim, as ações e o discurso do ator podem ser acompanhados de perto.</p> <p>Velada Expor a política e as relações de poder mascaradas por controvérsias veladas por relações sociais que visam naturalizar e estabelecer certas estruturas institucionais.</p>
<p>Cuidado com as controvérsias sem limites</p>	<p>Os pesquisadores devem ter cuidado, pois seguir controvérsias sem limites pode ser caro. Enfocar os atores, tanto aqueles que fazem a diferença nos debates quanto mapear os rastros deixados por vozes esquecidas ou ignoradas; os não consultados, os marginalizados ou tratados como outros menos significativos.</p>

Fonte: Américo, Clegg e Tureta (2023, p. 69).

A partir disso, buscou-se um caso que envolvesse os seguintes aspectos: i) houvesse pelo menos uma controvérsia nos moldes propostos por Venturini (2010a, 2010b; 2022) e Américo, Clegg e Tureta (2023); ii) que abordasse a sustentabilidade e mais especificamente a relação sociedade-ambiente e; iii) apresentasse potencial para uma guinada ontológica, ainda que não se concretizasse por diversos fatores. Diante dessas premissas chegou-se ao caso do Equador onde a Constituição Federal do país reconheceu a plurinacionalidade da comunidade equatoriana (reconhecimento dos direitos dos povos originários e minorias) e da importância do ambiente em que se vive (inclusão dos direitos da natureza) (ACOSTA, 2019; EQUADOR, 2008; HIDALGO-CAPITÁN; ARIAS; ÁVILA, 2014; HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014, 2019, 2021; PEDROZO, 2015, 2020; POLI; HAZAN, 2014; RAMÍREZ, 2010, 2012; SILVA, 2019; VITERI, 1997, 2002).

Segundo o estudo bibliométrico realizado por Mantilla e Quinche (2021), a inclusão dos princípios do Sumak Kawsay na constituição equatoriana gerou um interesse global na temática, principalmente porque esse fenômeno se posicionou em contraposição a ideia de desenvolvimento ocidental capitalista e, por isso, foi considerado uma alternativa de sustentabilidade a partir da América Latina (FLORIANI, 2016; SILVA; PEREIRA; COSTA, 2014).

Partindo da ideia de que todo fenômeno complexo é rizomático, o ponto abstrato que demarca o início da análise é a inserção das premissas anteriormente citadas na Constituição Equatoriana através do que se denominou princípios do Sumak Kawsay. A partir disso, iniciou-se uma busca de documentos de constituição das organizações envolvidas, textos acadêmicos, notícias online em jornais, entre outros que permitiram vislumbrar partes desse fenômeno rizomático.

Nessa busca, os textos de Mantilla e Quinche (2021); Hidalgo-Capitán, Arias e Ávila (2014) e Silva (2019) foram documentos significativos no sentido de sinalizar os grupos mais ou menos coesos em suas práticas discursivas que participam do debate em relação ao conceito do Sumak Kawsay. A identificação dos grupos envolvidos, levou a busca de novos documentos que fundamentavam os discursos chegando assim aos trabalhos de autores considerados expoentes em cada uma das correntes: Carlos Viteri (1997, 2002); Alberto Acosta (2006; 2019) e René Ramirez (2010, 2012).

O estudo de cada um desses autores principais e outros periféricos aderentes que ajudam a estabilizar e sustentar cada uma das práticas discursivas permitiu encontrar o núcleo do debate ao qual estavam envolvidos. Esses núcleos salientavam

recorrentemente alguns subsistemas da sociedade: o econômico, o político e o acadêmico, o que levou a escolha de fazer uma análise em camadas considerando primeiro a que descreve o aspecto conceitual-paradigmático, seguida pela análise das camadas político-histórica e econômica-desenvolvimentista.

Como a análise era *ex-post-facto* a busca por documentos, artigos e notícias consubstanciou a descrição dos fatos envolvidos em cada uma das camadas mencionadas e o método do mapa de controvérsias foi fundamental para estabelecer os núcleos de debates onde a controvérsia se apresentava mais latente. Por fim, sobre toda essa estrutura analítica-descritiva foi incorporado os conceitos e elementos advindos da fundamentação teórica, tal qual apresentado de forma exploratória no capítulo 6 sobre os *pathways* da sustentabilidade.

Assim, a inclusão dos princípios do Sumak Kawsay, posteriormente convertido em Buen Vivir, estabeleceu uma controvérsia em torno do modelo de desenvolvimento onde vários elementos foram mobilizados para performar um debate sobre a necessidade de se refletir sobre o modelo que seria mais adequado, justo, inclusivo e preocupado com a sustentabilidade no Equador (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

Essa controvérsia ainda está em aberto e muitos debates foram travados até que ela chegasse até o ponto atual. Devido a essa construção social, o estudo buscou abordar o caso a partir da sua constituição passada, olhando tanto para o início antes da inclusão na constituição, bem como posteriormente, quando o governo eleito de Rafael Correa teve a oportunidade de colocar em prática essa nova perspectiva. Por outro lado, a controvérsia pode ser considerada morna uma vez que nos últimos anos decaiu o interesse pelo tema devido a continuidade do modelo econômico extrativista capitalista no governo de Lenin Moreno. Esse fato sinalizou que as transformações desejadas ficaram restritas ao plano retórico-político e serviram para fins eleitoreiros, angariando os votos dos indígenas e minorias.

Por outro lado, a cosmovisão indígena apresenta potencial para se contrapor a ideia de sociedade moderna e isso constitui uma outra controvérsia bem diferente daquela ancorada em torno do modelo de desenvolvimento. Nesse ponto, a contribuição dos intelectuais indigenistas é fundamental para ampliar os debates que levam a reflexões profundas sobre as relações entre os seres humanos e o seu ambiente, sendo esse o foco de interesse deste estudo que envolve a relação sociedade-ambiente e a possibilidade de uma guinada ontológica (LANGE, 2004).

Nesse sentido, Dussell (1993) sinaliza que é preciso superar essa ideia que propaga a modernidade como a única forma que uma sociedade tem de se “salvar” do seu fim, pois tal afirmação ratifica um processo de colonização do pensamento e dos conhecimentos que permitiu, por exemplo, a aniquilação de povos e culturas nativas pois a ideia europeia deveria prevalecer para justificar a continuidade da exploração. Soma-se a isso o fato que na América Latina, a divisão em classes e a exploração tem raízes históricas e remonta do período colonial, quando foram negados os direitos dos povos originários e minorias e os europeus acabaram subjugando e explorando-os sistematicamente (SILVA; PEREIRA; COSTA, 2014).

Pela breve explicação percebe-se que as controvérsias levantadas têm atravessamentos nos âmbitos acadêmico, político e econômico do país, sendo esse um indicativo da organização empregada para fazer a discussão analítica. Nesse sentido, não se pode esquecer que as controvérsias pertencem aos atores envolvidos, pois foram eles que iniciaram, alimentaram e suportaram seu desenvolvimento e ao pesquisador cabe a tarefa de trazer isso à tona de uma forma organizada e primando pela complexidade do fenômeno.

Como dissemos, a vida social flui como magma em um duplo movimento de liquefação e solidificação. Quando observamos as controvérsias, focamos no aspecto líquido e ao descrevermos, contribuímos para a solidificação de algumas porções do magma social. Ambas as tarefas são igualmente importantes e estão intimamente ligadas na prática da cartografia social (assim como nos fenômenos coletivos) (VENTURINI, 2010b, p. 268).

Portanto, a metodologia adotada neste percurso metodológico vai de encontro com os conceitos presentes nas discussões teóricas e, também, com o caso apresentado, reforçando sua capacidade de articulação entre os diversos elementos e conceitos necessários para prover uma estrutura analítica complexa. No próximo capítulo o caso é apresentado.

8 SUSTENTABILIDADE DA AMÉRICA LATINA: O SUMAK KAWSAY

Em 2008, o Equador incluiu em sua Constituição o princípio chamado *Sumak Kawsay* (em linguagem quíchua), cuja tradução mais próxima dessa expressão é o “Buen Vivir” em espanhol e “Viver Bem” em português. Este princípio está vinculado aos povos originários andinos (indígenas) e se pauta em uma visão holística do cosmos (acepção grega para harmonia ou bem ordenado). Para esses povos, o todo está no cosmos, ou seja, os seres humanos e a natureza (nesse caso, o conceito é equivalente à mundo), as coisas visíveis e invisíveis, o que é conhecido e o desconhecido, enfim, nada escapa ao cosmos.

O impacto dessa inclusão pode ser vislumbrado através das mudanças na forma como os indígenas, as minorias e a natureza (mundo)¹ são vistas pela sociedade equatoriana. No primeiro caso, há o reconhecimento explícito da diversidade de povos, culturas e religiões que compõem um país que se reconhece mestiço e; no segundo, uma natureza viva que possui direitos que devem ser respeitados por todos, conforme apresentado no preâmbulo do documento:

Decidimos construir una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza [equivalente a ambiente], para alcanzar em buen vivir, el *sumak kawsay*. Una sociedad que respeta, en todas sus dimensiones, la dignidad de las personas y las colectividades. Un país democrático, comprometido con la integración latinoamericana (EQUADOR, 2008, p. 15).

Em 2009, um movimento similar de inclusão da diversidade e do bem viver também foi feito na Bolívia, conforme demonstra o artigo 8 do segundo capítulo da carta magna boliviana:

El estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: *ama qhilla*, *ama llulla*, *ama suwa* (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), *suma qamaña* (vivier bien), *ñandereko* (vida armoniosa), *teko kavi* (vida buena), *ivi maraei* (tierra sin mal) y *qhapaj ñan* (camino o vida noble) (BOLÍVIA, 2009, p. 17).

Esses eventos contribuem para o que pode ser chamado de constitucionalismo ecocêntrico latino-americano, onde a natureza (ambiente) e a diversidade tornam-se constitucionais, ou seja, esses documentos admitem a importância da

¹ Há uma diferenciação significativa entre o termo natureza dos povos originários e a natureza empregada nos documentos políticos. O primeiro é a tradução grosseira de Pachamama que é equivalente ao conceito de mundo, enquanto o segundo se refere ao ambiente ou tudo que é conhecido e representado a partir do ser humano (Veja capítulo 04 e recomenda-se a leitura de: ANJOS, J. C.; FEHLAUER, T. J. Para além do “Pachamamismo”: Pachamama e Sumak Kawsay como potência cosmopolítica andina. Revista Tellus, v. 17, n. 32, p. 103-118, jan./abr. 2017.

interdependência entre todos os seres vivos e busca estabelecer uma forma de viver harmonicamente em comunidade, onde as complementariedades e reciprocidades são o fundamento (POLI; HAZAN, 2014).

Como consequência, este fenômeno ressonou na sociedade moderna, ou seja, o “ruído” ou a “irritação” que o Sumak Kawsay causou foi significativa o suficiente para atrair a atenção do sistema e seus subsistemas, principalmente por ser uma forma de comunicação ecológica (LUHMANN, 1989). Se não ocorresse a ressonância, esse fenômeno constitucional ecocêntrico latino-americano jamais seria tematizado nos vários âmbitos da sociedade.

Um panorama mais claro sobre o efeito de ressonância nos subsistemas é oferecido no estudo bibliométrico de Mantilla e Quinche (2021) que trata do emprego do termo “*Sumak Kawsay*” em estudos acadêmicos indexados na base de dados da Scopus e limitando o horizonte temporal em uma década.

El concepto del Sumak Kawsay ha generado una amplitud de debates epistemológicos y políticos. Entre los elementos más discutidos se encuentran su origen e historicidad, su aplicabilidad jurídica y práctica, o los dilemas de apropiación cultural frente al conocimiento dos pueblos indígenas (MANTILLA; QUINCHE, 2021, p. 322).

Nota-se na fala dos autores que o surgimento e inserção do termo na agenda política equatoriana provocou debates que constituem o cerne de controvérsias (epistemológicas e política), ou seja, onde emergem as discordâncias que consubstanciam a metodologia analítica do caso.

Ao observar o comportamento quantitativo da produção científica sobre a temática, percebe que o ápice da produção ocorreu entre 2017 e 2019 (variação entre 50 e 60 publicações por ano) e que, recentemente, o interesse pelo tema diminuiu consideravelmente (próximo de 30 publicações em 2020), conforme ilustrado na figura 15. O espectro temporal analisado se refere somente ao período pós-inserção do termo na Constituição Federal, excluindo as discussões que envolvem o surgimento e a negociação até sua inserção.

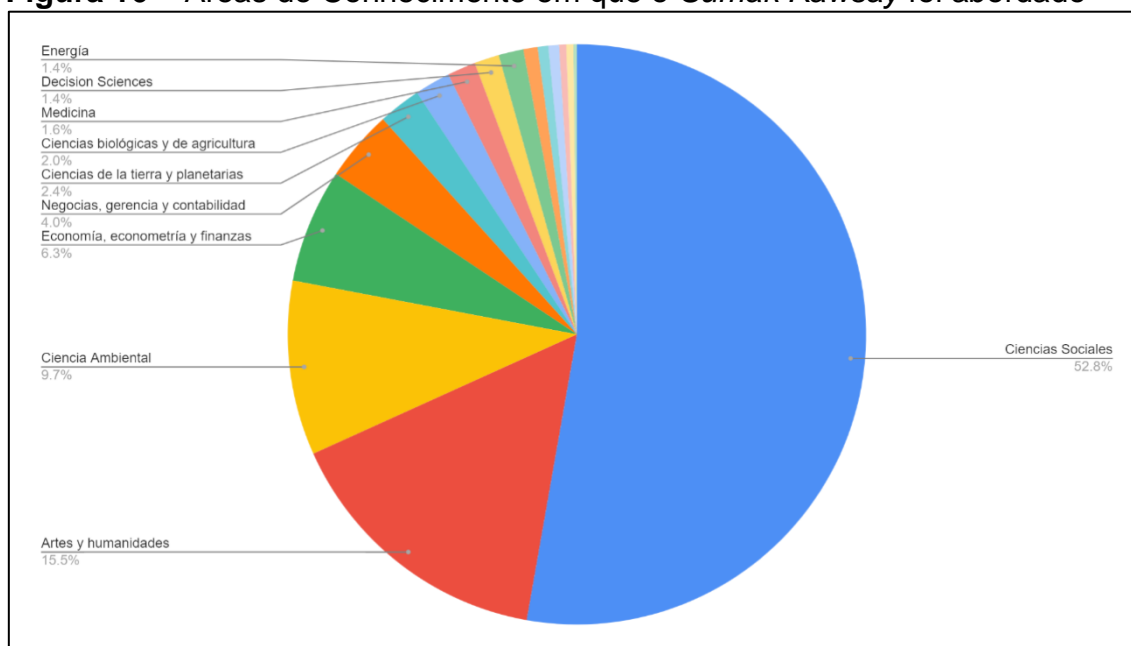
Figura 15 – Produção Científica Anual do Termo *Sumak Kawsay*

Fonte: retirado de Mantilla e Quinche (2021, p. 325).

Muito do comportamento crescente e decrescente de publicações pode ser explicado pela visibilidade e importância atribuída a partir dos movimentos sociais e políticos do Equador. É notória a importância que a temática recebe durante o governo de Rafael Correa (2007-2017) em contraposição sua marginalização frente a adoção de um posicionamento mais ortodoxo-neoliberal no governo de Lenin Moreno a partir de 2017 (mesmo ano que inicia o declínio no número de publicações). Um fator que explica esse comportamento é que o governo de Lenin Moreno retomou o desenvolvimento econômico capitalista extrativista de exploração e expropriação, um sério indicativo que as aspirações do termo ficaram restritas ao plano retórico-político. Além disso, é possível afirmar que a temática, apesar de ainda está ressonando na sociedade contemporânea, vem perdendo intensidade ao longo dos anos.

Outra forma de observar o efeito da ressonância é ver que a temática não ficou restrita somente ao campo das Ciências Sociais, pelo contrário, ela se propagou para outras áreas de conhecimento, em especial, pela figura 16 nota-se que as quatro áreas mais relevantes são as ciências sociais, as artes e humanidades, as ciências ambientais e as ciências econômicas.

Figura 16 – Áreas do Conhecimento em que o *Sumak Kawsay* foi abordado



Fonte: retirado de Mantilla e Quinche (2021, p. 326).

Essa amplitude que percorre as áreas do conhecimento (ciências), bem como estruturas da sociedade (cultura, política, economia, entre outras), cria um espaço propício para o desenvolvimento de “controvérsias, onde os fatos, os conhecimentos ou as novas tecnologias são contestados e chamam a atenção coletiva” (VENTURINI; MUNK, 2022, p. 2). Nesses espaços os especialistas tecno-científicos vêm debater e defender uma posição ou um entendimento, sendo um momento de vitalidade do complexo social.

Essa captura da atenção da audiência e o envolvimento coletivo no debate fica evidente com a próxima informação extraída do estudo bibliométrico, onde a estratificação da temática conforme o número de publicações por países mostra esse envolvimento. Nesse sentido, chama a atenção a presença de três países do norte (Espanha, Estados Unidos e Reino Unido) e apenas dois sul-americanos (Equador e Argentina) no top 5. O estranhamento ocorre porque esses países geralmente taxam as temáticas latino-americanas como periféricas, principalmente no campo acadêmico. Apenas para constar, o Brasil ocupa a 14ª posição no ranking, apresentando contribuições pouco expressivas para o debate da temática (menos que 10 artigos), conforme demonstra a figura 17.

Figura 17 – Estratificação das Publicações por Países

Fonte: retirado de Mantilla e Quinche (2021, p. 326).

Toda essa atenção é justificada na medida que a incursão de saberes ancestrais dos povos indígenas na carta magna de um país permite o estabelecimento de uma crítica sensata em relação aos modelos e visões de mundo vigentes. Dessa forma, o Sumak Kawsay adentra a sociedade moderna como uma possibilidade de revisão da relação entre os humanos e a natureza a partir de uma perspectiva latino-americana, ou seja, se posiciona como um destabilizador das formas dominantes de interpretar o mundo, a natureza (ambiente), a sustentabilidade etc., principalmente no debate vinculado ao desenvolvimento (VANHULST; BELING, 2013).

El proceso de cambio que emerge en la región, desde la visión de los pueblos ancestrales indígenas-originarios, irradia y repercute en el entorno mundial, promoviendo un paradigma, uno de los más antiguos: *el paradigma comunitario de la cultura de la vida para Vivir Bien*, sustentado en una forma de vivir plasmada en la práctica cotidiana del respeto, dela relación armónica y equilibrio con todo lo que existe, comprendiendo que en la vida todo está interconectado, es interdependiente y está interrelacionado (HUANACUNI, 2010, p. 11, destaque do autor).

No excerto, percebe que o termo “Sumak Kawsay” foi substituído por “Vivir Buen” e essa mudança tem impactos significativos na forma como o termo é compreendido e será apresentado mais adiante. O que interessa aqui é que somente essas duas palavras não demonstram a real magnitude de seu significado e, por isso, a expressão correta mais próxima para o termo Sumak Kawsay é a vida em plenitude, ou seja, um processo que coloca a vida em equilíbrio, tanto interno, quanto externo a

comunidade (HUANACUNI, 2010). Posto dessa forma, o entendimento da expressão parece transcender a visão de mundo moderna ocidental capitalista e, nesse sentido, o Sumak Kawsay surge como uma proposta para lidar com as preocupações advindas das questões envolvendo a sustentabilidade, porém, tendo uma outra visão de mundo como base para a compreensão das relações e das práticas (ZAMBAM; AQUINO, 2015).

É possível que nesta condição, o Sumak Kawsay consiga realizar a almejada guinada ontológica, conforme apontado por Murdoch (2001); Lange (2004); Fenwick (2007), o que reforça ainda mais o interesse deste estudo, pois há uma base ontoepistemológica distinta da matriz moderna e, com isso, o Sumak Kawsay conseguiria romper com as ideias de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável ocidentais capitalista, tornando-se uma outra via para abordar essas questões.

Los pueblos indígenas originarios están trayendo algo nuevo (para el mundo moderno) a las mesas de discusión, acerca de cómo la humanidad debe vivir de ahora en adelante, ya que las ideologías de mercado mundial, el crecimiento económico, el corporativismo, el capitalismo y el consumismo que son producto de un paradigma occidental, son en diverso grado las causas de la grave crisis social, económica y política (HUANACUNI, 2010, p. 11).

No momento em que o Sumak Kawsay, é incorporado como princípio nas cartas magnas de Equador e Bolívia, inaugura-se uma situação controversa, onde os atores envolvidos discordam e descobrem que não podem mais ignorar um ao outro. Em outras palavras, a controvérsia emerge quando a complexidade da vida coletiva se manifesta através da discordância e do conflito entre distintos e diversos atores envolvidos em uma situação, os quais formam alianças e oposições dinâmicas, que se reconfiguram conforme a controvérsia avança (VENTURINI, 2010b).

A controvérsia emerge, pois, com a incorporação nas constituições abre-se um espaço para que a grande audiência formada por intelectuais, políticos, jornalistas, entre outros, se engaje no debate, formando alianças ou desmantelando-as para defender seus pontos de vistas. Tal fato fica bem caracterizado quando se percebe que as discussões vão desde o esgotamento do planeta devido ao modelo de produção capitalista (ECODEBATE, 2019), passado pela dificuldade dos povos indígenas frente a Covid-19 (SZALKOWICZ, 2020), abordando as crises entre grandes empresas capitalistas e os povos originários (CASTRO; GHIROTTI, 2016), incluindo discussões de gênero na América Latina (ROSÁRIO, 2022), chegando a adentrar o território brasileiro nas discussões de Ailton Krenak que focam no

comportamento humano e o desrespeito à natureza e como ter uma cultura do Bem Viver (PEDROSA-NETO, 2022; TENÓRIO, 2022), incluindo o debate sobre o novo caminho para o socialismo através do ecosocialismo (LÖWY et al., 2022) e a incorporação desses princípios em movimentos sociais e políticos (VIANNA, 2015), enfim, em todos estes textos há alguma menção ou referência que interligam esses temas diretamente ao Sumak Kawsay. Ressalta-se que muitos dos textos citados são de 2022, o que evidencia a contemporaneidade do tema mesmo com a diminuição da intensidade conforme o estudo bibliométrico.

Com a presença de diversos atores, os debates foram abertos, inicialmente, colocando como principal ponto de discordância o tipo de desenvolvimento que foi adotado por um longo período e que deveria ser revisto frente aos problemas que trouxe aos países latino-americanos. De um lado, ficou o desenvolvimento baseado no Sumak Kawsay, que primava pelo respeito a diversidade de povos e o direito da natureza (ambiente); de outro, a ideia de desenvolvimento ocidental, alicerçada na economia capitalista e defendida como a única alternativa que realmente leva ao progresso (DÁVALOS, 2009; JIMÉNEZ, 2009; VANHULST; BELING, 2012, entre outros).

Esta noción del crecimiento económico recupera las necesidades políticas del neoliberalismo, y, para legitimarse, apela al concepto decimonónico e iluminista del 'progreso'. En efecto, desde esta perspectiva el crecimiento económico sería otro símbolo de progreso y éste, por definición, no admite discusiones. De esta manera, el neoliberalismo pretende tejer una solución de continuidad histórica con el iluminismo y con las promesas emancipatorias de la modernidad (DÁVALOS, 2009, p. 1).

Ainda para o autor, o surgimento de uma perspectiva que vai contra o desenvolvimento capitalista é uma afronta a história mundial, principalmente quando essa perspectiva está alicerçada nos conhecimentos de povos tidos como atrasados, antigos, selvagens, sem cultura etc. A desqualificação da alternativa é seguida pela máxima que os problemas relacionados a pobreza, a desigualdade, ao desemprego, a contaminação e degradação ecológica só serão resolvidos quando a sociedade atingir o ápice do crescimento econômico (DÁVALOS, 2009).

Em contraposição, o desenvolvimento baseado nos princípios do Sumak Kawsay leva em consideração as relações de complementariedade entre as pessoas e o mundo (*pachamama* traduzida como natureza) na forma de uma convivência harmônica onde se reconhece a diversidade em sentido amplo, a igualdade, a

integração entre o social e o mundo que o envolve, ou seja, é uma perspectiva que rompe com a ideia de acumulação, riqueza, crescimento e progresso advindos do desenvolvimento pregado pelos países europeus e norte-americanos (POLI; HAZAN, 2014).

Em um primeiro momento, a controvérsia apresentada parece ficar restrita aos debates de dois grandes grupos que representam os distintos entendimentos sobre o que é desenvolvimento. Entretanto, ao apresentar o mapa da cartografia das controvérsias surgiu uma nova controvérsia onde outros autores atuam para estabilizar ou desestabilizar outra caixa-preta (uma perspectiva de um fenômeno que se tornou inquestionável), ou seja, essa temática apresenta uma complexidade tal qual é a vida coletiva (VENTURINI, 2010b).

Seguindo o alerta de Venturini (2010a, 2010b; 2022) que desvendar a complexidade das controvérsias deve sempre vir acompanhado do ato de tornar essa complexidade legível, a análise abordou o caso através de camadas que representam os subsistemas do sistema sociedade (LUHMANN, 1995). Na primeira é apresentado as discussões envolvendo a conceituação paradigmática do Sumak Kawsay, seguida pela análise da camada histórico-política e, pôr fim, a camada econômica-desenvolvimentista da controvérsia.

8.1 CAMADA CONCEITURAL-PARADIGMÁTICA DA CONTROVÉRSIA

Nessa camada de análise, começa-se a abrir a controvérsia a partir dos significados atribuídos ao princípio Sumak Kawsay e como esses grupos utilizam esses significados compartilhados para assumir posições ideológicas que podem ser conflitantes ou não.

Partindo da premissa que o princípio Sumak Kawsay é uma construção complexa de um povo originário e que envolve muitos elementos dos vários âmbitos da vida, é natural que ele, ao se tornar um princípio orientador na Carta Magna Equatoriana sofresse reducionismos e tivesse que se ajustar minimamente a codificação do subsistema político. Este detalhe garante que há, pelo menos, dois entendimentos sobre o Sumak Kawsay em disputa: um original e complexo (modo de vida dos povos originários) e outro reduzido e politizado (inserido na Constituição do Equador).

Só que os documentos e estudos realizados contrariam essa ideia de significados dual, Hidalgo-Capitán, Arias e Ávila (2014, p. 35-36) afirmam que o Sumak Kawsay tem, pelo menos, três concepções diferentes: a) uma variação do socialismo do Séc. XXI; b) uma de construção de um ecologismo utópico e; c) uma terceira genuína. Por sua vez, Silva (2019, p. 4) demonstra que a ramificação de significados podem chegar a quatro: i) a indianista ou indigenista, que enfatizam o caráter originário do conceito; ii) a pós-estruturalista, pós-moderna e decolonial que busca alternativas a modernidade; iii) a socialista que apropria o princípio como forma de inspirar um socialismo alternativo e; iv) a neodesenvolvimentista que visa estratégias estatais de desenvolvimento e de equidade social (o princípio é interpretado como um desenvolvimento alternativo e não uma alternativa ao desenvolvimento).

A principal variação entre as duas classificações está no fato que na proposta de Silva (2019) há uma separação entre os princípios originais que se encontram imersos no dia-a-dia dos povos originários e a conversão feita por alguns intelectuais com o objetivo de difundir esse conhecimento na cultura ocidental e, nesse movimento, acabou se constituindo como uma alternativa a modernidade (releitura do conhecimento antigo na sociedade contemporânea).

Diante disso, pode-se dizer que o Sumak Kawsay é um conceito polissêmico que recebe distintas designações conforme o(s) agente(s) o performa(m) nos mais variados contextos, ou seja, os processos de reducionismos e ofuscamentos atravessam a performatividade e podem se intercalar, modificar e reorganizar a forma como o agente lida com a complexidade inerente do termo. Nesse sentido, é importante ressaltar que através desses processos se obtém os distintos vieses (acadêmico, político e econômico), mas mesmo sob essas condições reducionistas, eles continuam interrelacionados, ainda que precariamente, com a visão de mundo indígena mais ampla e complexa (SILVA, 2019). Como forma de entender esses desdobramentos complexos do conceito, basta olhar para as temporalidades distintas que coexistem e interagem entre si, pois há um Sumak Kawsay do “presente” que, de certo modo, contém uma porção do complexo Sumak Kawsay do “passado” e o resultado desse mix temporal é uma potência latente que pode se concretizar de infinitas formas quando se olha para o futuro.

Por outro lado, apesar das diferenças classificatórias entre os autores, é verdade que existe uma acepção que está vinculada a perspectiva original e genuína

do princípio e as demais surgem a partir do reducionismo da complexidade e do ofuscamento de alguns elementos da concepção original que foram considerados desnecessários, irracionais, irrelevantes, incompreensíveis, entre outros. Portanto, se a discussão entorno do Sumak Kawsay iniciou-se apoiando na controvérsia entre dois entendimentos reducionistas acerca do desenvolvimento, então é interessante questionar como a perspectiva indigenista entende o desenvolvimento e, neste momento, ocorre uma surpresa analítica.

Para Viteri (2002), é impossível estabelecer esse diálogo entre a concepção original do Sumak Kawsay e o desenvolvimento eurocêntrico capitalista, pois:

En la cosmovisión de las sociedades indígenas, en la comprensión del sentido que tiene y debe tener la vida de las personas no existe el concepto de desarrollo. Es decir, no existe la concepción de un proceso lineal de la vida que establezca un estado anterior o posterior, a saber, de subdesarrollo y desarrollo; dicotomía por los que deben transitar las personas para la consecución de bienestar, como ocurre en el mundo occidental. Tampoco existen conceptos de riqueza y pobreza determinado por la acumulación y carencia de bienes materiales (VITERI, 2002, p. 1).

Essa afirmação do autor é relevante na medida que Hidalgo-Capitán; Arias-Pallaroso e Ávila-Larrea (2014) reforçam a excepcionalidade dos trabalhos realizados por Carlos Viteri, um quíchua amazônico e antropólogo muito engajado com as organizações indígenas que conseguiu sistematizar o conceito de Sumak Kawsay para língua espanhola. Pela afirmação produzida pelo autor, a não existência de um conceito de desenvolvimento na cosmovisão indígena não afasta completamente a possibilidade de discussão envolvendo os princípios indígenas dentro de uma perspectiva de desenvolvimento, pelo contrário, esse esforço discursivo é realizado pelo autor desde 1993 e segue a premissa que há possibilidade de realizar uma discussão entre as ideias e os conceitos por trás de cada uma das perspectivas, porém estes jamais devem ser contrapostos e comparados, pois a cosmovisão indígena é distinta do conceito desenvolvimentista eurocêntrico capitalista.

O olhar de Carlos Viteri sobre essa discussão, provoca um sutil deslocamento na controvérsia inicial, pois o que está a ser discutido nestes trabalhos é a contraposição que o Sumak Kawsay tem em relação a imposição do paradigma da modernidade eurocêntrico e não uma contraposição ao desenvolvimento da perspectiva capitalista. Nesse sentido, ao propor que é necessário refletir sobre o paradigma da modernidade, Viteri assume conscientemente que qualquer projeto de transformação da sociedade deve propor, no mínimo, uma mudança na visão de

mundo, pois é a base de onde derivam todos os entendimentos e compreensões. Assim, o interesse inicial que repousava sobre a controvérsia relacionada aos tipos de desenvolvimentos, agora ganha uma nova perspectiva que atesta, também, a existência de uma controvérsia paradigmática, mais abrangente e complexa que a trazida inicialmente para este estudo.

Pelas apresentações, fica claro que a concepção indigenista não pode ficar restrita a controvérsia sobre do entendimento de desenvolvimento, ela também constitui uma controvérsia paradigmática com a modernidade e, é fato que, os desdobramentos que uma discussão paradigmática inevitavelmente causa impactos na controvérsia do desenvolvimento, sugerindo uma vinculação entre essas temáticas. Assim, o mais adequado é inscrever a controvérsia do desenvolvimento na controvérsia envolvendo a modernidade, pois o olhar para toda a complexidade inerente ao Sumak Kawsay só se justifica na medida que as discussões tendem a contrapor visões de mundo e, conseqüentemente, as ontologias e epistemologias que materializam essas visões. Tal fato provoca antagonismos, dicotomias, contradições que não podem ser inscritas apenas no conceito de desenvolvimento.

Puesto que el Sumak Kawsay tiene una transcendencia mayor a la sola satisfacción de necesidades y acceso a servicios y bienes. En este contexto la visión de la vida y del 'buen vivir', sintetizados en la categoría filosófica del Sumak Kawsay, no puede entenderse como un concepto análogo al desarrollo (VITERI, 2002, p. 2).

A concepção indigenista encontra suas raízes e se mantém viva na cultura dos povos originários do Equador e uma parte dela torna-se inteligível ao mundo ocidental quando é performada nas discussões dos trabalhos acadêmicos, reportagens, entrevistas e outras formas de “tradução” desses conhecimentos. Por isso, a controvérsia da modernidade só se torna perceptível nestas condições de tradução e conflito, onde as sucessivas experiências de defesa e resistência dos povos originários fortaleceram as organizações indígenas a ponto de conseguirem incorporar seus conhecimentos na Constituição do Equador.

Pero esta filosofía de vida, que se supone presente aún en muchas comunidades indígenas, también ha desaparecido en otras comunidades como consecuencia de la aculturación a la que han sido sometidas; por eso, en ellas lo que procede es su recuperación, su reconstrucción, su recreación, bien a partir de los testimonios de los abuelos indígenas (taitas y mamas), bien a partir de los conocimientos conservados por los chamanes y los sabios (yachaks y amawtas), bien rellenando los vacíos conceptuales y sociales con conceptos y prácticas que persisten en otras comunidades menos aculturadas (HIDALGO-CAPITÁN; ARIAS; ÁVILA, 2014, p. 38).

O conflito e a conversão foram as estratégias adotadas para suportar um discurso eurocêntrico de superioridade, onde houve uma sistemática desqualificação dos conhecimentos e práticas oriundos dos povos originários, sob o pretexto de que eles eram selvagens, sem cultura e opositores da modernidade para justificar seus atos violentos. A busca pela homogeneização dos povos, visava manter o sistema de controle e poder introduzido com a chegada dos espanhóis à América Latina e, tal fato, pode se dizer que é uma forma de reducionismo da complexidade que silencia os subjugados. Portanto, a controvérsia da modernidade é consubstanciada por todas as formas de resistências e lutas contra toda e qualquer forma de colonização dos povos indígenas, o que também extrapola a essência do conceito de desenvolvimento.

Dessa forma, chega-se à conclusão de que a concepção indigenista definitivamente não está inserida na controvérsia do desenvolvimento, pelo contrário ela está se opondo a ideia de modernidade. Fazendo essa separação no entendimento da controvérsia, abre-se outro questionamento igualmente importante: qual é a concepção de Sumak Kawsay que está envolvida na controvérsia do desenvolvimento?

Um breve olhar na classificação feita por Hidalgo-Capitán, Arias e Ávila (2014); Silva (2019) e Vásquez, Orellana e Rodrigues (2021), entre outros, percebe-se que a concepção que mais procura discutir a temática do desenvolvimento é aquela que subverteu a concepção indígena em uma proposta socialista. Nessa acepção, a busca por uma alternativa de desenvolvimento está pautada nos impactos que o neoliberalismo trouxe aos países latino-americanos, principalmente a desestruturação social que causa a desigualdade social e, conseqüentemente, o aumento da pobreza (RAMÍREZ, 2010).

La propuesta de cambio es indisociable de la necesidad de romper distancias sociales, económicas, culturales, ambientales y políticas que separan a los ecuatorianos/as entre sí, así como de revertir la distribución del tiempo dedicado al trabajo reproductivo, a la reproducción de la vida y a la participación pública entre hombres y mujeres y entre diferentes culturas. **Tal situación implica pensar una forma de producción distinta que rompa con la dicotomía tiempo-trabajo. Una perspectiva nueva del desarrollo y de la economía pasa incluso por tener una nueva forma de contabilidad económica**, en donde no sea el dinero la unidad de análisis sino el uso del tiempo, la satisfacción de necesidades -no de satisfactores-, la realización de distintas expectativas individuales y colectivas, hasta ahora consideradas como subjetivas; las relaciones con la naturaleza y sus ciclos de reproducción; aspectos tales como la erosión de la tierra o el agua, necesaria para producir bienes, deben ser tomados en cuenta. Con otra unidad de medida lo que se valora son otros

elementos invisibles en la contabilidad oficial (RAMÍREZ, 2010, p. 128-129, grifo meu).

Nessa busca por uma alternativa contra o capitalismo, os intelectuais envolvidos cunharam o ‘socialismo Sumak Kawsay’, alegando que o conceito original precisava ser complementado devido a sua potencialidade para ir além da abordagem indígena (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014, p. 27). Essa complementação do conceito foi realizada com o pensamento neomarxista, o socialismo do Séc. XXI, o socialismo comunitário, a revolução cidadã, a resistência a globalização, entre outros, e o resultado foi um hibridismo teórico-conceitual que visa promover a reconstrução do Estado com um novo sistema socioeconômico pós-capitalista (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014).

Pelas distinções apresentadas, o principal conflito não está na contraposição à modernidade, pelo contrário, ele está no desenvolvimento capitalista que é instrumentalizado pelas correntes neoliberais. O principal marco dessa ideia de desenvolvimento é o Consenso de Washington, um documento preparado com uma série de recomendações para que os países da América Latina concretizem o “verdadeiro” desenvolvimento através da ampliação das práticas neoliberalistas.

A imposição dessas recomendações se deu através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) que adotaram o documento como pré-requisito para que ocorresse a concessão de empréstimos aos países ou qualquer outro tipo de acordo de cooperação econômica. Por sua vez, as crises econômicas globais agravaram ainda mais a necessidade de o Equador recorrer aos empréstimos, o que facilitou a introdução dessa ideologia na política econômica do país. Por esse contexto é que o Sumak Kawsay foi convertido em uma proposta socialista que visa lutar contra o longo processo de imposição do modelo capitalista de desenvolvimento, principal culpado pelo aumento das desigualdades e da pobreza no Equador.

Esta corrente ideológica serviu de inspiração para que os Governos de Rafael Correa no Equador e de Evo Morales na Bolívia levassem o Sumak Kawsay e o Suma Qamaña para as suas respectivas constituições nacionais. O principal ponto dessa abordagem é sistematizado por Vásquez, Orellana e Rodrigues (2021, p. 129) ao afirmarem que os intelectuais afeitos dessa concepção não desconhecem “a origem do Sumak Kawsay na tradição dos povos indígenas, mas constituem sua perspectiva a partir de um processo de interpretação, ressignificação e de preenchimento do ‘ideal

do Bem Viver' com elementos das tradições ocidentais", ou seja, um reducionismo que ignora a acepção original em prol de infundir significado e sentido totalmente novos, capazes de promover os interesses de certos grupos.

Historicamente, o surgimento desses ideais ocorreu na proposta de plano de governo do então candidato Rafael Correa e naquele momento era uma promessa futura que podia ou não ser concretizada, pois dependia da vitória nas eleições e, posteriormente, da capacidade governamental de aprovar essas mudanças. Por isso, para avaliar os resultados da inserção do conceito na carta magna do país, era necessário ter um olhar longitudinal e foi o que fez Cubillo-Guevara (2016). O autor demonstra claramente que a ambiguidade instalada no conceito socialista do Sumak Kawsay (convertido propositalmente em "Buen Vivir"), dificultou a materialização de ações concretas e permitiu a distorção de entendimentos, como no caso ocorrido no segundo mandato do Presidente Rafael Correa, onde claramente foi incentivada a continuidade da extração de recursos naturais (extrativismo) e a exploração petrolífera sob a justificativa de trazer equidade a população (Buen Vivir). Além disso, o presidente ainda reforçava que dada a circunstância de ser para o povo, estes atos não feriam os direitos da natureza (ambiente) e dos povos indígenas presentes na constituição.

Justamente por isso, a principal crítica da corrente do Buen Vivir é sua baixa sensibilidade quando trata dos problemas ambientais e das reivindicações dos povos indígenas, pois ignora as demandas e lutas travadas em outros momentos históricos do país para defender veementemente os ideais do socialismo. Essa condição é tamanha que os termos característicos dessa perspectiva são constantes empregados nas falas e textos dos principais intelectuais dessa corrente, mesmo quando estes se referem ao Sumak Kawsay ou ao Buen Vivir. Logo, há um descompasso significativo entre as retóricas e as práticas usadas para sustentar a inserção do Sumak Kawsay na Constituição Equatoriana.

Outra distinção importante de ser mencionada é que as teorias socialistas têm como ponto basal o antropocentrismo, ou seja, ainda é válida a premissa que o homem é soberano em relação ao ambiente, porém os meios de produção devem ser compartilhados por todos. Tal entendimento não é suficiente para consubstanciar uma guinada ontológica e, no limite, ela continua suscetível a outros modos de exploração e expropriação dentro de uma dimensão ético-política distinta da capitalista.

Portanto, a controvérsia em relação ao desenvolvimento emerge quando o conceito original do Sumak Kawsay é esvaziado e preenchido com a proposta socialista de recuperação dos interesses sociais e coletivos, agora chamada de Buen Vivir. Essa concepção foi arquitetada, conceituada e difundida por René Ramírez (2012), gestor da *Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo* (SENPLADES) durante o governo de Rafael Correa entre os anos de 2008 e 2011, quando desenvolveu o *Plan Nacional para el Buen Vivir* (2009-2013).

Dentro del Plan Nacional para el Buen Vivir, hemos sugerido que mientras transitamos por este socialismo de mercado, el énfasis radique en las políticas públicas redistributivas, principalmente centradas en la redistribución de los medios de producción, sistemas tributarios progresivos, control del poder de mercado y obviamente el tema del reconocimiento de lo diverso, de lo plurinacional. En eso sí hay como avanzar y hay que hacerlo de una manera radical (RAMÍREZ, 2010, p. 136).

Nota-se que a ênfase quase sempre recai no aspecto econômico em detrimento a outros fatores igualmente importantes e, tal fato, é um indicativo que no fundo a inclusão do Buen Vivir na Constituição Federal tem como objetivo legitimar a alteração da estrutura econômica sob o discurso de que tal mudança atenderia as necessidades dos setores populares, o que gerou uma aderência eleitoral das minorias. Entretanto, esses discursos não se confirmaram com a ascensão de Rafael Correa ao poder, pois já havia indícios anteriores a vitória nas eleições de que isso ocorreria.

No próprio plano desenvolvido pelo secretário Ramírez foram sublinhados quatro pontos para a geração de riquezas: **a produção de petróleo**, pois era impossível o Equador romper com sua principal vocação econômica, mas que paralelamente se construiria um novo padrão de acumulação para diversificar e ser menos dependente; **o fortalecimento da soberania energética**, pois era necessário investir em novas fontes de energias para sustentar o desenvolvimento econômico e, por isso, seriam empregados recursos científicos e tecnológicos; **a substituição seletiva de importações** como uma forma de gerar uma redistribuição radical capaz de permitir o atendimento das necessidades da população e, por fim, **a geração de conhecimento próprio** diminuindo a dependência internacional (RAMÍREZ, 2010).

En estos cuatro años, para hacer ese tránsito de largo plazo, tiene que haber una recuperación de la industria nacional, aspecto muy importante para dirigirnos de una economía primaria a una secundaria y terciaria, en la cual juega un papel fundamental la integración latinoamericana (RAMÍREZ, 2010, p. 137).

Nota-se que em termos econômicos, em um primeiro momento, a recuperação da indústria nacional e o aumento da soberania energética só seriam possíveis com os incentivos ao setor petrolífero, o que potencializa diretamente o extrativismo e a exploração da natureza (ambiente), ou seja, mesmo com um discurso diferente, na prática ainda continuaria a “apropriação de recursos naturais em grandes volumes e/ou alta intensidade e que são exportados como matérias-primas ou commodities” (GUDYNAS, 2021, p. 26). Em suma, a continuidade do modelo extrativista como forma de obter ganhos econômicos para financiar outras demandas, deixou o plano de desenvolvimento baseado no Buen Vivir severamente fragilizado desde o início (GUDYNAS, 2021).

A ustedes no les gusta el petróleo. Les aseguro que a mí tampoco me gusta, pero a todos nos debería disgustar aún más la miseria. Y que nadie se engañe: necesitamos nuestros recursos naturales para superar lo más rápidamente la pobreza, y para un desarrollo soberano. El que les diga lo contrario les está mintiendo (CORREA, 2013, p. 16).

Em outras palavras, para adentrar no âmbito político-constitucional os postulados originais do Sumak Kawsay foram literalmente ignorados e os poucos aspectos que restaram foram marginalizados diante dos postulados socialistas pós-neoliberais, sendo este fato uma forma de reanimar o socialismo na América Latina, combatido após as derrotas na USSR e em Cuba. Esse reavivamento também pode ser visto na incorporação do conceito aos ideais do Socialismo do Século XXI que foram compartilhados com vários presidentes progressistas que venceram as eleições em seus respectivos países latinos, ou seja, são estratégias para manter o socialismo ativo e pulsante na América Latina através da introdução dos conceitos indígenas de modo periférico, sem alterar a base ideológica fundante.

Cubillo-Guevara (2016) afirma que a separação e distinção entre a ideia original e a ideia socialista fica ainda mais evidente quando se observa que o termo “Sumak Kawsay” aparece bem menos que o termo “Buen Vivir” nos documentos oficiais e planos de governo equatoriano (CUBILLO-GUEVARA, 2016). A autora ainda sinaliza que essa conversão dos conceitos foi acompanhada por um acúmulo de insatisfações de vários agentes, em especial a insatisfação com a imprecisão do conceito do Buen Vivir e a continuidade de antigas práticas capitalistas de exploração e expropriação. Em suma, o Buen Vivir era a desfiguração do conceito de Sumak Kawsay para atender interesses particulares ou obter sua legitimação perante alguns agentes políticos e, portanto, ele é a desfiguração do reducionismo do conceito original.

Os principais críticos dessa corrente são compostos por intelectuais engajados com os movimentos sociais e ecológicos equatorianos e alguns dissidentes do governo, em especial Alberto Acosta, um dos principais idealizadores do plano de governo de Correa e que acabou vivenciando as distorções durante os mandatos presidenciais. Atualmente, ele é opositor ao governo e principal expoente da terceira corrente intelectual do Sumak Kawsay fortemente baseada na defesa ecológica e de um neodesenvolvimento.

Diante desse contexto de crescimento das insatisfações pós início do mandato de Rafael Correa, inaugura-se o surgimento da terceira concepção derivada do Sumak Kawsay (mais corretamente do Buen Vivir), a corrente chamada de ecologista, pós-estruturalista ou pós-desenvolvimentista (VÁSQUEZ; ORELLANA; RODRIGUES, 2021). Dentre seus fundamentos, pode-se destacar a tentativa de reparação dos princípios do Sumak Kawsay, mais precisamente do respeito aos direitos da natureza (ambiente) e do reconhecimento da diversidade de povos que habitam o país, sendo que essa possível reparação ainda aconteceria dentro de uma espécie de socialismo ecológico. Assim, para os intelectuais dessa corrente, os esforços para conceber o Buen Vivir foram válidos, porém o conceito não pode ser entendido como finalizado (dotado de um sentido completo), pelo contrário, ele deve ser construído pelas minorias, principalmente os indígenas (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014).

As discussões sobre o desenvolvimento ainda continuam presentes nessa corrente, mas com uma proeminência muito menor se comparado a corrente socialista, pois nessa vertente o foco principal está na promoção da participação social para que sejam construídas múltiplas sociedades, cada qual vivendo com um “Buen Vivir” próprio e válido dentro do contexto específico. Esse construtivismo pós-moderno é característica marcante de intelectuais que são ativistas engajados em movimentos sociais e que, também, se vinculam ao pensamento ecologista. Inclusive, esse é o ponto nevrálgico da crítica endereçada à política econômica extrativista adotada na América Latina e, em especial, a adotada no governo de Rafael Correa, pois ela fere substancialmente os direitos dos povos indígenas, além de ser prejudicial a sustentabilidade do país (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

Como dito anteriormente, dentre os inúmeros intelectuais dessa corrente, destaca-se Alberto Acosta, um dos fundadores do grupo civil *Alianza PAIS (Patria Activa / Soberana)*, criado em meados de 1999 para investigar meios de solucionar os

sérios problemas do Equador. Desde sua concepção até se tornar um partido político em 2006, este grupo influenciou inúmeros movimentos políticos com sua visão humanista e social, sendo um dos principais responsáveis pela inserção do Sumak Kawsay como um conceito constitucional. Essa relação entre Alberto Acosta e o presidente Rafael Correa foi se deteriorando com o tempo, principalmente após Acosta ver o governo dar continuidade a ações contrárias ao que haviam proposto (ex. incentivos a exploração de petróleo). Assim, Acosta acabou saindo do governo após uma série de desgastes com o governo e passou a fazer parte da oposição ao governo (VÁSQUEZ; ORELLANA; RODRIGUES, 2021).

Acosta agrega los caminos para llegar a esa armonía en términos económicos, al proyectar la disolución de las políticas extractivistas y la transición hacia el posextractivismo, ya que el extractivismo es un modo de acumulación sustentado en la violencia contra las comunidades y contra la naturaleza. El Buen Vivir debe ser logrado a través de reformas estructurales y la implementación de políticas de redistribución de renta, riquezas y reforma agraria, en oposición a la concentración de los recursos económicos y de tierras en las manos de las elites nacionales (VÁSQUEZ; ORELLANA; RODRIGUES, 2021, p. 139).

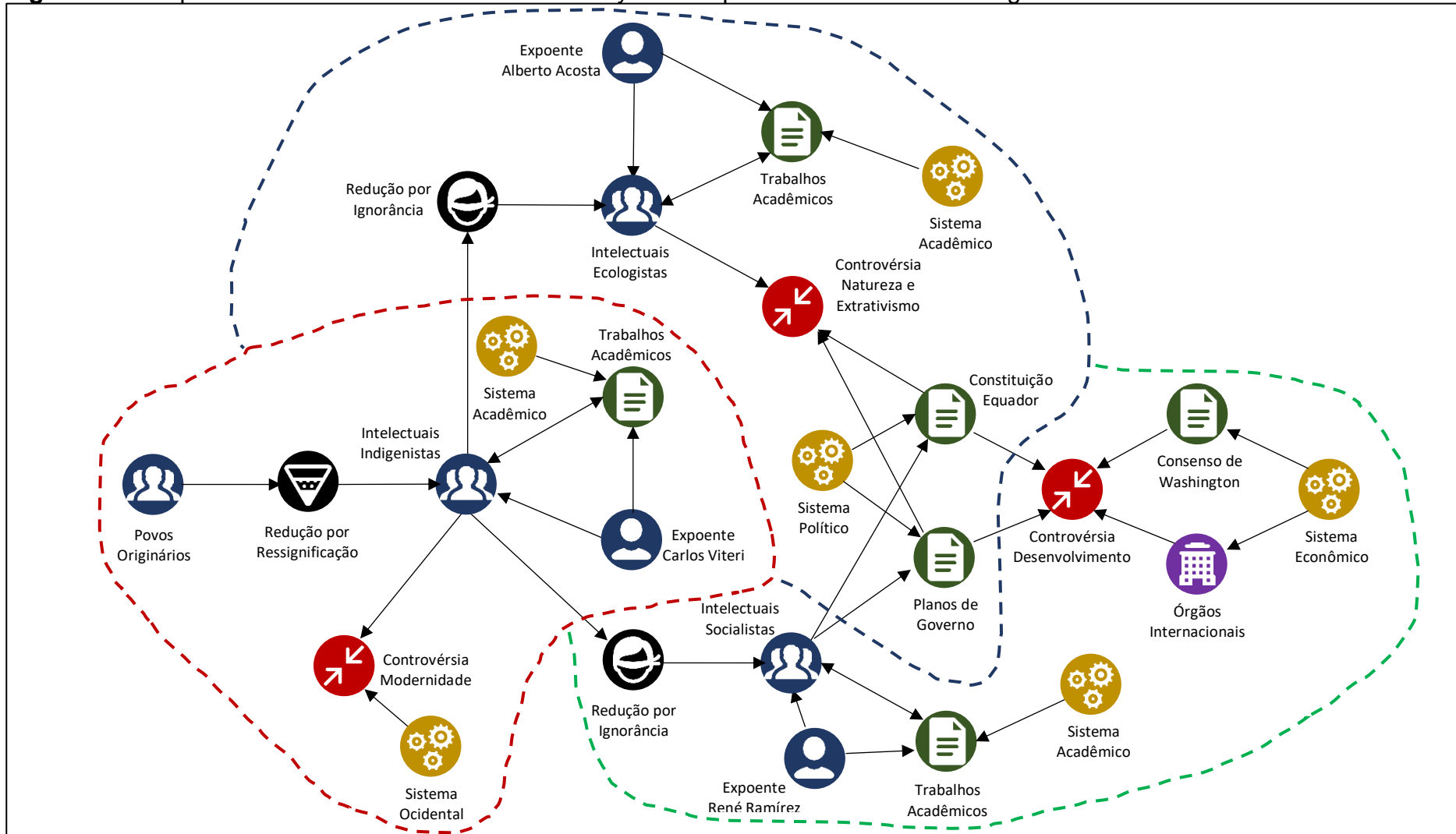
A produção acadêmica de Acosta nos anos de 2010, 11 e 12 foi tão significativa que essa coletânea se tornou a principal referência internacional sobre o Buen Vivir, contribuindo com ampliação do debate sobre o Buen Vivir (controvérsia do desenvolvimento). Nesse sentido, o aspecto ecológico e pós-desenvolvimentista da corrente é fruto da participação de intelectuais como Eduardo Gudynas e Arturo Escobar, defensores dessas ideologias (CUBILLO-GUEVARA, 2016). Assim, graças a essas contribuições que o Buen Vivir socialista foi reinterpretado e entendido como algo além do desenvolvimento, que ainda em construção e, portanto, distinto da proposta que acabou prevalecendo na Constituição do Equador (como uma meta para o desenvolvimento).

Uma vez mais, o esvaziamento do conceito original contribui para que uma nova interpretação (ecológica) seja colocada em prática e venha a participar do debate sobre qual desenvolvimento o Equador deve seguir. Igual a abordagem socialista, essa também defende ideologias aderentes aos intelectuais dessa corrente e busca se contrapor tanto a ideia de desenvolvimento capitalista neoliberal, quanto as justificativas do governo de Rafael Correa em incentivar o extrativismo para gerar condições para alcançar o Buen Vivir. Por isso, essa corrente também se encontra

inscrita na controvérsia do desenvolvimento, uma vez que ela discute a questão a partir de outro posicionamento e não busca um questionamento paradigmático.

Para uma melhor compreensão de todos esses elementos e considerando as descrições e discussões apresentadas até o momento, confeccionou-se o mapa de controvérsias a partir da perspectiva conceitual-paradigmática do Sumak Kawsay / Buen Vivir, conforme apresentado na figura 18 (VENTURINI, 2010a, 2010b; VENTURINI; MUNK, 2022). Para autores como Venturini e Munk, as controvérsias mostram o social performando dinamicamente a partir de uma resistência contra o reducionismo, a simplificação e o ofuscamento (VENTURINI, 2010b).

Figura 18 – Mapa das Controvérsias do Sumak Kawsay na Perspectiva Conceitual-Paradigmática



Fonte: próprio autor.

Na figura 18, temos os três grandes grupos que estão envolvidos nas duas controvérsias, uma envolvendo a ideia de desenvolvimento e outra mais alinhada com a discussão sobre a modernidade e seus impactos. É importante notar que a controvérsia do desenvolvimento ainda é alimentada por uma terceira controvérsia envolvendo o desrespeito aos direitos da natureza e a continuidade do extrativismo como atividade econômica no Equador (as controvérsias estão marcadas em vermelho no mapa).

Cada grande grupo demarcado no mapa tem uma controvérsia que está em debate ou gerando conflitos entre os grupos, como por exemplo, a dos povos originários e as imposições da modernidade. Em especial nessa controvérsia houve conflitos entre os movimentos sociais indígenas e as forças do Estado, inclusive com o emprego de violência (ACOSTA, 2019), sendo isso um diferencial em relação as demais controvérsias, que permaneceram em um nível de discussão que envolve a defesa de teorias desenvolvidas ao longo dos anos e que embasam cada um dos vieses defendidos.

Em todas as controvérsias há uma forte presença de dispositivos tecnocientíficos que garantem legitimidade a cada uma das perspectivas defendidas, tal fato pode ser vislumbrado pela presença de trabalhos científicos suportando os discursos, as posições ideológicas e, conseqüentemente, as práticas adotadas. No caso da perspectiva indigenista, a esfera acadêmica suporta e impõe um reducionismo sobre os saberes indígenas, considerados inválidos pela ausência de comprovação científica. Para superar isso, foi necessária uma resignificação advinda dos intelectuais indigenistas aculturados nas especialidades dos conhecimentos ocidentais que, ao terem contato com ambas as culturas, tentaram capturar via antropologia o máximo da complexidade da cosmovisão indígena em seus estudos.

Esse movimento de apreensão antropológica apresenta restrições inerentes de todas as ordens (ontológica, epistemológica, ideológica, entre outras) para que a cosmovisão indígena seja aceita como um conhecimento válido. Essa redução antropológica também serve ao subsistema político, uma vez que a esfera política e acadêmica são ambiente um para o outro (LUHMANN, 1995), como será detalhado na camada histórico-política.

Os intelectuais indigenistas utilizam o sistema acadêmico como meio estratégico para legitimar a posição dentro da controvérsia e desqualificar as

perspectivas “impostoras” que usurparam do termo e o ressignificaram para outras finalidades que não mais apresentam relação com os povos originários, a não ser a representatividade política desses grupos. Nesse sentido, o principal obstáculo a ser vencido pelos indigenistas é superar a ideia de sociedade moderna é homogênea e as culturas que não partilham dessa visão são taxadas de ultrapassadas, selvagens ou coisas do tipo, em um claro movimento de desqualificação que permite a dominação ou a imposição permanente de uma cultura que se justifica como “superior”. Por isso, a controvérsia que se apresenta neste ponto está mais para um debate de nível paradigmático, onde os conceitos e práticas que definem a modernidade são confrontados pela cosmovisão indígena.

É uma batalha sociotécnica travada em duas frentes: na primeira os intelectuais indigenistas lutam para apresentar a concepção mais realista e complexa possível do Sumak Kawsay como uma alternativa ao modelo de modernidade e, na segunda, lutam para restabelecer o conceito original de Sumak Kawsay e dissociá-lo das interpretações particulares que indevidamente tomaram e ressignificaram a concepção original. Essa segunda frente de batalha é a ponte que vincula essa controvérsia as demais (desenvolvimento e da natureza e extrativismo).

Outro ponto a ser destacado é que para pertencer ao grupo dos intelectuais indigenistas é preciso atender aos seguintes critérios: i) ser nativo ou ter realizado uma longa imersão antropológica em um povo indígena e; ii) ter adquirido todo um conhecimento da cultura ocidental moderna capitalista. Para ilustrar essa questão da intensidade e da longa imersão na cultura indígena, alguns antropólogos passaram a viver entre os povos originários, chegando a constituir família.

Entretanto, o ponto a ser explorado é que se por um lado esses critérios garantem uma vinculação do agente com as causas indígenas; de outro, limitam a ampliação do grupo dentro da esfera política e, conseqüentemente, isso diminui o poder do grupo frente a outros mais numerosos e articulados. Tal situação fica evidente quando supostamente há um consenso em torno da aprovação do conceito “Buen Vivir” nos documentos oficiais do governo, mesmo com os representantes indígenas descontentes a vaguidade do conceito elaborado, a qual acabou permitindo o surgimento de interpretações particulares e desvinculadas com o original (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

Avançando na análise, as outras duas concepções só são possíveis graças a um novo reducionismo, agora operacionalizado a partir da ignorância política ou deliberada. Nestas condições, são ignoradas partes ou todo conceito original e em seu lugar são construídos simulacros carregados de novos conteúdos e significados (os reducionismos estão marcados em preto no mapa). Nesse sentido, os conteúdos que serão inseridos nos simulacros devem ser consistentes e, novamente, se recorre ao sistema acadêmico como provedor de conteúdos capazes de serem defendidos por grupos de intelectuais (socialismo ou ecologismo) e a produção técnico-científica se encarrega de difundir e legitimar as principais retóricas e ideologias desses novos conceitos politizados e metodologicamente aceitos como válidos na matriz de conhecimento ocidental.

A estratégia dos simulacros a princípio garante duas coisas: i) que o conceito proposto realmente represente algo novo e legítimo, ou seja, a desvinculação da cosmovisão indígena impede que adversários políticos neguem sua validade e; ii) o novo conceito prioriza os interesses particulares e marginaliza os interesses de outros grupos (sem descartá-los), como no caso das pautas indígenas, ainda presentes com a finalidade de garantir a adesão eleitoral desse grupo.

Parte da subversão do conceito se dá pela experiência política dos demais grupos envolvidos na controvérsia do desenvolvimento, pois as pautas levantadas e as ideologias empregadas frequentam o cenário político a décadas, variando somente em termos de vieses. As sucessivas batalhas ideológicas globais e a insistente prevalência dos modelos capitalista desgastaram a perspectiva socialista que viu no conceito indígena uma forma de reanimar essas discussões ao incorporar novos atores, elementos, teorias, entre outros.

Para ilustrar, nota-se que a incorporação das pautas indígenas reforça as mazelas causadas pelo neoliberalismo e atrai as discussões sobre os efeitos da colonização, não apenas territorial, mas em sentido amplo. Com isso, o debate fica mais robusto para enfrentar a hegemonia eurocêntrica na produção de conhecimento e, conseqüentemente, as formas de dominação e exploração econômica entre as nações. Apesar desse fortalecimento no debate, há sempre uma dependência política em relação as disputas eleitorais e somente o grupo vencedor conseguirá avançar com suas pautas, a menos que elas sofram forte pressão ou retaliação de outros grupos de interesse particulares, principalmente no âmbito econômico. Diante disso,

é possível afirmar que a pauta indígena é posicionada como equivalente somente durante as disputas eleitorais, mas tão logo esses grupos assumem o poder, ela é deslocada para a periferia sob a alegação que está sendo construído o caminho para se concretizarem e, tal fato, marginaliza as demandas indígenas em relação a outras demandas igualmente importantes.

Diametralmente, as pautas socialistas e ecológicas são posicionadas contra o atual modelo de desenvolvimento ancorado na economia e no capitalismo. Por isso, temos mais elementos sendo mobilizados para dar consistência a controvérsia do desenvolvimento. Nesse caso, apenas as publicações acadêmicas não são suficientes frente a outros agentes textuais que possuem poder nos subsistemas político e econômico. Dessa forma, documentos como a Constituição do Equador e os planos de governo, bem como o Consenso de Washington e os órgãos internacionais são mobilizados para legitimar os discursos e garantir uma posição de poder no debate.

Na controvérsia do desenvolvimento, além da disputa contra a estrutura capitalista, os dois simulacros ainda divergem entre si em termos de práticas aceitas como legítimas devido a discordância nos entendimentos do conceito do “Buen Vivir”. O espaço para interpretações surge a partir da vaguidade do conceito oficializado nos documentos políticos que permite manobras para legitimar ações em desacordo com os ideais defendidos. A definição desse debate entre as perspectivas que confrontam o desenvolvimento capitalista é fundamental, pois determina as ações que serão empreendidas a fim de concretizar o plano durante o período de governo.

Para a perspectiva socialista, o primeiro passo é redistribuir as rendas oriundas da matriz econômico-produtiva atual e, posteriormente, promover as transformações necessárias. Dessa forma, a transformação seria gradativa com ação imediata na desigualdade social e na redistribuição de renda para depois, consolidar o direito da natureza (ambiente) e a mudança para uma nova matriz produtiva, menos dependente do extrativismo e do petróleo.

Já na perspectiva ecológica, a continuidade do atual modelo de desenvolvimento implica em infringir o que é defendido na Constituição Federal do Equador a partir da inclusão do Sumak Kawsay e isso é inadmissível para os intelectuais dessa perspectiva. Portanto, é necessário primeiro consolidar os direitos da natureza (ambiente) e da plurinacionalidade que reconhece os vários povos,

rompendo imediatamente com a atual matriz econômico-produtiva atual (dependente do extrativismo e do petróleo).

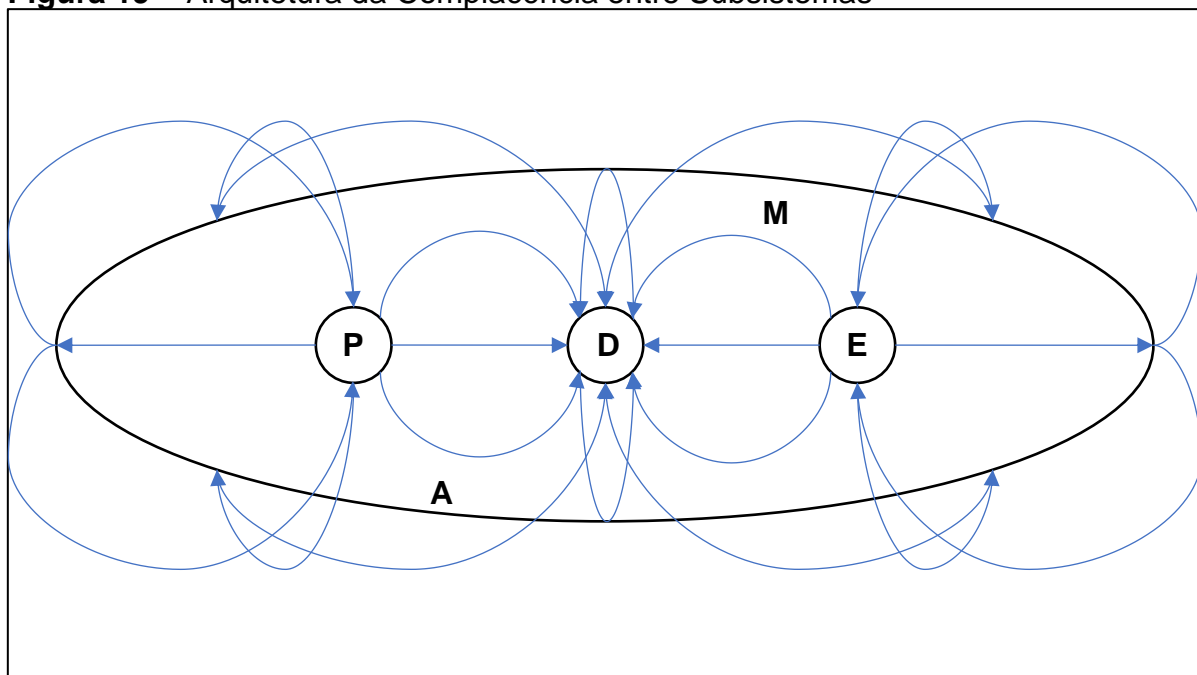
Vale ressaltar que esses grupos eram aliados no momento de concretizar a Constituição do Equador no ano de 2007-08, mas passada a “brisa” do consenso hegemônico daquele momento, tornaram-se adversários quando tiveram que converter as retóricas políticas em ações práticas. Foi nesse movimento conflituoso ao longo do mandato que surgiram as divergências e os debates que acabaram constituindo o cerne da controvérsia envolvendo a natureza (ambiente) e o extrativismo.

Nesse debate o tempo é também um agente importante, pois o rito para alterar uma constituição é complicado e moroso em qualquer país, visto que depende de vários atores e conjunturas políticas. Os planos de governo, ferramentas fundamentais em campanhas políticas dependem da construção de uma credibilidade, sensibilização e alinhamento com as pautas dos eleitores, principalmente das demandas populares. Como em ambos os casos há dificuldades complexas, o caminho mais rápido para legitimar os discursos de mudanças e engajar as pessoas são os subsistemas acadêmico e a mídia em geral, pois a difusão e proliferação de conteúdos, informações, testemunhos, análises, reflexões é mais célere que no âmbito político. A principal diferença entre o meio acadêmico e a mídia em geral é a maior criticidade do primeiro, gerando um descompasso na difusão de novos conteúdos em relação ao segundo, porém aumentando sua legitimidade perante os demais subsistemas.

Portanto, na controvérsia do desenvolvimento pode existir uma arquitetura de complacência que tende a reforçar a estabilidade entre os subsistemas envolvidos, independente do grupo que ascende a posição de antagônico ao *mainstream*. Nesse sentido, a arquitetura de complacência é rompida quando a academia e a mídia difundem os grandes debates, impulsionando os consensos e dissensos e dispondo-os a grade audiência. Assim, se a temática da ecologia está em alta na sociedade, os canais de acessos aos debates se multiplicam, porém se está em baixa, há uma certa estabilidade e inércia que bloqueia o conteúdo de obter projeção e ser debatido na sociedade. Esse mecanismo de irritação a um subsistema é o que Luhmann (1989) chama de ressonância e a arquitetura da complacência tende a enfraquecer essas irritações. Na figura 19, pode-se ver como o subsistema político (P), o econômico (E),

o acadêmico (A), a mídia (M) se interrelacionam em fluxos complexos de poder e influência para definir e trazer estabilidade ao desenvolvimento (D).

Figura 19 – Arquitetura da Complacência entre Subsistemas



Fonte: próprio autor.

Nessa configuração de complacência, os subsistemas são ambientes uns dos outros e eles mantêm entre si uma certa estabilidade para continuamente se autorreferenciar e se autorreproduzir sem que haja um colapso. Essa arquitetura somente será alterada se a irritação ressonar a ponto de impactar substancialmente o maior número de subsistemas. Diante desse entendimento, o Sumak Kawsay convertido em Buen Vivir não consegue ressonar com a sociedade devido aos mecanismos de ajuste da arquitetura da complacência. Essa situação se traduz na sensação de inércia (continuidade do modelo político-econômico) mesmo após o surgimento do Sumak Kawsay. Por isso, percebe-se que as performatividades dos intelectuais socialistas e ecologias conseguem provocar mudanças no âmbito acadêmico e algumas no âmbito político, porém nenhuma é sentida no campo econômico, indicando claramente os efeitos da arquitetura da complacência em uma disputa político-econômica na sociedade.

Todo o esplendor dessas múltiplas realidades apresentadas sendo performadas de distintas maneiras e como elas se relacionam e articulam entre si releva toda complexidade das controvérsias analisadas (MOL, 2002). Elas apresentam distinções e são atravessadas por diferentes gradações de poder, como por exemplo a controvérsia do desenvolvimento envolve uma maior concentração de

atores e dispositivos tecno-científicos que consolidam as estratégias de poder para tentar resolver os debates dentro de um horizonte temporal definido previamente, enquanto a controvérsia da modernidade implica em uma outra temporalidade e outras formas estratégicas de se posicionar do debate.

Além disso, uma controvérsia retroalimenta a outra e vice-versa, pois cada uma delas pode ser decomposta em uma estrutura rizomática complexa e dinâmica por onde fluem conhecimentos, poder, influências, documentos, narrativas e outros, que vão reforçar ou romper com a arquitetura da complacência, afetando a rede de dispositivos tecno-científicos que estabilizam as controvérsias e as converte em caixas-pretas que determinam o *status quo*.

Ao longo da apresentação analítica dessa camada, ficou evidente como os subsistemas político e econômico estão implicados seriamente nas controvérsias, ensejando que sejam analisados seus comportamentos diante da presente do Sumak Kawsay na constituição equatoriana. Assim, foram acrescentadas na análise um olhar exclusivo para cada uma dessas camadas com um duplo objetivo: analisar o comportamento de cada uma delas e, ao mesmo tempo, capturar ordenadamente a complexidade das controvérsias.

8.2 CAMADA POLÍTICO-HISTÓRICA DA CONTROVÉRSIA

Para organizar essa camada, recorre-se a formação político-histórica do Equador, tendo como principal motivador a inserção dos princípios do Sumak Kawsay na constituição do país. Para complementar a análise empreendida na camada conceitual-paradigmático é importante observar os desdobramentos políticos e suas implicações no processo de constituição da controvérsia de forma a ampliar o olhar sobre a complexidade e, ao mesmo tempo, organizar os elementos para manter a legibilidade do mapa.

A camada anterior deixou claro que a inserção dos princípios do Sumak Kawsay na Constituição do Equador não deve ser interpretada como o início do processo, mas sim como ponto de chegada de uma trajetória política marcada pelo ativismo indígena e das minorias que se organizaram em movimentos sociais e articularam a defesa dos seus interesses através de lutas, protestos e resistências.

A necessidade de construir uma resistência e a conformação do posicionamento político dos povos originários tem como uma de suas raízes a colonização ocorrida em torno do ano de 1534, quando os espanhóis chegaram ao território equatoriano e se aproveitaram do conflito que estava ocorrendo pela sucessão do império Inca para tomar o poder. Como consequência, houve muitos conflitos entre espanhóis e indígenas, principalmente quando os europeus começaram a construir suas vilas nos territórios habitados pelos indígenas, expropriando suas terras e, por vezes, escravizando-os (mais tarde essas vilas se tornariam as cidades contemporâneas). Soma-se a essa incursão espanhola, as ações de acultramento da igreja católica que promoviam a submissão dos indígenas a fé e aos costumes europeus. Enfim, essa condição de invasão, submissão, expropriação e acultramento demonstra claramente que os povos originários não eram vistos como o Outro na acepção levinassiana, sujeitos de alteridade que deveriam ser respeitados dentro de uma ética fundante da relação, pelo contrário, eles foram tratados como objetos que podem e devem ser manipulados para atender aos interesses do dominador e, por isso, os atos escravagistas foram legitimados por um longo período (MORA, 2008).

Esse processo levou a uma configuração de sociedade equatoriana estratificada em: espanhóis nascidos na Europa (chapelones), filhos de espanhóis nascidos na América (criollos) e os indígenas (inimigos de ambos). Os chapelones ocupavam posições privilegiadas na sociedade e, quase sempre, representavam os interesses da Coroa Espanhola na América Latina (controle sobre fluxo de pessoas e embarcações, aplicações de taxas e políticas fiscais etc.). Por sua vez, os criollos não tinham acesso as instituições e cargos políticos dos chapelones, mas podiam explorar o comércio, a propriedade de terras e, por isso, eram os principais responsáveis por controlar a força de trabalho escrava. Já os indígenas eram os mais numerosos e ocupavam quase todo território equatoriano, mas com a chegada dos chapelones e os avanços dos criollos, foram escravizados e obrigados a trabalhar em condições miseráveis e desumanas. Em alguns lugares, os conflitos levaram a dizimação das populações indígenas e para compensar da falta de força de trabalho, foram trazidos escravos negros de outros continentes para aquele território despovoado (MORA, 2008).

Com o tempo, o envolvimento dos chapetones e criollos com os indígenas originou uma nova classe social: os mestiços. Eles viviam a margem da política colonial e trabalhavam em serviços braçais, artesanato, funções militares ou na vigia dos escravos. Legalmente, os mestiços eram considerados cidadãos espanhóis e, portanto, equivalentes aos crioulos (podiam ter propriedades, explorar o comércio e não eram forçados a trabalhar como escravos), mas na realidade, seu papel na sociedade era determinado pelo nível de brancura da pele e pelas posses familiares. Dessa forma, quando os mestiços eram mais brancos e tinham modos refinados, adentravam a classe dos crioulos e se portavam como eles, sendo diferenciados somente pelas posses menores; já os demais mestiços acabavam formando uma classe intermediária alocada entre os criollos e os escravos indígenas e negros (MORA, 2008).

Diante da condição de conflitos entre as nações, ocorreu a redução do poder das elites privadas equatorianas por parte da coroa espanhola que aumentou os impostos a fim de enriquecer e se preparar para as guerras. Essa condição subalterna e exploratória gerou insatisfações que levaram os criollos a arquitetar e organizar a luta pela independência do país, a qual viu seu sucesso aumentar devido a Europa enfrentar as crises do período napoleônico, ou seja, a elite crioula equatoriana viu no enfraquecimento do poder da metrópole a chance de tomar o controle do país. Paralelo a isso, também ocorreu nesse período a ascensão dos ideais iluministas e a difusão de uma nova forma de pensar europeia. Por outro lado, em meio ao conflito com a coroa espanhola, os indígenas também organizaram revoltas e rebeliões contra as péssimas condições de trabalho e a miséria em que viviam, o que contribuiu ainda mais para a deterioração do poder de controle dos chapetones e da coroa espanhola.

A combinação desses eventos contribuiu para que o Equador se tornasse independente em 1830, com os criollos assumindo o governo e passando a determinar os rumos políticos e econômicos do país (MORA, 2008). Em um primeiro momento, eles começam um movimento de implantação da cultura eurocêntrica iluminista que, posteriormente, viria a conformar o estado nacional e o desenvolvimento de orientação capitalista. Diante disso, os povos indígenas que já eram considerados escravos, passaram também a serem taxados como contrários a implementação de um Estado nacional e, por isso, deveriam ser combatidos, convertidos e aculturados para a modernidade.

Dentro dessa polarização excludente dos indígenas, alguns acabaram se submetendo as ideologias colonizadoras europeias e passaram a apoiar os planos das novas elites equatorianas, mas muitos povos originários resistiram a essa continuidade do processo de colonização.

La naciente república surgió sobre bases de dominación económico-social de los indígenas, campesinos mestizos y grupos populares urbanos. Por ello, el largo proceso de construcción nacional no ha estado exento de conflictos. No solamente de aquellos que enfrentan a los detentadores del poder, del control de la economía y la sociedad toda, con las mayorías de trabajadores sujetos a explotación; sino también los que expresan las contradicciones regionales o la dominación racista sobre los pueblos indígenas y negros (MORA, 2008, p. 27 do arquivo PDF).

Esse antagonismo instituído é marcado pela persistência dos conflitos entre a nacionalidade crioula e os povos indígenas ao longo do tempo. Para ilustrar essa condição de conflito e marginalização dos povos indígenas, nos anos 70 ocorreu uma articulação entre o Instituto de Reforma Agrária e Colonização (IERAC) e o Instituto de Colonização da Região Amazônica Equatoriana (INCRAE) para ampliar e fortalecer os projetos políticos de colonização do território indígena da Amazonia Equatoriana. Basicamente, os planos seguiam o *modus operandi* de invasão, conflito e expropriação dos povos que viviam naquela região, pois estes não eram considerados cidadãos e nem direitos segundo as leis vigentes (SALTOS, 2021).

Nesse sentido, é preciso registrar que os projetos de colonização sob o rótulo de reforma agrária nunca tiveram uma única matriz ideológica, pelo contrário, quando o governo tinha ideais capitalistas a justificativa para realizar a reforma estava baseada na necessidade de aumentar a produção para exportação e; quando o governo tinha ideais socialistas a justificativa era a necessidade de ocupar terras que não estavam sendo cultivadas e que, nesse caso, incluía invadir parte do território indígena que era mata nativa. Em suma, independente da matriz ideológica, o alvo das reformas agrárias sempre foram as terras indígenas (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2019; RADIODIFUSORA DEL AZUFRE, 2022).

Ainda nos anos 70, ocorreu o maior investimento estrangeiro na história do Equador, vindo principalmente das grandes companhias petroleiras e mineradoras que começavam a buscar novas regiões produtoras para aumentar a oferta global desses produtos. Para se ter uma ideia do poderio econômico, em seis anos os investimentos estrangeiros superaram o endividamento do país e o valor das exportações em dólares foi multiplicado por treze, fazendo com que o Equador

ganhasse força internacional e começasse a participar da lógica globalizante do capitalismo (inclusão na OPEP em 1973). Esse período é marcado politicamente pela corrupção oligarca que legislava em benefício próprio ou de empresas que tinham sócios atuando no governo e o aumento vertiginoso da desigualdade social, principalmente entre os camponeses e indígenas. O descontrole econômico foi tamanho que o estado equatoriano prestava assistência as empresas privadas, independente se elas estavam no apogeu ou na decadência da era petroleira (ACOSTA, 2006).

Essa situação de conflito com os povos indígenas é agravada quando se descobre que uma grande reserva petrolífera está no território indígena conhecido como região amazônica equatorial. Por muitos anos, a exploração de petróleo acabou não se consolidando no Equador devido as lutas e resistências das etnias indígenas que habitam a região e, também, porque naquele momento histórico os custos operacionais para extrair petróleo naquela região eram maiores do que realizar a mesma operação na Arábia Saudita ou na Venezuela (ACOSTA, 2006). Recentemente, essa situação mudou radicalmente, pois o governo equatoriano passou a propor planos para aumentar a área e intensificar a exploração de petróleo na região amazônica, reascendendo os conflitos com os povos indígenas (BBC, 2013; MINDLIN, 2013). Esse contexto de conflitos e resistência foi fundamental para o surgimento das primeiras organizações sociais indígenas conforme apresentado no quadro 02.

Quadro 02 – Nacionalidades e Organizações Indígenas Equatorianas

CONAIE (1986)		
NACIONALIDADE	FILIAÇÕES DA CONFENIAE (1980)	
Quíchua	OPIP (1981)	CCNKP (2009)
Shuar	FICSH (1964)	NASHE (1963)
Achuar	FINAE (1993)	NAE (2009)
Waorani	ONHAE (1986)	NAWE (2009)
Sapara	ANAZPPA (1998)	ONZAE (1999)
Shiwar	ONSHIPAE (1999)	NASHIE (2005)
Andwa	ONAPE (2004)	NAPE (2006)
Secoya	OISE (1991)	
Cofan	FEINCE (1993)	
Quijos	NAOQUI (2013)	
Siona	ONISE (1996)	

Fonte: síntese baseada nos trabalhos de Cubillo-Guevara (2016); Huanacuni (2010).

A CONAIE é a principal organização social indígena e aglutina outras três confederações: a *Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador* (ECUARUNARI); *Confederación de nacionalidades y Pueblos Indígenas de la Costa*

Ecuadoriana (CONAICE) e a *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana* (CONFENIAE), a qual tem sob sua responsabilidade as demais organizações da região amazônica equatoriana que aparecem no quadro (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2019).

Los nuevos retos planteados en la Amazonía por la expansión de las actividades petroleras, agroindustriales, IIRSA y madereras, han hecho que se privilegie la lucha por la legalización y defensa de los territorios ancestrales de los pueblos y nacionalidades; ello ha conducido a replantearse las formas tradicionales de organización y a adoptar formas legales de existencias para poder defender con más eficiencias a los derechos de los pueblos amazónicos frente al modelo extractivistas impulsado desde el Estado. ¡Por todo esto nuestra lucha es firme y combativa contra un estado colonial y el sistema capitalista que nos explota a los pueblos! ¡Nuestra firme lucha por la AUTODETERMINACIÓN DE LOS PUEBLOS! (CONFENIAE, 2023, p. 1, destaque do autor).

Em um primeiro momento, essas organizações sociais indígenas surgiram para unir e gerar uma mensagem de esperança e representatividade aos povos originários, uma vez que, muitos deles não acreditavam que um dia os indígenas seriam ouvidos pelo governo ou teriam seus direitos reconhecidos (VITERI, 1997). A construção dessa identidade coletiva foi estratégica no sentido de fortalecer a cultura, os conhecimentos e práticas de cada uma das comunidades indígenas e, ao mesmo tempo, desenvolver as capacidades de levar adiante as demandas e reivindicações no âmbito político.

Toda essa articulação social e politização dos povos originários se justifica pelas sucessivas intervenções colonizadoras ao longo da história equatoriana. Nesse período, as motivações por trás dessas intervenções foram se modificando (missões religiosas, ouro, terras, empresas estrangeiras, mineradoras e petroleiras), mas a justificativa de implantar o modelo de desenvolvimento nos moldes europeus se manteve inalterada. O problema é que independente da motivação econômica, as ações quase sempre implicavam em invasão, expropriação e degradação ambiental das terras indígenas, além é claro, da deterioração social agravada desde o período colonial. Assim, as organizações sociais indígenas se constituíram (muitas através do suporte de missões religiosas que introduziram o aspecto político na cultura indígena) para lidar com os conflitos gerados pelas incursões das várias formas de colonização (desde física até cultural) e para trazer justiça aos seus membros e continuar lutando contra um estado excludente e desinteressado na sobrevivência física e cultural dos povos originários (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

Diante disso, fica claro que a articulação dos povos originários em organizações sociais politizadas e a aproximação destas organizações com as ideologias socialistas é resultante de um processo histórico de explorações, colonização e emprego de ideologias capitalistas para ditar os rumos do estado e, conseqüentemente, do território equatoriano. É por isso, que há um constante embate retórico e prático entre os povos originários e a ideia de desenvolvimento capitalista materializada através de diversas formas de exploração (ouro, terras, petróleo, minerações, empresas, religião). Vale salientar que pelo lado indígena, os embates transpassavam a questão do desenvolvimento e a busca era pelo direito político de se autodefinirem e o reconhecimento da plurinacionalidade de etnias (VITERI, 2002).

Cualquier apertura es concebida por el Estado en términos de concesiones, subordinación y sumisión al omnímodo 'orden constituido'. Desde esta perspectiva, todo discurso que se escapa a la racionalidad del Estado y apunta hacia especificidades, cae en el terreno de lo marginal. Entonces es considerado ilegal y subversivo. Los indígenas han sido catalogados así (VITERI, 1997, p. 52).

Essa situação começa a ser modificada em maio de 1990, quando as organizações sociais indígenas se mobilizaram e protestaram contra as condições de vida, a corrupção do sistema político (alternância de 5 presidentes em 4 anos) e a longa política econômica neoliberal implementada desde consenso de Washington que implicou no agravamento da pobreza, principalmente entre os indígenas. O maior desejo era o reconhecimento da pauta da plurinacionalidade, porém, as aproximações e articulações políticas com outros grupos no momento da consolidação do Sumak Kawsay na Constituição do Equador, acabaram deslocando o foco da temática da plurinacionalidade para a formação de uma contraposição ao desenvolvimento capitalista defendido pelo governo (SOUZA, 2018).

Apesar da politização dos movimentos, os indígenas carregavam certa aversão política, pois nunca eram ouvidos e quando foram, seus representantes eram mestiços ou criollos que após se elegerem passavam a perseguir seus próprios interesses. Por isso, o fortalecimento da representação dos povos originários dentro do âmbito político através dos movimentos sociais indígenas foi importante para reforçar a capacidade de mobilizarem conhecimentos e experiências para lutarem pelos seus direitos. Nesse sentido, o evento que pode ser considerado uma marca de maturidade da representatividade política indígena é a constituição do partido político *Pachakutik* em 1996, partido que permitia aos indígenas concorrer as vagas eleitorais e aumentar sua

representatividade dentro da esfera política sem a necessidade de intermediários ou representantes sem vínculos (SOUZA, 2018).

A incorporação por parte do movimento indígena, de demandas mais gerais, compartilhadas com o conjunto dos grupos subalternos da sociedade equatoriana, questionando as estruturas de dominação em todos os níveis, tem permitido aos seus integrantes serem percebidos e perceberem-se como detentores de uma identidade étnica e como atores populares. Tal dualidade ou multiplicidade de identidades sociais é particularmente recorrente entre parte dos povos originários da América (SOUZA, 2018, p. 321).

Diante do apresentado, fica impossível dissociar a projeção política indígena e o desejo de promover a plurinacionalidade e o posicionamento antagônico ao modelo de desenvolvimento capitalista, apesar de serem demandas distintas, a construção histórica de ambos está imbricada uma na outra. Por isso, quando surge o conceito de Sumak Kawsay nas organizações sociais indígenas, logo ele é convertido em Buen Vivir e alçado à concorrente do desenvolvimento capitalista por grupos simpatizantes do socialismo, ecologismo e outros, pois para os indígenas havia uma barreira de entrada no campo político. Vale ressaltar ainda que na origem do conceito Sumak Kawsay sempre esteve sublinhado o reconhecimento da plurinacionalidade e o respeito à *pachamama* (natureza enquanto equivalente à mundo) (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2021).

O surgimento do Sumak Kawsay aconteceu no *Plano Amazanga da Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza* (OPIP) em 1992. Este documento contemplava a forma de gestão dos 1.115.574 hectares de territórios indígenas legalizados anos antes, após os movimentos indígenas defenderem sua posição diante das indústrias petrolíferas em 1989 e, também, diante do governo em 1990 (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2021).

El Plan Amazanga está considerado como el primer plan de vida de la OPIP y el principal referente de los planes de vida posteriores de otras asociaciones y centros amazónicos, entendiendo por “plan de vida” un plan estratégico de largo plazo basado en principios epistemológicos, filosóficos e históricos de una nacionalidad, pueblo, organización, asociación o comunidad indígena que persigue el fortalecimiento de la institucionalidad de la misma, la preservación de su cultura, la gestión integral de su territorio (político, social, económico y ambiental) (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2021, p. 257).

Para realizar o Plano Amazanga foi necessário o envolvimento de uma equipe multidisciplinar e multiétnica formada por mestiços (filhos de crioulos ou espanhóis com índios) e indígenas. Os engenheiros foram responsáveis pela parte técnica do

plano (levantamento dos dados e análises dos territórios indígenas), enquanto a parte da cosmovisão indígena foi construída com base nos conhecimentos orais dos *taytas* (anciãos) e *yachak* (xamãs). Os anciãos e xamãs foram os primeiros a mencionar e articular o Sumak Kawsay como um modelo de bem-estar e de subsistência entre os humanos e a natureza (mundo).

Nesse sentido, o Sumak Kawsay (Vida Límpida e Harmônica) era um dos três pilares da cosmovisão indígena pré-moderna, complementado pelo *Sumak Allpa* (A Terra sem Mal) e pelo *Sacha Kawsay Ricsina* (Arte de Entender, Compreender, Conhecer, Convencer-se, Estar Seguro e Ver).

El Sumak Kawsay es la teoría y práctica que muestra cómo hay que vivir. Este principio evidencia que la vida es el sustento unificador de todo. Define el sentido igualitario, comunitario, integrativo y recíproco entre Ayllus (comunidades indígenas) de la sociedad Quichua. Donde están presentes: la palabra cierta, la hospitalidad, la reciprocidad, la solidaridad, el compartir, la ética del trabajo comunitario, el respeto a la sabiduría y el respeto a la libertad. El vigor del Sumak Kawsay se alimenta del diálogo permanente con la naturaleza y su dimensión espiritual (OPIP, 1992, p. 56 apud HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2021, p. 266).

É importante notar que neste fragmento, o conceito de natureza apresentado é muito mais amplo e complexo que a concepção de natureza enquanto ambiente que está caracterizada na controvérsia do desenvolvimento. Além disso, pode-se citar que neste plano também foram empreendidas reflexões sobre os tipos de desenvolvimento eurocêntricos que eram impostos aos povos originários através dos modelos adotados pelo estado equatoriano, em especial o modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal e, posteriormente, o modelo chamado de desenvolvimento sustentável, criado em 1987. Ambos se chocavam com a concepção indígena de mundo e, principalmente, por serem coisificarem a natureza e as interrelações que mantinham com ela (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2021).

Logo, não é porque o princípio do Sumak Kawsay não fazia parte dos discursos das comunidades e nem dos movimentos indígenas antes de emergir no Plano Amazanga em 1992 que a sua filosofia não estava presente no modo de vida dos povos originários. Porém, é importante frisar que toda complexidade e ancestralidade do conhecimento indígena foi convertida em um princípio nutrido por politizações e tecnicismos que garantiram sua futura incorporação e difusão no âmbito político e, tal fato, é uma forma de operacionalização dos reducionismos. Por outro lado, o Sumak

Kawsay já politizado e técnico ganha proeminência e é difundido pelo partido Pachakutik e seu corpo de intelectuais (Pablo Dávalos, Alberto Acosta, Augusto Barrera, entre outros). Em especial, a difusão empreendida por Carlos Viteri Gualinga é significativa na medida que este se utilizou da antropologia para poder levar a cosmovisão indígena para os âmbitos político e acadêmico (CUBILLO-GUEVARA, 2016; HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2021).

Como consequência, toda essa articulação e politização leva a um aumento da legitimidade das demandas indígenas, tanto que os povos originários são reconhecidos como cidadãos equatorianos na Constituição de 1998, o que lhes deveria garantir direitos e acessos a políticas públicas. Porém, esse reconhecimento retórico nunca foi acompanhado pela materialização de ações em prol dos desses povos, ensejando que a luta pelo reconhecimento da plurinacionalidade deveria persistir.

Em 2003, o princípio foi incluído no Plano Estratégico do CODENPE (*Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador*), porém não mais como Sumak Kawsay e sim como “Buen Vivir”, uma versão reconstruída para ressonar com aqueles que estavam alheios a cultura dos povos originários. Esta versão convertida também foi empregada no slogan da *Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas Amawtay Wasi* (UAW), uma universidade intercultural que valoriza, promove e potencializa os conhecimentos e sabedorias das nacionalidades e povos indígenas, afro-equatorianos e mestiços que são os destinatários prioritários do projeto educativo (UNIVERSIDAD AMAWTAY WASI, 2023). Em suma, pode-se chegar à conclusão que dentro do âmbito indígena o novo conceito, desvinculado da sua concepção original, também foi aceito pelas comunidades indígenas, uma vez que os grupos representativos o usaram sem questionar seu significado (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

O conceito do Buen Vivir só foi transcender o âmbito do movimento indígena em 2006, quando foi incorporado ao Plano de Governo do partido político Alianza PAIS. Esse grupo foi formado em 1999 para investigar meios para solucionar os sérios problemas do Equador e, com o tempo, se tornou um partido político que aglutinou os movimentos sociais que se posicionavam criticamente em relação ao neoliberalismo (uma parte do movimento indígena se posicionava assim). Nesse caso, o conceito acabou se tornando um “Buen Vivir Constitucional” (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

Para ascender a esse espaço de representação, o movimento indígena teria que se sujeitar, ao menos em parte, às regras de jogo da institucionalidade, adaptando o seu discurso, exclusivamente antissistêmico, de forma a manter as críticas radicais ao sistema vigente e, ao mesmo tempo, defender a possibilidade de transformá-lo com base em suas próprias instâncias ou instituições. Esta adaptação foi processada, embora não superada, com grandes atritos, impondo um duro processo de transição no seio do movimento (SOUZA, 2018, p. 323).

A inclusão na política equatoriana se inicia marginalmente, pois para uma grande parte dos atores políticos, o conceito era irrelevante e incapaz de lidar com o cotidiano político. Com a instauração da assembleia constituinte, o conceito do “Buen Vivir” foi difundido nos debates constituintes das mesas temáticas e, assim, acabou assumindo certa centralidade na Nova Constituição (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

Com o objetivo de aumentar a chance de transformar o Equador em um Estado Plurinacional, o movimento indígena pleiteou liderar a Mesa 5, responsável pelo debate constituinte sobre a ordenação do território e atribuição de competências, mas não conseguiu. Apesar do revés, acabou conquistando a presidência da Mesa 7, responsável pela discussão sobre qual modelo de desenvolvimento deveria ser adotado no país. Dessa forma, o princípio do “Buen Vivir” adentrou ao campo político se posicionando como uma inovação em relação ao atual modelo de desenvolvimento e não como um desejo do reconhecimento da plurinacionalidade (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

Sin embargo, dicha propuesta fue realmente un subterfugio para introducir el tema de la plurinacionalidad [...]. Dicho subterfugio se constata en el citado documento de trabajo en el que se propone que se cambie el nombre de Plan Nacional de Desarrollo por el Plan Plurinacional del Buen Vivir (CUBILLO-GUEVARA, 2016, p. 129-130).

Neste processo de conversão tecno-político ocorre uma ressignificação do conceito. O conceito do Sumak Kawsay está mais próximo da cosmovisão indígena e possui uma complexidade maior, enquanto o conceito do Buen Vivir se aproxima das discussões envolvendo o capitalismo e desenvolvimento. Essa transformação no significado e no posicionamento é explicada própria trajetória dentro do contexto político, onde a necessidade de legitimação levou ao esvaziamento gradual do conceito original, deixando-o disponível para receber outros significados mais adequados ao subsistema político. Soma-se a isso, o fato que a politização sofrida pelos movimentos sociais indígenas favoreceu a obtenção de um possível consenso para o ingresso dos princípios na Constituição do Equador, sem que todos estivessem

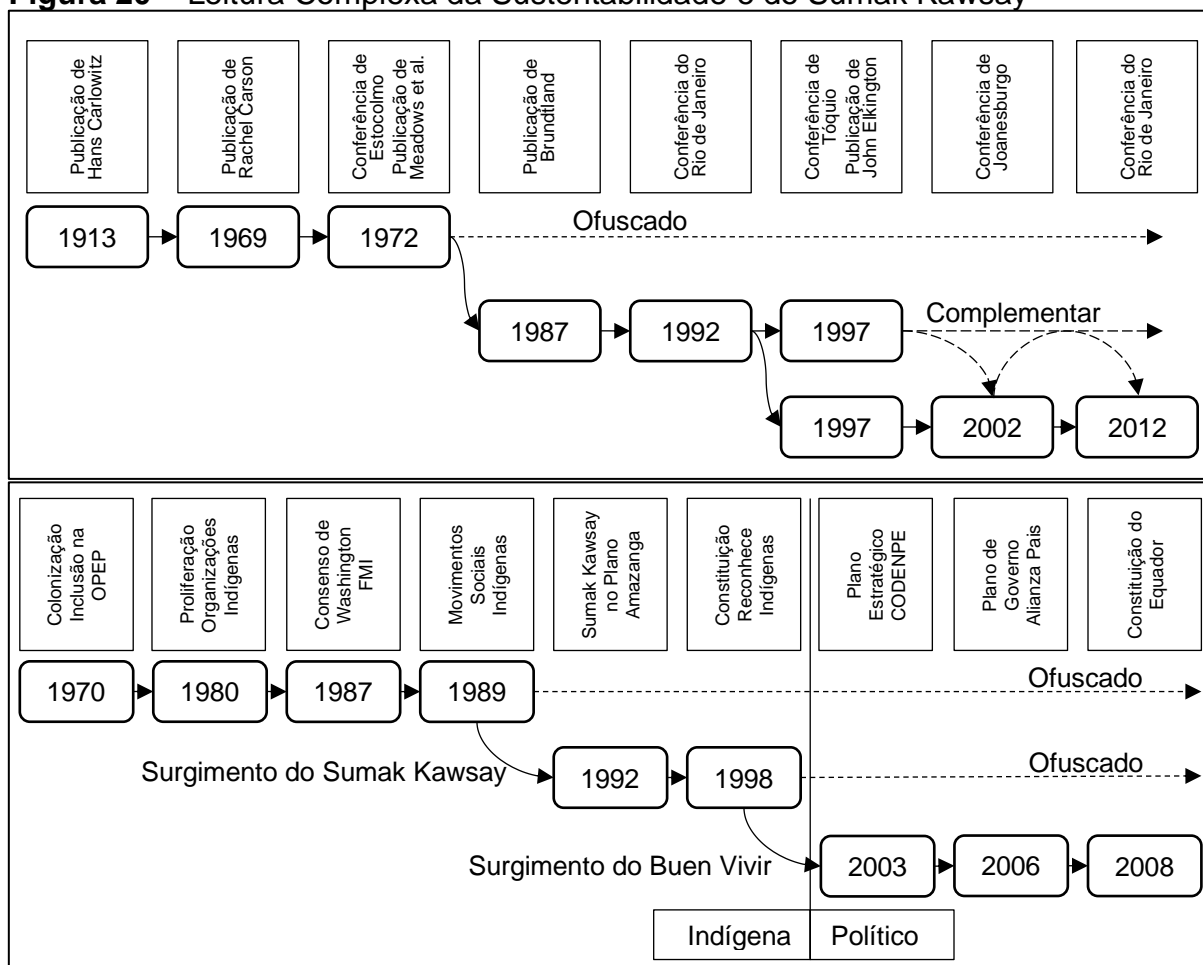
seguros quanto a capacidade do conceito do Buen Vivir de contribuir com a resolução das históricas demandas indígenas (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

A verdade é que o conceito do Buen Vivir ficou ambíguo e não agradou a todos os envolvidos, mesmo havendo consenso no momento de sua inclusão na carga magna. Os desagradados podem ser sistematizados tendo de um lado, o fato que as contribuições das organizações sociais indígenas, ecologistas e feministas foram ignoradas na redação definitiva e, de outro, o privilégio dado ao grande bloco de apoio ao candidato Rafael Correa formado por sindicalistas socialistas na inclusão de suas demandas (CUBILLO-GUEVARA, 2016).

Sin embargo, a pesar de que el texto constitucional no recogía las principales reivindicaciones de indígenas, ecologistas y feministas sobre el buen vivir, sino una concepción ambigua y sin definición de bienestar posneoliberal, casi todos estos movimientos sociales, en una actitud impostada, terminaron apoyando la nueva Constitución. Y es que, al final, fue la corriente de Acuerdo País más próxima a Correa la que se encargó de diluir las principales reivindicaciones sociales respecto del buen vivir; así Correa terminó por aceptar la inclusión de un concepto que no le resultaba cómodo, el buen vivir, una vez que quedó lo bastante ambiguo como para permitir cualquier tipo de modelo de desarrollo posneoliberal (CUBILLO-GUEVARA, 2016, p. 133).

Na Camada Conceitual Paradigmática ficou evidente os impactos de todo esse processo político quando três correntes surgiram: uma que visava a transformação da matriz produtiva, outra focada no fortalecimento do pós-desenvolvimentismo e uma terceira que suscitava a continuidade da resistência indígena (CUBILLO-GUEVARA, 2016). Porém, na camada político-histórica a controvérsia mais proeminente é a que envolve o entendimento de desenvolvimento, pois dentro do âmbito político essa tem mais implicações que a controvérsia da modernidade, que por sua vez é mais significativa no âmbito paradigmático-conceitual. A figura 20 demonstra a atuação dos reducionismos sobre a temática da sustentabilidade já apresentados em capítulos anteriores, em paralelo com as ressignificações sofridas pelo Sumak Kawsay ao longo do processo de escalonamento político até sua inclusão na Constituição Federal do Equador. Essa contraposição tem como objetivo permitir ao leitor situar o debate local em relação a um debate global, evidenciando que as preocupações com o ambiente e a visão de mundo alternativa a ocidental já eram realidade antes mesmo de surgir toda preocupação com a sustentabilidade.

Figura 20 – Leitura Complexa da Sustentabilidade e do Sumak Kawsay



Fonte: o autor.

Pela figura 20 percebe-se que ao longo do processo de politização, o conceito do Sumak Kawsay de origem indígena foi sendo substituído por outro que se contrapõe aos ideais de desenvolvimento capitalista. Esse processo de redução por ressignificação foi fundamental para que o Sumak Kawsay convertido em Buen Vivir pudesse ressonar no âmbito político e adentrar a Constituição do Equador. Sem essas ressignificações (codificação) o conceito não conseguiria ser interpretado pelo subsistema político e seria tratado como ruído que poderia ser ignorado. Logo, a ressignificação tem atuação dupla: reduz a complexidade e o habilita para ressonar com o sistema político.

A ambiguidade atribuída ao conceito nesse processo é uma estratégia política deliberada, na medida em que abre espaço para interpretações diversas que favorecem a aceitação e a inclusão em agendas políticas. Porém, abre margem para que ações do *status quo* sejam legitimadas e justificadas como sendo aderentes a sustentabilidade, como por exemplo, a corrente que defende investimentos

econômicos pesados em inovação e tecnologia para superar essa fase insustentável da sociedade.

Por outro lado, essas ressignificações causam uma ruptura significativa com suas origens, onde os autores indígenas não conseguem se reconhecer no conceito. Para Zibechi (2012), as cosmovisões indígenas são distintas das visões de mundo ocidentais, pois tem um modo particular de encarar a relação entre as pessoas e entre elas e o ambiente, ou seja, na acepção indígena as relações são enriquecidas pela pluralidade de atores em mundo onde não existem objetos e a lógica comunitária se sobrepõe aos ideais individualistas do capitalismo hegemônico.

Por isso, encontra-se ausente nessa camada a controvérsia da modernidade, uma vez que a concepção indígena ficou apartada da proposição final e, parece que tudo converge exclusivamente para uma contraposição ao desenvolvimento neoliberalista. Em especial, os movimentos latino-americanos (não apenas do Equador) têm uma forte tendência a focar suas argumentações na superação do capitalismo neoliberal e na descolonização do pensamento, pois a história mostra claramente como os povos nativos e seus conhecimentos foram desqualificados e ignorados em prol de um projeto de dominação excludente.

Analiticamente, este trabalho se contrapõe a afirmação de Silva (2019) sobre a ideia que o conceito do Buen Vivir está aberto e em construção. Essa afirmação até pode ser verdadeira a partir da constituição do Buen Vivir e inclusão na Constituição do Equador, pois a corrente ecologista confrontou sua interpretação sobre os direitos da natureza e o bem-viver descritos na constituição com as ações materializadas pelo governo de Rafael Correa. Entretanto, antes da consolidação dessa disputa pelos significados do Buen Vivir, é fato que havia um significado original, vinculado a cosmovisão indígena e, nesse sentido, apesar da necessidade de reduzir a complexidade para efetivar uma compreensão, o conceito não estava aberto ao debate, nem a introdução de novos sentidos e significados, pelo contrário, ele foi construído através de muitas lutas e resistências dos povos indígenas e tal fato não pode ser ignorado.

Por fim, tal qual ocorreu quando ocorreu a apresentação analítica da camada conceitual-paradigmática, na análise da camada político-histórica percebe-se o atravessamento da dimensão econômica durante todo processo de consolidação do Sumak Kawsay na Constituição do Equador. Além disso, há uma funesta interação

entre as esferas política e econômica que desde a colonização empregam práticas de dominação e exclusão sistemática dos povos indígenas. Assim, o fato de a classe econômica assumir o controle do país determinando sua organização política, acabou influenciando a construção da resistência indígena que, em certa medida, é resultado desses atravessamentos políticos e econômicos. Por isso, a análise avança no sentido de incluir a camada econômica-desenvolvimentista da controvérsia.

8.3 CAMADA ECONÔMICA-DESENVOLVIMENTISTA DA CONTROVÉRSIA

A independência trouxe transformações políticas significativas que impactaram a organização político-econômica do Equador, porém em termos de atividades econômicas, a transição política em nada afetou as práticas realizadas no período colonial. A ausência da metrópole na vida política do país abriu espaço para que a oligarquia latifundiária, poderosa economicamente, alcançasse o poder político, contribuindo ainda mais para a manutenção das práticas econômicas coloniais.

A questão regional foi uma dimensão fundamental da economia nesses primeiros anos da República; ela nasceu com o fim da Colônia e se mantém no tempo. Assim, a Serra centro-setentrional, tendo Quito como núcleo, se sustentou no regime dos latifundiários e aglutinou a maioria da população. A Costa, especialmente a zona de influência de Guayaquil, encontrou seu eixo no latifúndio vinculado ao comércio exterior, com uma clara redução da pequena propriedade agrícola. A terceira região, a Serra meridional, tendo Cuenca como centro, apresentou um predomínio da pequena propriedade agrícola e da artesanaria (ACOSTA, 2006, p. 32).

A regionalização do poder econômico permitia que se criassem estruturas de exploração e dominação distintas e diferenciadas, entretanto, em todas elas perdurava alguma forma de dominação escravagista sobre os povos indígenas e afro-equatorianos. A mais comum era a separação racista entre o mundo dos hispânicos branco-mestiços e o mundo indígena, onde os primeiros dispunham de mecanismos desonestos e, por vezes violentos, para reter a força de trabalho, como por exemplo, as formas de endividamento compulsório que levaram a relações de servidão vitalícias entre os envolvidos (*concertaje* ou *suplidos*) (ACOSTA, 2006).

As variações na forma de controle da força de trabalho (por exemplo, mais dialogadas ou mais violentas) produziram um fluxo de trabalhadores entre as regiões que herdaram o poder com o fim da colônia. Para evitar que esse deslocamento em massa de trabalhadores prejudicasse o desenvolvimento econômico de uma

determinada região, foram estabelecidas regras protecionistas que provocaram um aumento no clima de rivalidade e disputa pelo poder entre essas regiões.

As condições impostas por esse protecionismo regional, impediu que os trabalhadores configurassem uma classe de proletariados que poderia lutar por melhores condições de vida, mas a formação de um “sistema de interesses agrícolas, comerciais e bancários consolidados por uniões pessoais e familiares garantiu o surgimento de poderosos grupos financeiros que determinaram a vida econômica e sociopolítica do Equador republicano” (ACOSTA, 2006, p. 38). Logo, qualquer possibilidade de surgirem mecanismo de defesa dos trabalhadores ou de melhoria das condições de vida foi impossibilitado diante da consolidação de uma interrelação político-econômica com forte influência do período colonial no Equador.

Por isso, a independência não implicou em uma ruptura significativa no sistema econômico, ao invés disso, as relações e os privilégios do modelo colonial foram ampliados e aplicados sem qualquer interferência do sistema político. Soma-se a isso, a fragmentação do poder em regiões impossibilitou a articulação de um modelo econômico nacional, pois isso implicaria na redução ou perda de poder nos núcleos regionais. Portanto, a constituição política do Equador foi eivada pelos interesses dominantes da classe econômica, dando continuidade ao modelo colonial de exploração e dominação.

Nesse período, o Equador obtinha altos retornos econômicos com a cultura do cacau, pois era um tipo de exportação com alto valor de retorno devido ao preço no mercado mundial e o baixo custo de produção com pouco emprego de tecnologia. Os retornos obtidos eram aplicados principalmente na importação de artigos de luxo ou investidos fora do país, o que consolidou a condição de baixo investimento interno, limitando a expansão e mecanização da produção cacauera diante de um mercado aquecido. Essa política econômica de investimentos equivocada não tardou a mostrar seus efeitos, quando a falta de diversificação da estrutura produtiva deixou o país à mercê das variações nos preços e, soma-se a isso a falta de conglomerados produtivos capazes de competir em termos de economia de escala no mercado mundial (ACOSTA, 2006).

Todas essas condições favoreceram ainda mais o aumento da desigualdade social e contribuiu decisivamente para minguar o enfraquecido poder do Estado diante dos mandos e desmandos dos grupos econômicos. A falta de investimentos e

distribuição de renda criou uma política fiscal pífia impedindo o Estado de se consolidar como o principal decisor estratégico do país, impedindo decisões significativas que poderiam levar o Equador a liderança global. Em suma, além da divisão do poder e do controle colonial das regiões, as decisões econômicas atrofiaram ainda mais a capacidade política e social do país.

O descompasso entre a política e a economia gerou descontentamento em parte da sociedade equatoriana e este descontentamento foi traduzido na necessidade de abertura comercial para trazer empresas capazes de elevar o nível econômico do Equador que até aquele momento era um mero exportador de *commodities*.

Para se concretizar isso, era necessário romper com o fracionamento de poder político-econômico que imperava desde a organização em regiões e a possibilidade veio quando se instaurou uma crise global no consumo de cacau. Nesse contexto, os latifundiários se viram obrigados a tomar empréstimos em bancos privados (não existiam bancos públicos devido ao baixo poder de investimento do Estado) o que diminuiu significativamente o poder do setor agroexportador. Assim, o poder migrou gradativamente do agro para o setor bancário, efetivando uma política econômica baseada na bancocracia, ou seja, uma forte influência de banqueiros na economia e na política (ACOSTA, 2006).

Com a influência dos banqueiros cada vez maior, não demorou muito para que os governantes equatorianos fossem escolhidos pelos banqueiros e o governo contraísse dívidas com essas entidades privadas. Assim, a economia passou a ser ajustada conforme a necessidade de se adequar as novas formas de reprodução do capital e oportunidades internacionais de mercado, permitindo assim a abertura econômica.

Com a abertura, grandes empresas cruzaram as fronteiras equatorianas na busca por matérias-primas baratas, mão-de-obra abundante e de baixo custo, bem como um mercado potencial para consumir seus produtos industrializados. Em pouco tempo, o Equador estava envolvido na dinâmica da divisão internacional do trabalho, onde países emergentes ou em desenvolvimento oferecem as grandes corporações benefícios e incentivos para a instalação de suas unidades no país. Essa situação provoca a radicalização das desigualdades sociais, pois são realizadas aquisições de tecnologias de alto custo para realizar a produção, enquanto os produtos exportados

não atingem preços competitivos no mercado global devido a qualidade superior da produção de países desenvolvidos.

Com a Primeira Guerra Mundial, os parceiros comerciais do Equador voltaram seus investimentos para a indústria bélica e o cacau perdeu força por não ser um bem considerado essencial. Essa situação contribuiu com a queda drástica do preço de US\$ 26,76 para US\$ 5,75 em dois anos (1920-21) e, junto a essa desvalorização, as lavouras foram afetadas por pragas, doenças e inundações nesse mesmo período.

Assim, o período pós-guerra é marcado por uma forte crise e pela ascensão da ditadura militar no país, o que afetou consideravelmente os indígenas e os afro-equatorianos que viviam na pobreza, extremando ainda mais essa condição. Diante da precariedade das condições de vida, a população vulnerável se mobilizou e realizou uma greve geral para reivindicar melhorias e direitos, situação que foi prontamente confrontada pelas forças militares, resultando em conflitos violentos que facilmente poderiam ser equiparados a massacres (ACOSTA, 2006).

Paralelamente, inicia-se uma tímida diversificação da estrutura produtiva agrícola com café, arroz e cana-de-açúcar, além do início de uma industrialização letárgica. Como a produção agrícola não se recupera, o Equador firma contratos de mineração e exploração de petróleo com empresas transnacionais que desde a sua chegada ao território nacional promovem uma grande concentração de mão-de-obra devido a possibilidade de mudarem sua condição de vida. Esse movimento de trabalhadores afeta gravemente outros setores, principalmente aqueles que monopolizavam a mão-de-obra indígena.

As empresas estrangeiras tiveram no Equador um tratamento favorável e, em muitas oportunidades, seus representantes se incrustaram no âmbito governamental, incumbindo-se não só de que seu investimento ingressasse no país, mas sobretudo de zelar pela obtenção de reformas da legislação que favorecessem essas empresas. Essa intromissão ocorreu, por exemplo, no setor do petróleo, em que as próprias instâncias de controle estatal chegaram a ser dirigidas pelos diretores de empresas petroleiras (ACOSTA, 2006, p. 94).

Logo a descoberta de uma grande reserva de petróleo na região amazônica e a desregulamentação do setor intensificou ainda mais o modelo de exploração predatório, com o deslocamento maciço da mão-de-obra para os territórios indígenas, implicando em vários conflitos. A resistência indígena somada ao custo operacional da exploração de petróleo ser mais alto do que em países como a Venezuela e a Arábia Saudita, fez com que as petroleiras abandonassem os planos de exploração

do petróleo nessa região. Assim, a economia e a política equatoriana permaneceram em crise durante esse período com alternância de momentos de melhoria com momentos de precarização acentuada.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um novo estágio de crescimento econômico para o Equador com a alta demanda mundial da banana. A América Central, principal produtora da fruta, enfrentou problemas de pragas, furacões e inundações, conjuntamente com agitações políticas que impactaram sobremaneira a sua capacidade de atender o mercado global com a produção. Por sorte, o Equador manteve investimentos tímidos nesse setor ao longo dos anos e na ascensão da cultura, poucas áreas produtivas estavam nas mãos de empresas estrangeiras. Logo, essa junção de condições favoráveis fez com que todo retorno da exportação banana viesse direto para o país.

Com isso, o Equador foi reinserido no mapa do mercado econômico global (conforme havia ocorrido no período do cacau), mas as sutis diferenças na organização político-econômica do país proporcionaram uma melhor distribuição dos excedentes econômicos para outras áreas (não vinculadas ao setor alimentício). A bonança econômica ainda permitiu que se realizassem investimentos em obras públicas para aprimorar a infraestrutura do país, visando proporcionar melhores condições para o fortalecimento da indústria. Assim, diferente do que aconteceu no período do cacau, dessa vez houve impactos econômicos no território nacional e os investimentos modernizaram a estrutura produtiva com novas tecnologias e investimentos na diversificação econômica, diminuindo a dependência desse setor e consolidando o poder político como principal agenda estratégico do país (ACOSTA, 2006).

Ao mesmo tempo que ocorre o fortalecimento do Estado, a burguesia agroexportadora demonstra sua capacidade de se reinventar e aproveitar conjunturas econômicas cambiantes, o que de certo modo aumentou seu poder de influência direta ou indireta sobre a administração pública, provocando novos atravessamentos. Em suma, a política equatoriana sempre sofreu influências e foi controlada por agentes pertencentes à classe econômica, mesmo em governos progressistas, a administração pública nunca foi voltada para o atendimento das demandas da população em geral.

Após um período de crise, a América Central introduziu uma nova variedade de banana mais resistente as pragas e voltou a ser a principal exportadora mundial, desbancando o Equador da liderança nas exportações. Marginalizado, o país viu em dificuldades com a economia e, logo, medidas antipopulares foram introduzidas para tentar conter uma nova crise. Essas medidas só não afetaram o apoio ilimitado que as empresas recebiam do governo para evitar suas falências, o que provocou o aumento das desigualdades sociais e do endividamento do país.

Por outro lado, a estruturação política garantida ainda no auge da exportação bananeira permitiu que o Estado se fortalecesse e decidisse sem menores resistências quais os setores estratégicos que receberiam investimentos e o setor petrolífero foi um deles. Assim, se consolidou um fluxo dos excedentes econômicos que fortaleceu as burguesias oligopolistas de outros setores, fazendo com que os recursos saíssem do campo para a cidade, da agricultura para a industrialização e dos exportadores para os importadores industriais.

Esse processo [complexo e sinuoso] não foi um objetivo sinistro dos ianques, de comunistas, burocratas ou demagogos, como se diz levianamente, mas o resultado necessário da pressão que havia no Equador para a sua modernização, e para romper os laços do sistema semifeudal em que vivia. Com todas as suas falhas, esse processo tem um mérito maior, que o redime: converteu em pessoas, ou seja, em indivíduos independentes, os indígenas, que até então eram, para todos os efeitos práticos, propriedade indiscutível dos fazendeiros (Ortiz 2000, p. 74-5 apud Acosta 2019, p. 110).

Essa tentativa de nutrir uma industrialização não conseguiu modificar o tradicional modelo de acumulação primário-exportadora, pois foi um esforço que sempre esteve subordinado à lógica do capital externo que dominava os investimentos diante de uma estrutura produtiva ainda fragilizada. O país ainda era dependente de tecnologia e a mediocridade dos grupos empresariais facilitaram a submissão do país as políticas econômicas mundiais, limitando os projetos nacionais de modernização e fortalecimento econômico.

A nova crise econômica mundial levou o Equador a aumentar o endividamento externo através de sucessivos empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) entre os anos de 1961 e 1972, sendo que o empréstimo neste último ano foi tomado dias antes de iniciar as exportações de petróleo. Após o início, houve um período de avanços econômicos significativos que levaram o país a fazer parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), organização que controla a produção e o preço do produto no mercado global. O Equador só recorreu novamente a

empréstimos uma década após o início da exploração de petróleo, quando este entrou em crise no mercado internacional (ACOSTA, 2006).

Conforme sinalizado anteriormente, antes do apogeu do petróleo, a economia equatoriana foi marcada por empréstimos obtidos junto aos órgãos internacionais para conter as crises internas e financiar o desenvolvimento até que o petróleo entrasse em cena. Nestas condições, o Equador teve aceitar as recomendações do Fundo Monetário Internacional e de outros órgãos financeiros mundiais para adequar sua política econômica aos princípios globais, principalmente aqueles preconizados no Consenso de Washington. Essa era uma situação *sine qua non* para obter os empréstimos, o que garantiu a influência sobre a política econômica do país por órgãos e agentes internacionais.

Nessa segunda onda de exploração do petróleo a região amazônica foi uma das mais atingidas devido à grande reserva lá descoberta em anos anteriores. Esse novo ciclo de exploração dessa região gerou um desenvolvimento sem precedentes, onde o Equador passou por uma mudança econômica radical que permitiram uma melhora significativa das condições internas e de distribuição de renda. Por outro lado, os desequilíbrios ambientais também ficaram evidentes nessa nova política petroleira devido as ações muitas vezes predatórias das companhias transnacionais e, essa condição, gerou o surgimento de grupos sociais que passaram a demandar mudanças do governo equatoriano no sentido de regulamentar o setor.

Foi nesse momento que os indígenas demonstraram novamente sua força e combatividade para defender seu território. Nesse período as organizações sociais indígenas já estavam consolidadas e a representatividade das minorias no cenário político havia aumentado, o que garantiu a proibição da exploração de petróleo na região amazônica por um tempo e que recentemente foi modificado, pois as companhias petroleiras conseguiram acordos governamentais para adentrar região para instalar suas bases de operações, gerando distúrbios sociais e ambientais significativos (ACOSTA, 2006).

Com o tempo, os problemas ambientais provocados pela ação irresponsável das companhias petrolíferas atingiram um nível alarmante e as questões relativas à sustentabilidade e ao ambiente foram escancaradas para a sociedade, que passou a participar e a demandar mudanças do governo. Até o momento, as mudanças governamentais promovidas não afetaram substancialmente as relações econômicas

existentes, nem modificaram os padrões de produção, fortemente dependentes de capital externo, muito menos o padrão de acumulação que impacta diretamente na distribuição de renda. Em suma, duas décadas depois de iniciada a vertigem do petróleo, a pobreza e a miséria ainda atingem a sociedade equatoriana.

Os camponeses e a população indígena – só percebiam a bonança petrolífera através da poeira deixada pelas centenas de veículos recém importados. Por outro lado, a riqueza crescente de uns poucos, entre os quais alguns setores da classe média, era chocante, e até mesmo insultuosa em relação às necessidades insatisfeitas do resto da população, no meio de um consumismo que exacerbava as diferenças econômicas e convidava para um festim do qual na verdade só participava um grupo relativamente pequeno (ACOSTA, 2006, p. 123).

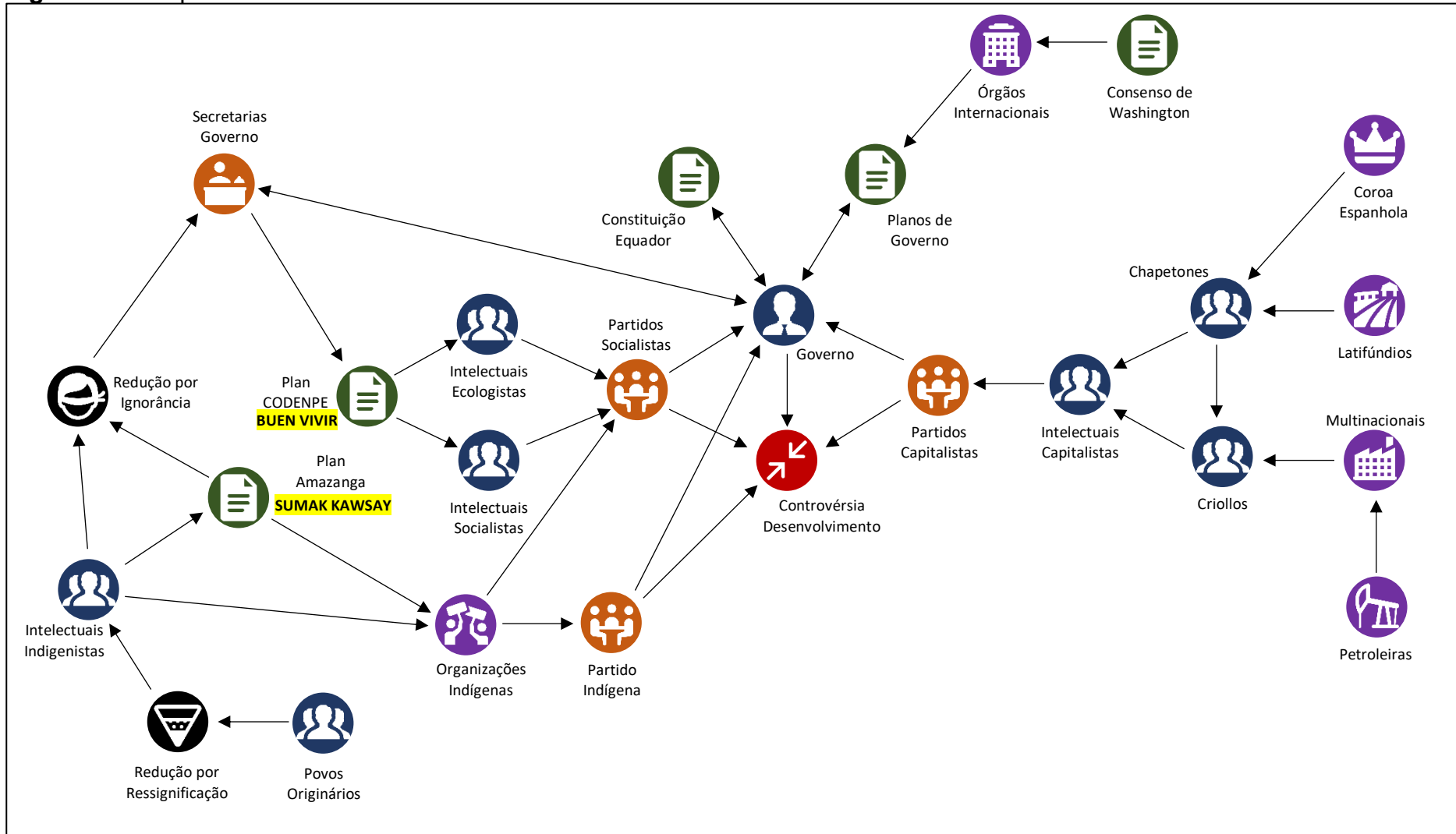
Essa condição funesta alimentou as insatisfações latentes de outros tempos e abriu caminho para que os grupos sociais e as minorias protestassem e reivindicassem maior participação popular na riqueza nacional, bem como a obtenção e/ou respeito aos seus direitos. Nota-se que o fortalecimento do Estado não significou um antagonismo ou formas de controles radicais dos interesses de empresas privadas, pelo contrário, elas ainda se beneficiavam da política.

La colonia y las repúblicas posteriormente dejaron huellas profundas que se expresan hoy en los pueblos indígenas y en la vida en general. Si hoy en día los pueblos indígenas originarios estamos sumidos en la pobreza no es por nuestra incapacidad, es por la exclusión económica, por el despojo de nuestras tierras comunitarias e incluso la exclusión social sustentada en el racismo. Por lo tanto, existe una deuda histórica que se debe y se tiene que resolver (HUANACUNI, 2010, p. 17).

Portanto, a falta de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de atender tanto os interesses públicos, quanto privados acabou impactando na tentativa de modernização do país através da industrialização, o que gerou frustrações e insatisfações com o modelo adotado. A histórica exclusão dos indígenas e afro-equatorianos dos planos político-econômicos, somada à politização dos movimentos sociais conduziu ao antagonismo em relação ao modelo de desenvolvimento capitalista, por isso, tão logo o Sumak Kawsay surge ele é convertido em Buen Vivir para adentrar esse conflito.

Na figura 21 é apresentado o mapa de controvérsias envolvendo duas camadas: a camada político-histórica e a camada econômica-desenvolvimentista. A junção no mesmo desenho se justifica na medida que há um intrincado relacionamento entre elas e o mapa consegue demonstrar essa complexidade.

Figura 21 – Mapa de Controvérsias das Camadas Política e Econômica.



Fonte: próprio autor

A figura 21 demonstra como o surgimento do Sumak Kawsay e do Buen Vivir não afetam significativamente os relacionamentos econômicos, mesmo causando certa irritação no subsistema político. A economia equatoriana historicamente foi atravessada por capitais estrangeiros que durante um longo período comandaram politicamente o país. Por isso, a controvérsia não é evidente nessa camada, pois a classe econômica sempre manteve o controle político, mesmo com a inclusão dos conceitos na carta magna do país.

Logo, as estratégias adotadas para performar e justificar a preferência pelo modelo econômico capitalista neoliberal são mais articuladas e organizadas, pois advêm de outros países e tem como guardiães do seu cumprimento os órgãos internacionais. Soma-se isso que a classe política pós-independência advêm da classe econômica e, por isso, outras classes foram impedidas de ocupar posições políticas no país. Essa defasagem se reflete na organização deficitária dos grupos antagônicos ao *mainstream*, onde prevalece a luta para impor as pautas dos grupos marginalizados.

Através desse relato analítico também é possível perceber como a arquitetura da complacência age estabilizando esses subsistemas e aumentando a resistência deles a novas ressonâncias e, mesmo quando ocorre, há mecanismos reducionistas que codificam as irritações para que elas sejam interpretadas por esses subsistemas. Logo, qualquer tentativa de guinada ontológica é dizimada nestas condições, pois a arquitetura da complacência age no sentido de ‘moldar’ o que quer seja antes de adentrar aos subsistemas.

Dessa forma, cria-se o reducionismo via estratégia de encobrimento, onde no âmbito retórico do subsistema político parece que muitas ações e mudanças estão sendo processadas, mas no âmbito econômico nada aconteceu. O encobrimento surge dessa situação em que os movimentos indígenas acreditam que mudanças estão ocorrendo, quando na verdade estão sendo assinados novos acordos de exploração de petróleo na região amazônica, ou seja, a relação sociedade-ambiente ainda está sendo processada dentro de um viés exploratório e de expropriação intensiva, mesmo com os direitos declarados na carta magna do país.

Pelo mapa de controvérsias também é possível notar que a controvérsia do desenvolvimento é dependente de qual grupo assume o poder e o quanto ele consegue pôr em prática seu plano de governo. Aqui o aspecto histórico de controle

da política pela classe econômica gera uma desigualdade de poder entre os governos a favor e contra o modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal. Essa condição afeta as temporalidades para a realização das ações, como por exemplo, a efetivação da distribuição de renda ainda não foi consolidada, enquanto o acordo de ampliação das áreas permitidas para a exploração do Parque Yasuní na região amazônica foi prontamente realizado com a transição de governo entre Rafael Correa e Lenin Moreno. Tal fato é uma clara demonstração que o poder da classe econômica continua a agir mesmo quando os governos são mais progressistas, humanistas e sociais.

Assim, se na camada político-histórica somente a controvérsia do desenvolvimento estava visível, aqui ela perde força em termos de capacidade de gerar debate e conflitos, pois não é possível encontrar sinais claros que há uma contraposição em termos de ações econômicas, ou seja, do ponto de vista econômico o Equador continua sendo o país eurocêntrico e excludente que sempre foi desde sua colonização.

Por fim, a junção das três camadas oferece uma análise com nuances e detalhes que demonstram a complexidade da temática do Sumak Kawsay. É importante frisar que ao escolher um ponto de início qualquer, o pesquisador está sujeito ao que se encontra mobilizado naquele momento, como por exemplo, se a discussão partisse da camada econômica-desenvolvimentista e se restringisse a ela, seria impossível identificar a controvérsia em relação a modernidade. Por isso, para entender a complexidade é necessário juntar e sobrepor essas camadas, apresentando assim uma análise enriquecida do caso. Assim, apresenta-se o quadro 03 contendo uma síntese envolvendo as teorias empregadas no estudo, os atores e os principais conceitos discutidos no caso (o indígena, os povos indígenas – sociedade e o ambiente).

Quadro 03 – Mapa Síntese de Teorias, Eventos, Atores e Conceitos Principais.

	Indígena	Povos Indígenas	Ambiente
Conhecimento dos Povos Originários	Ser integral parte do cosmos Relação Eu-Outro Sistema psíquico Ser complexo	Sujeitos coexistem em harmonia e equilíbrio Relação Eu-Outro Sistema social Sociedade complexa	Natureza cósmica, primordial e sagrada Relação Eu-Outro Mundo infinito Totalidade complexa
Chapetones (espanhóis invasores)	Selvagem e bárbaro necessita civilidade Relação sujeito-objeto Red. ignorância Ser animal	Selvagens, feiticeiros e primitivos Relação sujeito-objeto Red. ignorância Povo / escória	Terras, propriedades e riquezas Relação sujeito-objeto Red. resignificação Desordem e Caos
Crioulos (espanhóis nativos)	Selvagem e bárbaro necessita civilidade Relação sujeito-objeto Red. ignorância Ser animal	Selvagens, feiticeiros e primitivos Relação sujeito-objeto Red. ignorância Povo / escória	Terras, propriedades e riquezas Relação sujeito-objeto Red. resignificação Desordem e Caos
Formação do Estado Político	Sujeito desprovido de direitos e cultura Relação sujeito-objeto Red. resignificação Marginal / bandido	Contrários ao Estado de direito / Sociedade Relação sujeito-objeto Red. resignificação Anarquia / baderna	Propriedade de direito para ser explorada Relação sujeito-objeto Red. resignificação Recursos disponíveis
Formação do Estado Econômico	Sujeito sem posses, inferior, plebe Relação sujeito-objeto Red. resignificação Pobre / Indigente	Mão-de-obra barata ou escrava Relação sujeito-objeto Red. resignificação Proletariado / escravos	Propriedade de direito para ser explorada Relação sujeito-objeto Red. resignificação Recursos disponíveis
Surgimento do Sumak Kawsay	Resgate ser integral parte do cosmos Relação Eu-Outro Sistema psíquico Ser complexo	Reconhecimento da plurinacionalidade Relação Eu-Outro Sistema social Sociedade complexa	Resgate da natureza cósmica e sagrada Relação Eu-Outro Mundo infinito Totalidade complexa
Surgimento do Buen Vivir	Um ser que desenvolve a plenitude Relação sujeito-objeto Red. resignificação Desenvolver o ser	Sociedade justa e igualitária Relação sujeito-objeto Red. resignificação Outro desenvolver	Natureza como parte da vida Relação sujeito-objeto Red. resignificação Outro desenvolver
Apropriação pelos Socialistas	Trabalhador explorado pelo capitalismo Relação sujeito-objeto Red. ignorância Trabalhador explorado	Classe explorada pelo capitalismo Relação sujeito-objeto Red. ignorância Classe explorada	Meios de produção para serem explorados Relação sujeito-objeto Red. ignorância Fonte de dominação
Apropriação pelos Ecologistas	Trabalhador explorado pelo capitalismo Relação sujeito-objeto Red. ignorância Trabalhador explorado	Classe explorada pelo capitalismo Relação sujeito-objeto Red. ignorância Classe explorada	Natureza que pertence a todos os sujeitos Relação sujeito-objeto Red. ignorância Preservação
Inclusão na Constituição	Um cidadão que também tem direitos Relação sujeito-objeto Red. resignificação Cidadão	Plurinacionalidade indígena Relação sujeito-objeto Red. resignificação Pertencimento político	Natureza dotada de direitos Relação sujeito-objeto Red. resignificação Um ente
Legenda			
Teorias Ontoepistemológicas			
Teorias Sistêmicas e Formas de Reduccionismos			
Teorias Complexas e Reduccionistas			

Fonte: próprio autor.

O quadro 03 apresenta um mapa envolvendo os atores (colunas) e os fatos estudados no caso (linhas) e como as principais teorias (legendas coloridas) se encaixam em cada um deles. Por exemplo, na primeira linha temos os conhecimentos dos povos originários e, nessa base de conhecimento, os indígenas são compreendidos como um ser integral que é uma parte do cosmos, os povos indígenas são sujeitos que coexistem em harmonia e equilíbrio e, por fim, o ambiente é a natureza cósmica, primordial e sagrada. Da perspectiva das principais teorias, o indígena está inscrito na teoria levinassiana na relação Eu-Outro, nas teorias luhmannianas ele seria compreendido como um sistema psíquico e nas teorias complexas como um ser complexo, quando se parte da compreensão dos povos originários.

De modo análogo, povos indígenas a partir da mesma base de compreensão, estariam na relação Eu-Outro nas teorias levinassianas, nas luhmannianas seriam o sistema social e nas teorias complexas seriam o que se pode chamar de sociedade complexa. Por fim, o ambiente pode ser inscrito na relação Eu-Outro na levinassiana, Mundo Infinito nas luhmannianas e Totalidade Complexa nas teorias complexas. A leitura da primeira linha orienta como devem ser compreendidas as demais linhas do quadro 03.

Note que a cada mudança de base de compreensão, mudam-se também a forma como os entendimentos são inscritos nas teorias, alternando de uma relação Eu-Outro para uma relação Sujeito-Objeto, perpassando pelos reducionismos sistêmicos que permitem aos subsistemas realizar suas autopoieses até a rotulação que hierarquiza, ignora ou exclui determinados elementos, reduzindo a complexidade inerente.

De modo geral, percebe-se que no quadro 03 os indígenas são reconhecidos como uma alteridade levinassiana dentro da cosmovisão indígena, nos demais casos é sempre um outro enquanto objeto, que pode ser manipulado independente de suas vontades. Assim, além da escravidão, sua cultura foi taxada de selvagem, fantasiosa e primitiva, ou seja, um processo de desqualificação que constitui o que se pode chamar de constituição da totalidade do modelo ideológico europeu em terras equatorianas. É evidente que esses discursos performados pelas metrópoles desde as grandes navegações buscam dominar “outros mundos” utilizando como estratégia a dizimação da cultura nativa e implantação da cultura europeia. Por isso

que, quando o Equador se torna independente, os pseudoeuropeus continuam a realizar a mesma forma de dominação com os povos originários.

Em geral, percebe-se como os sistemas psíquicos e sociais são constituídos a partir da operação dos reducionismos da complexidade quando não são compreendidos a partir da concepção original indigenista, ou seja, sempre há uma ação de reducionismo que leva a interpretações equivocadas da realidade. Para citar um exemplo, no caso do Sumak Kawsay, mais precisamente no que tange a exploração de petróleo, o território permeado por conflitos é atravessado pelas multinacionais que utilizam seu poder para sustentar o *pathway* da colonização, onde somente aqueles que detém um certo poder econômico ou possuem propriedades podem decidir sobre a política do país, podendo inclusive escravizar os demais. Essa situação é tão complexa que nem mesmo os partidos com socialismo ou ecologismo radical conseguiriam desestruturar e desarticular os agentes que atuam para a manutenção do subsistema econômico equatoriano. Devido a resiliência do subsistema econômico, a saída mais racional e geralmente adotada é se adaptar as regras do jogo para buscar alterações pontuais para a população a partir de dentro do próprio subsistema.

CONCLUSÕES FINAIS

Essa tese percorreu a construção de uma fundamentação teórica que desse conta de desconstruir a relação sociedade-ambiente a partir da totalidade reducionista e, para isso, se fundamentou no pensamento complexo moriniano ao restabelecer as relações com elementos ofuscados através da aplicação de sucessivos reducionismos que influenciam a forma como a relação é compreendida e, de outro lado, a desconstrução também ocorre quando a ideia de infinito é incorporada, devolvendo o correto dimensionamento da pesquisa dentro da compreensão do fenômeno complexo.

A partir disso, foi desenvolvida uma abordagem complexa que se posiciona como uma nova possibilidade de compreender a relação sociedade-ambiente e, tal abordagem, foi aplicada ao fenômeno do surgimento e repercussão do Sumak Kawsay nos subsistemas da sociedade. Assim, foi possível perceber a dinâmica social atuando através de reducionismos para ressignificar, ignorar ou ajustar irritações caóticas do ambiente em uma codificação que permite os subsistemas da sociedade a lidarem com ela.

Logo, essa atuação escalonada de reducionismos impacta diretamente na forma como se compreende a relação sociedade-ambiente e, mais especificamente, as premissas do Sumak Kawsay que acabaram sendo inseridas na Constituição Equatoriana e como essa forma de compreensão participar afeta significativamente a capacidade da sociedade equatoriana em ser sustentável.

A controvérsia do Sumak Kawsay analisada a partir das camadas conceitual-paradigmática, político-histórica e econômico-desenvolvimentista evidenciou a atuação dos sucessivos reducionismos, dos ofuscamentos políticos e das codificações funcionais dos subsistemas que distorcem, esvaziam e modificam o conceito original. Nestas condições, o potencial do conceito enquanto contraposição ao desenvolvimento capitalista e uma proposta de sustentabilidade a partir da América Latina fica comprometido e tem seu potencial neutralizado principalmente pelo subsistema econômico. Por outro lado, a controvérsia que busca debater a modernidade apresenta um potencial para realizar a guinada ontológica, mas esse debate é menos latente quando comparado ao que é travado sobre o desenvolvimento.

A camada econômico-desenvolvimentista não chega a apresentar uma controvérsia, pois mesmo com o Sumak Kawsay alcançando a Constituição do Equador, em nada alterou os planos e ações econômicas. Na proposta de governo, a ideia era alterar a matriz produtiva do país que estava ancorada fortemente no extrativismo, principalmente do petróleo. Entretanto, quando o governo assume o poder, ele justifica os investimentos nessa modalidade econômica como forma de gerar a distribuição de renda que diminuiria a desigualdade social, uma guinada claramente contraditória que gerou insatisfações em seus apoiadores. Assim, a economia e o desenvolvimento capitalista não foram afetados na prática, ou seja, continuaram a ser performados e o debate acerca do desenvolvimento ficou restrito ao âmbito político e no nível apenas da retórica.

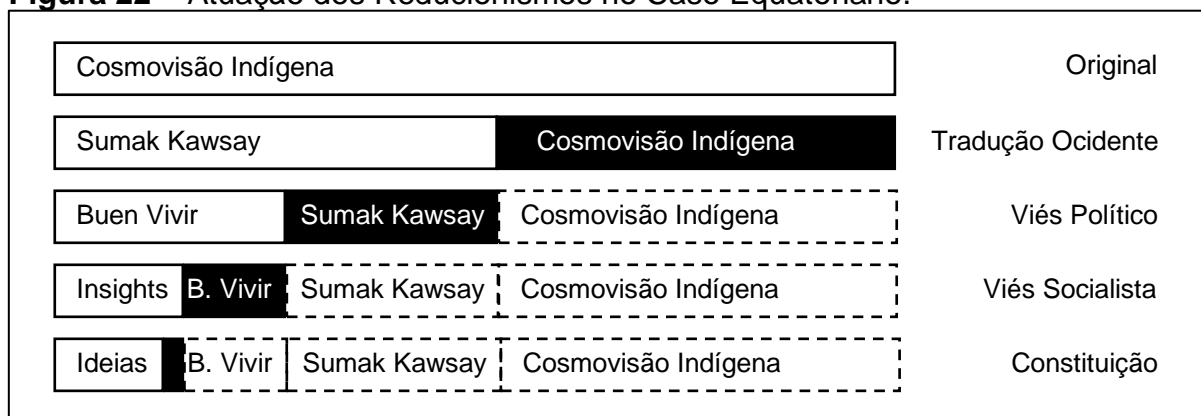
Essa camada junto com a político-histórica apresenta o reducionismo do subjetivo dos sujeitos, onde o Outro é reduzido a um objeto que pode ser manipulado ao bel prazer do dominador (LEVINAS, 1980). Na análise do caso, os povos indígenas são o Outro que não tem reconhecida sua alteridade desde a época da colonização e, justamente por esse entendimento, foram empregados métodos violentos como a escravidão para obrigá-los a agir contra sua vontade.

Por isso que o subsistema político parece sempre estar sob o controle do subsistema econômico, independente do governo eleito, pois na ânsia de oferecer respostas aos anseios da população, os governos se submetem a cartilha de regramentos da política econômica neoliberal. Assim, fica claro que independente da alternância de poder entre os agentes envolvidos na estrutura política, os processos de ofuscamentos por ressignificações, ignorâncias e encobrimentos atuaram incessantemente para manter o *status quo* econômico onde não cabe a sustentabilidade e nem a plurinacionalidade desejada pelos povos indígenas, pois tudo está configurado para que o *pathway* criado pelos sucessivos reducionismos prevaleça diante de outras vias de pensamento, o que também implica em uma quase impossibilidade de guinada ontológica a partir de dentro do modelo atual. Assim, ainda que no governo de Rafael Correa tenha ocorrido uma ruptura ao inserir a plurinacionalidade e os direitos da natureza na Constituição Federal, as decisões políticas e econômicas subsequentes a este fato, indicam uma continuidade das políticas de interesses que beneficiam as empresas, principalmente as multinacionais (manutenção do status quo da estrutura de poder e benefícios).

Por isso, a discussão sobre as formas alternativas ao capitalismo é estéril enquanto possibilidade de mudança ontológica, pois mesmo com o reavivamento dos partidos socialistas a partir da inclusão de princípios dos povos originários como o forte senso de comunidade e a relação comunal com o ambiente ainda não é o suficiente para provocar uma guinada ontológica. Pelo contrário, ancorar as discussões e as reflexões somente como uma contraposição ao desenvolvimento capitalista subestima o potencial do Sumak Kawsay enquanto uma visão de mundo latina diferente da matriz ocidental europeia e, ao mesmo tempo, potencializa esse modelo de desenvolvimento que sistematicamente leva a decadência da sociedade. Nestas condições o que se pode esperar do relacionamento com o ambiente?

Já na camada político-histórica fica mais evidente a controvérsia do desenvolvimento, principal ponto de acesso ao debate nos âmbitos acadêmicos e políticos, mas o verdadeiro potencial ontológico foi suprimido com os reducionismos aplicados aos conhecimentos originais. Inclusive o termo Sumak Kawsay já é resultado de um reducionismo, onde os intelectuais indigenistas “traduzem” parte da cosmovisão complexa dos povos originários para que se conhecimento seja difundido na língua espanhola e na cultura ocidental. A supressão dos conhecimentos originais é uma forma de ofuscamento que permite que o conceito seja preenchido politicamente com outros conteúdos alheios aos interesses dos indígenas, ou seja, os intelectuais socialistas se aproveitaram dessa condição e instrumentalizam politicamente os conceitos indígenas, convertendo-os em algo amorfo e esquisito que acabou sendo introduzido na carta magna equatoriana.

A imprecisão do Buen Vivir (Sumak Kawsay convertido politicamente) é proposital para ser manipulado e manobrado conforme os interesses particulares de certos grupos que disputam o poder. A imprecisão permite, por exemplo, que o conceito represente outros grupos de eleitores sem perder a vinculação com os grupos originais, ou assumir que é preciso incentivar a extração de petróleo como forma de atingir o Buen Vivir. Esses exemplos são suficientes para avaliar que o termo Buen Vivir é instrumentalizado econômico e politicamente para atender diretamente aos interesses de partidos políticos e governos e, indiretamente, aos interesses das empresas que influenciam na política no país, conforme aponta a figura 22.

Figura 22 – Atuação dos Reduccionismos no Caso Equatoriano.

Fonte: próprio autor.

Para os povos originários a politização dos movimentos não ocorreu quando o Sumak Kawsay emergiu, pelo contrário, é um processo histórico que iniciou com a resistência a violência praticada pelos colonizadores e foi se convertendo em representação e articulação política para ocupar cargos governamentais e defender sua cultura e territórios. Para realizar essa transição, foi necessário que alguns indígenas se dispusessem a aprender a cultura ocidental europeia e se tornassem intelectuais indigenistas, ou seja, a sociedade capitalista contemporânea apenas consegue lidar com irritações ou ruídos que podem ser convertidos em linguagem funcional pelos subsistemas. Nesse sentido, a aculturação é um processo de negação do Outro enquanto identidade distinta, que passa a ser reconhecido somente quando consegue atuar nos moldes europeus. Logo a possibilidade de discutir essa temática nesse trabalho em grande parte se deve a esse movimento reducionista de acultramento.

Se por um lado, a dimensão política reconheceu os povos originários, mas acabou deslocando a contribuição indígena para uma posição antagônica ao desenvolvimento capitalista; por outro, esse desenvolvimento é fortemente manipulado pelo subsistema econômico, então, a proposição do Sumak Kawsay tem pouca possibilidade de evoluir como uma alternativa de sustentabilidade, pois ela não pode manter sua cosmovisão original sofrendo todos esses processos de ressignificação, ignorância ou encobrimento. Por outro lado, na dimensão conceitual-paradigmática emerge uma controvérsia com potencial para a realização da guinada ontológica, porém essa deve ser muito bem nutrida, pois enfrentar todo arcabouço da modernidade vai exigir muitos esforços.

Portanto, na controvérsia em relação a modernidade, disputada pelos intelectuais indigenistas e os defensores do modelo atual de organização da sociedade, há mais espaço para que sejam debatidas as distintas formas de enxergar o mundo, a vida, as pessoas, o ambiente, enfim, é uma discussão mais complexa e mais profunda que terá fortes implicações no campo acadêmico e, conseqüentemente, nos âmbitos político e econômico. Nesse sentido, a cosmovisão indígena ou dos povos originários é uma forma distinta de perceber e compreender o mundo e expressar isso nas relações da vida. Há uma profunda relação do sujeito com seu entorno e dele com a comunidade, de modo que a relação não é apenas social, mas uma relação estabelecida com a vida em sua plenitude (HUANACUNI, 2010).

Este paradigma surge como a visão de que tudo está unido e integrado em uma forte interdependência entre tudo e todos. Essa forte integração é natural dos humanos, não foi criada artificialmente e é diferente da individualidade moderna (não natural). Dessa forma, para reconstruir a vida em plenitude é necessário integrar cada vez mais as pessoas, em um processo de entendimento que não tem um primeiro ou segundo passo, mas uma interação permanente pautada na ética e na simultaneidade entre a reflexão interna e repercussão externa (HUANACUNI, 2010).

Nota-se claramente que a guinada ontológica necessária para a sustentabilidade está subsumida na complexa cosmovisão indígena e, nesse sentido, essa controvérsia possui potencial para ser uma alternativa de sustentabilidade não distorcida pelos reducionismos, ofuscamentos ou conversões funcionais dos subsistemas, mas ela não está pronta, precisa ser nutrida pelos saberes e experiências complexas até atingir o ponto necessário para realização da guinada (MORIN, 2003a). Assim, a possibilidade de guinada ontológica perdeu forças devido as traduções para que interlocutores ocidentais tivessem acesso a cosmovisão indígena, mas, ela se perdeu de vez quando o conteúdo já fragilizado pelas traduções do conceito do Sumak Kawsay foi esvaziado para que objetivos e interesses particulares ocupassem esse espaço. Nesse momento, a discussão em contraposição a Modernidade deu lugar a discussão sobre o antagonismo ao desenvolvimento e decretou definitivamente a impossibilidade de se realizar uma mudança ontológica.

Para Venturini e Munck (2022) quando os envolvidos se debruçam sobre a mesma questão, mas divergem na forma como respondê-la, o debate está no nível

epistêmico, mas quando os envolvidos discordam sobre qual questão deve ser feita primeiro, então o debate está no nível ontológico e, nesse sentido, o debate entre a cosmovisão indígena e a modernidade questiona como deve ser compreendida o mundo e a relação sociedade-ambiente (nível ontológico) o que é bem diferente que perguntar qual tipo de desenvolvimento é melhor para o mundo e para a relação sociedade-ambiente (nível epistêmico). Inclusive na cosmovisão indígena o invisível, defendido nesse trabalho como um elemento que reposiciona adequadamente os entendimento e compreensões frente ao mundo infinito, está presente e representa aquilo que não pode ser pensado e compreendido no mundo desses povos (HUANACUNI, 2010).

Claro que esse processo de guinada ontológica deve ser compreendido como uma tarefa descomunal, pois não é só trazer a cosmovisão indígena e aplicar no mundo atual, pelo contrário, a cosmovisão indígena deve ser interpretada como uma fonte potencial de premissas e proposições ontológicas diferentes da matriz moderna ocidental e, cada uma dessas premissas e proposições deve ser trabalhada dentro de do pensamento complexo onde o mundo tem o fluxo rizomático que cria e sustenta a vida. Nesse sentido, é fundamental retomar o aspecto democrático da academia e repensar se na ânsia de tipificar o que é ou não científico, não se acabou excluindo conhecimentos que poderiam contribuir decisivamente com o enfrentamento dos problemas contemporâneos. Aqui não está defendendo uma ciência sem método, mas uma ciência inclusiva que tem diversos métodos e formas de desenvolver conhecimentos válidos.

Com esse estudo ainda não é possível determinar se a sociedade será ou não sustentável no futuro, mas permite afirmar que os sucessivos reducionismos deixam toda sociedade mais distante da possibilidade de ser sustentável, uma vez que as soluções ou mudanças que emergem dentro desses reducionismos não são capazes de lidar com as dinâmicas de um fenômeno complexo. Mais especificamente, no caso equatoriano, os reducionismos impediram que uma visão alternativa pudesse estabelecer uma nova possibilidade de compreender a relação sociedade-ambiente e, além disso, toda essa discussão de cosmovisão fosse conformada em uma simples questão de optar por um desenvolvimento alternativo.

Paralelamente, o estudo das controvérsias a partir de uma perspectiva *ex-post-facto* permite compreender como a dinâmica social construiu a inserção do Sumak

Kawsay na Constituição do Equador. Por isso, neste trabalho o esforço foi no sentido de maximizar a presença dos actantes sociais e, além disso, perceber como a dinâmica de interação os trouxe até o presente momento. Entende-se que só a partir dessa compreensão passada é possível pensar em seguir novos e/ou velhos actantes e continuar o mapeamento das controvérsias analisadas ou mesmo descobrir novas, ficando a continuidade desse estudo como sugestão para pesquisas futuras. Igualmente, outros temas apresentados nesse trabalho podem ser explorados como a arquitetura da complacência e a forma como os subsistemas imprimem reducionismos para que os ruídos se adequem ao seu sistema comunicacional.

Uma limitação originada a partir da opção por uma tese de natureza teórica é a impossibilidade de vislumbrar a dinâmica social a partir do exato momento em que é performada. Paralelamente, a pesquisa documental traz em sua essência o viés de quem a apresenta e nesse sentido, a busca por autores e trabalhos acadêmicos foi no sentido de obter o máximo de neutralidade possível ainda que seja inevitável a presença de vieses nas narrativas, descrições e análises. Esse também foi um estudo limitado onde os envolvidos não foram apresentados ou ouvidos a partir das discussões apresentadas pelo autor da tese, principalmente em relação aos indígenas que sistematicamente sofrem formas de silenciamento e exclusão na sociedade contemporânea.

Apesar das limitações, o estudo se apresenta como um interessante mapa para que as pesquisas continuem a partir de um algum ponto no rizoma complexo da relação sociedade-ambiente. Essa continuidade deve incluir os envolvidos nas controvérsias e percorrer partes ainda obscuras que não emergiram neste mapa inicial. Outros métodos qualitativos podem ser triangulados para que se aprofundem ainda mais as controvérsias para compreender como as práticas agem no sentido de estabilizar ou desestabilizar um debate e como essa dinâmica é incorporada nos subsistemas da sociedade contemporânea.

Outro ponto que merece destaque, é a necessidade de reavivar o olhar para a cosmovisão indígena e como esse conhecimento é ignorado solenemente pelos estudos sociológicos e organizacionais, pois os mecanismos teóricos ocidentais distorcem elementos e entendimentos que tentam ser incorporados as discussões nesses campos de conhecimento, principalmente as teorias que são rotuladas como *mainstream*. Nesse sentido, para o campo organizacional este estudo apresenta uma

contraposição a defendida por Egri e Pinfield (2002), pois a presença de perspectivas mais ou menos ecológicas, não garante que entendimentos singulares como a cosmovisão indígena seja incorporada sem sofrer alterações significativas em qualquer uma delas. Ainda mais nos estudos organizacionais, onde a dependência dos subsistemas da sociedade implica no acesso a um conhecimento já codificado e adequado para ser utilizado funcionalmente por cada um deles, ou seja, não há como mudar as organizações sem modificar as codificações dos subsistemas da sociedade. Nesse sentido, a tese contribui significativamente para aumentar a diversidade de abordagens capazes de estudar as organizações e seus eco-ambientes (EGRI; PINFIELD, 2002).

Assim, este trabalho apresentou uma discussão teórica que leva a desconstrução da relação sociedade-ambiente a partir da totalidade reducionista, mostrando como ela atua e como o restabelecimento das relações com os elementos ofuscados e com a ideia de infinito nutrem um novo comportamento analítico científico do fenômeno envolvendo o Sumak Kawsay. Esse movimento só é possível através de uma abordagem complexa a qual foi capaz de mostrar a existência de outras possibilidades de compreensão da relação sociedade-ambiente. Sabendo que há outras formas de compreensão, foi possível aplicar essa lente teórico-analítica ao caso do Sumak Kawsay, analisando como as dinâmicas sociais, os reducionismos, a articulação de poder político e econômico afetam a capacidade da sociedade equatoriana de ser sustentável.

Portanto, de toda essa análise e discussão conclui-se que os mecanismos de redução da complexidade afetam sobremaneira a compreensão da relação sociedade-ambiente, pois geram ofuscamentos políticos que privilegiam a ideologia contemporânea e comumente aceita na sociedade ocidental. Nessa concepção, o antropocentrismo, o individualismo, a competição desenfreada, a exploração intensiva, entre outros, tornam-se os principais instrumentos que definem como a sustentabilidade será constituída e performada.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **Breve História Econômica do Equador**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2006. 325 p.

ACOSTA, A. M. **O Protesto Indígena Popular que parou o Equador**. 2019. Disponível em:<<https://apublica.org/2019/10/o-protesto-indigena-popular-que-parou-o-equador/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ALMEIDA, Á. **O caso Samarco e o desmoronamento da responsabilidade social corporativa**. 2015. Disponível em:<<http://www.istoedinheiro.com.br/blogs-e-colunas/post/20151109/caso-samarco-desmoronamento-responsabilidade-social-corporativa/7737>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

AMÂNCIO, T. **Após tragédia, Samarco só agiu a reboque de pressão**. 2015. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1716656-apos-tragedia-samarco-so-agiu-a-reboque-de-pressao.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

AMÉRICO, B. L.; CLEGG, S. R.; TURETA, C. **Qualitative Management Research in Context: data collection, interpretation and narrative**. New York: Routledge, 2023. 128 p.

BARKEMEYER, R.; HOLT, D.; PREUSS, L.; TSANG, S. What Happened to the 'Development' in Sustainable Development? Business Guidelines Two Decades After Brundtland. **Sustainable Development**, v. 22, n. 1, p. 15-32, jan./fev. 2014.

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 2, p. 14-24, abr./jun. 1992.

BAWDEN, R. Knowing Systems and the Environment. In: PRETTY, J.; BALL, A. S.; BENTON, T.; GUIVANT, J. S.; LEE, D. R.; ORR, D.; PFEFFER, M. J.; WARD, H. **The SAGE Handbook of Environment and Society**. London: SAGE Publications, 2007. p. 224-234.

BBC. **Equador Desiste de Impedir Exploração de Petróleo em Área Amazônica**. 2013. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130816_equador_exploracao_amazonica_fn>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BOLÍVIA. Constitución (2009). Constitución Política del Estado Boliviano. **Asamblea Constituyente**, Bolivia, 2009.

CAPRA, F. Vivendo Redes. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (Orgs.). **O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 17-29.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Raul de Polillo. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. 305 p. Tradução de: Silent Spring.

CASTREE, N. Environmental Issues: relational ontologies and hybrid politics. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 2, p. 203-211, 2003.

CASTRO, L.; GHIROTTI, M. **No Equador, o petróleo contra os índios**. 2016. Disponível em:<<https://outraspalavras.net/blog/no-equador-o-petroleo-contra-os-indios/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COHEN, K. M.; FINNEY, S. C.; GIBBARD, P. L.; FAN, J. X. **The ICS International Chronostratigraphic Chart**. 2017. Disponível em:<<http://www.stratigraphy.org/ICSchart/ChronostratChart2017-02BRPortuguese.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p. Tradução de: Our Common Future.

CONFENIAE. **Quiénes Somos**. 2023. Disponível em:<<https://confeniae.net/quienes-somos>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CONNELLY, S. Mapping Sustainable Development as a Contested Concept. **Local Environment**, v. 12, n. 3, p. 259-278, 2007.

CORREA, R. **Anuncio a la Nación - Iniciativa Yasuní ITT**. 2013. Disponível em:<<https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/08/2013-08-15-AnuncioYasuni.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CRUTZEN, P. J. Geology of Mankind. **Nature**, v. 415, n. 6867, p. 23-23, 2002.

CUBILLO-GUEVARA, A. P. Genalogía Inmediata de Los Discursos del Buen Vivir en Ecuador (1992-2016). **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 74, p. 125-144, 2016.

DÁVALOS, P. **El "Sumak Kawsay" ("Buen vivir") y las censuras del desarrollo**. 2009. Disponível em:<<https://vientosur.info/el-sumak-kawsay-buen-vivir-y-las-censuras-del-desarrollo/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DAVIES, G. R. Appraising Weak and Strong Sustainability: Searching for a Middle Ground. **Consilience: The Journal of Sustainable Development**, v. 10, n. 1, p. 111-124, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995. Tradução de: Mille Plateaux: capitalisme et schizophrénie.

DULLEY, R. D. Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais. **Revista Agricultura em São Paulo (atual Revista de Economia Agrícola)**, v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004.

DUSSELL, E. 1942 **O Encobrimento do Outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993. 196 p.

ECODEBATE. **O Modelo de Produção e Consumo Capitalista é o que está levando ao Esgotamento do Planeta**. 2019. Disponível em:<<https://www.ecodebate.com.br/2019/06/13/o-modelo-de-producao-e-consumo-capitalista-e-o-que-esta-levando-ao-esgotamento-do-planeta/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

EDELGLASS, W.; HATLEY, J.; DIEHM, C. **Facing Nature**: Levinas and environmental thought. Pittsburgh: Duquesne University Press, 2012. 384 p.

EGRI, C. P.; PINFIELD, L. T. Organizations and the Biosphere: Ecologies and Environments. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook of Organization Studies**. London: SAGE, 2002. p. 459-483.

ELKINGTON, J. Towards a Sustainable Corporation: Win–Win–Win Business Strategies for Sustainable Development. **California Management Review**, v. 36, n. 2, p. 90-100, dez./fev. 1994.

_____. **Cannibals With Forks**: the triple bottom line of 21st century business. United Kingdom: Capstone Publishing Limited, 1997. 402 p.

EQUADOR. Constitución (2008). Constitución de La República del Ecuador. **Asamblea Constituyente**, Ecuador, 2008.

ERGENE, S.; CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Ecologies of Sustainable Concerns: organization theorizing for the Anthropocene. **Gender, Work and Organization**, v. 25, n. 3, p. 222-245, 2018.

ESCOBAR, A. After Nature: steps to an antiessentialist political ecology. **Current Anthropology**, v. 40, n. 1, p. 1-30, 1999.

_____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANGER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 63-79.

FAN, J.; HOU, X. **International Commission on Stratigraphy**. 2019. Disponível em:<<http://stratigraphy.org/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

FENWICK, T. Developing organizational practices of ecological sustainability: A learning perspective. **Leadership & Organization Development Journal**, v. 28, n. 7, p. 632-645, 2007.

FISCHLER, F. Sustainability: the concept for modern society. In: WEIDINGER, C.; FISCHLER, F.; SCHMIDPETER, R. **Sustainable Entrepreneurship**: business success through sustainability. New York: Springer, 2014. p. 13-21.

FLORIANI, D. As Retóricas da Sustentabilidade na América Latina: conflitos semânticos e políticos no contexto de "modernidades múltiplas". In: FLORIANI, D.; HEVIA, A. E. **América Latina, Sociedade e Meio Ambiente: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento**. Curitiba: Editora UFPR, 2016. p. 139-172.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T.-S. Shifting Paradigms for Sustainable Development: implications for Management Theory and Research. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 874-907, out. 1995.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. **O Dia da Sobrecarga da Terra assinala-se a 22 de Agosto, três semanas mais tarde do que o ano passado**. 2020. Disponível em:<<https://www.overshootday.org/newsroom/press-release-june-2020-portuguese/>>.

GOODMAN, D. Ontology Matters: the relational materiality of Nature and agro-food studies. **Sociologia Ruralis**, v. 41, n. 2, p. 182-200, 2001.

GREIDER, T.; GARKOVICH, L. Landscapes: the social construction of nature and the environment. **Rural Sociology**, v. 59, n. 1, p. 1-24, 1994.

GUATTARI, F. **The Three Ecologies**. London: Tha Athlone Press, 2000. 174 p.

GUDYNAS, E. Los Extractivismos Sudamericanos Hoy. In: ALISTER, C.; CUADRA, X.; JULIÁN-VEJAR, D.; PANTEL, B.; PONCE, C. **Cuestionamientos al Modelo Extractivista Neoliberal desde el Sur: capitalismo, territorios y resistencias**. Chile: Ariadna Ediciones, 2021. p. 25-49.

HAMILTON, C.; BONNEUIL, C.; GEMENNE, F. **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis: rethinking modernity in a new epoch**. London, UK and New York, USA: Routledge, 2015. 201 p.

HAUGHTON, G.; COUNSELL, D. Spatial Planning and Sustainable Development. In: _____. **Regions, Spatial Strategies and Sustainable Development**. London: Routledge, 2004. p. 245.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; ARIAS, F. A.; ÁVILA, J. A. El Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre el Sumak Kawsay. In: HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA, A. G.; GUAZHA, N. D. **Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay**. España: Universidad de Huelva, 2014. p. 29-73.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Seis Debates Abiertos sobre el Sumak Kawsay. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 48, p. 25-40, 2014.

_____. **El Origen del Buen Vivir: el plan amazanga de la OPIP**. Espanha: Ediciones Bonanza, 2019. 265 p.

_____. El Nacimiento del Sumak Kawsay como Alternativa al Desarrollo en el Marco del Plan Amazanga de la OPIP (Ecuador 1992). **Diálogo Andino**, Chile, n. 64, p. 255-268, 2021.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable Development: Mapping Different Approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, fev. 2005.

HORNBORG, A. The Political Ecology of the Technocene. In: HAMILTON, C.; BONNEUIL, C.; GEMENNE, F. **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis: rethinking modernity in a new epoch**: uncovering ecologically unequal exchange in the world-system. London, UK and New York, USA: Routledge, 2015. p. 201.

HUANACUNI, F. **Vivir Bien / Buen Vivir**: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales. Bolívia: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas - CAOI, 2010.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2013: the physical science basis**. Cambridge, UK and New York, USA: Cambridge University Press, 2013. 1535 p.

JAMALI, D. Insights into triple bottom line integration from a learning organization perspective. **Business Process Management Journal**, v. 12, n. 6, p. 809-821, 2006.

JIMÉNEZ, M. E. S. Sustentabilidade a dos tempos. **Polis Revista Latinoamericana**, Chile, n. 24, p. 1-22, 2009.

KAPP, K. W. **The Social Costs of Private Enterprise**. United Kingdom: Spokesman, 1978.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998. Tradução de: The Structure of Scientific Revolutions.

LANGE, E. A. Transformative and Restorative Learning: A Vital Dialectic for Sustainable Societies. **Adult Education Quarterly**, v. 54, n. 2, p. 121-139, 2004.

LARGE, W. **Levinas' Totality and Infinity**. London: Bloomsbury Publishing, 2015. 147 p.

LATOUR, B. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Salvador/São Paulo: Edufba/Edusc, 2012. 400 p. Tradução de: Reassembling the Social.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor-Network: ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992.

LÉLÉ, S. M. Sustainable Development: A Critical Review. **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607-621, jun. 1991.

LEVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980. 287 p. Tradução de: Totalité et Infini.

LÖWY, M.; AKBULUT, B.; FERNANDES, S.; KALLIS, G. **For a Ecosocialista Degrowth**. 2022. Disponível em:<<https://monthlyreview.org/2022/04/01/for-an-ecosocialist-degrowth/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LUHMANN, N. Differentiation of Society. **The Canadian Journal of Sociology / Cahiers canadiens de sociologie**, v. 2, n. 1, p. 29-53, 1977.

_____. **Ecological Communication**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989. 187 p.

_____. **Social Systems**. California: Stanford University Press, 1995. 683 p.

_____. **Theories of Distinction**: redescribing the descriptions of modernity. California: Stanford University, 2002. 226 p.

_____. Sociologia como Teoria dos Sistemas Sociais. In: SANTOS, J. M. **O Pensamento de Niklas Luhmann**. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2005. p. 71-119.

_____. **Theory of Society**. California: Stanford University Press, 2012. v. 1. 461 p.

_____. **Introduction to Systems Theory**. Cambridge: Polity Press, 2013a. 284 p.

_____. **Theory of Society**. California: Stanford University Press, 2013b. v. 2. 453 p.

LYON, T. P.; MAXWELL, J. W. Greenwash: Corporate Environmental Disclosure under Threat of Audit. **Journal of Economics & Management Strategy**, v. 20, n. 1, p. 3-41, 2011.

MALAINA, A. Two Complexities: The Need to Link Complex Thinking and Complex Adaptive Systems Science. **Emergence: Complexity and Organization**, v. 17, n. 1, p. 1-7, 2015.

MALM, A.; HORNBORG, A. The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative. **The Anthropocene Review**, v. 1, n. 1, p. 62-69, 2014.

MANTILLA, J.; QUINCHE, T. V. Análisis bibliométrico y contextual de la producción científica en torno al Sumak Kawsay en Scopus. **Revista Universidad y Sociedad**, v. 13, n. 3, p. 321-332, Mayo-Junio 2021.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The Limits to Growth**. New York: Universe Books, 1972. 205 p.

MEBRATU, D. Sustainability and Sustainable Development: Historical e Conceptual Review. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, n. 6, p. 493-520, nov. 1998.

MICHEL, J.-B.; SHEN, Y. K.; AIDEN, A. P.; VERES, A.; GRAY, M. K.; PICKETT, J. P.; HOIBERG, D.; CLANCY, D.; NORVIG, P.; ORWANT, J.; PINKER, S.; NOWAK, M. A.;

AIDEN, E. L. Quantitative Analysis of Culture Using Millions of Digitized Books. *Science*, v. 331, n. 6014, p. 176-182, 2011.

MINDLIN, S. **Yasuní: o dinheiro do petróleo falou mais alto**. 2013. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/yasuni-o-dinheiro-do-petroleo-falou-mais-alto/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MOL, A. **The Body Multiple: ontology in medical practice**. London: Duke University Press, 2002. 196 p.

MOORE, J. W. **Anthropocene or Capitalocene?: Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. Oakland: PM Press, 2016.

MORA, E. A. **Resumen de Historia del Ecuador**. Ecuador: Corporación Editora Nacional, 2008.

MORENO, C.; CHASSÉ, D. S.; FUHR, L. **A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

MORIN, E. Da Necessidade de um Pensamento Complexo. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. **Para Navegar no Século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003a. p. 13-36.

_____. **O Método 1: a natureza da natureza**. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2003b. 480 p. Tradução de: La Méthode 1: la nature de la nature.

_____. **O Método 2: a vida da vida**. Tradução de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2005a. 528 p. Tradução de: La Méthode 2: la vie de la vie.

_____. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005b. 286 p. Tradução de: La Méthode 3: la connaissance de la connaissance.

_____. **O Método 4: as ideias**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005c. 320 p. Tradução de: La Méthode 4: les idées.

_____. Restricted Complexity, General Complexity. In: GERSHENSON, C.; AERTS, D.; EDMONDS, B. **Worldviews, Science and Us: Philosophy and Complexity**. Tradução de Carlos Gershenson. Singapore: World Scientific Publishing, 2007. p. 5-29. Tradução de: Complexité restreinte, complexité générale.

_____. **O Método 5: a humanidade da humanidade**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2012. 309 p. Tradução de: La Méthode 5: l'humanité de l'humanité.

_____. **O Método 6: ética**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2017. 224 p. Tradução de: La Méthode 6: éthique.

MURDOCH, J. Ecologising Sociology: Actor-Network Theory, co-construction and the problem of human exemptionalism. **Sociology**, v. 35, n. 1, p. 111-133, 2001.

ODENSTEDT, A. Hegel and Gadamer on Bildung. **The Southern Journal of Philosophy**, v. 46, n. 4, p. 559-580, 2008.

PAZ GARCÍA, A. P. El proyecto des-colonial en Enrique Dussel y Walter Mignolo: hacia una epistemología otra de las Ciencias Sociales en América Latina. **Cultura e Representaciones Sociales**, Ciudad de México, v. 05, n. 10, p. 57-81, 2011.

PEDROSA-NETO, C. **Os humanos serão despachados da terra por mau comportamento**. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/31/os-humanos-serao-despachados-da-terra-por-mau-comportamento-diz-ailton-krenak>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PEDROZO, E. A. Proposition of BoP 3.0 as an Alternative Model of Business for BoP (base of pyramid) Producers: case study in Amazonia. In: LOERA, M. R.; MARJANSKI, A. **The Challenges of Management in Turbulent Times: global issues from local perspectives**. México: Universidad de Occidente, 2015. p. 189-203.

_____. Bonding and Bridging Practices for Accessing Public Policies for the Local Sustainable Development of Traditional Communities in the Brazilian Amazon. **Modern Environmental Science and Engineering**, v. 06, n. 12, p. 1279-1285, 2020.

PERROW, C. A Society of Organizations. **Theory and Society**, v. 20, n. 6, p. 725-762, 1991.

PITOMBO, J. P. **Pela 1ª vez, Vale é condenada por rompimento de barragem em Brumadinho**. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/pela-1a-vez-vale-e-condenada-por-rompimento-de-barragem-em-brumadinho.shtml>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

POLI, L. C.; HAZAN, B. F. Buen Vivir: uma alternativa Latino-Americana. **Revista do Direito UNISC**, Santa Cruz do Sul, n. 44, p. 3-24, set./dez. 2014.

PREISER, R.; CILLIERS, P.; HUMAN, O. Deconstruction and complexity: a critical economy. **South African Journal of Philosophy**, v. 32, n. 3, p. 261-273, 2013.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **Order Out of Chaos: man's new dialogue with nature**. New York: Bantam Books, 1984. 349 p.

RADIODIFUSORA DEL AZUFRE. **Entrevista Especial con Carlos Viteri Gualinga**. 2022. Disponível em: <<https://www.spreaker.com/user/11493450/entrevista-especial-con-carlos-viteri-gu>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

RAMÍREZ, R. La Transición Ecuatoriana hacia el Buen Vivir. In: LEÓN, I. **Sumak Kawsay / Buen Vivir y Cambios Civilizatorios**. Quito: FEDAEPS, 2010. p. 125-141.

_____. **Socialismo del Sumak Kawsay: o bio-socialismo republicano**. Ecuador: Secretaría Nacional de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación, 2012.

REDCLIFT, M. Sustainable Development (1987-2005): An Oxymoron Comes of Age. **Sustainable Development**, v. 13, n. 4, p. 212-227, out. 2005.

RIBEIRO, J. A. G.; CAVASSAN, O. Os Conceitos de Ambiente, Meio Ambiente e Natureza no Contexto da Temática Ambiental: definindo significados. **Góndola, enseñanza y aprendizaje de las ciencias**, v. 8, n. 2, p. 61-76, 2013.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K.; PERSSON, Å.; CHAPIN III, F. S.; LAMBIN, E. F.; LENTON, T. M.; SCHEFFER, M.; FOLKE, C.; SCHELLNHUBER, H. J.; NYKVIST, B.; DE WIT, C. A.; HUGHES, T.; VAN DER LEEUW, S.; RODHE, H.; SÖRLIN, S.; SNYDER, P. K.; COSTANZA, R.; SVEDIN, U.; FALKENMARK, M.; KARLBERG, L.; CORELL, R. W.; FABRY, V. J.; HANSEN, J.; WALKER, B.; LIVERMAN, D.; RICHARDSON, K.; CRUTZEN, P.; FOLEY, J. A. A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, p. 472-475, 2009.

ROSÁRIO, F. **Outros Nomes para o Bem Viver: a ação das mulheres na América Latina**. 2022. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/outros-nomes-para-o-bem-viver-a-acao-das-mulheres-na-america-latina>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SALTOS, P. M. Cronología de los Acontecimientos más Importantes de la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana (1960-2021). **La Voz de la Confeniae**, Ecuador, n. 22, p. 83-92, 2021.

SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade**. Belo Horizonte: Samarco, 2014. 80 p. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/11/Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade-20142.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SANTOS, M. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, p. 95-106, 1992.

SHEVCHENKO, A.; LÉVESQUE, M.; PAGELL, M. Why Firms Delay Reaching True Sustainability. **Journal of Management Studies**, v. 53, n. 5, p. 911-935, 2016.

SHRIVASTAVA, P. CASTRATED Environment: GREENING Organizational Studies. **Organization Studies**, v. 15, n. 5, p. 705-726, 1994.

SHRIVASTAVA, P.; HART, S. Greening organizations 2000. **International Journal of Public Administration**, v. 17, n. 3-4, p. 607-635, 1994.

SILVA, F. P. Comunalismo nas Refundações Andinas do Século XXI. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 101, p. 1-19, 2019.

SILVA, T.; PEREIRA, M. F.; COSTA, A. M. Desenvolvimento e Sustentabilidade na América Latina: velha história, novos caminhos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia (RIAE)**, v. 13, n. 2, p. 117-129, 2014.

SIMON, Z. B. Why the Anthropocene has no history: Facing the unprecedented. **The Anthropocene Review**, v. 4, n. 3, p. 239-245, 2017.

SOUZA, A. A. Movimento Indígena no Equador: do movimento étnico para o movimento étnico-popular. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 41, p. 318-333, jul./dez. 2018 2018.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J.; MCNEILL, J. R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature. **AMBIO: A Journal of the Human Environment**, v. 36, n. 8, p. 614-621, 2007.

STEGER, U.; IONESCU-SOMERS, A.; SALZMANN, O. The economic foundations of corporate sustainability. **Corporate Governance: The international journal of business in society**, v. 7, n. 2, p. 162-177, 2007.

STERMAN, J. D. Learning from Evidence in a Complex World. **American Journal of Public Health**, v. 96, n. 3, p. 505-514, mar. 2006.

STRYKER, S. Traditional Symbolic Interactionism, Role Theory, and Structural Symbolic Interactionism: the road to identity theory. In: TURNER, J. H. **Handbook of Sociological Theory**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2001. p. 211-231.

SZALKOWICZ, G. **Os Povos Originários da América Latina na era da Covid-19**. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/11/os-povos-originarios-da-america-latina-na-era-da-covid-19>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

TENÓRIO, V. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. 2022. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/caminhos-para-a-cultura-do-bem-viver/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

UNIVERSIDAD AMAWTAY WASI. **Quiénes somos**. 2023. Disponível em: <<https://www.uaw.edu.ec/about-us/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VALE DO RIO DOCE. **Relatório de Sustentabilidade**. Minas Gerais: Vale do Rio Doce, 2016. 160 p. Disponível em: <<http://www.vale.com/hotsite/StyleLibrary/RelatorioSustentabilidade/Docs/Relatorio de Sustentabilidade Vale 2016.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

VANHULST, J.; BELING, A. E. El discurso del Buen Vivir: sustentabilidad "made in Latinoamérica". **Revista Electrónica de Geografía Austral (Nadir)**, Chile, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2012.

_____. El Buen Vivir: una utopía latinoamericana en el campo discursivo global de la sustentabilidad. **Polis Revista Latinoamericana**, Chile, n. 36, p. 1-21, 2013.

VÁSQUEZ, J. P.; ORELLANA, J.; RODRIGUES, J. Del Sumak Kawsay al Debate por el Buen Vivir: significados en disputa y disputa por los significantes. **Si Somos Americanos - Revista de Estudios Transfronterizos**, v. 21, n. 2, p. 120-145, jul./dec. 2021.

VENTURINI, T. Building on Faults: how to represent controversies with digital methods. **Public Understanding of Science**, v. 20, n. 10, p. 1-17, 2010a.

_____. Diving in Magna: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010b.

VENTURINI, T.; MUNK, A. K. **Controversy Mapping: a field guide**. United Kingdom: Polity, 2022. 334 p.

VETTORAZZO, L.; PAMPLONA, N.; AMÂNCIO, T. **Vale previu inundação de refeitório e sede de barragem e desprezou o risco**. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/vale-previu-inundacao-de-refeitorio-e-sede-de-barragem-e-desprezou-o-risco.shtml>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

VIANNA, H. Buen Vivir: o movimento Buen Vivir se espalha pela América do Sul pregando uma rotina leve. **O Globo**, Brasil, Cultura, Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/buen-vivir-15583188>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VITERI, C. Ecuador: un pais ficticio. ** conos - Revista de Ciencias Sociales**, Ecuador, n. 2, p. 51-58, mayo/jun. 1997 1997.

_____. Visión Indígena del Desarrollo en la Amazonía. **Polis Revista Latinoamericana**, Chile, n. 3, p. 1-6, 2002.

WALS, A. E. J.; SCHWARZIN, L. Fostering organizational sustainability through dialogic interaction. **The Learning Organization**, v. 19, n. 1, p. 11-27, 2012.

WHITEHEAD, A. N. **O Conceito de Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 241 p.

ZAMBAM, N. J.; AQUINO, S. R. F. A América do Sul e o Desenvolvimento Sustentável: compromissos para a viabilidade do Buen Vivir. **Civilizar Ciencias Sociales y Humanas**, v. 16, n. 31, p. 151-176, jul./dec. 2015.

ZIBECHI, R. **Territories in Resistance: a cartography of Latin American Social Movements**. Estados Unidos: AK Press, 2012.